

MOBILIDADE POPULACIONAL E EXPANSÃO URBANA:
O Caso da Região Metropolitana de São Paulo

José Marcos Pinto da [Cunha 914/

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Ciências Sociais do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Juarez Brandão [Lopes

Este exemplar corresponde à
redação final da tese de doutorado
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 03/03/94

Juan Lopez

Março/1994



A **Mayra**, companheira e amiga;

A **Luciana** e **Emília** meus maiores legados;

A **Deus**, meu guia

Agradecimentos

Seria insensatez de minha parte não reconhecer que fui um doutorando privilegiado na medida em que esta tese foi elaborada nas condições mais favoráveis possíveis. Na verdade, pessoas e instituições formaram uma grande rede de apoio intelectual, de infra-estrutura, e até mesmo emocional, que facilitaram muito meu trabalho.

Quanto às instituições, algumas são responsáveis diretas por este momento tão importante em minha vida acadêmica: a Fundação SEADE, através de sua Diretoria Executiva e da Diretoria Adjunta de Estudos Populacionais, que como empregador acreditou e deu-me toda a tranquilidade e flexibilidade funcional necessária; o Núcleo de Estudos de População (NEPO) que me recebeu de braços abertos e forneceu uma infra-estrutura invejável; o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP, onde aprendi e cresci intelectualmente; e finalmente, o CNPq cujos recursos foram de suma importância para o bom andamento da pesquisa.

Já com relação às pessoas, foram tantas as envolvidas em cada uma das etapas da realização deste trabalho que certamente cometerei injustiças ao tentar nominá-las uma a uma. Contudo, sinto-me na obrigação de especificar alguns nomes que foram decisivos em distintos momentos da confecção desta tese.

Aqui vão os meus profundos agradecimentos aos meus companheiros do NEPO e da FUNDAÇÃO SEADE, em particular, a Elza Berquó e Carlos Eugênio Ferreira, que não pouparam esforços para que este momento se concretizasse;

Aos pesquisadores com quem pude trocar idéias e dos quais obtive sugestões, como Ana Maria Goldanni, Neide Patarra, Cláudio Dedeca, Rosa Ester Rossini, Roberto Nascimento, Daniel Hogan e Vilmar Faria.

Àqueles bolsistas que me acompanharam no começo dos trabalhos como Isis, Lígia, Nivaldo e Ana Paula.

A Rui e Elton (meus braços, direito e esquerdo), Elisa e Gislaine, que garantiram o bom andamento dos trabalhos auxiliando-me com eficiência e extrema dedicação na geração e preparação dos dados.

Também aos eventuais colaboradores como os estudantes Alberto, Fabiana, Leonardo e Fábio, dos profissionais Suzana e Küsel na área de informática, Vânia na copidescagem, Cida (companheira de longa data) na editoração, Lana no apoio bibliográfico, Elvira, Fátima e Marcelo do NEPO, Cidinha e Miriam do SEADE, nas questões administrativas, e Dona Dalva que, sempre bem humorada, cuidava do meu lugar de trabalho.

Ao Juarez, cuja orientação foi antes de tudo um privilégio, pela confiança depositada, os conselhos e idéias, elementos fundamentais para respaldar a produção deste estudo.

Aos meus amigos pessoais, especialmente ao casal Johnny e Keila, que me incentivaram e deram apoio emocional.

Aos meus pais, massageadores incansáveis de meu ego, pelo acompanhamento constante, e pelos esforços que possibilitaram minha chegada até aqui.

E, finalmente, a Mayra, Luciana e Emília, as mulheres da minha vida, pela forma carinhosa e compreensiva com que souberam agüentar as várias restrições que fui obrigado a impor-lhes durante este longo período de doutoramento. Vocês foram, sem dúvida nenhuma, minhas únicas e grandes fontes de inspiração e motivação!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
I. O CONTEXTO E A PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO	25
1. Alguns Antecedentes	25
2. O Espaço Localizador dos Movimentos Migratórios Intrametropolitanos	26
2.1. A Formação e a Expansão da Região Metropolitana: uma breve síntese	26
2.2. A Heterogeneidade Interna da Região Metropolitana: uma proposta de tipologia dos municípios para a década de 70	35
3. Sobre a Carência de Estudos e Enfoques	41
4. A Estrutura de Incentivos e Constrangimentos da Migração Intrametropolitana: o mercado de terras e de trabalho	49
4.1. A Contrapartida Migratória: proposições para uma análise empírica	61
4.2. Sobre os Diferenciais Esperados entre Migrantes e Não- Migrantes	73
II. Dinâmica Demográfica e Migratória: o contexto e os números da migração intrametropolitana	77
1. Evolução Demográfica e o Papel da Migração	77
1.1. O Centro e a Periferia	82
1.2. A Heterogeneidade Demográfica da Periferia	89
2. O Perfil Migratório dos Municípios Metropolitanos: uma análise do Censo de 1980	98
3. Migração Intrametropolitana: uma visão quantitativa do Fenômeno ...	114
3.1. Números e Impactos na Década de 70	114
3.2. O Fenômeno nas Décadas de 60 e 80: algumas inferências sobre os dados disponíveis	123

3.3.	Os Fluxos Migratórios Internos na Região Metropolitana de São Paulo	127
3.3.1.	As Correntes Migratórias Mais Volumosas	129
3.3.2.	Algumas Dinâmicas Sub-regionais	138
III.	Quem Migra Internamente na Região Metropolitana de São Paulo? Uma análise qualitativa da migração segundo o lugar de destino.	153
1.	Alguns aspectos demográficos	155
1.1.	A predominância da migração familiar	156
1.2.	Idade e Sexo	173
1.3.	Tempo de Residência	182
2.	Características Sócio-Econômicas e as Diferenças segundo o Destino da Migração	190
2.1.	Renda per capita familiar	191
2.2.	Categorias sócio-ocupacionais	197
2.3.	Condições Habitacionais	205
3.	Quem são as Famílias Migrantes Intrametropolitanas? Análise os Tipos e dos Efeitos de suas Características na Propensão a Migrar	215
3.1.	Uma proposta de tipologia	215
IV.	A Migração Intrametropolitana segundo a Origem: uma análise dos fluxos migratórios	232
1.	Algumas Diferenças Sócio-Econômicas entre os Emigrantes e a População Residente no Local de Origem.	233
2.	Movimentos da Pobreza: serão realmente os mais pobres que migram?	244
3.	A Migração Pendular: uma contrapartida da migração intrametropolitana	251
	Conclusões	260

Referências Bibliográficas 268

Anexos 284

Lista de Tabelas e Quadros

Tabela 1 : Taxas de Crescimento Geométrico da População (média x anual) Região Metropolitana de São Paulo 1940-1980	78
Tabela 2 : Participação Percentual de São Paulo e dos Outros Municípios na População Regional Região Metropolitana de São Paulo 1940-1991	82
Tabela 3 : Crescimento Demográfico e População Redistribuída Internamente Região Metropolitana de São Paulo 1960-1991	88
Tabela 4 : População Residente e Taxa Média Anual de Crescimento Municípios da Região Metropolitana de São Paulo 1960-1991	90
Tabela 5 : Distribuição Relativa da População Redistribuída, Segundo Grupos de Municípios Região Metropolitana de São Paulo 1960-1991	94
Tabela 6 : Participação no Crescimento Demográfico, por Componentes, Segundo Grupos de Municípios Região Metropolitana de São Paulo 1960-1991	95
Tabela 7 : Volume e Taxas de Imigração e Emigração e Índice de Eficácia Migratória Município da Região Metropolitana de São Paulo 1970/80	101
Tabela 8 : Quadro Comparativo da Participação Relativa dos Movimentos Intrametropolitana no Conjunto da Migração Regional Regiões Metropolitanas Brasileira 1970/80	116
Tabela 9 : População, Crescimento Populacional e Migração Intrametropolitana Região Metropolitana de São Paulo 1970-1980	119
Tabela 10 : Distribuição da Imigração Intrametropolitana, Segundo Grupos de Municípios Região Metropolitana de São Paulo 1980	120

Tabela 11 : População Redistribuída Recebido e Saldo Migratório Intrametropolitana, Segundo os Municípios que Registraram Aumento de Peso Relativo na População Regional Região Metropolitana de São Paulo 1970/80	122
Tabela 12 : Distribuição da Imigração Interna Recebida, Segundo Grupos de Municípios Região Metropolitana de São Paulo 1960-1991	126
Tabela 13 : Quantidade de Fluxos, Migrantes Envolvidos e Participação Relativa Acumulada, Segundo o Tamanho dos Fluxos Migratórios Região Metropolitana de São Paulo 1980	130
Tabela 14 : Fluxos Migratórios Internos Numericamente mais Importantes, Segundo seu Peso Relativo em Cada Município de Destino Região Metropolitana de São Paulo 1970/80	134
Tabela 15 : Distribuição das Famílias, por Tipo, Segundo Condição Migratória do Chefe e Município de Residência Atual Região Metropolitana de São Paulo 1980	157
Tabela 16 : Distribuição das Famílias de Chefes Migrantes Intrametropolitanos, por Condição Migratória dos Membros com Relação ao Chefe, Segundo Município de Residência Atual Região Metropolitana de São Paulo 1980	160
Tabela 17 : Distribuição das Famílias, por Idade Média do Casal no Momento do Censo, Segundo Condição Migratória do Chefe e Município de Residência Atual Região Metropolitana de São Paulo 1980	165
Tabela 18 : Número Médio de Filhos das Famílias, por Idade Média do Casal, Segundo Condição Migratória do Chefe e Município de Residência Atual Região Metropolitana de São Paulo 1980	171
Tabela 19 : Índices de Seletividade de Migrantes Intrametropolitanos com Relação aos Demais Residentes, por Grupos de Idade, Segundo os Municípios de Destino Região Metropolitana de São Paulo 1980	179

Tabela 20 : Razão de Sexo por Grupos Etários dos Migrantes Intrametropolitanos, Segundo Grupos de Municípios Região Metropolitana de São Paulo 1980	181
Tabela 21 : Distribuição dos Migrantes, por Tempo de Residência, Segundo Tipo de Migração Região Metropolitana de São Paulo 1980	182
Tabela 22 : Distribuição da População Migrante, por Tempo de Residência, Segundo Município de Destino e Origem Região Metropolitana de São Paulo 1980	184
Tabela 23 : Distribuição dos Migrantes Intrametropolitanos com o Mesmo Tempo de Residência no lugar de Destino e no Domicílio, Segundo Grupos de Municípios Região Metropolitana de São Paulo 1980	187
Tabela 24 : Distribuição das Famílias, por Classes de Renda per Capita, Segundo Município de Residência Atual e Condição Migratória do Chefe Região Metropolitana de São Paulo 1980	195
Tabela 25 : Distribuição dos Chefes de Famílias Migrantes Intrametropolitanos, por Categoria Sócio-Ocupacionais Região Metropolitana de São Paulo 1980	200
Tabela 26 : Distribuição das Famílias de Chefes Migrantes Intrametropolitanos, por Características dos Domicílios, Segundo Município de Residência Atual e Condição Migratória Região Metropolitana de São Paulo 1980	209
Tabela 27 : Distribuição das Famílias de Chefes Migrantes Intrametropolitanos, por Condição de Ocupação dos Domicílios, Segundo Município de Residência Atual Região Metropolitana de São Paulo 1980	213
Tabela 28 : Distribuição das Famílias de Chefes Migrantes Intrametropolitanos, por Grupos de Municípios, Segundo a Tipologia Proposta Região Metropolitana de São Paulo 1980	223

Tabela 29 : Efeitos Principais e Interações dos Modelos Log-Lineares Estimados, por Alguns Grupos de Municípios Região Metropolitana de São Paulo 1980	226
Tabela 30 : Distribuição das Famílias Residentes, por Faixa de Renda per Capita Familiar, Segundo Município de Origem, Condição Migratória do Chefe e Fluxos Migratórios Mais Significativos Região Metropolitana de São Paulo 1980	235
Tabela 31 : Distribuição dos Chefes de Famílias Residentes, Economicamente Ativos, por Categoria Sócio-ocupacional, Segundo Município de Origem, Condição Migratória do Chefe e Fluxo Migratórios Mais Significativos Região Metropolitana de São Paulo 1980	238
Tabela 32 : Distribuição das Famílias Residentes, por Infra-estrutura Básica do Domicílio, Segundo Município de Origem, Condição Migratória do Chefe e Fluxos Migratórios Mais Significativos Região Metropolitana de São Paulo 1980	241
Tabela 33 : Distribuição das Famílias Residentes, com Renda per Capita Inferior a Dois Salários Mínimos, por Características do Domicílio, Segundo Município de Origem, Condição Migratória do Chefe, Fluxos Migratórios Mais Significativos e Renda per Capita Familiar Região Metropolitana de São Paulo 1980	247
Tabela 34 : Distribuição da PEA que Trabalha ou Estuda Fora do Município de Residência Atual, por Condição Migratória Região Metropolitana de São Paulo 1980	254
Tabela 35 : Distribuição da PEA Migrante Intrametropolitana que Trabalha ou Estuda Fora, do Município de Residência Atual, Volume de Migrantes e Porcentagem da PEA no Fluxo, Segundo Fluxos Migratórios Mais Significativos Região Metropolitana de São Paulo 1980	255
Tabela I.1 : Cargas Fatoriais Resultantes da Análise Fatorial Região Metropolitana de São Paulo 1980	I.15

Tabela I.2 : "Scores" Fatoriais, Segundo Grupos de Municípios Região Metropolitana de São Paulo 1980	I.18
Tabela II.1 : Matriz dos Fluxos Migratórios Intrametropolitanos Região Metropolitana de São Paulo 1970/80	II.1
Tabela II.2 : Matriz das Trocas Migratórias Líquidas Intrametropolitanas Região Metropolitana de São Paulo 1970/80	II.3
Quadro 1 : Tipologia de Famílias de Chefes Migrantes Região Metropolitana de São Paulo 1980	Intrametropolitanos 222
Quadro I.1: Modelos Adotados na Análise Loglinear Segundo Grupos de Municípios Região Metropolitana de São Paulo 1980	I.22

Lista de Figuras

Gráfico 1 : Participação Relativa na População do País Estado de São Paulo 1940-1991	79
Gráfico 2 : Evolução das Taxas Geométricas Anuais de Crescimento Região Metropolitana de São Paulo 1940-1991	81
Gráfico 3 : Evolução das Taxas Geométricas Anuais de Crescimento Região Metropolitana de São Paulo 1940-1991	84
Gráfico 4 : Evolução das Taxas Anuais de Migração Líquida Região Metropolitana de São Paulo 1940-1991	86
Gráfico 5 : Evolução das Taxas Anuais de Crescimento Vegetativo Região Metropolitana de São Paulo 1940-1991	86
Gráfico 6 : Taxas de Migração Líquida, Segundo Grupos de Municípios Região Metropolitana de São Paulo 1960-1991	97
Gráfico 7 : Taxas de Crescimento Vegetativo, Segundo Grupos de Municípios Região Metropolitana de São Paulo 1960-1991	97
Gráfico 8 : Composição da Imigração, Segundo Residência Anterior Região Metropolitana de São Paulo 1980	106
Gráfico 9 : Distribuição Relativa da Migração Externa, Segundo Grupos de Municípios Região Metropolitana de São Paulo 1980	107
Gráfico 10: Composição da Imigração, Segundo Última Residência Município de São Paulo 1980	108
Gráfico 11: Composição da Imigração, Segundo Última Residência Municípios Industriais 1980	109

Gráfico 12: Composição da Imigração, Segundo Última Residência Municípios Industriais/Dormitórios 1980	109
Gráfico 13: Composição da Imigração, Segundo Última Residência Municípios Dormitórios I 1980	110
Gráfico 14: Composição da Imigração, Segundo Última Residência Municípios Dormitórios II 1980	110
Gráfico 15: Composição da Imigração, Segundo Última Residência Municípios Agrícolas 1980	111
Gráfico 16: Migrantes Intrametropolitanos, Segundo Estado de Nascimento Região Metropolitana de São Paulo 1970/80	111
Gráfico 17: Emigração Segundo, Áreas de Destino Região Metropolitana de São Paulo 1970/80	113
Gráfico 18: Imigração Segundo Lugar da Última Residência Zona Oeste da Região Metropolitana de São Paulo 1980	141
Gráfico 19: Imigração Intrametropolitana, Segundo Lugar da Última Residência Entorno da Zona Oeste da Região Metropolitana 1980	143
Gráfico 20: Imigração Intrametropolitana, Segundo Lugar da Última Residência Município de Osasco 1980	143
Gráfico 21: Imigração Intrametropolitana, Segundo Lugar da Última Residência Zona do ABC Paulista 1980	146
Gráfico 22: Imigração Intrametropolitana Segundo Último Lugar de Residência Centro da Zona do ABC Paulista 1980	148

Gráfico 23: Imigração Intrametropolitana Segundo Último Lugar de Residência Entorno da Zona do ABC Paulista 1980	148
Gráfico 24: Migrantes Intrametropolitanos por Tipo de Família e Ciclo Vital Região Metropolitana de São Paulo 1980	167
Gráfico 25: Famílias Migrantes Intrametropolitanas por Ciclo Vital, Tempo de Residência Região Metropolitana de São Paulo 1980	167
Gráfico 26: Distribuição dos Migrantes Intrametropolitanos, por Idade e Município de Residência Atual Região Metropolitana de São Paulo 1980	175
Gráfico 27: Distribuição dos Migrantes Intrametropolitanos, por Idade no Momento da Migração e Município de Residência Atual Região Metropolitana de São Paulo 1980	176
Gráfico 28: Distribuição dos Migrantes, por Tempo de Residência no Município Região Metropolitana de São Paulo 1980	185
Gráfico 29: PEA, Categoria Sócio-Ocupacional, Condição Migratória e Município Atual Região Metropolitana de São Paulo 1980	203
Gráfico 30: Distribuição Relativa da Migração Pendular, por Grupos de Municípios Região Metropolitana de São Paulo 1980	253
Mapa 1: Tipologia de Municípios Região Metropolitana de São Paulo 1970/80	39
Mapa 2: Evolução da Participação Relativa dos Municípios na População Regional Região Metropolitana de São Paulo 1960/91	92
Mapa 3: Índice de Eficácia Migratória Região Metropolitana de São Paulo 1980	105

Mapa 4: Principais Municípios Receptores da Imigração Interna Segundo Distintos de Ocorrência do Fenômeno Região Metropolitana de São Paulo 1960/91	125
Mapa 5: Correntes Migratórias Numericamente mais Impoantes, Segundo o Volume de Migrantes Região Metropolitana de São Paulo 1970/80	131
Mapa 6: Volume das Trocas Migratórias Líquidas Internas Zona Oeste da Região Metropolitana de São Paulo 1970/80	144
Mapa 7: Volume das Trocas Migratórias Líquidas Internas Região do ABC 1970/80	149

INTRODUÇÃO

É praticamente um consenso entre os demógrafos e estudiosos de população que a migração, dentre as variáveis demográficas, é aquela com as maiores dificuldades no que se refere à sua mensuração, interpretação e, sobretudo, previsão.

Vários fatores contribuem para esta condição. Deve-se lembrar, por um lado, que a migração, ao contrário de outros eventos demográficos como os nascimentos e mortes, não possui uma única definição, podendo ocorrer sob inúmeras modalidades, e, por outro, que trata-se de um fenômeno cuja estrutura de condicionantes é eminentemente multifacetada.

Além disso, inexistem, pelo menos no Brasil, fontes de levantamento contínuo sobre os movimentos migratórios, o que obriga o pesquisador a recorrer, necessariamente, ou a levantamentos amostrais, em geral bastante dispendiosos, ou aos Censos Demográficos, cuja periodicidade decenal deixa a desejar, em face do caráter dinâmico e da velocidade das transformações na sociedade e no espaço.

Por último, deve-se ressaltar as muitas lacunas no conhecimento sobre o fenômeno existente no país, seja no que diz respeito às suas dimensões empíricas quantitativa e qualitativa, seja à teórica. Na verdade, a maior parte da produção nestes campos foi desenvolvida nos anos 70, quando a preocupação centrava-se ainda na migração rural-urbana que, como se sabe, começava a perder força gradativamente neste mesmo período, dando lugar a outras modalidades de movimentação populacional¹.

¹ Como atestam MARTINE e NEUPERT (1988), de fato, o auge da produção sobre migração deu-se no período 1972-80, tendo posteriormente declinado rapidamente de tal forma que, mesmo disponível, o Censo de 1980 foi, e continua sendo, pouco utilizado (p.56).

Neste quadro, entende-se que o presente estudo, ao abordar os movimentos migratórios ocorridos internamente na Região Metropolitana de São Paulo, na década de 70, deverá contribuir para adicionar uma peça importante ao grande mosaico que é o processo de redistribuição da população no espaço.

Embora seu objeto já tenha sido motivo de pelo menos um estudo anterior, uma de suas inovações e contribuições refere-se ao fato de, pela primeira vez, utilizar o Censo Demográfico de 1980, o que lhe garante uma completa representatividade espacial e, ao mesmo tempo, um considerável grau de detalhamento das características do fenômeno.

Vários estudos demográficos realizados até o momento sobre a Região Metropolitana de São Paulo enfatizam a importância da migração em sua dinâmica demográfica. No entanto, não analisam a fundo questões como as características migratórias específicas dos municípios em termos dos volumes de imigração e emigração, dos fluxos migratórios estabelecidos, dos migrantes recebidos e cedidos, etc.

Neste sentido, o Censo de 1980 apresenta-se como uma fonte de dados de grande potencial. A possibilidade de identificar o município de residência anterior do indivíduo representa um recurso analítico dos mais interessantes que, embora sujeito a algumas restrições², permite avaliar o processo migratório a partir de um de seus elementos básicos: a identificação das áreas de origem e destino dos movimentos.

A despeito desta grande oportunidade oferecida aos estudiosos de migração por este levantamento censitário, poucos foram os pesquisadores que se aventuraram na análise de suas informações, algumas sem sequer ter merecido qualquer estudo.

² Maiores detalhes sobre as vantagens e limitações dos dados censitários são fornecidos no Anexo I.

Seja em face da dificuldade na obtenção dos dados - em geral só disponíveis através de tabulações especiais -, seja devido ao desinteresse que o tema desperte, a verdade é que poucos analisaram os resultados do Censo sobre migração, o que, no mínimo, tem resultado na impossibilidade de avaliar a utilidade e o interesse desse tipo de informação, sem contar no prejuízo para o avanço interpretativo.

Especialmente com relação à Região Metropolitana de São Paulo, a maior parte da produção de cunho demográfico sobre migração baseou-se ou em métodos de estimativas indiretas, ou em dados específicos mais agregados disponíveis, em geral, nas tabelas publicadas pela Fundação IBGE.

No primeiro caso, vale a pena destacar os trabalhos elaborados por CAMARGO (1981) e PERILLO (1985), que realizaram uma avaliação dos saldos migratórios regionais para o período compreendido entre 1960 e 1980, assim como apontaram brevemente alguns fatores explicativos. Nesta mesma linha, encontra-se o trabalho de CUNHA (1984), cuja preocupação central foi a de realizar uma análise detalhada dos componentes demográficos e alguns de seus condicionantes responsáveis pela mudança no quadro de distribuição espacial da população no Estado nas décadas de 60 e 70.

Outros estudos, embora ainda valendo-se dos tradicionais saldos migratórios para algumas de suas análises, já apresentam certa preocupação no sentido de utilizar os dados censitários específicos sobre migração. Nestes casos, apenas para citar os que enfocam a Região Metropolitana de São Paulo, estariam incluídos os trabalhos de GOLDANI (1984) e CAMARGO e MONTALI (1988), ambos centralizando a migração e seus impactos num quadro mais geral da dinâmica demográfica regional.

É fácil perceber porque os dois estudos anteriormente citados não se aprofundaram na análise da migração e, mais particularmente, dos dados disponíveis no Censo Demográfico. Na verdade, em ambos, o fenômeno em questão não se constituía como objeto da análise, embora

se apresentasse como um dos elementos fundamentais para a compreensão da dinâmica metropolitana.

Um estudo muito preliminar no sentido de estudar mais detalhadamente os movimentos populacionais na Região Metropolitana de São Paulo, a partir dos dados censitários de 1980, foi realizado por CUNHA (1986). Neste trabalho realizou-se uma análise dos movimentos migratórios na Região Metropolitana de São Paulo em termos dos fluxos, volumes e outras características referentes à migração dos municípios componentes. Os resultados obtidos foram úteis para visualizar alguns aspectos importantes, entre estes a intensa mobilidade interna que a Região apresentou na década de 70.

Devido a estes resultados, considerou-se de grande relevância a análise mais detalhada desses movimentos e de suas conseqüências e condicionantes. O interesse por esta temática aguçou-se ainda mais após a constatação da escassez de referências e estudos específicos sobre a mesma.

De fato, através de pesquisa bibliográfica efetuada no âmbito nacional foi possível detectar apenas um estudo preocupado, especificamente, com este tipo de mobilidade populacional, fruto de um projeto desenvolvido pelo extinto PRODEUR/FAU, da Universidade de São Paulo (DUARTE, et alii, 1981). Este estudo tornou-se um dos principais pontos de referência da análise ora apresentada.

Obviamente, não é apenas o dado e sua abrangência que distinguem esta tese daquele trabalho, cujo interesse principal parecia estar muito mais voltado à compreensão do processo de periferização da população de baixa renda na Região Metropolitana. Na verdade, o viés demográfico da presente análise é bastante claro, sendo justamente o que lhe garante uma marca própria.

De fato, em face do objetivo central aqui proposto, ou seja, quantificar e qualificar os movimentos migratórios intrametropolitanos na Região Metropolitana de São Paulo na década de 70, bem como suas especificidades espaciais, principais tendências e condicionantes mais próximos, será destinada grande ênfase ao conhecimento demográfico detalhado do fenômeno.

Isto significa que, além dos elementos puramente demográficos, serão destacados também os aspectos ligados à relação existente entre estes movimentos migratórios e o processo de estruturação e formação da área metropolitana, no qual se insere uma série de fatores que, ao incentivarem ou mesmo restringirem a migração dos indivíduos ou famílias, deveriam implicar distinções do fenômeno em termos espaciais.

Cumprido destacar, por último, que o recorte temporal utilizado - a década de 70 - foi o único permitido pela fonte de dados básicos escolhida, que, por razões diversas, inviabilizava a análise longitudinal do fenômeno.

Se, por um lado, os Censos anteriores a 1980 não continham as informações necessárias para o estudo proposto, por outro, não se tinha, até o momento da conclusão desta tese, sequer uma expectativa sobre o momento da divulgação dos dados do questionário da amostra do Censo de 1991.

Além disso, pressupunha-se que a década de 70 deveria abranger parte importante de um processo que teria ganhado força nos anos 60. De fato, estimativas indiretas (a serem apresentadas) mostraram que o decênio em questão caracterizou-se por um crescimento dos volumes de migração interna em comparação com a década anterior e, ao mesmo tempo, pela inflexão da tendência crescente do fenômeno que reduziu sua intensidade nos anos posteriores.

O presente estudo é composto por quatro capítulos, dois anexos metodológicos, voltados à discussão de questões sobre a fonte de dados e técnicas estatísticas utilizadas, e um anexo de dados com informações sobre a matriz de fluxos migratórios intrametropolitanos.

O capítulo I procura construir um marco de referência sobre o qual a análise deve desenrolar-se. Deste modo, são apresentadas não apenas hipóteses e proposições para o estudo do fenômeno da migração intrametropolitana, mas também considerações acerca do "estado das artes" nesta temática. Complementarmente, apresenta-se, de forma sucinta, o contexto espacial e sócio-econômico da área estudada, com atenção especial à sua heterogeneidade interna, inclusive propondo-se uma tipologia de municípios.

O segundo capítulo contém uma análise quantitativa detalhada sobre a migração intrametropolitana na Região Metropolitana de São Paulo. Para tanto, são explicitados aspectos gerais da dinâmica demográfica da Região, especialmente no que tange à migração, construindo, assim, o quadro dentro do qual ganham sentido e importância os movimentos em questão. A análise central detém-se na caracterização de volumes, direções e sentido dos movimentos internos, de forma a captar suas principais tendências no espaço e determinar os papéis desempenhados pelos municípios em termos deste processo específico.

A busca de respostas à pergunta sobre quem migra internamente na Região Metropolitana de São Paulo e as relações entre as características dos migrantes e o perfil das áreas de destino constituem o tema principal do capítulo III. Além da análise de várias questões, que permitirão comprovar hipóteses a este respeito, e da demonstração do caráter familiar deste tipo de migração, será dada especial atenção ao estudo comparativo destes indivíduos com os demais residentes. Também serão apresentada uma tipologia de famílias migrantes e uma avaliação dos efeitos de suas características na propensão a migrar.

De certa forma, o capítulo IV reforça o anterior, uma vez que examina questões semelhantes, incorporando, na análise o ponto de vista do município de origem dos migrantes, o que modifica, portanto, o recorte analítico até então utilizado. Ao ampliar o referencial para o lugar de onde partiram os movimentos, as comparações entre migrantes e não-migrantes, assim como entre distintos fluxos, ganham novos significados, adicionando outros elementos para a compreensão do fenômeno.

Finalmente, na conclusão realiza-se uma síntese dos principais resultados da análise, para depois adentrar em considerações gerais sobre as dificuldades, contribuições e lacunas decorrentes do trabalho. Quanto a este último aspecto, será dada ênfase especial às sugestões sobre novos encaminhamentos de pesquisa, visando não apenas o preenchimento dos vazios identificados, mas também a utilização do Censo de 1991, que deverá estar disponível em um futuro muito próximo.

CAPÍTULO I

O CONTEXTO E A PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO

I. O CONTEXTO E A PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO

1. Alguns Antecedentes

Não há dúvida de que as décadas de 50, 60 e 70 assistiram a uma importante modificação na distribuição espacial da população e, especificamente, na estrutura urbana do território que hoje representa a Região Metropolitana de São Paulo.

Ainda que seja difícil estabelecer uma periodização exata para o começo do acelerado ritmo do processo de metropolização, parece ser consenso que este já estava presente na década de 50. *"O período intercensitário 1940-1950 caracteriza-se, nitidamente, como fase de transição entre o período anterior (início tímido da metropolização) e o atual (aceleração da mesma), por apresentar traços comuns a ambos"* (LANGENBUCH,1971).

De fato, pode-se constatar que, já nos anos 50, começa a se caracterizar uma discreta, mas efetiva, desconcentração da população metropolitana, com a Capital apresentando perdas em sua participação relativa na Região. Nos anos 60, observa-se não só uma redução do peso relativo da população do município de São Paulo, mas também um arrefecimento de suas taxas de crescimento demográfico.

Através da análise pormenorizada da dinâmica populacional da Capital (a ser apresentada no próximo capítulo), pode-se constatar que a importante diminuição ocorrida em seu ritmo de crescimento, embora refletisse a queda progressiva da intensidade migratória, também esteve influenciada claramente por suas perdas demográficas para as outras áreas, em especial para aquelas situadas na Região Metropolitana de São Paulo.

Neste processo, a década de 70, período preferencialmente focado neste estudo, representa um momento de grande significado sob a ótica da expansão e da ocupação populacional do espaço metropolitano. É exatamente neste sentido que a migração intrametropolitana aparece como um fenômeno de mais alta relevância.

Assim sendo, a problematização deste último fenômeno insere-se em um contexto mais geral da estruturação da Região Metropolitana de São Paulo, que envolve não apenas aspectos históricos, questões geomorfológicas e infra-estruturais, mas também elementos ligados ao processo de (re)produção social do espaço, como o acesso à terra, à divisão regional do trabalho, etc.

Não se pode ignorar também que a questão da migração intrametropolitana deve ser encarada dentro de um contexto da relação da Região Metropolitana de São Paulo com as demais regiões do país. Isto porque, como será demonstrado, este fenômeno representa apenas um momento a mais na vida migratória de grande parte dos indivíduos (em geral de baixo poder aquisitivo), que por razões amplamente conhecidas (BALÁN, 1973, FURTADO, 1970, MATA, 1980, MERRICK E GRAHAM, 1981, SINGER, 1977, MOTTA, 1981, entre outros) deixaram suas regiões de residência original para tentar a sorte na Região Metropolitana.

Portanto, elementos relacionados à concentração econômica e industrial na Região Metropolitana de São Paulo, ao forte processo de desruralização no país, às características da migração daí derivadas e até mesmo à desconcentração industrial iniciada já nos anos 70 são indispensáveis para compor o pano de fundo sobre o qual a análise da migração intrametropolitana deve fluir.

2. O Espaço Localizador dos Movimentos Migratórios Intrametropolitanos

2.1. A Formação e a Expansão da Região Metropolitana: uma breve síntese

Embora esta seção tenha um caráter apenas informativo, o assunto aqui tratado configura-se como pano de fundo de enorme importância para a análise a ser desenvolvida nos próximos capítulos.

Na verdade, ainda que de forma sucinta, é fundamental situar o espaço e o tempo privilegiados neste estudo no que se refere à trajetória do desenvolvimento econômico, à formação

e à expansão espacial da Região Metropolitana de São Paulo. Apenas desta maneira será possível recriar o contexto no qual ocorreram os movimentos migratórios aqui considerados.

Esta tarefa não exigiu grandes esforços para o presente trabalho, tendo em vista a disponibilidade de vários estudos que tratam do assunto. Dentre tantos, poder-se-iam mencionar os de ARAÚJO (1992), LANGENBUCH (1971), FUNDAÇÃO SEADE (1988), VILLAÇA (1978) e SINGER (1968). Assim sendo, para a maior parte do que será apresentado a seguir, foi organizado e selecionado, dentre estas análises mencionadas, o que se considerou ser mais útil e interessante para compor o contexto da migração intrametropolitana.

A história da formação da área que se conhece hoje como Região Metropolitana de São Paulo remonta do final do século passado. Muito embora, segundo LANGENBUCH, os indícios mais fortes do começo da metropolização tenham sido constatados apenas a partir dos anos 40, grande parte dos alicerces deste processo foi erigida anteriormente.

Já no começo do século, seu núcleo principal (o município de São Paulo) ia, aos poucos, se configurando como importante centro do sistema urbano no Estado. Nesta região, praticamente nascia a indústria paulista, junto com toda uma rede de serviços, comércio, etc.

Segundo ARAÚJO (1991), *"nos anos 20 a cidade de São Paulo já estaria com seu papel definido no âmbito da embrionária rede urbana do Estado, concentrando metade da produção industrial e parcelas crescentes dos serviços de apoio à produção"* (p.24).

Junto com a concentração crescente da atividade industrial, que se fazia possível graças à acumulação de capital proveniente da atividade cafeeira, estavam cada vez mais presentes a concentração populacional e a expansão urbana, tendo um dos principais elementos propulsores e direcionadores o advento das estradas de ferro (LANGENBUCH, 1971).

Depois de 1929, quando a principal atividade econômica até então prevalece (o café) enfrentou sua pior crise, o setor industrial ocupou definitivamente seu papel de locomotiva do

desenvolvimento e diversificação da estrutura produtiva. Superado o modelo primário exportador, o capital produtivo voltou-se para o mercado interno, que cada vez mais dependia da indústria nacional em função das restrições aos produtos externos: implantava, desse modo, um modelo de industrialização por substituição de importações.

Neste processo, cada vez mais se consolidava a posição econômica e demográfica da Região Metropolitana de São Paulo, que já em 1940 respondia por mais de 21% da população e 64% do Valor da Transformação Industrial estadual. Na verdade, nesta época e até, pelo menos, o final da década de 50, tal situação ancorou-se principalmente no comportamento de crescente destaque do município de São Paulo.

Quanto ao processo de metropolização³, iniciado por volta dos anos 40, pode-se dizer que o ano de 1956 caracteriza-se como um importante divisor de águas, uma vez que, neste período, foi implantado Plano de Metas que estabeleceu grandes mudanças na estrutura industrial do País e, em particular, da Região Metropolitana de São Paulo, através da instalação de setores da indústria pesada de bens de produção. Segundo CANO (1990), tal mudança teve implicações decisivas na forma de integração do mercado, transformando Região Metropolitana de São Paulo em eixo dinâmico da economia do país.

Do ponto de vista interno da Região Metropolitana, tais transformações tiveram conseqüências importantes na localização e, conseqüentemente, na redistribuição espacial da atividade econômica (SINGER, 1977). A partir deste momento, começaram a emergir subcentros regionais, que ganharam tal condição, sobretudo, por terem sido as áreas onde se fixaram boa parte dessa nova indústria implantada.

³ Utiliza-se aqui a periodização feita por Langenbuch, baseada em critérios de natureza geográfica, dos quais o autor destaca: i) Expansão dos limites geográficos por concentração, surgimento de pequenos núcleos urbanos distantes e absorção de áreas rurais; ii) aumento da complexidade da estrutura funcional interna, com grande especialização das áreas; iii) agudização da dicotomia entre os sentidos da cidade em termos político-administrativos e geográficos; iv) limites externos cada vez mais imprecisos; v) estruturação dos arredores não urbanizados feita em função da própria metrópole.

Algumas zonas da Região - destacadamente sua porção sudeste (o chamado ABC paulista) -, influenciadas também pela construção de importantes eixos rodoviários, diversificaram e intensificaram sobremaneira suas atividades produtivas. Conseqüentemente, transformaram-se em alternativas concretas e atraentes para a mão-de-obra metropolitana acrescentada, portanto, de um elemento condicionante no processo inexorável de expansão e desconcentração interna da Região Metropolitana.

Neste sentido, cumpre salientar que, como será mostrado no capítulo seguinte, é possível perceber que a intensificação do processo de periferização da população foi muito mais visível a partir dos anos 60, o que, de certa forma, mostra-se coerente com as transformações econômicas e sociais ocorridas na área.

Pode-se dizer que a década de 70 marca o final do processo, até então progressivo, de concentração econômica na Região Metropolitana de São Paulo. De fato, enquanto a Região, no começo deste decênio, detinha cerca de 43% do Valor da Transformação Industrial (VTI) nacional e 71% do estadual, em 1980 esta cifra já caíra para menos de 34% e 59%, respectivamente.

Neste período - principalmente entre 1975 e 1980 -, houve uma sensível desconcentração industrial nesta área, produto da ação governamental consubstanciada no II PND, que visava completar o processo de industrialização.

De fato, como atestam CANO et alii (1992), *"em seqüência aos incentivos regionais do início da década, o II PND também empreende um conjunto de políticas de promoção à desconcentração industrial de São Paulo... O resultado desse processo foi que a periferia nacional consegue obter taxas de crescimento do seu produto e da sua renda internas superiores às de São Paulo, que, pela primeira vez desde 1907, perdia alguns pontos na sua concentração industrial..."* (p.27)

Ainda segundo os mesmos autores, tal processo de desconcentração foi condicionado pela redução do ritmo de crescimento da indústria da Capital - que passava por modificações -, pelo

incentivo a projetos localizados fora da Região nos setores químico e mecânico e pelos "custos crescentes de aglomeração". Neste sentido, o desenvolvimento agrícola do Estado teve papel de suma importância ao alavancar os setores industriais anteriormente mencionados. Aliás, um dos principais beneficiados de todo este processo foi justamente o interior do Estado de São Paulo.

A crise econômica e social, que assolou o país nos anos 80, intensificou ainda mais o processo de desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo. De fato, como mostram ARAÚJO e PACHECO (1992), em termos de produto industrial, "*dentro do Estado de São Paulo, com a continuidade do processo de interiorização da indústria, ainda que a um ritmo mais lento, a região metropolitana reduziu sua participação relativa de 62,9% para 60%*" (p.71), sendo a Capital, novamente, a grande responsável por tal queda.

Obviamente este comportamento não significou a perda de importância da Região Metropolitana enquanto grande centro financeiro, comercial e de serviços do país. Ao contrário, marcou e intensificou ainda mais tais características.

Entretanto, estes acontecimentos tiveram conseqüências significativas na dinâmica demográfica da Região Metropolitana, sobretudo em termos migratórios. Pode-se considerar que os efeitos deste processo de desconcentração da produção constituíram-se em aspectos decisivos para o progressivo arrefecimento da intensidade de imigração registrada nesta área.

Os dados do Censo de 1980 já apontavam neste sentido ao registraram uma redução do ritmo de crescimento populacional, aspectos estes corroborados pelo Censo de 1991 recentemente divulgado. O ínfimo crescimento da Capital no período 1980-91 (resultado de um saldo migratório negativo), a diminuição da velocidade de expansão da periferia e a emergência e/ou consolidação de pólos econômicos/demográficos no Interior demonstram tais mudanças.

Esta trajetória econômica foi acompanhada de um processo de expansão e estruturação pautado por um caráter radiocêntrico, em que as ferrovias, em um primeiro momento, e depois

as rodovias tiveram uma importância decisiva no direcionamento e determinação das áreas que, progressivamente, foram sendo incorporadas à grande Metrópole.

O processo de metropolização, inicialmente caracterizado pela ocupação e pelo crescimento dos chamados subúrbios-estação - portanto, ainda com certa descontinuidade -, seguiu o rumo das principais ferrovias, no caso a Central do Brasil e sua variante (centro/leste), a Sorocabana (centro/oeste), e a Santos-Jundiaí (norte/sudeste). Estes trilhos, principalmente o último, também foram responsáveis pela instalação, nestas áreas, das indústrias, que mostravam franca preferência por uma maior proximidade à ferrovia (LANGENBUCH, 1971).

Verifica-se que, até aproximadamente o final dos anos 50, a principal expansão da área metropolitana ocorreu nas direções leste, que já incorporava municípios como Ferraz de Vasconcelos, oeste, com a emergência de Osasco (ainda não desmembrado da Capital), e sudeste, na região do ABC. A esta altura as rodovias (por exemplo, a Dutra e a Anchieta) também destacavam-se como direcionadoras desta expansão.

É importante frisar que os múltiplos caminhos e a extensão da desconcentração demográfica do centro da metrópole não se repetiram em relação à atividade industrial e, conseqüentemente, à redistribuição da atividade produtiva da Região.

Ao mesmo tempo em que o ABC paulista desenvolvia-se de forma acelerada - privilegiado durante o processo de modernização do parque industrial paulista devido à sua localização estratégica, aos recursos hídricos e às vias de acesso (LANGENBUCH, 1971) - grandes áreas "periféricas" iam se formando, em outras direções, para acolher a população de baixa renda que, cada vez mais, se afastava dos centros valorizados.

Deve-se considerar, também, que não apenas os municípios do ABC experimentaram os impactos da desconcentração industrial. Outros municípios da Região, como Diadema e Mauá, beneficiaram-se, igualmente, de tal processo, muito embora isso não tenha implicado alterações de suas características marcadamente de áreas dormitórios.

Municípios como Osasco e Guarulhos também foram favorecidos pela desconcentração industrial, embora um pouco mais tarde, quando estas áreas já haviam sido "anexadas" à "periferia" da Capital. Na verdade, em tais áreas, assim como em São Bernardo do Campo, o desenvolvimento urbano-industrial foi beneficiado pelo advento dos grandes eixos rodoviários, ou seja, em um segundo momento do processo de expansão metropolitana⁴.

Assim, se, por um lado, a Região Metropolitana apresentou um espraiamento de mais de 1.000 km² no período 1952-80, incorporando, em termos urbanos, um grande número de municípios nas várias direções, por outro, a atividade industrial e a conseqüente diversificação da atividade produtiva ficaram limitadas a um número menor de áreas.

Para se ter uma idéia, observa-se que, em 1980, só a região do ABC paulista detinha quase 22% do Valor da Transformação Industrial gerado em toda a área, o que, excluindo a Capital, representava a metade do valor gerado na Região Metropolitana de São Paulo, o mesmo ocorrendo em relação ao pessoal ocupado na indústria. Tal expressão econômica, no entanto, não tem uma mesma contrapartida demográfica, uma vez que esta zona respondia por pouco mais de 9% da população regional.

Esta situação reflete, em muitos sentidos, o grande crescimento das áreas chamadas "periféricas". Destas, os municípios-dormitório constituem uma expressão geográfica/administrativa.

Tais municípios, assim como os industriais, não foram se consolidando como tal de forma aleatória. Também nestes casos a localização em relação aos principais eixos rodoviários e ferroviários foi decisiva na determinação dos momentos e maneiras de ocupação de cada um deles.

⁴ Pode-se dizer que, dentro da Região Metropolitana de São Paulo, pelo menos até a década de 70, estes três casos eram os melhores representantes da mescla dos traços de subcentros industriais com os de áreas dormitórios.

Neste sentido, é interessante observar que aqueles mais próximos à Capital e servidos pelas ferrovias, tais como Carapicuíba (Sorocabana), Ferraz de Vasconcelos (Central do Brasil) e Franco da Rocha (Santos-Jundiaí), ou pelas principais rodovias, como Barueri (Castelo Branco) e Embu (Regis Bittencourt), foram os que tiveram melhores desempenhos demográficos nas décadas de 60 e 70, quando incorporaram-se efetivamente ao processo de metropolização.

Embora a acessibilidade tenha sido fundamental para o surgimento destas áreas dormitórios, a intensa atividade imobiliária, desencadeada sobretudo na década de 60, e a ação estatal na área de habitação tiveram grande influência na estruturação da Região Metropolitana de São Paulo.

Alguns dados pontuais obtidos, mesmo que dispersos no tempo e, portanto, pouco sistematizados, podem ser utilizados para exemplificar o que foi dito.

Segundo informações sobre investimentos no setor habitacional, mapeadas pela EMLASA (Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A.), por volta de 1976, a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) estava executando, ou tinha programada, a construção de cerca de 80 mil casas. Destas, a maioria (61%), obviamente, estava destinada aos grandes municípios. À Capital caberia a maior parcela (32%), sendo que o restante seria dividido entre os demais municípios, dos quais se destacam Diadema (6%), Embu (7%), Itaquaquecetuba (3%), Mauá, Mogi das Cruzes (2,6%) e Suzano (1,6%).

Infelizmente não foi possível saber quantas destas unidades habitacionais foram de fato construídas. Entretanto, estas informações demonstram as prioridades nesta área dentro da Região Metropolitana de São Paulo.

Outros dados obtidos junto à Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB) são um pouco mais conclusivos. Segundo esta fonte, em janeiro de 1993, foram entregues, na Região, 145.354 unidades, das quais quase 87% localizadas em São Paulo e o restante em Carapicuíba (14.230), Itapevi (4.250) e Guarulhos (476).

Embora o dado seja acumulativo e, portanto, impossível de se precisar as datas de implantação destes conjuntos habitacionais, verificou-se que, no caso de Carapicuíba, a implantação ocorreu no começo da década de 70, fato bastante coerente com o grande crescimento da área neste período.

Contudo, a questão da ocupação da periferia não passa apenas pela oferta de habitações. Diversos estudos mostram que uma das mais corriqueiras fórmulas adotadas por este processo é aquela baseada no binômio loteamento popular/autoconstrução.

Na impossibilidade de se contar com informações sistematizadas sobre a oferta deste tipo de loteamento, o dado sobre autoconstrução, para o período 1970-74, gerado por uma pesquisa realizada pela EMPLASA (1976) junto às prefeituras municipais⁵, mostra-se interessante e bastante sugestivo.

Segundo este levantamento, a autoconstrução, embora detectada em toda a Região Metropolitana de São Paulo, atinge proporções altíssimas em muitos de seus municípios. Dentre estes, destacam-se: ao sudeste, os municípios de Ribeirão Pires (71%) e Mauá (69%); ao norte, Franco da Rocha (90%) e Francisco Morato (88%); ao oeste, Barueri (67%), Jandira (90%), Itapevi (85%) e Cajamar (79%); ao sudoeste, Embu (96%), Taboão da Serra (78%) e Itapecerica da Serra (69%); e finalmente, ao leste, municípios como os de Itaquaquecetuba (78%), Ferraz de Vasconcelos (70%) e Suzano (64%).

Como se verá mais adiante, os municípios anteriormente mencionados são justamente aqueles caracterizados como áreas predominantemente dormitórios.

⁵ Segundo o documento a que se teve acesso, trata-se de um Censo realizado durante o período 1970 a 1974 sobre os alvarás concedidos pelas prefeituras. Seriam consideradas autoconstruções as moradias "com área unitária não superior a 50 metros quadrados (3 dormitórios) e não superior a 60 metros quadrados no caso de terem 4 dormitórios", e que tivessem sua planta fornecida ou aprovada pela prefeitura, com a isenção de um acompanhamento técnico das obras (EMPLASA, 1976, p.24).

Em suma, o processo de expansão da Região Metropolitana envolveu um grande número de municípios, na maior parte das vezes, direcionados pelos principais eixos de penetração. No entanto, enquanto muitos destes cresceram e consolidaram-se apenas como áreas receptoras do "transbordamento" da Capital, alguns poucos, beneficiados entre outros aspectos pela desconcentração da atividade produtiva, firmaram-se como verdadeiro subcentros, chegando a reproduzir, a um nível menor, o modelo centralizador emergido a partir do município de São Paulo.

O reconhecimento da diversidade de situações espaciais e, sobretudo, funcionais criadas durante a emergência, a estruturação e a consolidação da área metropolitana é de importância fundamental para o estudo dos movimentos migratórios no seu interior. Considera-se que este aspecto constitui-se em um pano de fundo essencial para compreender os diferenciais e as distintas expressões do fenômeno no espaço.

2.2. A Heterogeneidade Interna da Região Metropolitana: uma proposta de tipologia dos municípios para a década de 70

A grande heterogeneidade existente entre os municípios da Região Metropolitana de São Paulo é um fato incontestável e de fácil demonstração. Estudos como os da FUNDAÇÃO SEADE (1988) mostram com bastante clareza tal aspecto. Na verdade, em parte, foi devido ao reconhecimento desta diferenciação que se forjou a hipótese central deste estudo, que pressupõe a existência de uma distinção qualitativa entre os fluxos migratórios intrametropolitanos, segundo suas direções e sentidos.

Dessa forma, para efeitos deste trabalho, identificar e catalogar os vários perfis dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, no período estudado, acaba sendo uma tarefa de fundamental importância. Apenas através de uma visão bastante clara sobre as características destas áreas é que se poderá compreender um pouco melhor o comportamento específico do fenômeno considerado em cada uma delas.

Do conhecimento prévio sobre a Região Metropolitana de São Paulo, bem como da observação superficial de alguns dados considerou-se que, não obstante a heterogeneidade espacial destacada, seria possível identificar alguns tipos de áreas dentro das quais poderiam ser classificados os 37 municípios da Região⁶.

Para se chegar a tal tipologia, foram empregadas algumas técnicas estatísticas: primeiramente a análise fatorial e depois a análise de clusters, procedimentos amplamente utilizados e difundidos entre os pesquisadores de várias áreas do conhecimento.

Tendo em vista o suposto de que as características sócio-econômicas e demográficas dos municípios estariam relacionadas ao tipo e até mesmo à intensidade dos movimentos migratórios intrametropolitanos, estes foram agrupados segundo tais dimensões.

As variáveis utilizadas para representar estas dimensões, assim como todo o procedimento estatístico desenvolvido desde a preparação da informação básica até a aplicação da análise de clusters para a obtenção dos agrupamentos, encontram-se detalhados no anexo I. Aqui serão apresentados apenas as linhas gerais do procedimento e os seus resultados finais.

Basicamente três dimensões foram cobertas pelas 25 variáveis utilizadas: a dinâmica demográfica, a estrutura econômica e as condições sociais e de infra-estrutura. Enquanto, no primeiro caso, o crescimento, o peso populacional e a incidência de migração pendular foram aspectos privilegiados, no segundo, observou-se a força econômica com ênfase na dinâmica e no

⁶Deve-se reconhecer também a existência de outras tipologias dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, como as propostas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação SEADE (BUSSAB, 1985) e por Montali (BOGUS, MONTALI E BAENINGER, 1990). Enquanto a primeira utiliza a composição da População Economicamente Ativa (PEA) dos municípios como elementos definitórios para os agrupamentos, a segunda parte desta divisão acrescentando outras variáveis relativas à divisão social do trabalho. Considera-se que, no caso da primeira tipologia, o critério utilizado é insuficiente para apreender a diversidade de situações em termos dos processos migratórios, uma vez que se pode encontrar áreas com uma composição da PEA parecida, mas com características sócio-econômicas, e papéis na redistribuição espacial da população muito distintos; já no segundo caso, acredita-se que as variáveis adicionais utilizadas tenham sido insuficientes para apreender as diferenciações existentes, já que os resultados implicaram em classificações com as quais não se está de acordo como, por exemplo, catalogar Mogi das Cruzes, Suzano, Itaquaquecetuba e Embú como municípios "Agrícolas", ou considerar conjuntamente São Bernardo do Campo com Santo André e São Caetano do Sul.

perfil industrial. Já no terceiro caso, a renda da população residente e a dotação de serviços básicos foram as características abordadas.

Cumprе salientar que, na medida em que a análise principal deste estudo restringe-se à década de 70, optou-se por utilizar apenas indicadores referentes a este período (em geral, dados de 1980 e variações do período 1970-80), mesmo sob pena de estar desconsiderando aspectos ligados a tendências históricas eventualmente de grande significado.

Após a aplicação do procedimento de análise fatorial, que visava reduzir o número de variáveis trabalhadas, chegou-se a três fatores que, coerentemente, refletiam as dimensões anteriormente mencionadas. Foram calculados, então, os chamados "scores fatoriais", a partir dos quais foram agrupados os municípios metropolitanos, através da técnica de análise de conglomerados (ou clusters).

Contudo, o resultado decorrente desta última técnica não correspondeu ao agrupamento final utilizado no estudo, sendo que, para a obtenção deste, foram incorporadas, após o procedimento estatístico, variáveis fundamentais: uma locacional (zona geográfica) e outra referida especificamente ao fenômeno em estudo (migração interna recebida).

A adoção deste caminho é justificada, no primeiro caso, pelo caráter qualitativo da variável que dificultava sua manipulação estatística e, no segundo caso, pelo fato de sua incorporação deformar os agrupamentos obtidos, uma vez em que a migração intrametropolitana da década de 70 foi importante em municípios de vários perfis sócio-econômicos.

Os grupos foram catalogados segundo a característica predominante, resultando na determinação de quatro denominações: municípios industriais, industriais/dormitórios, dormitórios e agrícolas.

a) industriais: neste grupo estão incluídos, os municípios que, além de possuírem um parque industrial moderno e cujo produto lhes confere importante participação neste setor na

Região, são áreas com os mais expressivos indicadores sociais e de infra-estrutura básica, sendo que demograficamente apresentaram um crescimento modesto na década de 70, muito embora tivessem recebido contingentes importantes de migração intrametropolitana;

b) industriais/dormitórios: a escolha deste nome deu-se em função não apenas do marcado dualismo existente nestas áreas, em termos das condições médias de vida da população e importância econômica, mas também porque, em certo sentido, no período considerado, ainda guardavam boa parte dos traços que as caracterizavam no período anterior ao desenvolvimento urbano-industrial experimentado, ou seja, áreas eminentemente periféricas da Capital. Dessa forma, são municípios com significativo peso industrial, com elevado crescimento demográfico, sobretudo na década de 60, mas com grande parcela da população de baixa renda vivendo em condições ainda precárias.

c) dormitórios: como o próprio nome já diz, estes municípios foram assim catalogados por suas condições de depositários da população, na maioria de baixa renda, que os ocupa apenas como maneira de viabilizar o problema habitacional dentro da Região Metropolitana de São Paulo. São características ainda deste tipo de município o ínfimo peso industrial, o grande crescimento demográfico desde 1960, e as condições desfavoráveis em termos sociais e de infra-estrutura. Neste grupo, foram consideradas uma divisão entre dormitórios I e II ⁷, com o objetivo de distinguir os municípios que possuem uma participação mais intensa no que se refere ao fenômeno aqui referido, e uma divisão espacial destas áreas, de forma a captar especificidades as sub-regionais.

d) agrícolas: são os municípios mais afastados da Capital e que, na década de 70, ainda não eram incorporados completamente à expansão da Região Metropolitana e, por esse motivo, apresentavam uma atividade agrícola importante, ocupando parcela significativa de sua população.

⁷ Na verdade, DUARTE et alii (1981) utilizam uma interessante diferenciação entre municípios-dormitório e potencialmente dormitórios. Contudo, esta não foi utilizada porque o termo potencial, que expressa uma possibilidade futura, não pareceu adequado, dado que a diferenciação que se reconhece entre os municípios aqui qualificados como dormitórios está muito mais ligada ao grau de sua incorporação à expansão metropolitana do que propriamente à função que o mesmo possui dentro da área.

São áreas pobres, com um crescimento demográfico muito discreto e com insignificante participação, seja como origem, seja como destino, nos movimentos migratórios internos.

A seguir, são apresentados os municípios pertencentes aos grupos resultantes, sendo que suas localizações geográficas encontram-se no Mapa 1. Suas denominações procuram ilustrar o perfil e o papel dos mesmos na Região Metropolitana de São Paulo. No caso dos municípios dormitórios e agrícolas, adotou-se também uma divisão direcional que, seguindo a notação adotada pela EMPLASA (1976), está indicada segundo vetores. Ressalte-se que os municípios localizados ao norte e oeste foram agrupados no vetor "Oeste/Norte". Esta decisão foi influenciada pelo reduzido número de áreas ao norte, sobretudo aquelas onde o fenômeno estudado era importante, e pela maior semelhança e proximidade destas com os principais municípios do oeste.

Grupo 1. **Município de São Paulo;**

Grupo 2. **Municípios Industriais:** São Caetano do Sul e Santo André;

Grupo 3. **Municípios Industriais/Dormitórios:** Guarulhos, Osasco e São Bernardo Campo;

Grupo 4. **Municípios Dormitórios I:**

Vetor Oeste/Norte: Barueri, Carapicuíba, Embu, Franco da Rocha, Itapeverica da Serra e Taboão da Serra;

Vetor Leste: Ferraz de Vasconcelos, Mogi das Cruzes e Suzano;

Vetor Sudeste: Diadema e Mauá;

Grupo 5. **Municípios Dormitórios II:**

Vetor Oeste/Norte: Caieiras, Cajamar, Cotia, Francisco Morato e Itapeví;

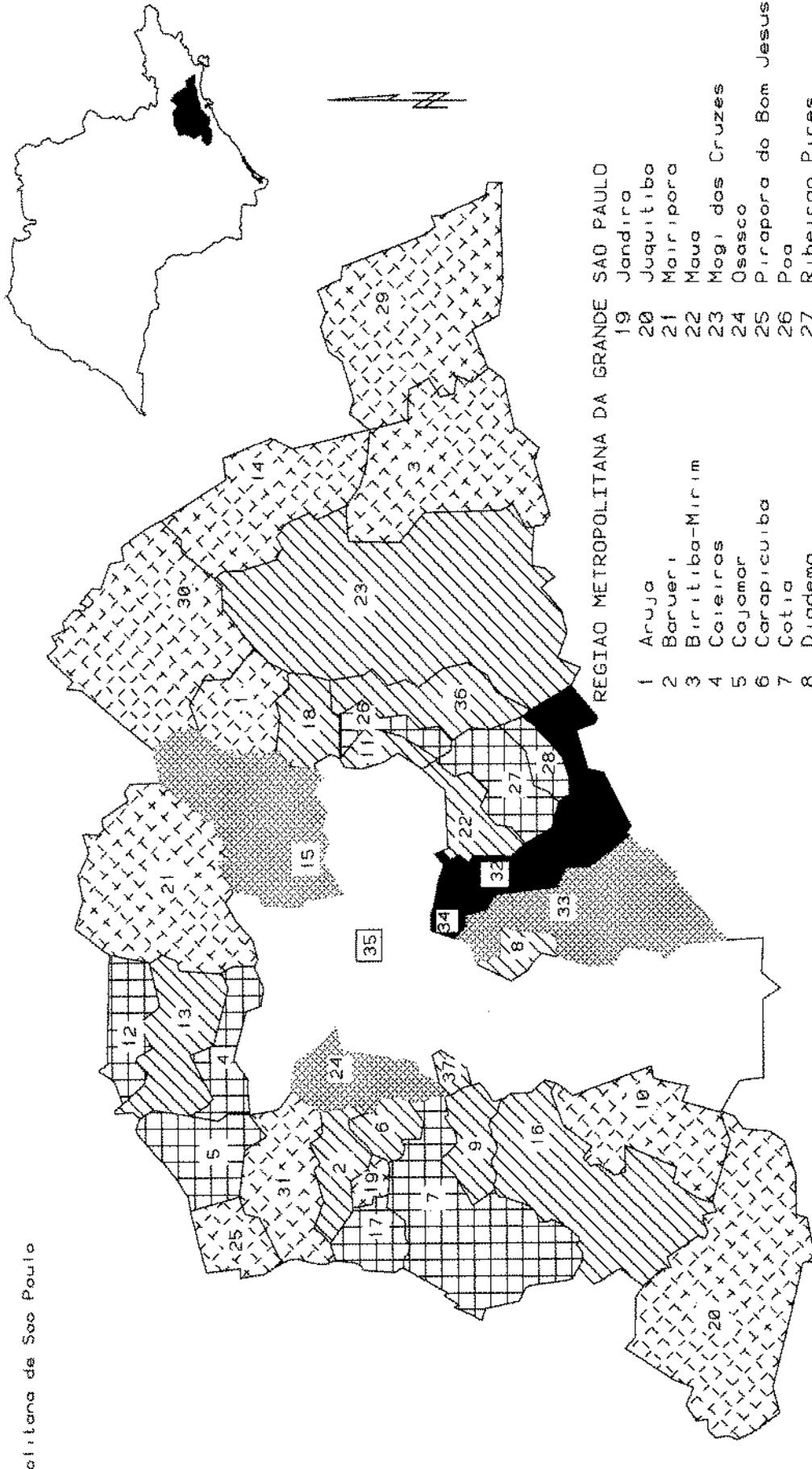
Vetor Leste: Poá;

Vetor Sudeste: Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra;

Grupo 6. **Municípios Agrícolas:**

Vetor Oeste/Norte: Embu-Guaçu, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Pirapora do Bom Jesus e Santana do Parnaíba;

Vetor Leste: Arujá, Biritiba-Mirim, Guararema, Salesópolis e Santa Isabel.



REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO PAULO

- | | | | |
|----|-----------------------|----|-----------------------|
| 1 | Aruja | 19 | Jandira |
| 2 | Barueri | 20 | Juquitiba |
| 3 | Biritiba-Mirim | 21 | Mairipora |
| 4 | Cateteiras | 22 | Mauá |
| 5 | Cajamar | 23 | Magi das Cruzes |
| 6 | Carapicuíba | 24 | Osasco |
| 7 | Cotia | 25 | Pirapora do Bom Jesus |
| 8 | Diadema | 26 | Poa |
| 9 | Embu | 27 | Ribeirão Pires |
| 10 | Embu-Guaçu | 28 | Rio Grande da Serra |
| 11 | Ferraz de Vasconcelos | 29 | Salesópolis |
| 12 | Francisco Morato | 30 | Santa Isabel |
| 13 | Franco da Rocha | 31 | Santana do Parnaíba |
| 14 | Guararema | 32 | Santa André |
| 15 | Guarulhos | 33 | São Bernardo do Campo |
| 16 | Itapeverica da Serra | 34 | São Caetano do Sul |
| 17 | Itapevi | 35 | São Paulo |
| 18 | Itaquaquecetuba | 36 | Suzano |
| | | 37 | Taboão da Serra |

- São Paulo
- ▨ Agrícola
- ▧ Dormitórios I
- ▩ Dormitórios II
- ▤ Industriais/Dormitórios
- Industriais

Apesar de a tipologia de municípios contemplar também a localização geográfica dos dormitórios e dos agrícolas, tal divisão somente será utilizada na análise quando os diferenciais encontrados justificarem tal inclusão.

3. Sobre a Carência de Estudos e Enfoques

Embora a questão da migração intrametropolitana, sobretudo enquanto fenômeno demográfico de grande importância e impacto, seja uma preocupação um tanto antiga, merecendo menções na maior parte dos estudos sobre o processo de formação e estruturação da Região Metropolitana, raros foram as análises que se ocuparam exclusivamente desta temática (DUARTE et alii, 1981, BOGUS e PATARRA, 1980; MONTALI, 1981; CUNHA, 1986 e 1990).

Nos periódicos internacionais também foram encontradas poucas referências específicas sobre este tipo de migração (SIMMONS, 1968; SABAGH et alii, 1969; BUTLER, 1968; PALUMBO et alii, 1990; BROWN et alii, 1970; HEATON et alii, 1979; e WEINBERG, 1979), embora em países como os EUA este fenômeno tenha sido igualmente importante (CASTELLS, 1974).

Seguindo uma tendência observada no conjunto dos estudos sobre migração no Brasil, este fenômeno recebeu, durante os anos 80, pouca atenção, embora o Censo realizado no começo da década tenha introduzido um quesito que permitiria, pela primeira vez, especificar os movimentos populacionais segundo seus municípios de origem e destino.

Se o conhecimento empírico deste fenômeno não apresentou grandes avanços, a situação não foi diferente no que se refere às contribuições teóricas, não pela qualidade do que foi realizado, mas certamente pelo não prosseguimento dos esforços neste sentido. Não é fácil, portanto, iniciar uma discussão teórica sobre os movimentos intrametropolitanos, devido à escassez de estudos que buscam dar conta desse fenômeno específico.

Em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, este tipo de movimento parece ter sido mais intenso nos anos 40 e 50. Contudo, suas características foram distintas das observadas na Região Metropolitana de São Paulo em pelo menos um aspecto: a condição social da maioria da população que deixou o centro. Como recorda CASTELLS (1974):

"La urbanización norteamericana de la postguerra se caracteriza ... por la aceleración de la concentración metropolitana y la difusión espacial de las actividades y de la población con un proceso de suburbanización ... Estas transformaciones han tenido profundas consecuencias en la distribución espacial de las características sociales. El desplazamiento hacia zona periféricas confortables ... se ha hecho posible principalmente para las nuevas capas medias ..." (p. 207)

Neste trecho reproduzido do livro "La cuestión urbana", de Manuel Castells, fica evidente que nos EUA não foram as classes baixas que estiveram à frente da desconcentração populacional em direção à "periferia"⁸.

Dado o caráter da suburbanização da metrópole americana, que implica a permanência dos "pobres" perto do centro, grande ênfase é dada, por um lado, a elementos como a construção de auto-estradas e o advento do automóvel (no caso do enfoque dos ecologistas urbanos) e, por outro, às questões ligadas ao setor da construção de moradia (desde uma perspectiva marxista).

Na verdade, em qualquer destas linhas explicativas, os fatores condicionantes privilegiados seriam, no mínimo, discutíveis para se entender a desconcentração espacial da população na Região Metropolitana de São Paulo.

⁸ Aqui vale frisar que CASTELLS utiliza a palavra periférica no seu sentido puramente geográfico, que, como será visto mais adiante, difere da conotação sociológica.

Dessa forma, aliada à escassez de estudos detectada, verifica-se uma situação em que, pelo menos no caso dos EUA, os esforços interpretativos não fornecem todas as indicações necessárias para a compreensão de um processo que, certamente, assume feições próprias e peculiares em países subdesenvolvidos como o Brasil.

Ainda assim, alguns textos poderiam ser destacados por fornecerem pistas úteis para encaminhar a presente análise, como os de SIMMONS (1968) e SABAGH e outros (1969). Estes estudos, entre vários aspectos, salientam a importância do ciclo vital como elemento fundamental na decisão de migrar.

Na realidade, esta dificuldade em encontrar referências sobre a migração intrametropolitana, sobretudo no caso do Brasil, não chega a surpreender, pois este fato apenas reflete o que também se observa para o conjunto dos estudos sobre migração no país e, provavelmente, em toda América Latina.

Para que se tenha apenas uma idéia do "estado das artes", no Brasil, o importante texto de Paul Singer (1973), do começo dos anos 70, sobre aspectos teóricos da migração interna, permanece, ainda hoje, como uma das poucas contribuições nesta área. Para exemplificar sua importância em um determinado momento de reflexão na América Latina, basta considerar a seguinte citação:

"Representa la orientación com que los estudios del Grupo de Trabajo sobre Migración serán abordados en un futuro, dado que el objetivo central es la elaboración de un marco teórico integral..." (CLACSO, 1972, p.3).

Leitura obrigatória para qualquer estudioso do tema, o referido estudo continua nesta posição não somente por sua qualidade, mas também pela ausência de novos trabalhos que o substituam, critiquem, atualizem, ou seja, que forneçam novos elementos para discussão.

Além disso, este e vários outros estudos realizados pelo referido Grupo de Trabalho sobre Migração do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)⁹ voltaram-se, essencialmente, à análise da migração rural-urbana que naquele momento predominava na América Latina.

"Es bastante obvio que tanto en las orientaciones teóricas como en la investigación realizada en nuestros países se ha puesto un énfasis casi exclusivo en las migraciones rural-urbanas y en especial en las migraciones a nuestras grandes ciudades" (OLIVEIRA e STERN, 1972, p.41).

Desta forma, a contribuição que os esforços teóricos sobre migração mencionados podem dar ao presente trabalho é um tanto restrita. Estes estudos auxiliam a demarcação de um quadro de referência mais geral, que, como já se adiantou, deverá figurar sempre como um pano de fundo sobre o qual se tentará entender os movimentos internos na Região Metropolitana de São Paulo.

Se, por um lado, são poucos os caminhos encontrados nos estudos de população no sentido de possibilitar um melhor entendimento quanto ao da migração intrametropolitana, por outro, o mesmo não pode ser dito dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da sociologia urbana ou mesmo da geografia.

Principalmente nestas duas áreas de conhecimento, muitos foram os estudos preocupados com o que, genericamente, poder-se-ia chamar de processo de estruturação e expansão urbana. Em cada um deles, independentemente de suas orientações teóricas, é possível encontrar elementos de grande utilidade para o delineamento da problemática particular da qual se ocupa este trabalho.

⁹ É importante frisar que deste grupo fazia parte um número considerável de pesquisadores, muitos dos quais também contribuíram com textos teóricos sobre migração interna. Vale destacar, entre outros, Humberto Muñoz, Orlandina de Oliveira, Claudio Stern e Jorge Balán.

Na verdade, pode-se considerar que muitas das questões referentes aos movimentos de curta distância podem, em certo sentido, ser remetidas diretamente àquelas relacionadas à estruturação e à expansão do meio urbano. Isto decorre não somente do fato incontestável de que este último processo guarda estreita relação com a distribuição espacial da população, mas também porque o componente migratório, nas grandes aglomerações urbanas, tem, em geral, papel decisivo na configuração do espaço.

Em face dos objetivos do presente estudo e da fonte de dados básica utilizada, não se pretende aqui, ao resgatar a contribuição dos estudos relacionados à questão urbana, retirar dos mesmos elementos para a construção de um marco teórico para a migração intrametropolitana, até porque as informações com as quais será realmente encaminhada a análise não permitiriam qualquer tipo de verificação neste sentido. O que se busca é muito menos pretensioso: trata-se apenas de identificar alguns dos principais elementos estruturais responsáveis pelo processo, no sentido de pensar com mais propriedade nas contrapartidas demográficas que seriam passíveis de averiguação a partir do Censo.

Nesta linha de preocupação, pode-se identificar na literatura pelo menos duas grandes tendências: uma ligada à escola da Ecologia Humana; e outra de inspiração marxista. Não obstante o grande número de estudos existente, serão mencionados apenas aqueles em que foi possível resgatar alguma contribuição para o caso específico da área em estudo.

No primeiro caso, trabalhos importantes sobre a Região Metropolitana de São Paulo, como os de LANGENBUCH (1971) e VILLAÇA (1978), são exemplos de como esta perspectiva de análise também direcionou, e provavelmente ainda direciona, muitos dos trabalhos da geografia urbana.

Em termos gerais, poder-se-ia dizer que as análises subsidiárias da ecologia humana visualizam o espaço urbano como uma adaptação da organização social ao seu meio ambiente físico, adotando, portanto, uma perspectiva mais restrita das relações humanas, em que aspectos

como a competição ou cooperação entre as pessoas são utilizadas como elementos explicativos dos padrões urbanos.

Talvez a idéia central da ecologia urbana (humana) possa traduzida no parágrafo transcrito de Duncan:

"... La sociedad existe en virtud de la organización de una población de organismos, cada uno de los cuales individualmente no está habilitado para sobrevivir en aislamiento. La organización representa una adaptación a circunstancias que no pueden ser abolidas con las cuales los individuos son interdependientes y que la colectividad de individuos debe hacer frente con condiciones ambientales concretas... con cualquier medio tecnológico que pueda estar a su disposición. La "union social" en su aspecto más básico, es precisamente esta interdependencia de unidades en una división más o menos elaborada del trabajo, descrita con propiedad como una "integración funcional". Las sociedades difieren... porque cada agregado territorialmente delimitado confronta un conjunto de circunstancias medio ambientales y difiere de los otros agregados en tamaño y composición." (DUNCAN, 1975, p.963)

Para efeitos do presente estudo, deve-se destacar que algumas análises visivelmente ancoradas nesta linha de pensamento podem proporcionar elementos importantes. Trabalhos já citados, como os de Langenbuch e Villaça, proporcionam uma visão clara, ainda que um tanto descritiva, do processo de urbanização e, em particular, da metropolização na Região Metropolitana de São Paulo.

As relações entre urbanização e sistema de transporte - que abrangem aspectos referentes à estruturação da cidade ao longo das ferrovias e rodovias -, a relação entre localização industrial e localização geográfica (topografia, proximidade a outros centros, etc.) e a evolução dos aglomerados urbanos e respectivas "vocações" são elementos fundamentais que se constituem em questões de grande utilidade prática para o entendimento da expansão de uma região

metropolitana e, em particular, dos rumos seguidos e das características assumidas pela migração interna observada nesta área.

Contudo, a estruturação do espaço não pode ser entendida somente como um processo natural e resultado inexorável de ajustes e adaptações da sociedade ao seu meio ambiente físico.

"Despite the descriptive advances of ecology... theoretical investigations into the reasons behind present sociospatial patterns are limited and weak. From a conventional perspective, we know what is taking place; however, we do not fully know why." (GOTTDIENER, 1985, p.16)

Assim, surgem outros enfoques em que a discussão procura apreender a maneira pela qual se dá a ocupação e a expansão do espaço urbano nos moldes de uma sociedade em que o capital (ou sua dinâmica) tende a orientar seus destinos.

Saem de cena, portanto, questões como adaptação e competição/cooperação, ligadas à natureza humana, funcionalidade, determinismo tecnológico, etc., para dar lugar ao entendimento dos mecanismos referentes ao conflito social e à lógica da acumulação capitalista, que remetem a questões como a reprodução da força de trabalho, as relações entre capital e trabalho, capital e Estado, etc., bem como seus efeitos sobre a configuração e transformação do espaço urbano.

"The fundamental aim of all marxian work ...was the replacement of what had become a tired application of descriptive urban factorial correlation with a vibrant syntesis that could ... uncover the processes by which the urban environment had assumed its current form and ... explain the features of uneven spatial development and social crises associated with it."
(GOTTDIENER, 1985, p.71)

A transformação da função econômica do espaço no capitalismo, que implica a predominância do seu valor de troca sobre seu valor de uso, é um dos mecanismos necessários

ao entendimento do processo de ocupação territorial e da formação do ambiente construído numa área urbana, sobretudo, aquelas com grande densidade populacional.

Para efeitos do presente estudo, alguns aspectos considerados por estes enfoques são interessantes contribuições no sentido de buscar apreender o fenômeno da migração intrametropolitana.

A lógica da localização da atividade econômica, por um lado, e o processo de ocupação e transformação do espaço urbano por parte do capital e/ou do Estado, por outro, permitem identificar elementos fundamentais que incidem de forma direta sobre a distribuição da população no interior das aglomerações urbanas.

O papel e a ação do Estado, neste processo, também levantam questões úteis para entender o estilo periférico de crescimento da Região Metropolitana. Sua atuação direta nas políticas de zoneamento, no alcance do cumprimento das mesmas, na política habitacional, etc. tem um efeito importante na localização da população dentro da área urbana. Um exemplo disso é o BNH, uma das opções de solução do problema habitacional para as classes mais pobres.

"... a escolha de terras para a edificação dos conjuntos parece ter obedecido a um critério principal, o distanciamento do centro... A localização periférica dos conjuntos habitacionais serve como justificativa à instalação de serviços públicos... É assim que se criam nas cidades as infra-estruturas... que, ao mesmo tempo, revalorizam diferentemente os terrenos... e asseguram a permanência de espaços vazios... O mecanismo de crescimento urbano torna-se, assim, um alimentador da especulação, a inversão pública contribuindo para acelerar o processo..." (SANTOS, 1990, p.31)

Além de sua manifestação no setor imobiliário, o capital também possui papel importante na organização e reestruturação do espaço em sua encarnação mais visível, ou seja,

no setor produtivo¹⁰. Neste caso, o impacto direto e indireto da localização industrial, tanto no mercado de trabalho e na geração de riquezas quanto no próprio desenvolvimento urbano local, é sem dúvida fator de peso a ser considerado.

Também é bastante clara a relação existente entre a desconcentração industrial observada na Região Metropolitana de São Paulo - como mostram alguns estudos (ANDRADE, 1979, MARICATO, 1977, SINGER, 1977, entre outros) - e o espraiamento da Região Metropolitana, mesmo considerando que o nível de integração existente na área pode tornar mais tênue a relação entre a localização da atividade econômica e a da população.

Pode-se concluir que a maior parte dos estudos consultados, independentemente do tipo de enfoque adotado, preocupava-se com questões gerais acerca da formação e/ou reprodução do espaço, mostrando muito pouco as relações entre este nível macro-estrutural de análise e o nível micro, ou seja, do comportamento e motivações do indivíduo.

Na seção seguinte, tentar-se-á construir uma série de hipóteses sobre o comportamento e as características da migração intrametropolitana frente a uma estrutura de motivações ou constrangimentos derivada de alguns dos principais condicionantes da estruturação sócio-espacial da Região Metropolitana de São Paulo.

4. A Estrutura de Incentivos e Constrangimentos da Migração Intrametropolitana: o mercado de terras e de trabalho

Uma das formas assumida pela intensa e constante redistribuição espacial da população no interior da Região Metropolitana é a migração intrametropolitana¹¹. Por esse motivo, esta

¹⁰ É interessante destacar a contribuição de David Harvey sobre a conexão entre o processo de produção do ambiente construído e a acumulação capitalista. A partir da distinção de três circuitos, em que o Capital se materializa, o autor sustenta que seria do fluxo do primeiro circuito (da produção) para o segundo (investimento no setor imobiliário) que se produziria o meio urbano. HARVEY, D., *The Urban Process Under Capitalism: A Framework for Analysis*, 1981, apud GOTTDIENER (1985).

¹¹ Assume-se que a redistribuição espacial da população é produto não somente da migração, mas também do componente vegetativo do crescimento demográfico. No caso em questão, poder-se-ia, ainda, dividir o efeito das migrações em termos da migração interna e externa, esta última representada pelos movimentos provenientes de outras regiões que não da Região

última tem participação decisiva na formação, expansão e reestruturação do espaço metropolitano, o que não significa afirmar, entretanto, que o primeiro fenômeno explique o segundo. Talvez o mais natural seria pensar que este tipo de migração decorre das formas representadas pelos processos de criação e transformação do urbano.

Contudo, poder-se-ia perguntar de que maneira o fenômeno migratório influenciaria, por sua vez, a estruturação do espaço. Respostas para esta questão poderiam constituir-se em contribuições interessantes para um melhor conhecimento de ambos os fenômenos, que muito provavelmente são mutuamente dependentes.

Mesmo reconhecendo a possibilidade de uma causalidade recíproca, no presente estudo serão consideradas apenas as questões relativas ao primeiro tipo de implicação, ou seja, a migração como resposta à configuração e à transformação do espaço urbano na Região Metropolitana. É importante ressaltar que os dados com os quais se trabalha não permitiriam alcançar qualquer outro objetivo que não esse.

Nestes termos, tentar-se-á elaborar a presente análise sob dois aspectos: o primeiro apresentado a seguir, procura indicar um conjunto de condicionantes que, se acredita, estejam ligados especificamente à mobilidade intrametropolitana; o segundo, que será tratado na próxima seção, constitui-se na questão central deste estudo e está voltado para a discussão das possíveis contrapartidas e especificidades do fenômeno produzidas em função dos elementos anteriores.

Ao se consultar a farta bibliografia sobre o tema de periferização nos anos 70, pode-se constatar a riqueza de elementos disponíveis para a compreensão das formas e situações em que ocorreu o crescimento e a expansão da Região Metropolitana. Acredita-se que grande parte dos condicionantes detectados para explicar o padrão "periférico" de crescimento urbano teve também muita influência sobre o fenômeno migratório interno.

Antes de discorrer mais sobre estas questões, é válido definir com maior precisão o que aqui se considera "periferia".

A literatura brasileira dos anos 70 e começo dos 80 sobre a formação e característica das populações ditas periféricas é bastante rica. Salvo engano, acredita-se ter sido neste momento de reflexão, sobretudo, por parte dos sociólogos, que se cunhou o significado da palavra em questão.

Na verdade, a noção sociológica de periferia difere de certa forma daquilo que seria o seu significado espacial que: "contorno", "vizinhança" e "proximidade". Sob esta definição, ter-se-iam classificados como periferia os vários bairros de alto padrão encontrados em alguns municípios da Região Metropolitana de São Paulo e, em especial, na Capital, o que não seria o caso.

Por outro lado, ao se considerar a noção mais popular de periferia, certamente encontraríamos pequenos espaços periféricos dentro do próprio centro, como são as favelas, as zonas de cortiço, etc. Nestes termos, a que poderíamos chamar de processo de periferização?

"... numa área tão extensa quanto a Região Metropolitana de São Paulo a contradição centro-periferia tem de ser manejada com cuidado ao menos por duas razões: Em primeiro lugar, o próprio município núcleo tem o seu centro e a sua periferia. Em segundo lugar, os municípios não-centrais repetem esse mesmo modelo..." (SANTOS, 1990, p.63)

Portanto, "periferização" seria o processo de ocupação e adensamento de áreas (municípios para os nossos propósitos) com "baixa renda diferencial" (BONDUKI e ROLNIK, 1979)¹², onde o "morar" fosse acessível para as populações de baixa renda e, portanto, cuja

¹² O conceito de "renda diferencial" do espaço é definido pelos autores nos seguintes termos: "...o simples fato da terra ser monopolizada provoca o aparecimento da renda...Esta renda se manifesta diretamente sob a forma de aluguel ou através da venda...apesar de dois terrenos terem dimensões ou características físicas semelhantes, seus preços podem variar de acordo com

principal função dentro da Região Metropolitana de São Paulo fosse exatamente a de abrigar este contingente demográfico impossibilitado de residir nas valorizadas áreas mais centrais.

Estas áreas centrais, por sua vez, seriam os lugares onde grande parte dos habitantes das periferias exerceria suas atividades produtivas e buscaria os bens e serviços mais complexos necessários, porém, inexistentes ou pouco desenvolvidos em seus lugares de residência.

Nestes termos, poder-se-ia encontrar zonas "periféricas" em toda a Região Metropolitana de São Paulo, inclusive no próprio município central.

Obviamente que, nas áreas urbanas dos municípios metropolitanos, a incidência proporcional de tais zonas dependeria das características de cada um deles, tendendo a ser maior, por exemplo, nos chamados municípios-dormitório.

Na verdade, a expansão espacial da área metropolitana não pode ser relacionada unicamente ao crescimento das "periferias", estas últimas entendida nos termos anteriores.

Para compreender de forma mais abrangente os condicionantes da migração intrametropolitana, não se pode prescindir de uma dimensão das mais relevantes na reestruturação urbana, ou seja, a desconcentração industrial e o conseqüente surgimento de subcentros regionais dentro da Região.

Portanto, "periferização" e desconcentração industrial têm implicações decisivas na estruturação do espaço, pois trata-se de forças conjuntas que se expressam em subespaços com características e intensidades distintas.

sua 'localização' na cidade...A localização significa...que o terreno incorporou determinada quantidade de trabalho seja sob a forma de benfeitorias...seja sob a forma de acessibilidade a centros de produção ou consumo. Essas diferenças vão aparecer sob a forma de renda diferencial apropriada pelo proprietário do terreno, que vai somar-se à renda absoluta." (p.80)

A "periferização" teria como principais elementos estruturais explicativos as questões relativas à moradia. Entre estas, destacam-se aquelas encontradas na Região Metropolitana: modalidades de ocupação e parcelamento do solo, especulação imobiliária, políticas públicas e concentração demográfica.

Se, por um lado, é difícil determinar até que ponto a questão imobiliária influi no processo de deslocamento da população para a periferia e vice-versa, por outro, é indubitável que esta cria uma série de "constraints" que devem intervir decisivamente na decisão de mudança das famílias ou indivíduos.

As figuras dos loteamentos periféricos, muitos deles clandestinos, surgem em um contexto de grande valorização das zonas mais centrais e, portanto, na falta de alternativas habitacionais acessíveis nestas áreas. Para este processo, contribui decisivamente a omissão do poder público, que deixa de planejar e/ou programar uma ocupação racional e socialmente mais justa do espaço urbano.

Mesmo no caso de uma ação direta, os resultados da intervenção do Estado podem contribuir ainda mais para a periferização da população. É o que ocorre com a construção de conjuntos habitacionais, como já mencionado, e com a formulação de novas legislações pelo poder local, que ao enrijecer o controle sobre a promoção imobiliária, acaba por deslocá-la para áreas distantes de tal controle.

Exemplo disso é o que ocorreu no município de São Paulo, onde leis criadas em 1972 e 1979¹³, ao estabelecerem maior controle sobre a abertura de loteamentos, tiveram efeito importante sobre o espraiamento da Região Metropolitana, da Capital em direção aos municípios vizinhos (GROESTEIN, 1987, BONDUKI e ROLNIK, 1979, COSTA, 1984). De qualquer forma,

¹³ A lei municipal nº 7.085/72 "instituiu um procedimento de aprovação em duas etapas, pelo qual o Prefeito tinha oportunidade de intervir sistematicamente nos projetos". Já em 1979 "foi promulgada a Lei Federal nº 6.766, conhecida por Lei Lehmann que trouxe as alterações mais decisivas...para o condicionamento legal da atividade de loteamento...pelo enquadramento do loteador clandestino como réu de crime contra a administração pública" (COSTA, L.C., 1984, p.86 e 87).

estas novas regulamentações não puderam conter totalmente a criação ou manutenção de loteamentos em situações precárias¹⁴.

É óbvio que, do ponto de vista da população, a moradia é um dos problemas fundamentais que deve ser resolvido para viabilizar a permanência na área metropolitana (PATARRA e BOGUS, 1981, DUARTE (coord.), 1981). Em função dessa busca, um grande número de pessoas movimenta-se dentro da Região. Das soluções adotadas, o binômio loteamento periférico/autoconstrução surge com grande significado (São Paulo, Município, s/d), embora não se configure como a única.

"...não apenas a aquisição de casa ou lote próprios é a causa do deslocamento... Qualquer alternativa no mercado habitacional... redundando em certo grau de fixação..." (DUARTE (coord.), 1981, p.102).

Se há um consenso quanto ao fato de que as questões ligadas ao mercado de terras contribuiriam para justificar a saída da população dos centros valorizados, quais seriam, pois, os elementos que poderiam explicar os rumos seguidos pela mesma?

"A ocupação da periferia como um grande depositário de habitações da classe trabalhadora não é ... espontânea ou aleatória, mas rigidamente determinada" (MARICATO, 1977, p.42).

A afirmação anterior, apesar de referir-se a uma condição de quase imposição de mudança da população em face dos processos de valorização e apropriação do solo urbano, também pode ser entendida de outra forma: pode-se considerar a não aleatoriedade dessa

¹⁴ Segundo COSTA (1984), nenhuma das duas leis anteriormente mencionadas puderam resolver o problema da qualidade dos loteamentos. Enquanto as exigências da primeira fomentaram ainda mais a prática clandestina, a segunda, com maior poder de repressão, aplicava-se apenas aos loteamentos novos e, portanto, não implicou resultados imediatos. Na verdade, ainda hoje são impressionantes as cifras da "cidade clandestina" ainda existente em São Paulo. Segundo estudo recente da prefeitura deste município, "entre 60% e 70% dos moradores encontram-se ... em uma situação que contraria os modelos de apropriação e organização do espaço contido nas normas jurídicas vigentes" (Prefeitura Municipal de São Paulo, [1991?], p.90).

"periferização" no sentido de que existem fatores que condicionam ou determinam que uma ou outra área seja ocupada ou adensada.

À proporção, que o padrão periférico de crescimento tenda a se apoiar na oferta de loteamentos ou conjuntos habitacionais, é óbvio que serão as alternativas neste setor que darão a determinada zona o caráter de área preferencial dos migrantes.

Contudo, esta oferta deverá depender de outros fatores, como as vias e meios de acesso, as facilidades oferecidas em termos de legislação, ou a pouca rigidez em sua aplicação, os investimentos públicos, principalmente aqueles voltados à habitação popular, e, por último, o valor da terra que também depende da disponibilidade de equipamentos urbanos, localização, acessibilidade, etc. (CARLOS, 1986).

A expansão da mancha urbana metropolitana em São Paulo, sem dúvida nenhuma, tem seguido, num primeiro momento, o rumo traçado pelas ferrovias, e, depois, pelas rodovias, principalmente a partir dos anos 50. O surgimento de núcleos suburbanos, onde a população adensou-se progressivamente ao redor dessas vias de acesso, foi uma das principais características de formação da Região Metropolitana de São Paulo (LANGENBUCH, 1971).

Juntamente ao fator associado às vias de penetração, deve-se considerar também o elemento distância do núcleo central. Apesar de a periferia ter se estendido para áreas cada vez mais distantes, deve-se observar que os municípios mais próximos ao centro metropolitano foram os primeiros a receber os efeitos da "expulsão" da população que se desencadeou neste último.

Os loteamentos populares deveriam situar-se longe o bastante para serem baratos, mas, ao mesmo tempo, suficientemente perto, não só para motivar os compradores potenciais, mas também para viabilizar a estratégia do capital imobiliário, que depende muito das condições limitadas do poder público no sentido de levar os melhoramentos àquelas áreas longínquas, valorizando as terras intermediárias.

Dessa forma, o caráter não aleatório dos movimentos migratórios intrametropolitanos reflete-se, por um lado, no rumo ditado pelas principais vias de comunicação (ferrovias e estradas) e, por outro, nas ofertas existentes no mercado imobiliário das zonas periféricas, que, por sua vez, tendem a seguir a direção da população em visível processo de retroalimentação.

Quanto a esta última questão, vale a pena tecer alguns comentários adicionais.

Apesar da inegável relação entre os elementos estruturais e as decisões dos atores, é necessário levar em consideração que uma área das dimensões da Região Metropolitana de São Paulo possui uma dinâmica de expansão induzida pela própria pressão física causada pela elevada concentração demográfica no núcleo principal.

Neste sentido, são interessantes os comentários de SIMMONS (1968) sobre o tamanho das cidades e seus ritmos de crescimento na mobilidade interna da população:

"Large cities provide more migration opportunities than small cities... The growth rate is another factor that tends to increase mobility within a city. Rapid growth stimulates new housing investment, creates a ready market for older properties, and accelerates the processes of suburbanization, invasion, and succession."

Assim, de certa forma, é difícil saber em que grau, por exemplo, as ações do setor imobiliário estariam condicionando os movimentos migratórios intrametropolitanos, uma vez que este último processo poderia também motivar as intervenções daquele setor.

Portanto, a relação entre os elementos ligados à produção e à reorganização do espaço urbano e a migração intrametropolitana tem um sentido duplo que não deve ser esquecido, ainda que seja enfatizado uma dessas possibilidades.

Embora a questão do uso e posse do solo urbano possa permear em grande medida a localização final (ou mais estável) do indivíduo (ou família) na Região Metropolitana, acredita-se que a localização econômica teve, e continua tendo, papel fundamental no direcionamento de boa parte dos fluxos internos metropolitanos. Neste sentido, considera-se indispensável uma abordagem mais detalhada dessa outra face do fenômeno em estudo.

Segundo SINGER (1977), o crescimento industrial da periferia de São Paulo ocorreu num quadro em que a saturação do núcleo começava criar inúmeras desvantagens para a localização. Por outro lado, LANGENBUCH (1971) aponta, em seu estudo, os principais elementos responsáveis pela expansão industrial para as áreas suburbanas, entre estes, a existência de ferrovias e rodovias, a topografia privilegiada e a existência de água fluvial.

"A expansão industrial passa a ocorrer a partir da capital em direção a outros municípios em busca de terrenos maiores, de menor preço, mão-de-obra barata, incentivos e uma rede de comunicações eficiente, de rápida e fácil ligação com a capital metropolitana. A ausência de terrenos para ampliação ... o processo de valorização da terra ... as deseconomias de aglomeração aliados ao incentivo de algumas prefeituras da Grande São Paulo, têm levado a um rearranjo da localização industrial ... não temos apenas a instalação de novas indústrias, mas também a realocação de antigas." (CARLOS, 1986)

Supõe-se que o fator demográfico não condicione, de forma importante, a localização industrial dentro da Região Metropolitana. Isto porque a integração geográfica, econômica e social que a caracteriza possibilita às atividades industriais, independentemente do lugar onde estejam, desfrutarem do mesmo modo do grande mercado de consumo e da abundância de mão-de-obra aí disponível, esta última, inclusive, totalmente passível de ser realocada.

Assim, é mais provável que aspectos técnicos, econômicos e até mesmo políticos sejam os que interfiram em maior grau na localização das plantas industriais.

Em pesquisa realizada junto a quase 80 indústrias no município de Diadema¹⁵, chegou-se à conclusão que, de fato, a variável mão-de-obra era pouco significativa quando comparada a outros elementos, tais como incentivos fiscais, facilidades de aquisição de terreno, infra-estrutura oferecida, etc. (ANDRADE, 1979). Neste estudo, inclusive, fica bastante claro o papel do poder público nas decisões de alocação das empresas.

"O número irrisório de referências (nos questionários) à mão-de-obra como razão da implantação deve-se explicar pelo fato de que a indústria, ao se instalar, conta com a disponibilidade de mão-de-obra concentrada no aglomerado metropolitano e não com a presença local ... de força de trabalho". (ANDRADE, 1979, p.120)

Porém, a população tem sua resposta a esta reorganização espacial da estrutura produtiva metropolitana. Não há dúvidas de que, além do efeito multiplicador na economia local, o crescimento industrial, sobretudo naqueles setores mais dinâmicos, apresenta como contrapartida um afluxo populacional, que obviamente variará segundo a intensidade do primeiro processo.

"O ritmo de ocupação do solo impulsionado pela nova indústria é praticamente imposto ao local, qualquer que seja a área onde ela se localize ou seus antecedentes de ocupação. Em meio a outros fatores, destaca-se a velocidade com que se dá o assentamento residencial de migrantes nas áreas próximas ...". (MARICATO, 1977, p.37)

A tendência de expansão ou desconcentração industrial do centro rumo às zonas vizinhas e próximas, que modifica o quadro de oferta de empregos industriais e possibilita a emergência de novos pólos na Região, tende, indubitavelmente, a propiciar uma movimentação interna de

¹⁵ Diadema é um pequeno município vizinho a São Bernardo do Campo, sendo que ambos fazem parte do complexo industrial chamado ABCD, responsável por cerca de 25% do VTI gerado na Região Metropolitana.

peças em busca desse novo mercado. Trata-se da redistribuição da população impulsionada pela reorganização espacial da atividade e da divisão do trabalho na Região Metropolitana.

É importante salientar que a atração exercida pelas áreas de maior desenvolvimento urbano-industrial não estaria ligada apenas à oferta efetiva de empregos nos seus setores produtivos urbanos. Na verdade, a simples percepção, por parte do migrante, das possibilidades potenciais da zona poderia ser suficiente para motivar o movimento.

Além da desconcentração industrial, dever-se-ia também destacar o papel significativo do Estado na dinâmica da criação de empregos, como assinalam CANO e SEMEGHINI (1992):

"O Estado, através da política econômica, ativando esse intenso crescimento industrial e urbano, constituiu fator significativo de desenvolvimento das atividades terciárias, quer em termos do emprego direto ... quer no que se refere às demandas diversas repassadas para empresas especializadas...quer, ainda, no que tange às funções de regulação econômica, provimento de infra-estrutura, ou dos aparatos financeiros e de intermediação." (p.95)

De fato, setores como o dos serviços sociais, em que atuação do Estado é bastante nítida, cresceram de forma importante na Região Metropolitana de São Paulo na década de 70. Para se ter uma idéia, verifica-se que, em termos de População Economicamente Ativa (PEA), este setor aumentou sua participação, passando a absorver 8,9% da mesma em 1980, contra 7,8% em 1970, sendo, ademais, o segmento do terciário que mais cresceu na década (8,7%, para uma média de 5,1% do setor como um todo) (CANO e SEMEGHINI, 1992, p. 204 e 205).

Deve-se considerar ainda que, dado o desenvolvimento urbano e, portanto, as comodidades e facilidades oferecidas pelos municípios mais industrializados, a migração para estas áreas pode também ocorrer de forma separada da questão laboral, principalmente para uma parcela da população com maior poder aquisitivo. Estas famílias, motivadas, por exemplo, pelas

preferências de localização ou por questões meramente particulares, poderiam buscar tais municípios, engrossando os fluxos que se dirigem para estas áreas.

Assim, boa parte da migração intrametropolitana deve ter como principais condicionantes a emergência, o crescimento e a consolidação de novos pólos industriais, que vão caracterizando-se, cada vez mais, como verdadeiros subcentros regionais. No caso da Região Metropolitana de São Paulo, como será visto, este fato é bastante claro, sendo que os maiores centros industriais coincidem com algumas das principais áreas de recepção da migração interna.

Em suma, são vários os elementos que atuam como parte de uma estrutura de pressões (ou motivações), levando os atores a moverem-se no espaço metropolitano: a localização e a desconcentração industrial, bem como suas implicações na dinâmica de geração de empregos e desenvolvimento urbano das áreas; a promoção e a dinâmica imobiliária, através da manipulação do mercado de terras, da criação de novos empreendimentos (para as classe pobres e ricas), ou mesmo da ocupação irregular do espaço; a ação do Estado na distribuição dos serviços públicos e na área da habitação; a deteriorização dos níveis de vida, etc.

A migração intrametropolitana assumiria, portanto, características que tenderiam a refletir as várias formas de respostas das famílias (ou indivíduos) a esta estrutura de incentivos ou constrangimentos.

Do ponto de vista dos fluxos migratórios internos estabelecidos, esta estrutura manifestar-se-ia tanto nos lugares de origem, como nos de destino dos movimentos. Em outras palavras, o direcionamento de um fluxo poderia refletir as respostas dos atores não apenas aos constrangimentos no local de origem, mas também aos incentivos ou atrativos existente no de destino.

É fundamental frisar que tais incentivos ou constrangimentos constituem um conjunto de forças que se expressam com características e, principalmente, intensidades distintas nos vários subespaços da Região Metropolitana.

Assim sendo, é de se esperar que a composição dos fluxos migratórios intrametropolitanos reflita este aspecto através de diferenciações bastante evidentes em termos dos migrantes envolvidos em cada um deles.

Disso, deriva-se uma das **hipóteses básicas** do presente estudo, ou seja, a previsão da existência de nítidas diferenças qualitativas nos fluxos migratórios, segundo as características demográficas, sócio-econômicas e espaciais dos municípios de destino dos movimentos.

4.1. A Contrapartida Migratória: proposições para uma análise empírica

Nesta seção, pretende-se reativar uma reflexão há algum tempo deixada de lado e, paralelamente, formular um conjunto de hipóteses e proposições que possam nortear a análise da migração intrametropolitana, embora seja difícil estabelecer o grau de generalidade que as mesmas possam alcançar para as demais formações metropolitanas brasileiras.

A princípio, poder-se-ia considerar a importância da mobilidade interna uma característica intrínseca ao processo de metropolização. No entanto, dados publicados pela Fundação IBGE (1991), a serem apresentados oportunamente, mostram a existência de grande heterogeneidade entre as Regiões Metropolitanas (RMs), no que se refere a este fenômeno. Supõe-se que o comportamento do fenômeno nas RMs deverá depender das características específicas do processo de formação e desenvolvimento de cada uma delas¹⁶.

Tendo em vista que a migração intrametropolitana corresponde a um movimento de curta distância, pode-se esperar que esta favoreça os deslocamentos de famílias completas e não apenas

¹⁶ Resultados preliminares obtidos em um estudo comparativo entre as RMs de Campinas e Região Metropolitana de São Paulo, recém iniciado no Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), dão conta da pouca importância deste fenômeno na dinâmica da primeira região. Isto estaria refletindo, entre outros aspectos, a posição de cada área nos contextos estadual e nacional, as diferenças existentes entre o desenvolvimento do entorno de cada RM, no primeiro caso, ligado à expansão do café no interior do Estado e, no segundo, principalmente à desconcentração econômico-demográfica da Capital e, provavelmente, ao tamanho e eficiência do sistemas de transportes.

de parte de seus integrantes, como é comum em outros tipos de migração (sazonal ou interestadual, por exemplo).

De fato, a importância da migração familiar, no interior da Região Metropolitana já foi mostrada por DUARTE (coord., 1981), cujo estudo constatou que, em se tratando da última mudança, 90% da migração eram de famílias nucleares.

Por esta razão, e principalmente por seu inegável mérito enquanto *locus* das decisões individuais, optou-se por adotar a família como unidade de análise dos fluxos migratórios intrametropolitanos. As características da família serão, pois, os elementos-chaves sobre os quais levantar-se-á a maior parte das hipóteses e proposições do presente estudo.

Como já explicitado, considera-se que os elementos macro-estruturais condicionantes dos movimentos intrametropolitanos poderiam ser remetidos a duas questões centrais: a moradia e o mercado de trabalho.

Acredita-se que dificilmente outras problemáticas resumiriam de forma tão adequada os elementos constitutivos da estrutura de incentivos e/ou constrangimentos que condicionariam de maneira mais próxima os movimentos intrametropolitanos.

A presente discussão baseia-se no suposto de que as famílias¹⁷ que migram internamente na Região Metropolitana seriam definidas segundo as diferentes implicações que cada elemento da órbita desta estrutura de motivações/constrangimentos teria sobre suas necessidades e preferências, enfim, sobre suas decisões acerca de sua localização espacial dentro da Região.

¹⁷ Deve-se mencionar que também os indivíduos só podem ser classificados como família (unipessoal), desde que constituam uma unidade de consumo independente.

Desta forma, seria possível detectar uma série de características que poderiam acarretar uma maior propensão das famílias em migrar. Algumas delas são apresentadas a seguir.

a) Ciclo vital familiar

A importância do ciclo vital como elemento condicionante da mobilidade intra-urbana pode ser identificada em vários estudos.

SABAGH et alii (1969), por exemplo, ao discutirem alguns dos determinantes da mobilidade residencial nos EUA, afirmam:

"This (o ciclo vital) is a structural component of a family dimension which is highly predictive of intrametropolitan residential moves. It pertains essentially to the effects of changing demographic composition of the family." (p.94)

"...for "typical" families, mobility propensity is greatest during the family formation, child-bearing, and child-launching stages..." (p.90)

SIMMONS (1968) também deixa bastante explícita esta questão em sua resenha dos estudos sobre mobilidade intra-urbana:

"Housing needs generated by life-cycle changes cause the majority of moves..." (p.627)

"Rossi¹⁸...concludes: 'the major function of mobility [is] the process by which families adjust their housing to the housing needs that are generated by the shifts in family composition that accompany life cycle changes'." (p.630)

¹⁸ ROSSY, P.H. Why Families Move. Glencoe, Ill., p.9. Apud SIMMONS, 1968.

Já DUARTE et alii (1981) mostram, por exemplo, que 33% das primeiras mudanças internas na Região Metropolitana de São Paulo deram-se por motivos de casamento.

"O peso das migrações que envolviam apenas a família nuclear do ego continuou a aumentar (nas etapas sucessivas de migração intrametropolitana) ... sugerindo que a constituição de novas famílias tenha sido outra razão importante a impulsionar as mudanças de moradia." (p.101)

Assim, o potencial analítico do ciclo vital para entender as motivações para a migração intrametropolitana é bastante claro, pois é razoável supor que famílias em diferentes etapas do ciclo vital deverão reagir também de formas distintas a um determinado tipo de incentivo ou constrangimento.

Por último, cabe ressaltar que, associado à noção de ciclo vital, encontra-se um elemento revestido de importante significado analítico para efeitos do presente estudo: o tipo de arranjo familiar. Certamente, este aspecto deverá diferenciar sensivelmente os diversos fluxos migratórios, sobretudo quando se considera a alta probabilidade de que, em algumas direções, a migração individual (família unipessoal) seja expressiva.

b) Condição sócio-econômica

Tão ou mais importante que o ciclo vital, esta característica tende a influenciar a resposta migratória das famílias, uma vez que determina as suas necessidades, aspirações e limitações de consumo.

Assim sendo, e tendo presente os principais elementos condicionantes dos movimentos migratórios intrametropolitanos, poder-se-ia detectar em dois tipos extremos de famílias mais propensas a migrarem internamente na Região: as de baixa renda e aquelas com grande poder aquisitivo.

No primeiro caso, a migração ocorreria devido a uma situação sócio-econômica desfavorável, que poderia implicar não apenas maiores dificuldades de permanecer nas áreas mais valorizadas da Região Metropolitana, mas também uma grande necessidade de buscar alternativas de trabalho mais satisfatórias. Tais famílias, na verdade, deveriam predominar na migração intrametropolitana, haja vista o forte caráter "periférico" da expansão urbana da Região Metropolitana de São Paulo.

Já no segundo caso, ainda que numericamente pouco significativa, a migração no interior da Região Metropolitana corresponderia a uma modalidade emergente de ocupação do espaço urbano, condicionada por fatores ligados às "preferências", à "qualidade de vida", etc., refletindo muito mais um processo de livre escolha, ao contrário da migração "forçada" registrada nas classes sociais mais baixas¹⁹.

c) Tamanho da família

Apesar de intimamente relacionado ao momento do ciclo vital das famílias e à condição sócio-econômica das mesmas, é possível imaginar o peso deste elemento na decisão de migrar. Mesmo em condições similares, em termos das características anteriores, um maior número de membros pode significar uma motivação maior para migrar, sobretudo quando este movimento estiver ligado à necessidade de resolver o problema habitacional.

d) Nível sócio-ocupacional

O tipo de ocupação e qualificação profissional (no caso do chefe da família) pode também adquirir um papel importante para caracterizar os migrantes intrametropolitanos, em função dos fluxos migratórios a que pertencem.

¹⁹ Aqui se lança mão de uma distinção interessante proposta por SABAGH (1969) entre a migração "voluntária" e "involuntária", esta última entendida como induzida por razões que transcendem a esfera do controle individual ou familiar, ou resultado de decisões prévias que impliquem uma necessidade de mudança de residência.

Da ótica das necessidades potenciais ou demandas efetivas da estrutura produtiva dos lugares de destino, esta característica deveria atuar como elemento de diferenciação entre os indivíduos, no que se refere às suas percepções destes fatores de atração e conseqüentes motivações para migrar.

De outro ponto de vista, dado sua estreita relação com a situação financeira da família, o nível sócio-ocupacional do chefe configura-se como um dos aspectos decisivos na determinação dos migrantes intrametropolitanos, sobretudo ao se considerar que nesta migração existe uma predominância das famílias de baixa renda.

Em face destas dimensões, apresentam-se a seguir, algumas considerações acerca das características das famílias em alguns dos principais contextos de motivações para os deslocamentos existentes na Região Metropolitana de São Paulo.

A "periferização" da população de baixa renda²⁰

É obvio que, do ponto de vista da população de baixa renda, um dos problemas fundamentais a ser resolvido, como forma de viabilizar a permanência na área metropolitana, é o habitacional.

Uma das principais respostas demográficas a este tipo de constrangimento é, sem dúvida, a migração intrametropolitana. Em função dessa busca, um grande número de pessoas movimentam-se dentro da Região, sendo que o binômio loteamento periférico/auto-construção é uma das principais modalidades de fixação (São Paulo, Município, 1990).

²⁰ É bom recordar a ênfase que neste texto é dada para a diferenciação entre as acepções geográfica e sociológica do termo periferização. Por esse motivo, sempre que utilizado com este último sentido a palavra será escrita entre aspas.

Como mostra DUARTE et alii (1981), a compra de um lote era responsável por 54% dos movimentos intrametropolitanos, enquanto a casa própria respondia por 15% dos mesmos. Somadas estas cifras, observa-se a relevância da dimensão habitacional.

Assim, pelo menos para parte da população, a migração intrametropolitana constituir-se-ia num dos mecanismos ou "estratégias" (individual ou familiar), que viabilizariam a permanência ou maior "sobrevivência" (mesmo que em condições precárias) dentro da Região, que representa o locus principal da concentração regional (ou mesmo nacional) da renda.

Além do filtro sócio-econômico, que se refletiria nos baixos níveis de qualificação dos chefes e da renda *per capita* das famílias migrantes, a questão habitacional deveria também implicar uma maior propensão à migração de famílias na etapa inicial de seu ciclo vital, sobretudo aquelas em que se registra a presença de filhos.

Se, por um lado, poder-se-ia pensar que os casais e indivíduos sozinhos tenderiam a ser mais flexíveis no sentido de buscarem soluções habitacionais provisórias, por outro, são maiores as chances das famílias que se encontram num estágio mais avançado já terem os seus problemas equacionados.

Em decorrência disso, supõe-se que a estrutura etária dos migrantes que se deslocam por este motivo esteja mais concentrada nas idades jovens (sobretudo entre os menores de 10 anos), com as participações relativas diminuindo nas idades mais adultas, sobretudo, naquelas mais avançadas.

Embora não haja dúvidas de que grande parte da migração intrametropolitana seja composta por famílias de baixa renda, poder-se-ia perguntar em que medida esta migração caracterizaria-se por uma seleção positiva entre os habitantes de menor poder aquisitivo.

Em outros termos, não seria de se estranhar que, tendo em vista que a migração pode depender de uma certa disponibilidade financeira (por menor que fosse) para a compra de um lote

ou para a construção de uma casa, as famílias migrantes internas fossem relativamente menos pobres que outras potencialmente migrantes, mas que, por restrições de ordem econômica, não realizaram o movimento.

Muitas destas últimas famílias seriam migrantes com pouco tempo de residência na Região Metropolitana e originárias de fluxos migratórios inter-regionais e interestaduais, que, como será mostrado, constituíram grande parte dos movimentos migratórios intrametropolitanos da década de 70.

Neste caso, aos problemas enfrentados pelos migrantes intrametropolitanos, juntam-se também aqueles relacionados à adaptação ao novo meio, que incluem, entre outros aspectos, informação sobre a área, entrada no mercado de trabalho, etc. As condições financeiras destas famílias poderiam atuar como elemento restritivo à decisão de migrar, obrigando-a a ocuparem os espaços periféricos existentes no centro principal, como favelas, cortiços, etc.

De fato, é razoável considerar que, entre os imigrantes da Região Metropolitana, os mais antigos teriam maiores probabilidades de alcançar uma solução mais duradoura para a questão da moradia. Este aspecto, aliás, é ressaltado por DUARTE et alii (1981) ao mostrarem, por exemplo, que a compra de um lote na periferia é, para o migrante, um estágio habitacional relativamente avançado.

As classes abastadas vão para a periferia

No item anterior, os elementos que incentivam ou constroem a migração ligavam-se a questões relativas ao acesso, por parte da população de baixa renda, às áreas mais valorizadas da Região Metropolitana, onde fatores como os efeitos perversos das atividades imobiliárias, bem como a própria transformação e a expansão natural do espaço urbano metropolitano, etc. contribuíam para afastá-la progressivamente das regiões centrais.

Já no caso das camadas sociais mais elevadas, tais motivações, embora também façam parte da dinâmica imobiliária da Região Metropolitana e tenham o mesmo efeito desconcentrador da população, traduzem, na verdade, um novo tipo de demanda que é bastante particular a esta classe social. Portanto, nestes casos, a "livre escolha" possibilita caracterizar a migração não como uma ida "para onde for possível", mas sim para onde é mais "agradável" de se viver.

Este movimento, a princípio contraditório diante da valorização econômica e social representada pelas áreas mais centrais em sociedades como a brasileira, reflete uma nova tendência dessas classes no sentido de alcançar melhores *standards* de vida.

Assim, parece ser uma migração ancorada, por um lado, em motivações não-econômicas, bastante ligadas às questões das preferências e satisfação²¹, e, por outro, na oferta por parte dos empreendedores imobiliários de alternativas atraentes, que representem não apenas uma melhoria das condições gerais de vida (mais verde, casas mais amplas, maior segurança²², menos poluição, etc.), mas também a possibilidade de continuar desfrutando das oportunidades (econômicas, culturais e de consumo) do grande centro.

"... la estratificación y la segregación urbanas no son la proyección directa en el espacio del sistema de stratificación social, sino um efecto de la distribución del producto-vivienda en el espacio, así como de la correspondencia entre estos dos sistemas de distribución." (CASTELLS, 1974, p.207)

Na literatura americana, encontra-se uma perspectiva teórica que busca dar conta de um fenômeno parecido denominado "contraurbanização", ou seja, o deslocamento progressivo da população de classe média das grandes aglomerações em direção às áreas menores. Neste caso,

²¹ A problemática sobre preferência residencial e satisfação como elementos condicionantes da migração é um tanto antiga nos EUA. Trabalhos como o de HEATON et alii (1979) mostram claramente que este aspecto tem um papel importante na decisão de migrar.

²² A preocupação com a segurança não é, como se poderia pensar, uma prerrogativa dos estratos sociais mais elevados. Como mostra CALDEIRA (1992), esta é uma preocupação generalizada, muito embora apenas uma parcela privilegiada da população tenha condições de buscar uma solução para este problema.

as explicações enfatizam a flexibilidade residencial no espaço proporcionada pela crescente quebra de barreiras institucionais e tecnológicas.

"Changes in the industrial structure, a rising standard of living, and technical improvements in communication and production are leading away from a situation where both producer and consumer space is dictated by production constraints."
(FREY, 1988, p.597)

A tendência dos deslocamentos das classes mais abastadas para a periferia encontra-se muito bem explicitada no estudo de CARLOS (1986), que analisa a produção do espaço urbano em Cotia, um município-dormitório da Região Metropolitana de São Paulo.

"A Granja Viana constitui-se num fenômeno típico do processo de reprodução do espaço urbano metropolitano, como fruto do processo de desenvolvimento da mancha urbana que implica uma redefinição do uso do solo urbano e com isso, do valor de troca que tende a "expulsar" das áreas mais centrais da cidade, tanto a classe de baixo poder aquisitivo... quanto a classe de renda média e alta que foge dos "infortúnios" de se viver numa grande metrópole poluída, barulhenta, com falta de espaço, poucas áreas verdes, etc., em busca de um novo 'modo de vida'..." (p.223 e 224)

É difícil pensar em possíveis filtros, além do econômico, que poderiam "selecionar" os atores que fariam este tipo de migração. É provável que, em função do próprio momento de definições, famílias em fase de formação predominem nestes fluxos. Contudo, não há motivos aparentes para que aquelas que se encontram nos estagiou intermediários também não se sintam atraídas pelo bem-estar que tais "refúgios" periféricos podem oferecer. Talvez somente no caso dos casais mais idosos, cuja proximidade dos serviços e comodidades dos maiores centros podem ser convenientes, esta solução não seja a mais desejada.

É mais simples, contudo, determinar as áreas para onde estas famílias dirigem-se, pois, pelo menos até agora na Região Metropolitana de São Paulo, a forma como estas têm se instalado

nas zonas periféricas (em geral condomínios fechados) possibilita um mapeamento espacial relativamente fácil: em geral, são municípios próximos à Capital e com um sistema viário de ligação bastante eficiente, como as auto-estradas.

Assim, independentemente de sua expressão numérica, trata-se de um fenômeno interessante e fundamental para o entendimento do processo de organização do espaço metropolitano. Na verdade, um fenômeno que, por exemplo, na década de 70 surge na Região Metropolitana de São Paulo com pouca expressão, poderá transformar-se, nas próximas décadas, em um tipo de movimentação cada vez mais comum. Por esse motivo, é necessário realizar maiores esforços no sentido de uma melhor compreensão deste tipo de movimento²³.

A desconcentração industrial e a dinâmica de empregos

Não se pode negar que a desconcentração industrial observada o destino na Região Metropolitana de São Paulo, por volta dos anos 50 e que persiste até hoje, tenha influenciado os movimentos migratórios internos.

Embora a questão do uso e da posse do solo urbano possa permear o destino final (ou mais estável) do indivíduo (ou família) na área metropolitana, é inegável que a localização da atividade econômica, em particular a industrial, teve, e continua tendo, papel fundamental na determinação da estrutura de constrangimentos/incentivos que incidem sobre o direcionamento dos fluxos migratórios internos metropolitanos.

Obviamente que a população de baixa renda seria uma das mais motivadas a migrar para as zonas industrializadas, em função dos atrativos e das perspectivas de sobrevivência oferecidos por estas localidades. Contudo, devido às mesmas dificuldades de permanecerem nas zonas mais

²³ Como já mencionado, os estudos referentes aos EUA que buscam dar conta do grande crescimento das áreas não-metropolitanas, devido, em grande parte, à alocação nestas zonas das classes médias, podem fornecer elementos interessantes também para pensar este fenômeno específico. Além dos autores já citados, nos trabalhos de HEATON et alii (1979), BACH e SMITH (1977), DE JONG e GORDON (1977), entre muitos outros, pode-se obter várias indicações de como estudar este tema.

valorizadas, sua instalação necessariamente, dar-se-ia nas periferias, agora dos novos centros regionais, reproduzindo, assim, o que ocorre com relação ao centro principal da Região Metropolitana.

Tendo em vista que o local de residência não representa uma condição indispensável para se garantir o acesso a estes novos mercados de trabalho - dado que, dentro dos limites impostos pelo sistema e custos de transporte, pode-se recorrer ao expediente da migração pendular²⁴ -, a migração da população de baixa renda para as zonas industriais da tenderia a apresentar características muito similares àquela originada na Capital e dirigida para as áreas nitidamente dormitórios.

Porém, a questão da desconcentração industrial poderia também implicar certos incentivos que tenderiam a filtrar novos tipos de famílias (ou indivíduos) migrantes intrametropolitanas, sobretudo quando consideradas do ponto de vista da situação sócio-ocupacional dos membros, ou, especificamente, do chefe.

Na verdade, as necessidades potenciais, ou mesmo as demandas efetivas das indústrias e de outros ramos produtivos de algumas áreas de destino, por um lado, e as facilidades locacionais e habitacionais, por outro, poderiam favorecer a migração de indivíduos com melhor nível de qualificação profissional e, portanto, em condições sócio-econômicas mais favoráveis.

Por esse motivo, espera-se, por exemplo, encontrar uma participação importante de migrantes em categorias sócio-ocupacionais mais elevadas nos fluxos direcionados às áreas onde

²⁴ A questão da migração pendular ganha na análise dos movimentos intrametropolitanos um significado muito especial. Pode-se dizer que o primeiro fenômeno está estreitamente ligado ao segundo, sendo, em boa parte, uma de suas conseqüências mais visíveis, na medida em que, com a expansão urbana e redistribuição da população no espaço metropolitano, as distâncias casa-trabalho tendem a incrementar-se. Não obstante seu grande interesse analítico, no presente trabalho, esse fenômeno será analisado apenas do ponto de vista anteriormente mencionado.

a grande indústria moderna e dinâmica (bens duráveis e de capital) tenha se estabelecido, como é o caso do ABC paulista²⁵.

A possibilidade de que parte da migração para as áreas industriais da Região Metropolitana seja motivada tanto pela busca de trabalho como pela possibilidade de uma mobilidade laboral (vertical ou horizontal) leva a crer que, nestes fluxos, além de famílias nucleares na etapa inicial do ciclo vital, também tivessem participação significativa casais e pessoas sozinhas.

Mesmo que o desemprego, a instabilidade laboral, ou até o desejo de mudança ou ascensão laboral, possam afetar todas as pessoas indiscriminadamente, é muito mais provável que estes fatores atinjam em maior proporção as famílias ou indivíduos jovens. Isto porque espera-se que, nesta etapa da vida, as necessidades ou motivações de mudanças estejam mais vivas.

É por este motivo que, em termos de estrutura etária, supõe-se encontrar, nos fluxos direcionados às áreas mais industrializadas, uma migração jovem, com importante concentração de indivíduos em idades altamente produtiva (20 a 29 anos aproximadamente).

4.2. Sobre os Diferenciais Esperados entre Migrantes e Não-Migrantes

A análise comparativa das características de migrantes e não-migrantes²⁶ é essencial à presente análise, pois estabelece um referencial necessário, sem o qual qualquer conclusão acerca dos condicionantes próximos dos movimentos migratórios intrametropolitanos perderia consistência.

²⁵ De fato, paralelamente ao crescimento e à diversificação da indústria e do terciário, ocorre uma crescente especialização das atividades, implicando a necessidade cada vez maior de pessoal mais qualificado. Para maiores detalhes, ver, por exemplo CANO e SEMEGHINI (1992), págs. 162 a 167.

²⁶ Não-Migrantes: pessoas naturais e não-naturais, com mais de 10 anos de residência no município.

Outros Migrantes: pessoas não-naturais, com menos de 10 anos de residência no município e com residência anterior fora da Região Metropolitana de São Paulo.

Para maiores detalhes ver o anexo I.

Tendo sempre presentes as premissas relativas ao caráter familiar de grande parte dessa movimentação, à predominância de uma população de baixa renda, bem como sua importância diferencial na dinâmica populacional dos municípios metropolitanos, pode-se fazer algumas considerações a este respeito.

a) No lugar de destino

Acredita-se que o nível de discrepância ou de igualdade encontrado entre os migrantes intrametropolitanos e as pessoas residentes deverá variar de acordo com as características dos municípios de destino, pois supõe-se que a complexidade na composição demográfica e na estrutura social varie segundo o grau de desenvolvimento urbano-industrial das áreas.

No caso, por exemplo, de municípios puramente dormitórios, nos quais a imigração intrametropolitana tem peso decisivo na dinâmica populacional e onde abriga-se a população de mais baixa renda, é de se esperar que as diferenças entre migrantes e residentes sejam menos importantes. Entretanto, cabe salientar que, caso ocorram distinções, estas deverão ser maiores com relação às características que variem a curto prazo, como por exemplo aquelas referidas à idade.

Quanto aos municípios mais industrializados, acredita-se que os migrantes internos que para aí se dirigiram apresentem diferenças tanto com relação aos "não-migrantes", quanto aos "outros migrantes". No primeiro, caso as maiores discrepâncias estariam provavelmente ligadas às condições de vida (renda, moradia, etc.), enquanto no segundo seriam alguns aspectos demográficos, sobretudo os ligados à família, que mais os diferenciariam.

b) No lugar de origem

Neste caso, a questão deveria ser considerada no âmbito dos fluxos migratórios, na medida em que se pressupõe existir diferenças qualitativas entre estes. Assim, os resultados da

comparação entre os migrantes internos e a população residente ("não-migrantes" ou "outros migrantes") na área de origem deveriam variar segundo os destinos seguidos pelos primeiros.

Uma vez que se tem por hipótese o fato de que, na migração intrametropolitana, predominariam as famílias no estágio inicial do ciclo vital, é natural esperar que demograficamente a composição etária e familiar dos migrantes deveria diferir de forma significativa dos "não-migrantes".

Com relação aos "outros migrantes", tal discrepância não deveria ser tão marcada, haja vista que é provável que estes apresentem uma seletividade demográfica semelhante, muito embora, por se tratar de movimentos de mais longa distância, o caráter familiar não necessariamente fosse tão predominante.

Na esfera sócio-econômica, as diferenças deveriam ser igualmente consideráveis, dado que se espera também uma forte seletividade negativa dos migrantes intrametropolitanos no tocante a esta dimensão. Obviamente que tais distinções deverão apresentar uma variabilidade segundo a comparação tanto com os "Não-Migrantes" como "Outros Migrantes", e de acordo com o fluxo analisado.

Enquanto, no primeiro caso, valeriam as mesma considerações feitas anteriormente com relação aos diferenciais demográficos, no segundo, a variabilidade seria esperada em função do pressuposto acerca da existência de diferenças qualitativas dos fluxos migratórios de acordo com o lugar de destino, mesmo quando estes apresentem origem igual.

CAPÍTULO II

DINÂMICA DEMOGRÁFICA E MIGRATÓRIA: O CONTEXTO E OS NÚMEROS DA MIGRAÇÃO INTRAMETROPOLITANA

II. Dinâmica Demográfica e Migratória: o contexto e os números da migração intrametropolitana

1. Evolução Demográfica e o Papel da Migração

É bastante difícil iniciar qualquer análise de caráter demográfico sobre a Região Metropolitana de São Paulo sem correr o risco de ser repetitivo em algumas oportunidades, haja vista as várias contribuições existentes sobre este tema²⁷.

Não se pode pretender a visualização de um fenômeno específico, como o aqui estudado, sem que se garanta minimamente uma visão geral do cenário em que este se encontra imerso e do qual faz parte.

Assim sendo, mesmo apresentando poucos dados inéditos, a necessidade do presente capítulo é clara, uma vez que deverá indicar alguns elementos importantes para uma melhor compreensão dos movimentos migratórios internos na Região Metropolitana.

Considerando estes aspectos, espera-se mostrar a relevância do fenômeno, bem como a exata dimensão de seus impactos, seja especificamente na dinâmica migratória da Região, ou dos municípios, seja na configuração do espaço metropolitano de maneira mais ampla.

A Região Metropolitana de São Paulo historicamente tem experimentado altas taxas de crescimento populacional. Segundo dados elaborados por Langenbuch (1971), entre 1920 e 1940 estas já atingiam níveis elevados, chegando a patamares da ordem de 4% ao ano, sendo grande parte deste crescimento devido ao município de São Paulo, que à época representava, em média, 80% da população regional.

²⁷ Apenas para mencionar alguns estudos de cunho demográfico, pode-se enumerar os trabalhos de Goldani Altman (1984), Fundação SEADE (1982), Cano e colaboradores (1992), Cunha (1987), entre outros.

Estas taxas, contudo, sobem ainda mais, a partir de 1940, mantendo-se nas três décadas seguintes em níveis da ordem de 5,5% ao ano, muito acima das médias do Estado e do País. Apenas nos anos 70 é que se percebe uma desaceleração do crescimento demográfico regional. Esta tendência, aliás, intensificou-se ainda mais nos anos 80, quando, segundo os dados preliminares do Censo de 1991, o crescimento demográfico anual da Região Metropolitana descendeu bruscamente ao nível de 1,78% (Tabela 1).

Assim, o elevado ritmo de crescimento demográfico apresentado pela Região Metropolitana, nas décadas passadas, trouxe consigo alguns reflexos, como o aumento cada vez maior de sua participação na população nacional (Gráfico 1) e no próprio Estado, neste último caso passando de 22% em 1940 para 50,3% em 1980.

Em face da drástica diminuição do crescimento populacional dos anos 80, a tendência anterior deu lugar a uma estabilização do peso relativo da população da Região Metropolitana de São Paulo no país, e uma ligeira diminuição deste no Estado, passando para 48,7%.

Tabela 1
Taxas de Crescimento Geométrico da População (Média x Anual)
Região Metropolitana de São Paulo, Estado de São Paulo e Brasil
1940 - 1980

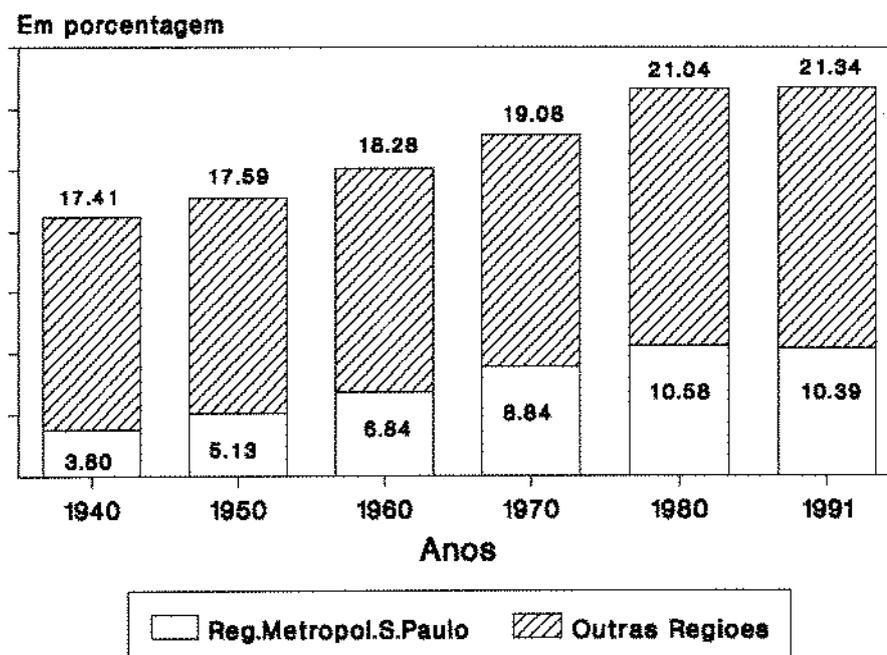
ÁREAS	Taxas de Crescimento (%)				
	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91
Região Metropolitana de São Paulo	5,44	5,93	5,56	4,46	1,73
Estado de São Paulo	2,40	3,50	3,30	3,50	2,02
Brasil	2,33	3,04	2,89	2,48	1,89

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1960, 1970, 1980 e Resultados Preliminares do Censo de 1991.

Além disso, não se pode esquecer o importante papel do processo migratório nacional na dinâmica apontada anteriormente. Em consequência de um constante e crescente processo de

desruralização da população brasileira, sobretudo a partir da década de 60²⁸, a migração interna massiva a direcionou-se, predominantemente, para o sudeste do país, em especial para o grande pólo industrial paulista representado pela Região Metropolitana.

Gráfico 1
Participação Relativa na População do País
Estado de São Paulo
1940 - 1991



Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1940 - 1980 e Resultados Preliminares do Censo de 1991.

A importância da migração no crescimento demográfico regional dispensa maiores comentários, bastando apenas acompanhar algumas cifras da participação relativa desse componente. De fato, estimativas mostram que, no período 1940-50, mais de 73% do crescimento

²⁸ Para que se tenha uma idéia desse processo, basta considerar as taxas de crescimento da população rural brasileira que, da década de 40 até a de 70, experimentou um decréscimo drástico, cujos valores foram, respectivamente, 1,58%, 1,57%, 0,57% e - 0,62% ao ano.

populacional deveu-se à migração e, mesmo decrescendo no tempo - 59,6% em 1950-60, 59,7% em 1960-70 e 50,8% em 1970-80²⁹ -, observa-se claramente o valor deste fenômeno.

Vale a pena alertar ainda que a diminuição do peso relativo da migração deve ser considerada com cautela, uma vez que estas cifras correspondem apenas à contribuição direta da migração, não computando, portanto, o efeito indireto, ou seja, os nascimentos de filhos de migrantes ocorridos na região de destino³⁰.

O papel preponderante da migração na dinâmica populacional regional torna-se ainda mais explícito quando se consideram os dados preliminares do Censo de 1991. Como já visto, a década de 80 vivenciou uma forte diminuição do crescimento demográfico metropolitano, fato que se explica quase que integralmente pelo comportamento da taxa de migração líquida. Esta taxa, embora já apresentasse desde os anos 40 uma progressiva diminuição, experimentou neste decênio um brusco declínio, invertendo, inclusive, sua tendência histórica de valores positivos, para chegar a um nível próximo a -0,5% ao ano. (Gráfico 2).

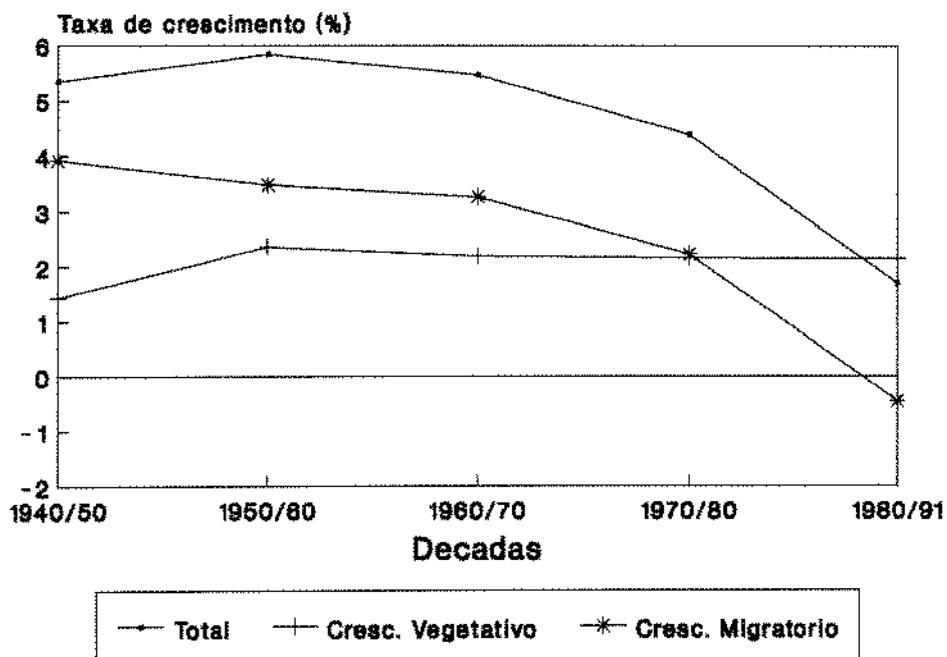
Através do Gráfico 2, observa-se que as taxas de crescimento vegetativo³¹, sobretudo aquelas registradas a partir da década de 60, mantêm-se em níveis praticamente estáveis e, portanto, pouco interferindo no comportamento da taxa total.

²⁹ Até 1970-80, dados extraídos de Altmann, 1984, p.26.

³⁰ Goldani Altmann, 1980, mostra em seu trabalho que este tipo de contribuição alcançou mais de 13% em 1960-70 e 15% em 1970-80.

³¹ Tendo em vista que, até 1970, as informações do Registro Civil eram processadas apenas segundo o lugar de ocorrência do evento, é provável que isto implique algumas distorções das estimativas até essa data. Contudo, acredita-se que tal inconveniente não altere significativamente a tendência e ordens de magnitudes encontradas. Estimativas realizadas para o Estado de São Paulo mostram, por exemplo, que no caso da Região Metropolitana, nos anos 70, as taxas de invasão de óbitos (razão entre óbitos de não-residentes e óbitos ocorridos na área) foram dos menores do Estado, ficando em torno de 4%. Para maiores detalhes ver FUNDAÇÃO SEADE, 1982, p.174.

Gráfico 2
 Evolução das Taxas Geométricas Anuais de Crescimento
 Região Metropolitana de São Paulo
 1940 - 1991



Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1940 a 1980 e Resultados Preliminares do Censo de 1991

O crescimento populacional e a forte atração migratória das décadas passadas foram acompanhados de um intenso processo de urbanização. Desta forma, a população citadina atingia em 1970, proporções muito elevadas, chegando a 96,6%, ou seja, a Região já nessa época era praticamente urbana.

Em razão disso, o grau de urbanização, nas décadas seguintes, não se alterou sobremaneira, alcançando a casa dos 97,8% em 1991. Apenas nas áreas catalogadas como agrícolas ainda pode-se perceber alguma importância da população rural, com os menores níveis de urbanização registrados em Santa Isabel (74,4%), Biritiba-Mirim (82,7%) e Mairiporã (84,9%).

A heterogeneidade existente entre os municípios da Região Metropolitana de São Paulo é um fato incontestável, no que diz respeito seja às suas funções na rede urbana, seja aos seus níveis de desenvolvimento sócio-econômico, ou mesmos em termos demográficos.

Particularmente neste último caso, a simples análise de uns poucos indicadores é suficiente para mostrar que os dados apresentados até aqui não espelham a real situação de um grande número de cidades da Região.

1.1. O Centro e a Periferia

Na verdade, por se tratarem de médias, as cifras para o conjunto da Região Metropolitana estão fortemente influenciadas pelo município de São Paulo, que, embora com redução significativa de seu peso relativo ao longo do tempo, abriga ainda hoje a maioria da população metropolitana.

Os dados da Tabela 2 mostram que, apesar de o peso relativo da população paulistana na Região Metropolitana de São Paulo ter caído em cerca de 22 pontos percentuais no período 1940-91, o município de São Paulo ainda detém mais de 62% dos habitantes da Região³².

Tabela 2
Participação Percentual de São Paulo e dos Outros Municípios na População Regional Região Metropolitana de São Paulo 1940 - 1991

Municípios	1940	1950	1960	1970	1980	1991
São Paulo	83,6	80,9	77,4	72,8	67,5	62,4
Outros municípios	16,4	19,1	22,6	27,2	32,5	37,6

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1940 a 1980 e Resultados Preliminares do Censo de 1991. Langenbuch, 1971.

³² Na verdade, há que se considerar que, anteriormente a 1960, o Município de Osasco ainda não havia sido desmembrado de São Paulo. Para se chegar a uma estimativa da população do que hoje é a Capital, foram utilizados os volumes populacionais de Osasco para 1940 e 1950 apresentadas por Langenbuch (1971), respectivamente, 15.258 e 43.427 habitantes.

Este aumento paulatino da participação populacional residente nos outros municípios da Região Metropolitana reflete as diferenças existentes entre o crescimento demográfico deste grupo e o da Capital. Do ponto de vista, o Gráfico 3 ilustra de forma bastante simplificada, parte da heterogeneidade mencionada.

Como se percebe, desde a década de 40 a Capital vem crescendo a taxas inferiores às registradas para os demais municípios da Região, embora sejam as primeiras que determinem os níveis de crescimento da Região Metropolitana no seu conjunto.

Essa diferença tende a incrementar-se a partir dos anos 60, quando as taxas médias anuais de crescimento populacional daqueles municípios começam a superar em mais de 50% as captadas na Capital. Particularmente na década de 70, período do qual se ocupa preferencialmente este estudo, registrou-se para a periferia³³ um crescimento 73% maior que o centro, tendência acentuada ainda mais nos anos 80, quando este último cresceu três vezes menos que aquela.

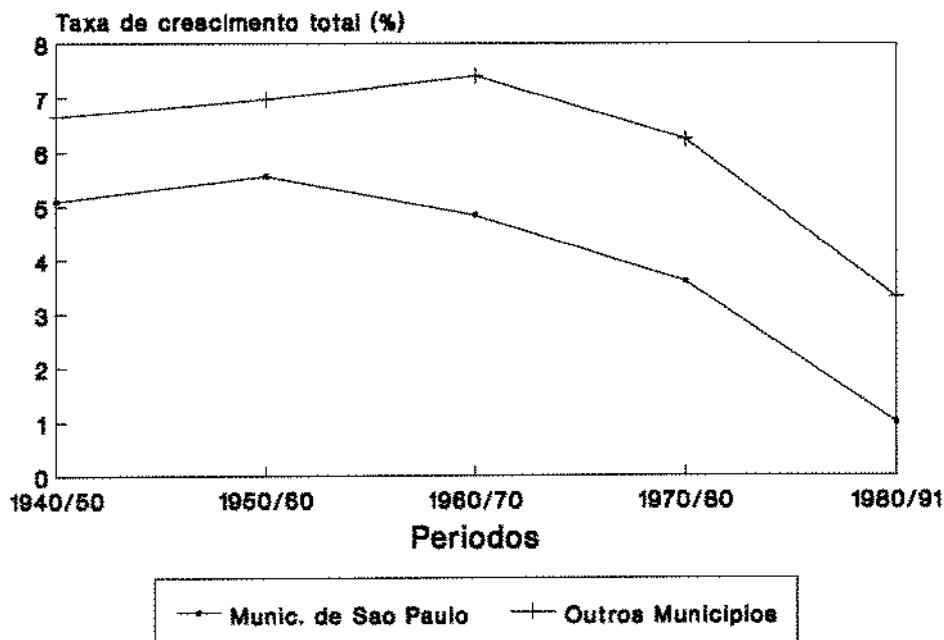
Cabe ressaltar, entretanto, que poucos municípios da Região Metropolitana de São Paulo apresentaram, ou conseguiram manter, altas taxas de crescimento populacional nos anos 80. Se, na década de 70 a periferia crescia, em média, 6,24% ao ano, no último decênio este ritmo caiu bruscamente para cerca de 3,3% ao ano.

Um exame mais detalhado do comportamento demográfico de cada município mostra que o progressivo processo de crescimento da Região Metropolitana de São Paulo, sobretudo no que se refere às zonas periféricas, vem paulatinamente esgotando o fôlego apresentado até os anos 70, quando estas áreas aumentaram sua participação em 5,3 pontos percentuais, passando de 27,2% da população regional em 1970, para 32,5% em 1980 (Tabela 2). Apesar da continuidade do aumento no período 1980-91, este peso relativo (37,6%) não mais espelha um

³³ Aqui o termo periferia é utilizado em seu sentido geográfico, portanto referindo-se a toda área fora do centro principal representado pelo Município de São Paulo.

rápido crescimento destes municípios, refletindo, ao contrário, muito mais a drástica redução do crescimento da população residente na Capital.

Gráfico 3
Evolução das Taxas Geométricas Anuais de Crescimento
Região Metropolitana de São Paulo
1940 - 1991



Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1940 a 1980 e Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991.

Embora a migração seja o elemento predominante da dinâmica demográfica da maioria dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, pode-se perceber diferenças importantes quando se compara seu comportamento no município de São Paulo e ao das demais áreas da Região.

Em termos de taxas de migração líquida³⁴, constata-se que a periferia, ao longo dos anos, apresentou, sistematicamente, níveis mais elevados que a Capital (Gráfico 4). Esta superioridade, no entanto, alcança sua expressão máxima nas décadas de 60 e 70, quando as taxas foram, respectivamente, 75% e 133% superiores àquelas para o município de São Paulo.

Deve-se destacar também que, enquanto a Capital vem apresentando, desde os anos 40, um progressivo descenso de sua taxa de migração líquida, o mesmo não se observa para o conjunto dos demais municípios. De fato, percebe-se uma interrupção da tendência decrescente nos anos 60 que, aliás, coincide com um dos períodos em que a periferia mais cresceu: da década de 50 até os anos 70, a taxa desta última diminuiu apenas 17%, enquanto a da Capital sofreu uma redução muito mais acentuada, 35%.

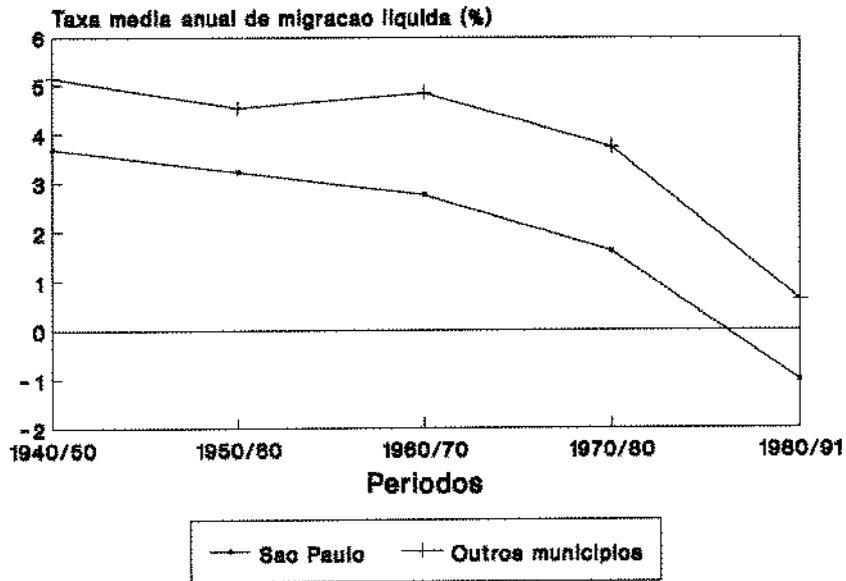
Os anos 80, por sua vez, registraram queda significativa das taxas de migração líquida em ambos os casos. Este fato, que será visto a seguir, é o responsável pela grande redução da intensidade do crescimento demográfico regional anteriormente comentado.

Ao se comparar o Gráfico 5, que traz a evolução das taxas de crescimento vegetativo, com o Gráfico 4, recém-analisado, verifica-se que a migração é a causa principal não apenas das variações das taxas de crescimento dos municípios ou mesmo da Região como um todo, mas também do intenso processo redistributivo da população no espaço metropolitano.

O aumento da taxa de crescimento demográfico observado nos anos 50 (Gráfico 3), mesmo em face da pequena queda da migração, coincide com uma importante elevação da intensidade do crescimento vegetativo. Por outro lado, depois deste período, esta última pouco se altera, seja qual for a área considerada (Capital, periferia ou Região total), cabendo, portanto, à migração o papel predominante tanto na modificação dos níveis de crescimento alcançados, quanto na diferenciação dos mesmos entre o município de São Paulo e a periferia.

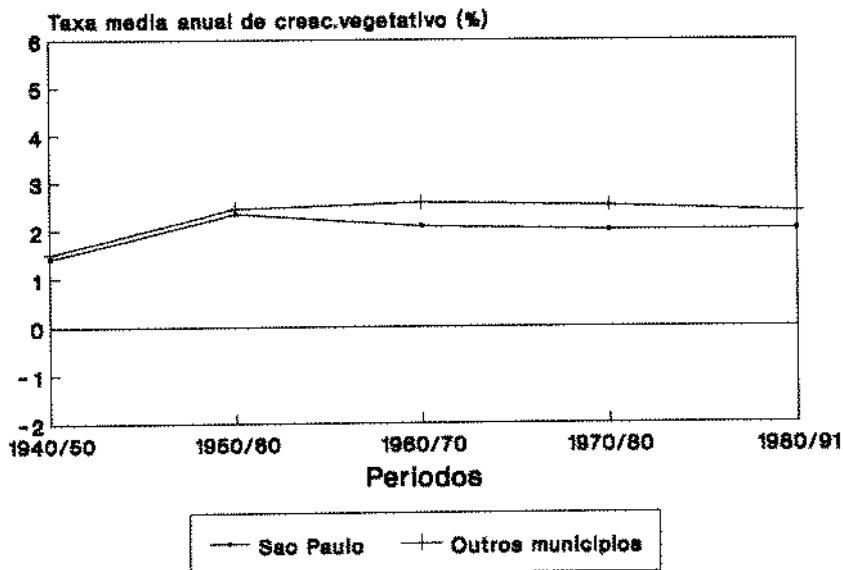
³⁴ Deve-se frisar que, no caso das taxas de migração líquida e crescimento vegetativo, não foi possível fazer a separação da Capital e Osasco para as décadas de 40 e 50.

Gráfico 4
Evolução das Taxas Anuais de Migração Líquida
Região Metropolitana de São Paulo
1940 - 1991



Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1940 a 1980 e Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991.

Gráfico 5
Evolução das Taxas Anuais de Crescimento Vegetativo
Região Metropolitana de São Paulo
1940 - 1991



Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1940 a 1991 e Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991.

Como fica evidente na comparação entre os Gráficos 4 e 5, no que tange à taxa de crescimento vegetativo, os diferenciais registrados ao longo das décadas entre a Capital e os demais municípios são muito pequenos, embora a periferia, da mesma forma que para a migração, tenha sempre registrado níveis mais elevados, sobretudo, nos anos 60 e 70.

A contínua e crescente desconcentração da população da Região Metropolitana de São Paulo pode ser visualizada de várias maneiras. Uma delas é através da evolução do índice de concentração de GINI³⁵, que passou de 0,70 em 1960 para 0,68 em 1980 caindo para 0,66 em 1991.

Esta queda reflete sobretudo a diminuição da importância relativa da Capital no conjunto da população regional. De fato, como já visto, esta participação, que em 1960 ultrapassava os 77%, sofreu, nas três décadas seguintes, uma perda importante, correspondendo em 1991, a pouco mais de 62%.

Ao se comparar o montante da população redistribuído³⁶ em 1960 e em 1991, também percebe-se a mesma tendência contínua de desconcentração. Dessa forma, enquanto na década de 60 menos de 14% do crescimento populacional da Região Metropolitana de São Paulo foram redistribuídos internamente, nos períodos posteriores esta proporção aumentou significativamente: 19,5% em 1970-80 e 33,7% em 1980-91. Como se pode observar, os anos 80 presenciaram um fortalecimento ainda maior da desconcentração populacional na Região (Tabela 3).

³⁵ O índice ou coeficiente de concentração de GINI adaptado à questão demográfica trata de mensurar o grau de desigualdade com que a população está distribuída no espaço. Ao relacionar as porcentagens acumuladas da população e unidades de áreas ocupadas, este índice tem seus valores teóricos máximo igual a 1 (toda população em uma única unidade de área) e mínimo igual 0 (a população igualmente distribuída entre todas as unidades da área).

³⁶ Considera-se que existe uma redistribuição espacial da população quando, em um determinado período, ocorre uma alteração na participação relativa das unidades territoriais na população total da região.

Assim sendo, o volume da "população redistribuída" foi definido como a somatória, para todas as unidades que aumentaram seu peso relativo na população regional em determinado período, das diferenças entre a população efetivamente observada no final deste, e aquela esperada, no caso da manutenção dos pesos relativos do começo do mesmo.

Tabela 3
Crescimento Demográfico e
População Redistribuída Internamente
Região Metropolitana de São Paulo
1960-1991

	1960-70	1970-80	1980-91
Crescimento Demográfico	3.400.324	4.448.709	2.594.327
Vol. de população redistribuído	468.547	868.032	874.852
Relação 2/1 (%)	13,78	19,51	33,72

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo 1960, 1970, 1980 e Resultados Preliminares do Censo de 1991.

Este processo reflete-se também na expansão da mancha urbana metropolitana, que, de 355 km² em 1952, atingiu 1.879 km² em 1989³⁷. Este crescimento é facilmente visualizado na paisagem da área através do alto nível de conurbação existente entre a Capital e os municípios vizinhos. Por esse motivo, é bastante comum que, em quase todas as direções, se ultrapasse os limites administrativos da Capital sem que se perceba.

Em suma, as evidências apontam para o fato de a redistribuição espacial da população, fruto do maior crescimento da periferia com relação ao centro, ter ocorrido com maior força nas décadas de 60 e 70, épocas em que tanto as taxas de migração líquida quanto as de crescimento vegetativo foram mais diferenciadas entre estas zonas. Contudo, fica evidente que o componente migratório foi o elemento mais importante para configurar tal situação. Em particular, os dados apresentados já sugerem a relevância da migração intrametropolitana na conformação da periferia, uma vez que seu crescimento a níveis muito superiores aos registrados para a Região como um todo só se justifica a partir da existência dessa mobilidade interna.

³⁷ Dados fornecidos pela EMPLASA.

1.2. A Heterogeneidade Demográfica da Periferia

É importante salientar que tratar os municípios da periferia nos vários momentos como um único bloco significa uma simplificação bastante grosseira. Assim, é necessário um diagnóstico mais detalhado destes municípios, no sentido de apreender suas diferenças.

Para que se tenha uma idéia do que isso representa, basta mostrar alguns dados sobre a composição desta periferia no que diz respeito à participação populacional dos municípios em distintos períodos³⁸.

Em 1960, os municípios mais populosos da Região Metropolitana, além da Capital, eram seis: São Caetano do Sul, Santo André, São Bernardo do Campo, Osasco, Guarulhos e Mogi das Cruzes; este último o mais distante do centro. Ao todo, somavam quase 70% da população metropolitana residente fora do município de São Paulo. Neste período, a periferia praticamente reduzia-se a estas áreas que, como se sabe, também são aquelas onde ocorreu, com maior intensidade, a desconcentração industrial iniciada nos anos 50 dentro da Região, a partir do município de São Paulo.

Este quadro, contudo, vai se transformando gradativamente ao longo dos anos, sobretudo com o elevado crescimento demográfico de muitos municípios-dormitório. Tais áreas passaram a abrigar um número cada vez maior de pessoas que, em geral, exercem suas atividades fora da área de residência, utilizando esta última apenas como um local que as possibilita permanecer próximas (ou menos longe!) do grande centro, representado pelo município de São Paulo, e de outros subcentros. Assim, já em 1970, aqueles seis municípios respondiam por 64,6% da população regional, cifra que cai ainda mais nos anos seguintes: 57,3% em 1980 e 51,7% em 1991.

³⁸ A partir daqui, trabalhar-se-á com os dados censitários de 1960 em diante, pois só a partir daí pode-se contar com a informação desagregada segundo os 37 municípios que compunham a Região Metropolitana em 1980. Em função dos desmembramentos ocorridos depois de 1959, não é possível uma identificação de vários municípios inexistentes anteriormente a esta data.

A Tabela 4 mostra a heterogeneidade interna na Região Metropolitana de São Paulo, em termos de crescimento populacional, e a emergência de várias áreas vizinhas ou próximas à Capital, principalmente nos anos 60 e 70.

Tabela 4
População Residente e Taxa Média Anual de Crescimento
Municípios da Região Metropolitana de São Paulo
1960 - 1991

Municípios	População Residente				Taxa Geométrica de Crescimento(%)		
	1960	1970	1980	1991	1960-70	1970-80	1980-91
Região Metrop. São Paulo	4.739.076	8.139.910	12.588.725	15.400.576	5,56	4,46	1,73
São Paulo	3.666.701	5.924.615	8.493.226	9.626.894	4,92	3,67	1,15
Industriais	356.153	568.956	716.154	764.315	4,80	2,33	0,59
Santo André	242.920	418.826	553.072	615.112	5,60	2,82	0,97
São Caetano do Sul	113.233	150.130	16.082	149.203	2,86	0,83	-0,81
Industriais/Dormitórios	296.760	721.546	1.432.871	1.919.634	9,29	7,10	2,69
Guarulhos	100.760	236.811	532.726	786.355	8,92	8,45	3,60
Osasco	114.745	283.073	474.543	566.949	9,45	5,30	1,63
São Bernardo do Campo	81.255	201.662	425.602	566.330	9,52	7,76	2,63
Dormitórios I	265.027	642.644	1.427.405	2.200.936	9,26	8,31	4,02
Barueri	16.505	37.808	75.336	130.383	8,64	7,14	5,11
Carapicuíba	14.473	54.873	185.816	283.653	14,26	12,97	3,92
Diadema	12.287	78.914	228.660	305.068	20,44	11,23	2,66
Embu	4.997	18.148	95.800	155.851	13,77	18,10	4,52
Ferraz de Vasconcelos	9.974	25.314	55.055	95.973	9,76	8,08	5,18
Franco da Rocha	25.277	36.303	50.801	85.567	3,69	3,42	4,85
Itapeverica da Serra	14.193	25.314	60.476	92.854	5,96	9,10	3,97
Itaquaquecetuba	11.449	29.114	73.064	164.665	9,78	9,64	7,67
Mauá	28.646	101.700	205.740	294.631	13,51	7,30	3,32
Mogi das Cruzes	93.937	138.751	197.946	273.255	3,98	3,62	2,97
Suzano	26.172	55.460	101.056	159.142	7,80	6,18	4,21
Taboão da Serra	7.117	40.945	97.655	159.894	19,12	9,08	4,58
Dormitórios II	81.619	165.460	321.431	562.354	7,32	6,87	5,22
Caleiras	9.386	15.563	25.152	39.029	5,19	4,92	4,08
Cajamar	6.410	10.355	21.941	33.707	4,91	7,80	3,98
Cotia	15.608	30.924	62.952	106.822	7,08	7,37	4,92
Francisco Morato	2.544	11.231	28.537	83.610	16,01	9,77	10,27
Itapevi	10.077	27.569	53.441	107.983	10,59	6,84	6,60
Poá	16.537	32.373	52.783	76.320	6,95	5,01	3,41
Ribeirão Pires	17.130	29.048	56.532	85.035	5,42	6,89	3,78
Rio Grande da Serra	3.927	8.397	20.093	29.848	7,90	9,12	3,66
Agrícolas	72.816	116.689	197.638	326.443	4,83	5,41	4,67
Arujá	5.652	9.571	17.484	37.568	5,41	6,21	7,20
Birritiba-Mirim	5.679	9.033	13.377	17.824	4,75	4,00	2,64
Embu Guaçu	4.753	10.280	21.043	35.873	8,02	7,43	4,97
Guararema	7.646	12.638	15.103	17.977	5,15	1,80	1,60
Jandira	2.023	12.499	36.043	62.573	19,97	11,17	5,14
Juquitiba	5.838	7.267	12.492	19.866	2,21	5,57	4,31
Mairiporã	12.801	19.584	27.541	39.935	4,34	3,47	3,44
Pirapora do Bom Jesus	2.487	3.709	4.804	7.966	4,08	2,62	4,70
Salesópolis	9.074	9.557	10.653	11.325	0,52	1,09	0,56
Santa Isabel	11.741	17.161	29.017	37.954	3,87	5,39	2,47
Santana do Parnaíba	5.122	5.390	10.081	37.582	0,51	6,46	12,71

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1960, 1970, 1980 e Resultados Preliminares do Censo de 1991.

Na Região Metropolitana, sobretudo a partir de 1960, alternam-se municípios com crescimento demográfico explosivo e aqueles com taxas inferiores à média regional. Nas décadas de 60 e 70, municípios como Diadema, Carapicuíba, Embu, Jandira, Mauá, etc., com níveis alcançando 9% ou mesmo 11% ao ano, contrastam com zonas onde esses valores ficam abaixo dos 3% ao ano, casos de São Caetano do Sul, ou mesmo Salesópolis.

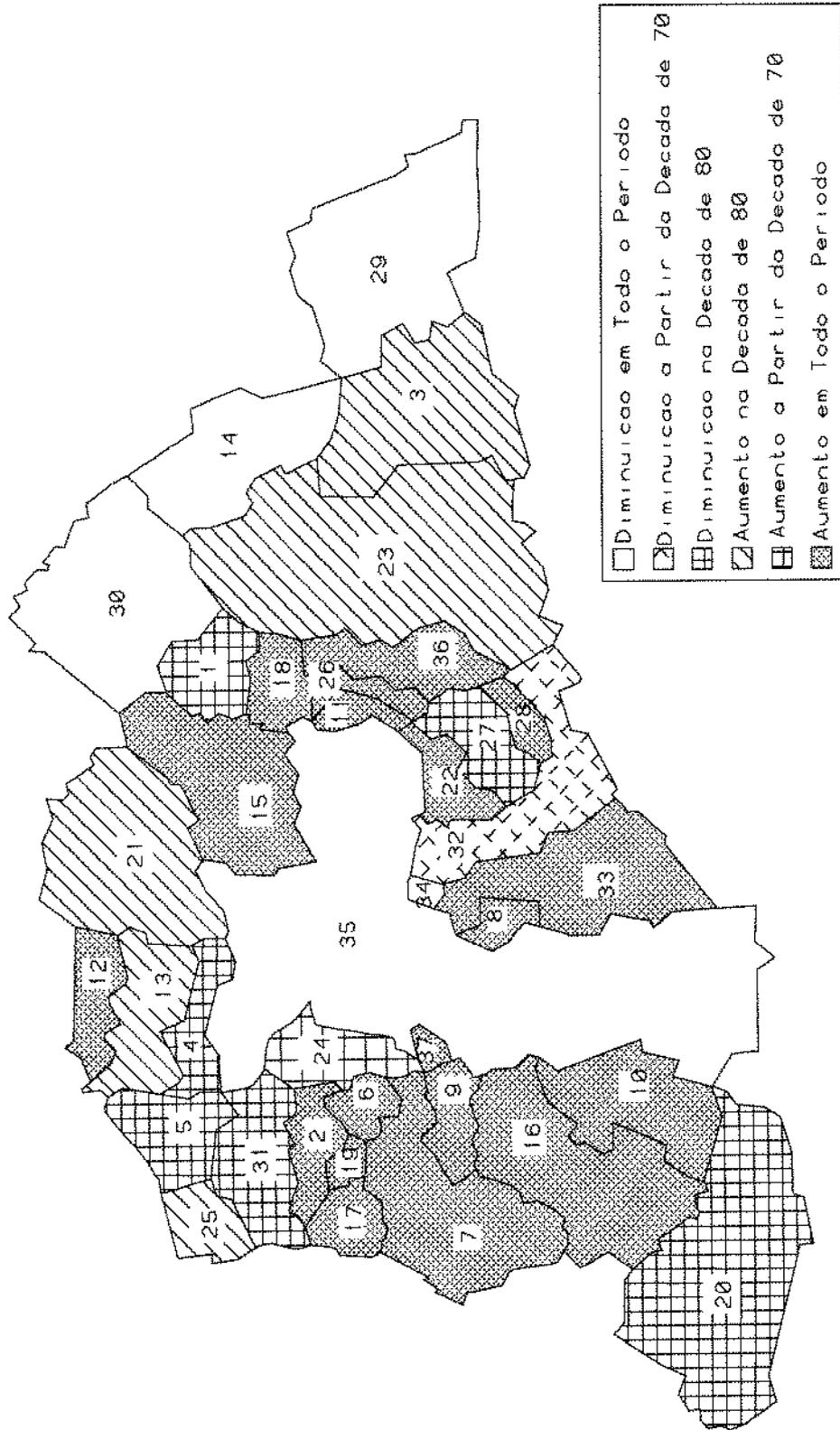
Pode-se concluir, pelos dados apresentados anteriormente, que é a partir dos anos 60 e, principalmente, na década de 70 que começa a despontar e a crescer rapidamente um grupo de municípios que, por suas características (entre elas, boa localização com relação à Capital e principais vias de acesso, atividade econômica incipiente, infra-estrutura adequada, etc.), vão abrigar grande parcela da expansão metropolitana e constituir exemplos, dos mais significativos, do que se denominou "processo de periferação", em alusão à tendência de localização das pessoas (ou famílias) de baixa renda em áreas cada vez mais distantes e menos valorizadas da Região Metropolitana.

Neste lento, mas efetivo e progressivo, processo de redistribuição espacial da população dentro da Região Metropolitana, os municípios tipicamente industriais vão, cada vez mais, perdendo peso em favor daqueles onde o caráter dormitório é acentuado. Assim, os grandes centros, sobretudo o principal (São Paulo), deixam de ser a raiz fundamental do crescimento regional para ceder lugar, lenta e gradativamente, aos seus entornos.

O Mapa 2 mostra o processo de expansão da Região Metropolitana a partir da Capital em direção à periferia. Assim, enquanto este município e os industriais perdem, progressivamente, participação relativa entre 1960 e 1991, as áreas em seu entorno são as que apresentam ganhos no período. Destas últimas, Guarulhos, São Bernardo do Campo (industriais/dormitórios) e vários municípios-dormitório (I e II) apresentaram um contínuo aumento de suas participações relativas em todos os momentos censitários³⁹.

³⁹ Destaca-se o fato de que este mapa, assim como todos os demais apresentados neste estudo, foi elaborado a partir da tecnologia dos GIS (Geographic Information Systems), que permite elaborar análise de dados georeferenciados. Neste caso, os dados e sua localização no espaço são obtidos e manipulados por um único software específico (no caso ARC-INFO), propiciando maior rapidez e possibilidades de análise.

Mapa 2
 Evolucao da Participacao Relativa dos Municipios na Populacao Regional
 Regiao Metropolitana de Sao Paulo
 1960/91



Fonte: FIBGE, Censos Demograficos do Estado de Sao Paulo de 1960, 1970, 1980 e 1991 (Dados Brutos)

Nota-se, ainda através do Mapa 2, que as décadas de 70 e 80 presenciaram uma inversão da tendência para vários municípios. Em geral, foram as áreas catalogadas como agrícolas e algumas dormitórios II que apresentaram certa recuperação: no primeiro caso, Arujá, Juquitiba e Santana do Parnaíba mostraram tal recuperação já no Censo de 1980, enquanto Biritiba-Mirim, Pirapora do Bom Jesus e Mairiporã apenas em 1991; no segundo caso, destacam-se Caieiras e Cajamar nos anos 70 e Franco da Rocha nos 80.

Salientam-se, também, os comportamentos de Santo André e Osasco, que perderam peso relativo a partir das décadas de 70 e 80, respectivamente, bem como Mogi das Cruzes que, apesar de apresentar um pequeno aumento em seu peso relativo em 1991, não chegou a recuperar-se das perdas sofridas nas décadas de 60 e 70.

Em termos do montante da população redistribuída, os dados obtidos permitem ainda avaliar o papel de cada grupo de municípios no processo de expansão da área metropolitana.

Através da Tabela 5, pode-se observar que, com o passar do tempo, os municípios industriais/dormitórios foram perdendo seu potencial de concentração em favor dos não-industriais, sobretudo dos dormitórios: no período 1960-70, os municípios industriais/dormitórios receberam 49,9% da população redistribuída, sendo que nos anos 80 esta cifra caiu para 21%, enquanto para os dormitórios I este valor, no mesmo período, passou de 44,1% para 51,6 dos dormitórios II de 5,9% para 17,5%.

Por outro lado, o município de São Paulo e as áreas industriais aparecem como os principais "fornecedores" dessa população nos períodos considerados, situação na qual também se encontravam os agrícolas na década de 60, embora tenham experimentado uma reversão desta tendência nos anos seguintes, chegando no período 1980-91, a receber quase 10% da população redistribuída.

A íntima relação entre a migração e o processo de redistribuição da população fica ainda mais visível quando se analisa, ao longo do tempo, a participação da primeira no crescimento demográfico dos municípios.

Tabela 5
Distribuição Relativa da População Redistribuída, Segundo Grupos de Municípios
Região Metropolitana de São Paulo
1960/91

Grupos de Municípios	População Redistribuída Em Porcentagem		
	1960/70	1970/80	1980/91
Total	468.547	806.816	874.852
São Paulo	-87,95	-80,35	-88,32
Industriais	-10,08	-19,65	-11,68
Industriais/Dormitórios	49,90	38,04	21,06
Dormitórios I	44,15	52,03	51,59
Vetor Sudeste	25,98	18,61	8,30
Vetor Leste	1,31	5,11	20,16
Vetor Oeste/Norte	16,86	28,31	23,13
Dormitórios II	5,95	7,87	17,65
Vetor Sudeste	0,30	2,25	1,99
Vetor Leste	0,93	0,33	1,44
Vetor Oeste/Norte	4,72	5,29	14,23
Agrícolas	-1,97	2,06	9,70
Vetor Leste	-2,45	-0,48	2,21
Vetor Oeste/Norte	0,47	2,54	7,49

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1960, 1970, 1980 e Resultados Preliminares do Censo de 1991.

Nota: Percentagens de mesmo sinal somam 100% do total da população redistribuída. Valores negativos correspondem às áreas que perderam, no período, peso relativo na população regional.

A Tabela 6, apesar de reforçar as conclusões sobre o papel preponderante da migração na dinâmica demográfica de todas as áreas da Região Metropolitana de São Paulo, revela diferenças internas significativas nos vários períodos considerados.

Dessa forma, observa-se que, nas décadas de 60 e 70, para a Região Metropolitana como um todo, o peso relativo da migração praticamente equiparava-se ao do crescimento vegetativo, refletindo, principalmente, o que ocorria na Capital. Já em alguns municípios, a migração

representava uma parcela muito mais importante, como, por exemplo, para os municípios industriais/dormitórios, sobretudo na década de 60, e para os dormitórios na seguinte.

Entretanto, nos anos 80, o quadro alterou-se sensivelmente em toda a Região. De fato, embora ainda persista a heterogeneidade observada nas décadas anteriores, os dados preliminares do Censo de 1991 indicam uma redução importante do peso da migração, não apenas no crescimento demográfico da Região como um todo, mas também em suas sub-áreas. Em face da drástica redução do potencial atrativo da Região Metropolitana de São Paulo, que resultou em uma taxa de migração líquida negativa para o período (Gráfico 4), o componente migratório manteve-se importante apenas nas zonas menos desenvolvidas da Região (dormitórios II e agrícolas) que, como se sabe, são as que menos dependem da imigração inter-regional para crescer.

Ao se analisar as Tabelas 4 e 6, conjuntamente, verifica-se uma clara relação entre a evolução dos ganhos relativos de população e a dos pesos do componente migratório registrados para cada grupo de municípios: incrementos importantes na primeira sempre ocorreram em períodos quando a migração alcançou seus maiores patamares de participação no crescimento demográfico.

Tabela 6
Participação no Crescimento Demográfico, por Componentes segundo Grupos de Municípios
Região Metropolitana de São Paulo
1960 - 1991

Grupos de Municípios	Participação no Crescimento Demográfico								
	1960-70			1970-80			1980-91		
	Veget.	Migrat.	Total	Veget.	Migrat.	Total	Veget.	Migrat.	Total
Total	43,23	56,77	3.400.834	49,10	50,90	4.448.815	126,15	-26,15	2.594.327
São Paulo	44,79	55,21	2.257.914	55,57	44,43	2.568.611	202,54	-102,54	987.201
Industriais	58,60	41,40	212.803	91,25	8,75	147.198	341,16	-241,16	46.643
Industr./Dormitórios	17,93	82,07	424.786	39,77	60,23	711.325	92,62	7,38	477.218
Dormitórios I	45,76	54,24	377.617	31,67	68,33	784.761	66,98	33,02	739.938
Dormitórios II	55,94	44,06	83.841	36,07	63,93	155.971	52,36	47,64	218.773
Agrícolas	87,76	12,24	43.873	43,01	56,99	80.949	49,78	50,22	124.554

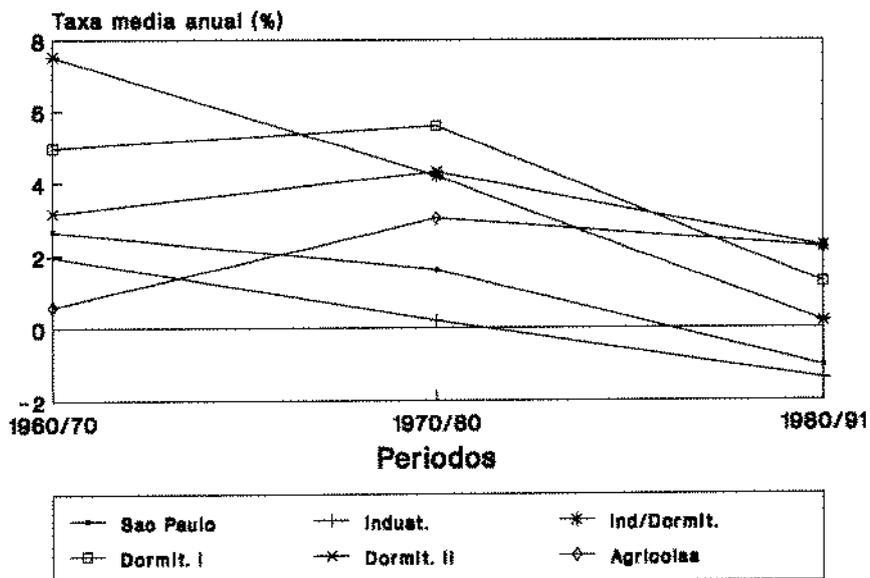
Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1970, 1980 e Resultados Preliminares do Censo de 1991.

Efetivamente, a heterogeneidade encontrada entre os municípios, em termos do crescimento demográfico, pode ser justificada, em grande medida, pelos diferenciais observados nas taxas de migração líquida (Gráficos 6 e 7). Quanto ao componente vegetativo - com exceção dos anos 60, período em que intensidades do crescimento foram mais diferenciadas entre os grupos de municípios, sendo que os mais industrializados apresentaram taxas menores que os dormitórios e os agrícolas -, a tendência foi no sentido de grande homogeneização, fruto, sem dúvida, da gradativa e generalizada queda da fecundidade observada na Região.

De fato, em todos os períodos considerados, os níveis das taxas de migração líquida registrados pelos municípios industriais, ou mesmo pela Capital, foram bem menores que nos grupos dos dormitórios ou industriais/dormitórios. No caso destes últimos, a diferença reduziu-se sobremaneira nos anos 80, em função da acentuada tendência de queda de suas taxas que, neste período, ficaram próximas a zero, após terem alcançado quase 8% na década de 60.

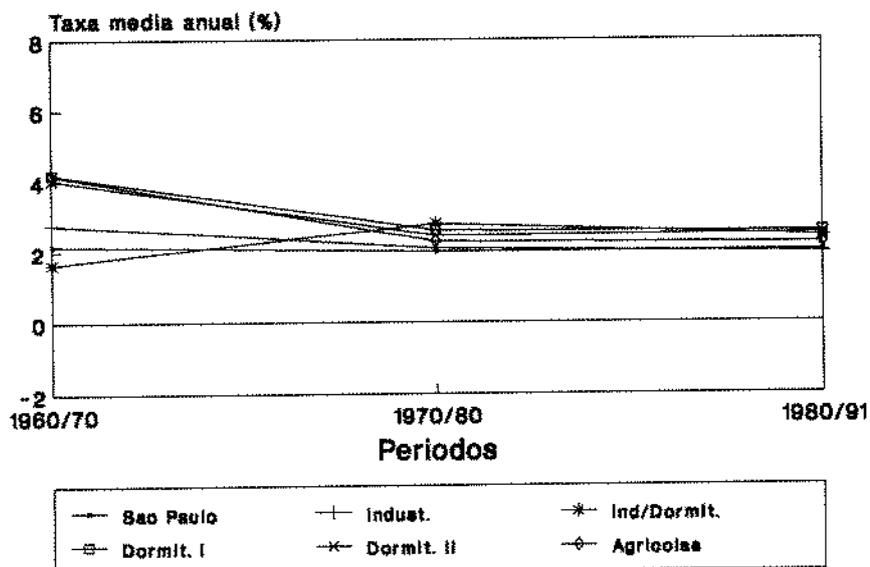
Além da discrepância entre as taxas de migração líquida, os gráficos mencionados ainda revelam a progressiva diminuição de seus níveis nos municípios mais industrializados, bem como um ponto de inflexão na década de 70 para os dormitórios e os agrícolas, uma vez que, de taxas ascendente, passaram, nos anos 80, a acompanhar a tendência de queda das áreas mais desenvolvidas. Cumpre salientar que, embora generalizada no período 1980-91, a queda das taxas de migração líquida foi pouco importante nos grupos dormitórios II e agrícolas, que, como já se mostrou, correspondem, aqueles que aumentaram sua participação na população redistribuída (Tabela 5).

Gráfico 6
 Taxas de Migração Líquida segundo Grupos de Municípios
 Região Metropolitana de São Paulo
 1960 - 1991



Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1970, 1980 e Resultados Preliminares do Censo de 1991.

Gráfico 7
 Taxas de Crescimento Vegetativo, Segundo Grupos de Municípios
 Região Metropolitana de São Paulo
 1960 - 1991



Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1960, 1970, 1980 e Resultados Preliminares do Censo de 1991.

Independentemente das cifras e das diferenças internas, o que se pode afirmar é que os movimentos migratórios representam, na Região Metropolitana e, conseqüentemente, nos seus municípios, uma importante e decisiva parte de sua dinâmica demográfica. De certa forma, é possível dizer que a Região Metropolitana de São Paulo tem sido historicamente formada por migrantes e seus descendentes.

Para que se tenha apenas uma idéia dessa importância, basta considerar que, em 1970, 29 dos 37 municípios metropolitanos apresentavam uma proporção de pessoas não-naturais superior a 50%, sendo que em 13 deles essa cifra ultrapassa 70%. O mesmo ocorria em 1980, quando 34 municípios já possuíam, no mínimo, metade da população composta por migrantes e, na maioria deles (27), essa proporção alcançava níveis superiores aos 60%.

Infelizmente, os dados censitários não permitem avaliar com exatidão o número de não-naturais na Região Metropolitana de São Paulo, a informação não é coletada com essa desagregação. Contudo, dados divulgados pela Fundação SEADE-DIEESE, apesar de tampouco referirem-se à naturalidade do indivíduo, estimam que, entre 1985 e 1987, cerca de 40% da população metropolitana, em média, eram migrantes⁴⁰. Se a este valor adicionar-se o efeito indireto da migração, chegar-se-á certamente a proporções ainda mais impressionantes.

2. O Perfil Migratório dos Municípios Metropolitanos: uma análise do Censo de 1980

Ao focalizar mais especificamente o período privilegiado na presente análise, convém destacar que, na década de 70, os municípios metropolitanos, em sua grande maioria, poderiam

⁴⁰ Ao considerar naturais e não migrantes da Região as pessoas que nasceram e sempre residiram na Região Metropolitana de São Paulo e aqueles que migram de um município para outro dentro da própria Região Metropolitana, as cifras mencionadas não correspondem apenas à população não natural, mas também àquelas que, mesmo não tendo nascido na Região, já realizaram pelo menos um movimento interno.

Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Fundação SEADE-DIEESE: Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo: principais resultados São Paulo vol. 30, 1987.

a princípio, ser catalogados como áreas de atração populacional. Em 95% deles foram registrados volumes positivos de migração líquida.

Uma breve observação dos volumes de imigração, emigração e migração líquida⁴¹ (ou saldo migratório), obtidos a partir da informação censitária direta, leva a constatar que, em um grande número dos municípios, a intensidade da imigração foi alta, sendo ainda bem superior àquela registrada para a emigração.

De fato, como atestam os dados da Tabela 7, as taxas de imigração da década de 70, com raras exceções, atingiram níveis importantes, sendo que, em 22 localidades, os valores alcançados ultrapassaram os 5%, o mesmo não ocorrendo com a emigração que, na maioria das áreas, situou-se entre 1% e 2%.

Em termos das características dos municípios, pode-se dizer que as maiores taxas de imigração foram, em sua grande maioria, identificadas entre os municípios catalogados como dormitórios, embora em outros grupos encontrem-se casos, como São Bernardo do Campo, Diadema, Guarulhos, Jandira e Santana do Parnaíba, que mereça destaque.

Deve-se apontar para o fato de que os municípios industriais, juntamente com os industriais/dormitórios, são os que apresentam os maiores volumes de imigração. Não obstante, o mesmo também ocorre em termos da emigração, o que poderá ser perfeitamente compreendido a partir da análise do perfil dos movimentos migratórios segundo os lugares de origem e destino. Como será visto, se, por um lado, estas localidades são as que apresentam um maior peso relativo na imigração de pessoas de outros Estados e regiões de São Paulo, por outro, também são aquelas registradas, preferencialmente, como locais de origem dos movimentos intrametropolitanos.

⁴¹ Deve-se alertar para o fato de que o valor da migração líquida, calculado a partir da informação censitária direta, não necessariamente deve ser o mesmo daquele obtido de forma indireta, cujas cifras foram utilizadas, para o cálculo das taxas. Grosso modo, pode-se dizer que a diferença é intrínseca à natureza do dado utilizado em cada caso, residindo não apenas no período de referência de cada estimativa, mas também quanto à população a que se referem, já que, ao contrário da forma indireta de cálculo, na versão direta são considerados apenas os "sobreviventes" no momento final do período intercensitário. A este respeito ver Martine, 1984 e Carvalho, 1981.

Quanto aos municípios agrícolas, percebe-se que os mesmos experimentaram as maiores taxas de emigração na década de 70, seguidos de Barueri, Ribeirão Pires, Cajamar, Rio Grande da Serra e Itapevi, do grupo dormitórios, cujas taxas superiores a 1,6% aproximam-se daquelas alcançadas pelos primeiros.

O resultado final do comportamento dos componentes imigração e emigração pode ser apreciado na Tabela 7. A partir daí, é possível visualizar o caráter atrativo das áreas, sobretudo do município de São Paulo e de suas áreas contíguas. Salvo algumas exceções, das quais destacam-se Carapicuíba, com saldo de 93.000 pessoas, e Barueri, com 31.000, verifica-se que o volume da migração líquida tende a diminuir à medida que o município afasta-se da Capital, o que de certa forma é coerente com a tendência de ocupação e expansão da Região Metropolitana.

Apesar de a maioria dos municípios apresentar saldos migratórios positivos, é nítida a diversidade de situações existentes. Além do mais, como se sabe, esta medida demográfica, por si só, não determina adequadamente o perfil migratório das áreas, uma vez que não permite obter informações sobre os volumes de imigração e emigração.

Na realidade, por representar o resultado "líquido" das entradas e saídas de pessoas, este valor pode não refletir a real magnitude desses movimentos migratórios em determinada região. Por esse motivo, saldos migratórios iguais, por exemplo, podem ocultar diferenças significativas em termos de volume da mobilidade populacional registrada, distorcendo, portanto, a percepção da verdadeira situação migratória do município.

De fato, na Região Metropolitana de São Paulo ocorrem casos (e a Capital é o mais exemplar deles) em que, embora elevada, a migração líquida não reflete a magnitude da movimentação populacional experimentada.

Tabela 7
 Volumes e Taxas de Imigração e Índice de Eficácia Migratória
 Municípios da Região Metropolitana de São Paulo
 1970/80

Municípios	Imigração		Emigração		Saldo		Índice de Eficácia Migratória
	Volume	Taxa	Volume	Taxa	Volume	Taxa	
São Paulo	1.738.045	2,41	1.250.321	1,73	487.724	0,68	0,16
INDUSTRIAIS							
Santo André	141.986	2,92	92.435	1,90	49.551	1,02	0,21
São Caetano do Sul	42.336	2,70	49.885	3,19	-7.549	-0,48	-0,08
IND./DORMITÓRIOS							
Guarulhos	233.010	6,06	28.955	0,75	204.055	5,30	0,78
Osasco	158.449	4,18	65.753	1,74	92.696	2,45	0,41
São Bernardo do Campo	186.947	5,96	58.255	1,86	128.692	4,10	0,52
DORMITÓRIOS I							
Barueri	34.509	6,10	7.649	1,35	26.860	4,75	0,64
Carapicuíba	105.713	8,78	12.157	1,01	93.556	7,77	0,79
Diadema	123.646	8,04	17.029	1,11	106.617	6,93	0,76
Embu	60.171	10,56	4.624	0,81	55.547	9,75	0,86
Ferraz de Vasconcelos	26.084	6,51	4.790	1,19	21.294	5,31	0,69
Franco da Rocha	24.821	5,70	5.935	1,36	18.886	4,34	0,61
Itapeçerica da Serra	29.909	6,97	4.810	1,12	25.099	5,85	0,72
Itaquaquecetuba	37.720	7,38	4.439	0,87	33.281	6,51	0,79
Mauá	88.413	5,75	18.361	1,19	70.052	4,56	0,66
Mogi das Cruzes	44.928	2,67	24.546	1,46	20.382	1,21	0,29
Suzano	40.689	5,20	11.053	1,41	29.636	3,79	0,57
Taboão da Serra	51.901	7,49	8.258	1,19	43.643	6,30	0,73
DORMITÓRIOS II							
Cabeiras	8.886	4,36	3.088	1,52	5.798	2,85	0,48
Cajamar	8.616	5,34	2.655	1,64	5.961	3,69	0,53
Cotia	23.585	5,02	5.747	1,22	17.838	3,80	0,61
Francisco Morato	16.612	8,35	2.151	1,08	14.461	7,27	0,77
Itapeví	22.404	5,53	6.484	1,60	15.920	3,93	0,55
Foá	20.085	4,72	6.652	1,56	13.433	3,15	0,50
Ribeirão Pires	24.240	5,66	8.002	1,87	16.238	3,79	0,50
Rio Grande da Serra	10.415	7,31	2.398	1,68	8.017	5,63	0,63
AGRÍCOLAS							
Arujá	7.971	5,89	3.173	2,35	4.798	3,55	0,43
Biritiba-Mirim	3.814	3,40	1.587	1,42	2.227	1,99	0,41
Embu-Guaçu	9.363	5,98	1.516	0,97	7.847	5,01	0,72
Guararema	5.536	3,99	2.937	2,12	2.599	1,87	0,31
Jandira	20.833	8,58	4.220	1,74	16.613	6,84	0,66
Juquitiba	3.906	3,95	1.910	1,93	1.996	2,02	0,34
Mairiporã	9.144	3,88	3.432	1,46	5.712	2,42	0,45
Pirapora do Bom Jesus	1.681	3,95	695	1,63	986	2,32	0,41
Salesópolis	1.973	1,95	2.462	2,44	-489	-0,48	-0,11
Santa Isabel	9.977	4,32	4.160	1,80	5.817	2,52	0,41
Santana do Parnaíba	5.381	6,96	1.884	2,44	3.497	4,52	0,48

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

Com o objetivo de obter um indicador que pudesse tornar mais nítida esta questão, possibilitando, assim, uma melhor caracterização de um município como uma área de atração, de expulsão, ou apenas de circulação de migrantes, utilizou-se o "Índice de Eficácia

Migratória"(IEM). Ao ser definido pela razão entre a migração líquida (imigração menos emigração) e a migração bruta (imigração mais emigração), este índice permite uma melhor aferição do perfil migratório de cada município⁴².

Como ocorre com vários outros índices, no IEM o único referencial para sua interpretação são os limites teóricos, o que dificulta, em muitos casos, a classificação dos municípios em áreas de atração, de expulsão e de circulação. Uma maneira de resolver este problema é estabelecer comparações entre as unidades de análise, avaliando, por exemplo, a distribuição do referido índice em termos dos quartis.

Tendo em vista que a Região Metropolitana de São Paulo, não possuía áreas típicas de expulsão populacional⁴³, o IEM calculado varia praticamente entre 0 e 1. No primeiro quartil dessa distribuição (valores inferiores a 0,41), encontram-se a maior parte dos municípios mais industrializados e os agrícolas. No outro extremo, ou seja, no último quartil (valores maiores que 0,69), surgem muitos dos principais municípios-dormitório I e II e industriais/dormitórios, como por exemplo Carapicuíba, Embú e Diadema, no primeiro caso, e Guarulhos, no segundo.

Os dormitórios I também são os principais componentes do terceiro quartil (0,53 a 0,69), em que aparecem municípios como Barueri, Ferraz de Vasconcelos, Mauá e Suzano.

Finalmente, ao segundo quartil - ou seja, a faixa imediatamente abaixo da média -, correspondem alguns dos municípios agrícolas e outros que, nos anos 70, começavam a despontar

⁴² Este índice parte da mesma idéia e, por isso, leva o nome do "Effectiveness Index" apresentado por Shryock e Siegel (1975). Contudo, sua utilização e interpretação neste texto serão um tanto distintas. Pensado aqui para melhor diferenciar as áreas de atração ou recepção de migrantes, daquelas onde existe grande circulação (muitas entradas e muitas saídas), este índice varia entre -1 (só expulsão populacional) e 1 (só atração populacional). Valores próximos a "zero" estariam, por sua vez, indicando áreas onde não existe predominância de imigração ou emigração, indicativo, portanto, de uma zona mais de circulação de pessoas. Naturalmente, este índice deve ser analisado sempre em conjunto com o saldo migratório que lhe dará maior significado, ao permitir estabelecer ordens de grandeza dos movimentos e, assim, facilitar as comparações pertinentes.

⁴³ Esta afirmação é válida, pelo menos, para as décadas de 60 e 70, para as quais se têm dados confiáveis. Parece que nos anos 80 já se configuram alguns focos de expulsão, embora os dados do Censo de 1991 sejam ainda preliminares. Nos casos de São Caetano do Sul e Salesópolis, a emigração líquida registrada no Censo de 1980 é pouco significativo para uma caracterização de áreas de expulsão de população.

como importantes dormitórios, como Ribeirão Pires, Poá, etc. Neste grupo, cabe ressaltar a presença de São Bernardo do Campo que, mesmo destacando-se pelo seu peso industrial na Região, não segue o padrão de seus pares, todos no primeiro quartil.

Este fato, como vários outros a serem mencionados ao longo do trabalho, revela o caráter particular desse município no contexto da mobilidade intrametropolitana. Possivelmente, sua extensão territorial, que possibilita a formação e a expansão de uma vasta área "periférica", possa justificar que uma área com tamanho, peso e força econômica apresente um comportamento migratório, em muitos sentidos, semelhante às áreas com desenvolvimento industrial bastante inferior como, por exemplo, alguns dos municípios-dormitório ou industriais/dormitórios.

Através do Mapa 3 é possível identificar a localização dos principais pontos de atração e de circulação populacional na Região Metropolitana de São Paulo, segundo o IEM. Ressalte-se que, coincidentemente (ou não), os municípios mais atrativos (4º quartil), em geral, são contíguos àqueles onde a circulação populacional é maior (1º quartil), excetuando-se, é claro, as áreas desse grupo que apresentaram volumes migratórios pouco significativos.

Muito embora o quadro até agora esboçado, por si só, permita uma avaliação bastante clara do papel da migração na evolução populacional da Região, um grande número de questões pode ainda ser explicitado, a fim de melhor compreender e visualizar sua atuação.

De fato, pode-se dizer que, no caso da Região Metropolitana de São Paulo, devido ao seu caráter de área de forte atração populacional e de grande aglomerado urbano, o elemento migratório deveria ser analisado pelo menos sob duas óticas: a migração interna e a externa. Na verdade, não se pode alcançar uma compreensão adequada do papel dos movimentos populacionais na dinâmica regional, sem se considerar estas duas facetas do fenômeno.

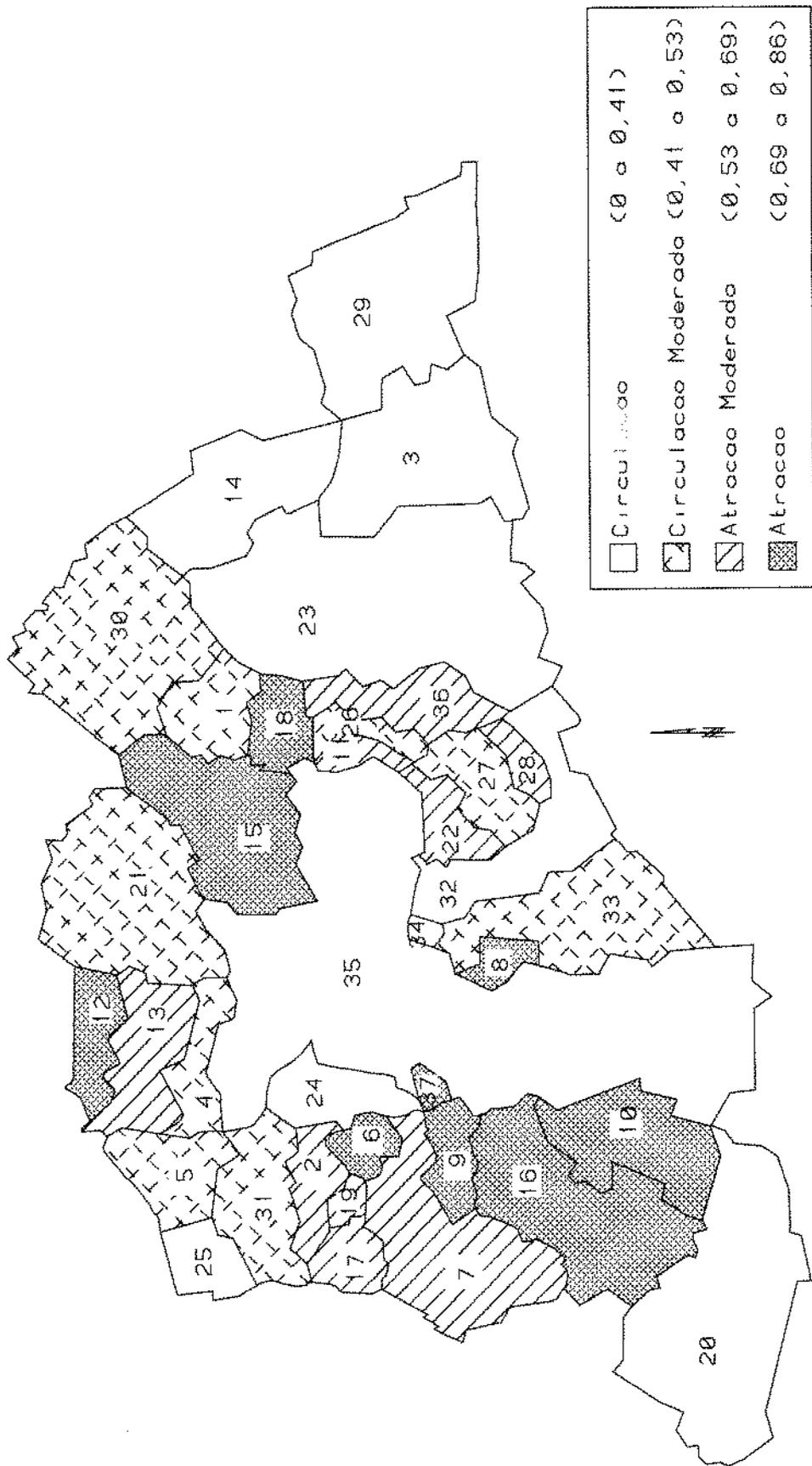
Como mostra o Gráfico 8, cerca de 74%, dos mais de 3,4 milhões de imigrantes⁴⁴ identificados pelo Censo 1980 nos municípios metropolitanos, eram provenientes de outras regiões do país, inclusive de outras áreas do próprio Estado de São Paulo. Contudo, aquilo que é bastante óbvio para a Região como um todo, não reflete a realidade migratória no âmbito dos municípios componentes. Em outras palavras, o que a princípio está totalmente de acordo com o caráter atrativo da Região Metropolitana, não representa a grande heterogeneidade interna existente em termos das origens dos imigrantes.

Essa diferenciação pode ser apreciada no Gráfico 9, que mostra a distribuição dos imigrantes externos, segundo grupos de municípios. Assim, percebe-se que somente a Capital absorve 71% desses indivíduos, ficando os outros 29% divididos entre os outros municípios, dos quais apenas a zona industrializada do ABC responde por mais 7,4%.

Assim sendo, embora a migração externa seja fundamental para o perfil migratório e crescimento da Região Metropolitana de São Paulo e da própria Capital, o mesmo não ocorre com grande parte dos outros municípios metropolitanos, que, ao contrário, apresentam predominantemente a Região Metropolitana como última residência dos imigrantes que chegaram na década de 70 (Gráficos 10 a 15).

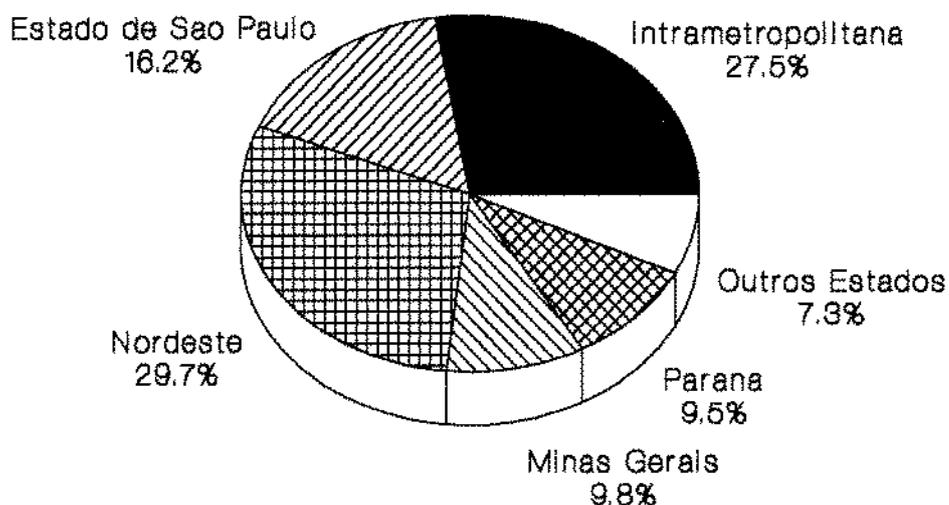
⁴⁴ Vale lembrar, uma vez mais, que o termo refere-se às pessoas não-naturais dos municípios onde residem há menos de 10 anos.

Mapa 3
 Índice de Eficácia Migratória (*)
 Região Metropolitana de São Paulo
 1970/80



(*) A Definição Deste Índice Consta na Nota 36
 Fonte: FIBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980 (Dados Brutos)

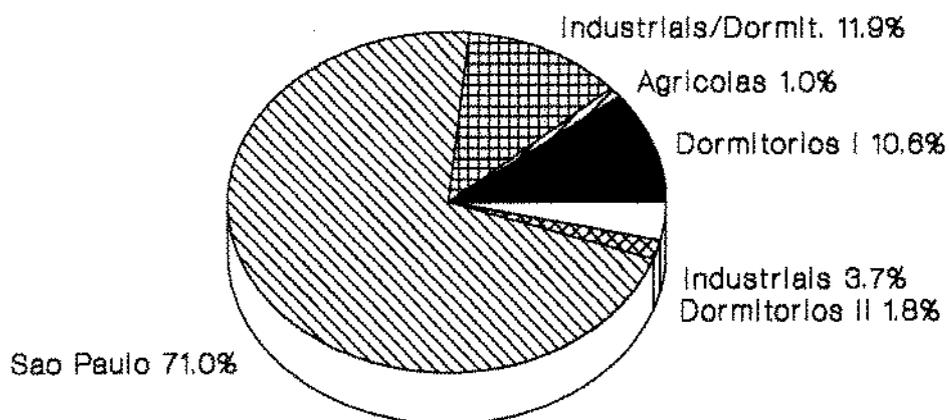
Gráfico 8
Composição da Imigração, Segundo Residência Anterior
Região Metropolitana de São Paulo
1980



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

Cabe destacar não apenas a pequena participação da migração intrametropolitana no conjunto dos movimentos direcionados para São Paulo (menos de 4%), mas também a diferenciação dos demais grupos de municípios em termos da importância desses fluxos migratórios. Para os agrícolas e dormitórios, essa participação relativa é sensivelmente maior que para aqueles mais industrializados, que tendem a apresentar um maior peso dos migrantes interestaduais, fato compatível, aliás, com o maior dinamismo urbano-industrial dos mesmos.

Gráfico 9
Distribuição Relativa da Migração Externa, Segundo Grupos de Municípios
Região Metropolitana de São Paulo
1980



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

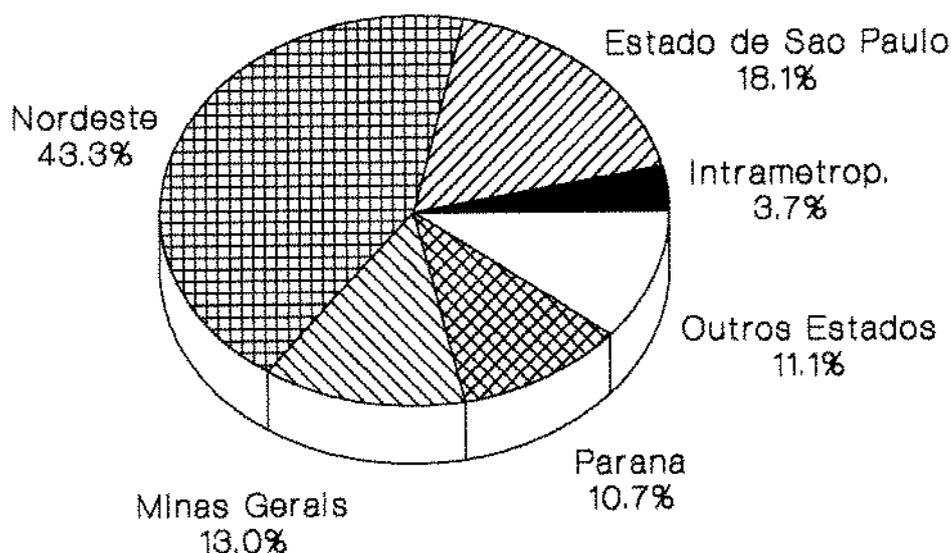
Como se pode notar, apesar de a Região Metropolitana de São Paulo ter sido, ao longo do tempo, a grande "vitrine" do Estado em termos migratórios, a distribuição da migração externa nesta Região é bastante concentrada. Por isso, tem, "diretamente", muito pouco a ver com o crescimento da maioria dos municípios metropolitanos. Contudo, deve-se frisar que a importância do termo "diretamente" refere-se ao fato dessa afirmação desconsiderar que boa parte da migração interna observada Região Metropolitana é realizada por pessoas provenientes de outras regiões. Na verdade, a separação que aqui se propõe entre migração externa e interna deve ser entendida como operacional, pois não se pode negar que ambos os processos estão relacionados.

Para justificar tal afirmação, antes de continuar a presente discussão, vale a pena considerar alguns dados que são bastante elucidativos neste sentido. Em 1970, mais de 30% da

população residente na Região Metropolitana eram não-naturais do Estado de São Paulo, cifra esta que aumenta em 1980 para cerca de 35,5%⁴⁵.

Em termos exclusivamente dos migrantes intrametropolitanos da década de 70, estima-se que, na Região Metropolitana de São Paulo, 40,9% destes não eram paulistas. Esta porcentagem eleva-se ainda mais em um bom número dos municípios metropolitanos, como por exemplo, naqueles denominados dormitórios que, em média, abrigam cerca de 44% de não-naturais do Estado de São Paulo.

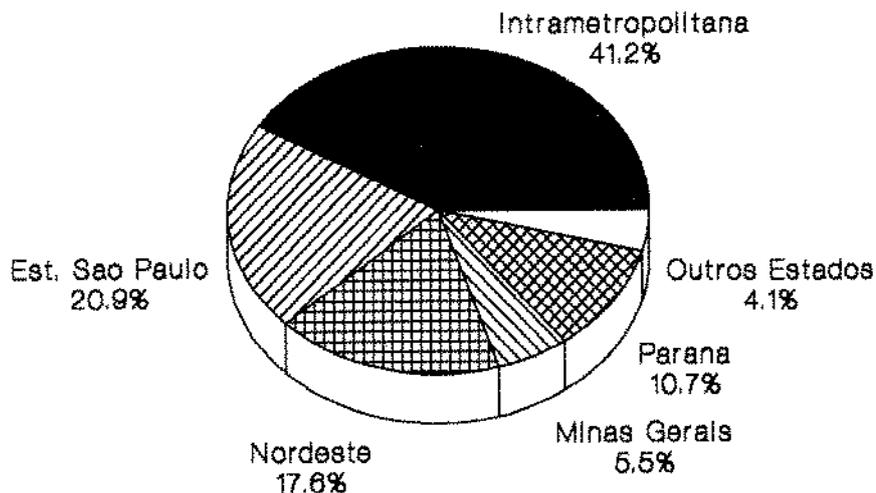
Gráfico 10
Composição da Imigração, Segundo Última Residência
Município de São Paulo
1980



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

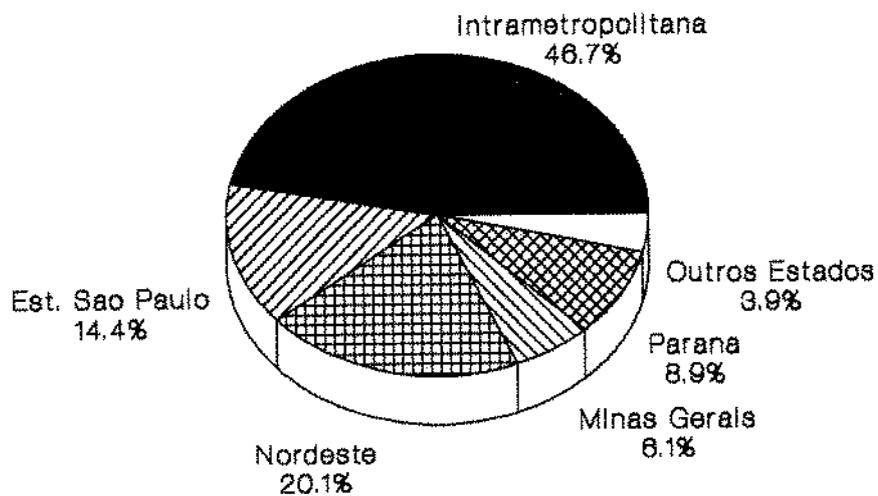
⁴⁵ Pode-se pensar que, para 1991, o Censo mostrará uma diminuição nesta proporção na medida em que os dados preliminares apontam no sentido de um brusco arrefecimento da imigração para a Região Metropolitana de São Paulo.

Gráfico 11
Composição da Imigração, Segundo Última Residência
Municípios Industriais
1980



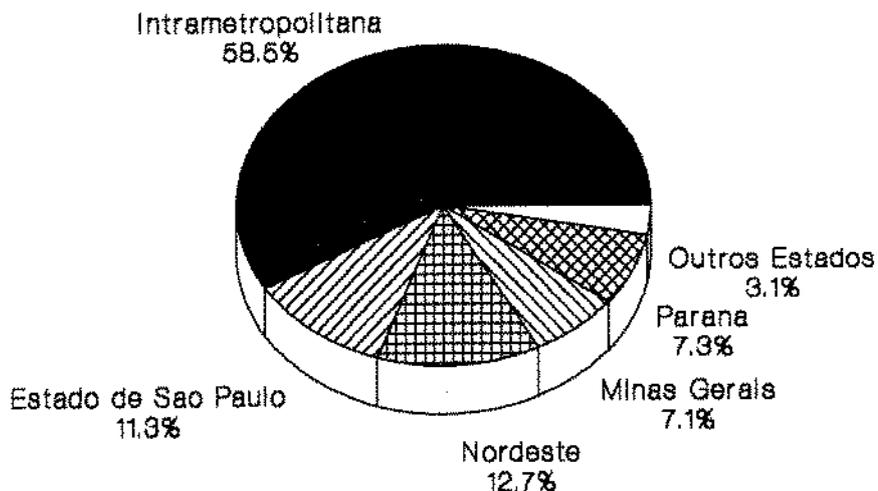
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

Gráfico 12
Composição da Imigração, Segundo Última Residência
Municípios Industriais/Dormitórios
1980



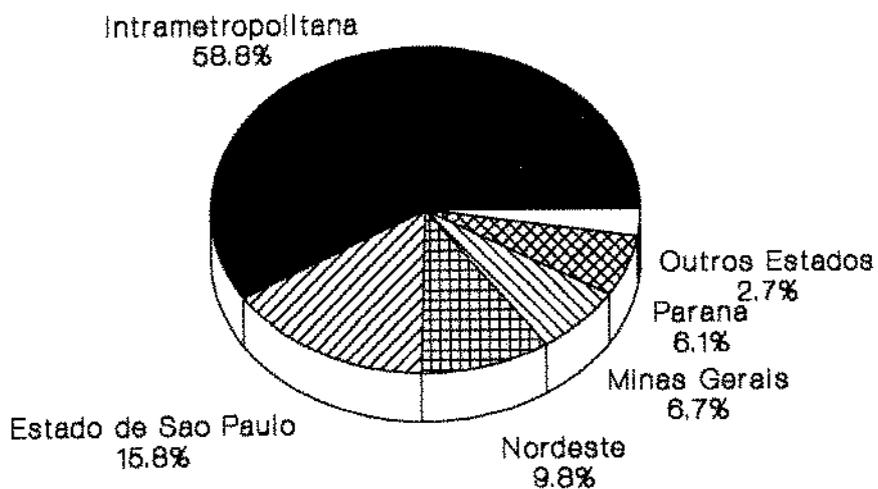
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

Gráfico 13
Composição da Imigração, Segundo Última Residência
Municípios Dormitórios I
1980



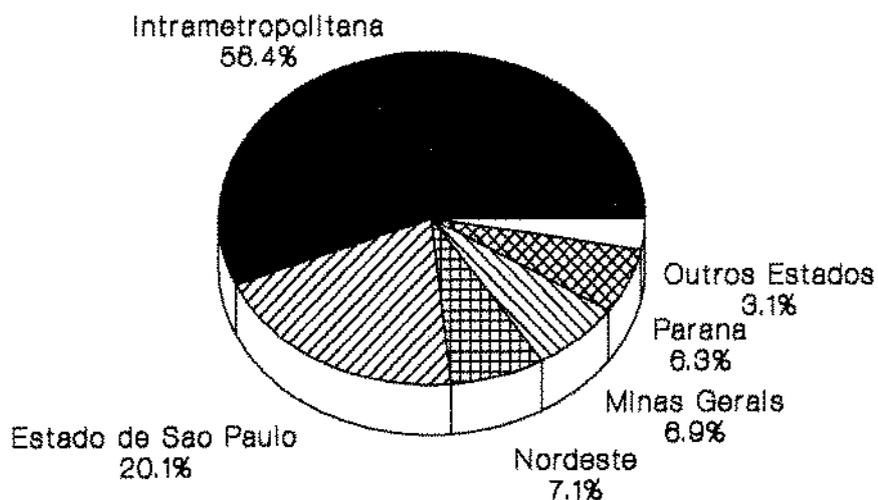
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

Gráfico 14
Composição da Imigração, Segundo Última Residência
Municípios Dormitórios II
1980



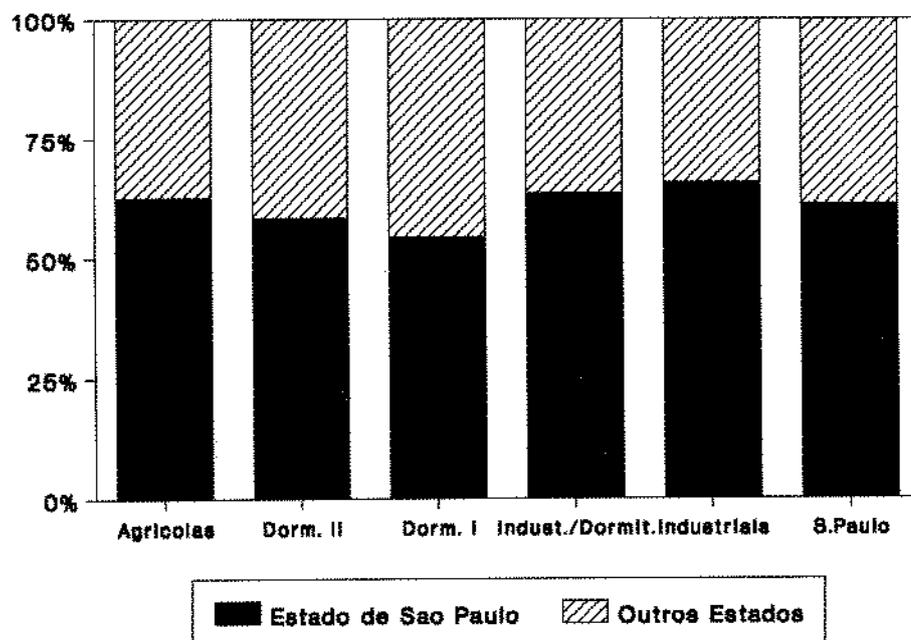
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

Gráfico 15
Composição da Imigração, Segundo Última Residência
Municípios Agrícolas
1980



Fonte:
Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

Gráfico 16
Migrantes Intrametropolitanos, Segundo Estado de Nascimento
Região Metropolitana de São Paulo
1970 - 1980



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

O Gráfico 16 mostra não apenas a importância dos migrantes nascidos em outros Estados, no conjunto da imigração interna da década de 70 na Região Metropolitana e municípios, mas também a diferenciação, em termos desta participação, dentro da Região.

Embora as cifras anteriores sejam suficientes para mostrar a importância da imigração externa na dinâmica demográfica regional, ainda assim não se tem a real dimensão desse impacto, pois a informação utilizada (Estado de nascimento) não permite captar os imigrantes que, apesar de paulistas, não são naturais da Região Metropolitana. A impossibilidade, de mensurar a população nativa da Região implica, portanto, o desconhecimento do verdadeiro impacto (certamente maior que o aqui revelado) dos movimentos migratórios com origem fora da Região Metropolitana.

Retomando a discussão da importância dos movimentos intrametropolitanos, outro aspecto poderia ser analisado.

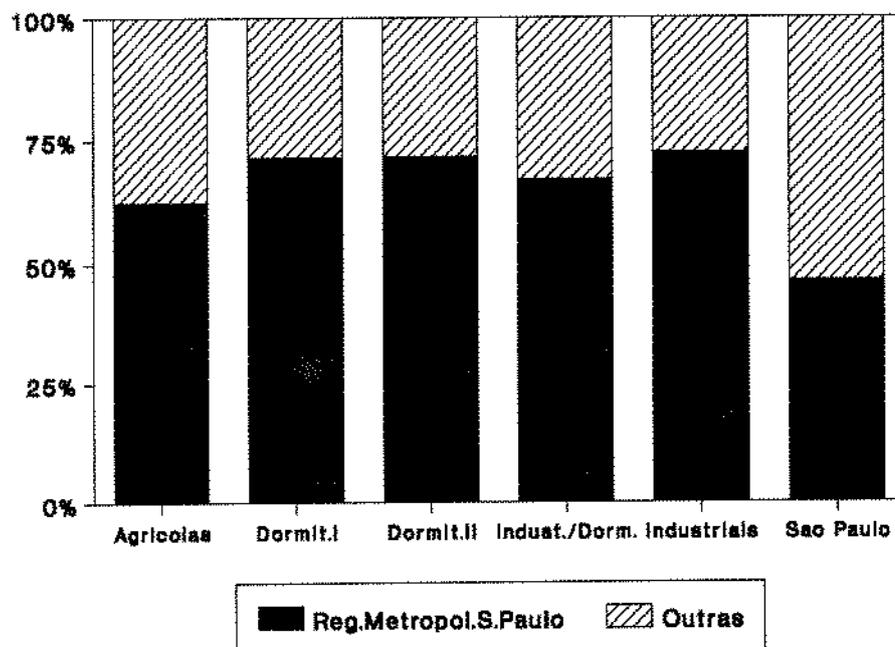
Se, por um lado, a análise da imigração já seria suficiente para avaliar o papel da movimentação interna na dinâmica migratória dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, por outro, o quadro torna-se ainda mais evidente quando se atenta para a emigração.

Os dados do Censo de 1980 revelam que, do total de saídas de população registradas nos vários municípios da Região, apenas 30% destinaram-se às áreas fora da mesma. Obviamente esta cifra sofre variações internas de acordo com as características das localidades.

Como se percebe no Gráfico 17, com exceção da Capital - cuja porcentagem de emigrantes internos é inferior a 50%⁴⁶ -, nos demais municípios esta cifra sempre reflete a predominância dos destinos dentro da Região.

Na verdade, a migração intrametropolitana tem sido a responsável por uma parcela importante do crescimento demográfico de muitos municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Sua relevância no processo de formação e reestruturação do espaço metropolitano é inegável e, portanto, fundamental para o entendimento do mesmo.

Gráfico 17
Emigração, Segundo Áreas de Destino
Região Metropolitana de São Paulo
1940/80



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

⁴⁶Este percentual implica a saída de cerca de 588 mil pessoas deixaram da Região Metropolitana de São Paulo, partindo da Capital. Como em estudo anterior (Cunha e Rodrigues, 1989) pôde-se mostrar que o total de saídas da Região, na década de 70, ficou em torno de 814 mil, conclui-se que mais de 72% destas originaram-se no município de São Paulo. Este fato não apenas reforça o seu caráter de área de circulação, mas também suscita uma série de questões sobre as características desta imigração. Contudo, este tema foge dos objetivos do presente trabalho.

3. Migração Intrametropolitana: uma visão quantitativa do Fenômeno

3.1. Números e Impactos na Década de 70

Como se não bastasse considerar o volume dos movimentos migratórios intrametropolitanos na década de 70 - quase um milhão - para justificar sua importância enquanto fenômeno demográfico, poder-se-ia ainda chegar a uma conclusão semelhante ao considerá-lo sob o ponto de vista do conjunto da migração tanto no Estado como no contexto regional mais restrito.

Dessa forma, segundo o Censo de 1980, aproximadamente 14% das pessoas não-naturais dos diferentes municípios paulistas que aí residiam há menos de 10 anos (mais de 6,6 milhões) eram migrantes intrametropolitanos. Se a princípio esta cifra não parece muito elevada, tal percepção tende a modificar-se quando se constata que o Estado atraiu grande volume de migrantes interestaduais (2,8 milhões na década de 70, ou seja, 43% da imigração registrada). Portanto, ao se considerar os imigrantes com origem no Estado de São Paulo, aquela porcentagem elevar-se-ia para 24,4%. Por outro lado, deve-se levar em conta que tal participação diz respeito apenas a um grupo de 37 municípios, em um conjunto de 576 no Estado em 1980.

No que se refere à imigração exclusivamente da Região Metropolitana de São Paulo, os dados censitários indicam que 27% dos mais de 3,4 milhões de imigrantes desta região tiveram como última residência um dos municípios metropolitanos. Além disso, estes mesmos dados, desagregados segundo lugar de origem dos movimentos, evidenciam que a migração intrametropolitana representou 62,9% de todos os movimentos cujo último local de residência localizava-se no Estado.

Esta cifra, como já havia sido constatado a partir dos Gráficos de 10 a 15, apenas reforça o relevante papel desempenhado pela migração intrametropolitana na dinâmica migratória regional, sobretudo, em grande parte de seus municípios, que experimentaram predominantemente a imigração de origem paulista. Esta importância, aliás, poderá ser ainda melhor apreciada mais

adiante a partir da análise do impacto do fenômeno em questão nos crescimentos demográficos municipais.

Uma breve análise comparativa com as outras oito Regiões Metropolitanas brasileiras mostra que, ao contrário do que se poderia a princípio imaginar, em pelo menos quatro delas, a participação dos movimentos internos, no conjunto da imigração registrada, esteve abaixo dos níveis atingidos na Região Metropolitana de São Paulo. Apenas nas Regiões Metropolitanas de Recife e do Rio de Janeiro é que este peso relativo foi maior, ultrapassando, inclusive, a casa dos 40%, embora com volumes migratórios bem menores que aquele observado na de São Paulo (Tabela 8).

Deve-se considerar, ainda, que estes valores foram alcançados em contextos em que, com exceção talvez da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a imigração externa é bem pequena, o que não ocorre na Região Metropolitana de São Paulo.

Na verdade, ao se considerar apenas os movimentos migratórios internos nos Estados, poucas são as situações em que a migração intrametropolitana alcança o nível de importância apresentado na Região Metropolitana de São Paulo.

Um quadro parecido ao descrito anteriormente pode ser obtido quando se considera o papel do fenômeno em estudo no conjunto dos movimentos populacionais dos Estados. Neste sentido, através dos dados apresentados na Tabela 8, observa-se que apenas em algumas Regiões Metropolitanas os migrantes intrametropolitanos representaram uma parcela relevante do total daqueles registrados nos respectivos Estados. Vale destacar as Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de Recife, onde, respectivamente, mais de 32% e 25% da migração de seus Estados eram compostos pelos movimentos metropolitanos internos.

A relevância da migração intrametropolitana na Região Metropolitana de São Paulo torna-se ainda mais perceptível ao se analisar seu impacto no âmbito de cada município que a

compõe. De fato, este fenômeno afeta decisivamente o comportamento demográfico da maioria deles.

Tabela 8
Quadro Comparativo da Participação Relativa dos Movimentos Intrametropolitanos no Conjunto da Migração Regional
Regiões Metropolitanas Brasileiras
1970/80

Regiões Metropolitanas	População Total	Não Natural dos Municípios Metropolitanos com Menos de 10 Anos de Residência (1)		Participação Relativa da Migração Intrametropolitana	
		Com Residência Anterior no Respeetivo Estado	Com Residência Anterior na Região Metropolitana	No Total da Migração	Na Migração com Origem no Respeetivo Estado
Belém	178.059 (668.013)	122.738 (68,9)	20.144 (3,0)	11,3	16,4
Fortaleza	368.077 (697.273)	307.715 (83,9)	45.474 (6,5)	12,3	14,8
Recife	495.842 (948.666)	404.344 (81,5)	243.182 (25,6)	49,1	60,1
Salvador	316.230 (1.155.718)	237.332 (75,0)	35.906 (3,1)	11,3	15,1
Belo Horizonte	749.266 (2.328.713)	640.084 (85,4)	185.468 (8,0)	24,7	29,0
Rio de Janeiro	1.331.471 (1.671.619)	677.773 (50,9)	548.980 (32,8)	41,2	81,0
Curitiba	478.505 (2.219.382)	376.417 (78,7)	89.978 (4,0)	18,8	23,9
Porto Alegre	651.107 (1.411.394)	584.139 (89,7)	205.877 (14,6)	31,6	35,2
São Paulo	3.383.701 (6.602.458)	1.464.045 (43,3)	920.423 (13,9)	27,2	62,9

Fonte: Fundação IBGE, Fluxos Migratórios Intrametropolitanos, Brasil-1970/1980. Textos para Discussão, N245. Rio de Janeiro, 1991.
Censo Demográfico do Brasil de 1980.

Nota: (1) Os valores entre parênteses representam o total de imigrantes registrados para a respectiva unidade de federação, e os percentuais de cada coluna com relação a este total.

Os dados apresentados na Tabela 9 mostram que, em 22 dos 37 municípios da Região Metropolitana, a chegada de migrantes provenientes de cidades pertencentes a esta área foi responsável por mais de 50% do crescimento populacional da década de 70. Em algumas localidades esta cifra supera os 60% ou 70%, mostrando o alcance dos efeitos desta migração nas dinâmicas locais.

Em termos da população total registrada pelo Censo de 1980, pode-se constatar que, em muitos municípios, mais de 25% dos habitantes eram migrantes intrametropolitanos da década de 70. Em alguns casos, este valor alcançou os 43% como em Embu, 36% em Carapicuíba e 35%

em Taboão da Serra, todas áreas próximas à Capital e com características típicas de cidades-dormitório.

É evidente que o impacto do fenômeno em questão não deveria ser analisado apenas sob o ponto de vista da imigração. Formalmente, o efeito direto final deste fenômeno no crescimento demográfico deve considerar o resultado líquido das trocas populacionais ocorridas dentro da Região Metropolitana.

Se, por um lado, uma grande parte dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo conta com elevada proporção de migrantes internos em suas populações, por outro, para alguns, o volume de emigração foi igualmente significativo no sentido de atenuar o efeito da imigração no crescimento total.

Entretanto, através da análise da Tabela 9, verifica-se uma situação um tanto distinta, mas que não altera a conclusão sobre a peso da mobilidade interna nas dinâmicas demográficas locais. Por exemplo, em quase metade dos municípios classificados como dormitórios, mais de 40% do crescimento populacional da década de 70 deveram-se às trocas migratórias internas na Região. Para os restantes, tal cifra oscilou entre este valor e os 25%.

Já nos municípios industriais, constatou-se uma participação negativa no crescimento, ou seja, estas áreas, em termos da migração interna, tendem a perder mais população do que receber. Esta característica, aliás, poderá ser melhor entendida a partir da análise dos fluxos migratórios, que será desenvolvida mais adiante, mostrando a tendência bastante marcante da expulsão populacional destas áreas no contexto restrito da mobilidade interna metropolitana.

Na verdade, o papel do saldo migratório intrametropolitano no crescimento dos municípios, está diretamente ligado aos perfis destes últimos em relação ao fenômeno. Neste sentido, torna-se oportuno avaliar, nos mesmos moldes como foi realizado no tocante à migração total, a situação de cada uma das áreas no que se refere ao caráter de atração, de expulsão ou de circulação das mesmas no contexto da mobilidade interna da Região Metropolitana.

Para tanto, recalculou-se o Índice de Eficácia Migratória considerando apenas a migração com origem e destino dentro da Região Metropolitana de São Paulo. Os resultados obtidos mostram que, com exceção de alguns municípios, os valores pouco diferem daqueles anteriormente apresentados na Tabela 7. Isto equivale a afirmar que, ao centrar-se a análise no contexto da mobilidade interna, não se detecta, na maioria dos casos, mudança significativa de perfil migratório (ver Mapa 3).

As poucas diferenças que puderam ser detectadas correspondem, sobretudo, aos municípios mais industrializados da Região, fato explicado pelo maior peso relativo da imigração de origem externa (ver Gráficos de 10 a 15), que tende a modificar de maneira importante os volumes das migrações brutas (imigração mais emigração) total e interna.

Os casos mais exemplares destas discrepâncias são, sem dúvida, os municípios de São Paulo - que de um índice de 0,16 (grande circulação) para a migração total, passou para -0,80 (grande expulsão) em termos da migração interna - e Osasco - que, caracterizado, no primeiro caso, como uma área de circulação moderada (0,41), tende a acentuar esta característica, no segundo, ao apresentar um índice de 0,01. Além destes municípios, outros também apresentaram alterações: Santo André (de 0,21 para -0,07); São Caetano do Sul (de -0,08 para -0,33); Mogi das Cruzes (de 0,29 para 0,12); Mauá (de 0,66 para 0,51); Franco de Rocha (de 0,61 para 0,79); e mesmo Salesópolis (de -0,11 para -0,29), sem que isto tenha implicado modificação do perfil previamente apontado.

Tabela 9
População, Crescimento Populacional e Migração Intrametropolitana
Região Metropolitana de São Paulo
1970-1980

Município de Residência Atual	População		Crescimento 70/80		Migração Intrametropolitana				
	1970	1980	Números Absolutos	Taxa Média Atual (%)	Imigração	Emigração	Saldo	Peso Relativo no Crescimento 70/80	
								Imigração	Saldo
São Paulo	5.924.615	8.493.598	2.568.983	3,67	64.074	581.835	-517.761	2,5	-20,2
<u>Industriais</u>									
Santo André	418.826	552.797	133.971	2,81	54.743	62.797	-8.054	40,8	-6,0
São Caetano do Sul	150.130	163.030	12.900	0,83	20.280	40.235	-19.955	157,1	-154,8
<u>Industriais/ Dormitórios</u>									
Guarulhos	236.811	532.908	296.097	8,45	126.769	14.648	112.121	42,8	37,9
Osasco	283.073	473.856	190.783	5,29	51.117	49.617	1.500	26,8	0,8
São Bernardo do Campo	201.662	425.780	224.118	7,76	91.296	38.215	53.081	40,7	23,7
<u>Dormitórios I</u>									
Barueri	37.808	75.321	37.520	7,14	18.994	6.101	12.893	50,6	34,4
Carapicuíba	54.873	185.763	130.890	12,97	67.368	9.604	57.764	51,5	44,1
Diadema	78.914	228.594	149.680	11,22	59.859	12.627	47.232	40,0	31,5
Embu	18.148	95.764	77.616	18,10	41.557	3.850	37.707	53,5	48,6
Ferraz de Vasconcelos	25.134	55.107	29.973	36,27	18.871	3.767	15.104	63,0	50,4
Franco da Rocha	36.303	50.710	14.407	3,40	17.799	2.140	15.659	123,3	108,5
Itapeverica da Serra	25.314	60.716	35.402	9,14	20.985	3.740	17.245	59,2	48,7
Itaquaquecetuba	29.114	72.779	43.665	9,59	25.892	3.432	22.460	59,3	51,4
Mauá	101.700	205.817	104.117	7,30	41.256	13.542	27.714	39,6	26,6
Mogi das Cruzes	138.751	198.081	59.330	3,62	17.868	13.942	3.926	30,1	6,6
Suzano	55.460	101.067	45.607	6,18	23.993	8.267	15.726	52,6	34,5
Taboão da Serra	40.945	97.642	56.697	9,08	34.618	7.362	27.256	61,0	48,0
<u>Dormitórios II</u>									
Celestinas	15.563	25.066	9.503	4,88	5.793	2.270	3.523	60,9	37,0
Cajamar	10.355	21.941	11.586	7,80	4.182	1.500	2.682	36,1	23,1
Cotia	30.924	63.373	32.449	7,44	9.856	3.658	6.198	30,3	19,0
Francisco Morato	11.231	28.462	17.231	9,74	12.665	1.426	11.239	73,4	65,2
Itapevi	27.569	53.325	25.756	6,82	11.608	4.833	6.775	44,9	26,1
Soá	32.373	52.795	20.422	5,01	13.324	5.296	8.028	65,1	39,2
Ribeirão Pires	29.048	56.487	27.439	6,88	15.728	5.766	9.962	57,3	36,3
Rio Grande da Serra	8.397	20.102	11.705	9,12	5.490	1.877	3.613	46,9	30,8
<u>Agrícolas</u>									
Arujá	9.571	17.482	7.911	6,21	4.900	2.428	2.472	61,9	31,2
Siritiba-Mirim	9.033	13.379	4.346	4,01	2.017	1.145	872	46,4	20,1
Embu-Guaçu	10.280	21.028	10.748	7,42	6.365	1.051	5.314	59,0	49,2
Guararema	12.638	18.123	2.485	1,81	2.411	1.353	1.058	96,9	42,5
Jandira	12.499	36.017	23.518	11,16	12.692	3.546	9.146	53,9	38,8
Juquitiba	7.267	12.500	5.233	5,57	2.087	817	1.270	39,8	24,2
Mairiporã	19.584	27.498	7.914	3,45	4.875	1.545	3.330	61,6	42,1
Pirapora do Bom Jesus	3.709	4.815	1.106	2,64	807	416	391	73,0	35,4
Salesópolis	9.557	10.649	1.092	1,09	957	1.741	-784	87,6	-71,8
Santa Isabel	17.161	28.997	11.836	5,39	4.189	2.062	2.127	35,4	18,0
Santana do Parnaíba	5.390	10.070	4.680	6,45	3.139	1.351	1.788	67,1	38,2

Fonte: Fundação SEADE. Informe Demográfico. São Paulo, nº1, 1980.
Fundação IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1970 e 1980. Tabulações Especiais.

Desta forma, pode-se dizer que, com exceção da Capital e de Osasco, a classificação adotada anteriormente e que consta do Mapa 3 poderia ser mantida para os movimentos migratórios intrametropolitanos.

Apesar de o fenômeno em questão ser, em termos relativos, relevante para a maioria dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, verifica-se através da análise da distribuição

do volume de migrantes internos entre os mesmos, a existência de certa concentração do fenômeno: somente os municípios dormitórios I e os industriais/dormitórios - 15 municípios ao todo - receberam, na década de 70, mais de 70% dos 920 mil migrantes intrametropolitanos registrados.

No que diz respeito às direções seguidas pela migração interna, verifica-se através da Tabela 10, que os vetores leste e oeste/norte, sobretudo este último, predominam como destinos para os movimentos internos. Efetivamente, se os dados desta tabela são rearranjados segundo os vetores, poder-se-á concluir que cerca de 60% dos deslocamentos de migrantes dentro da Região Metropolitana de São Paulo ocorreram nestas direções, sendo 35% para oeste/norte e 24% para leste, áreas que possuem os mais típicos municípios-dormitório da Região.

Tabela 10
Distribuição da Imigração Intrametropolitana, Segundo Grupos de Municípios
Região Metropolitana de São Paulo
1980

Grupos de Municípios	Volume da Imigração Intrametropolitana	Distribuição Relativa (%)	
		Intergrupos	Intragrupos
<u>TOTAL</u>	920.423	100,0	-
<u>SÃO PAULO</u>	64.074	7,0	-
<u>INDUSTRIAIS</u>	75.025	8,2	-
<u>INDUSTRIAIS/DORMITÓRIOS</u>	269.182	29,2	100,0
São Bernardo do Campo	91.296	9,9	33,9
Guarulhos	126.769	13,8	47,1
Osasco	51.117	5,6	19,0
<u>DORMITÓRIOS I</u>	383.925	41,7	100,0
Vetor Sudeste	101.114	11,0	26,3
Vetor Leste	86.624	9,4	22,6
Vetor Oeste/Norte	196.187	21,3	51,1
<u>DORMITÓRIOS II</u>	83.780	9,1	100,0
Vetor Sudeste	21.218	2,3	25,3
Vetor Leste	13.324	1,4	15,9
Vetor Oeste/Norte	49.238	5,3	58,8
<u>AGRÍCOLAS</u>	44.437	4,8	100,0
Vetor Leste	14.474	1,6	32,6
Vetor Oeste/Norte	29.963	3,3	67,4

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

A migração intrametropolitana também teve implicações decisivas no processo de redistribuição interna da população regional.

Este efeito fica evidente quando se verifica que cerca de 61% dos 868 mil habitantes redistribuídos na Região Metropolitana de São Paulo, nos anos 70, provêm ganhos populacionais internos líquidos registrados pelos municípios beneficiários desse processo⁴⁷. Ou seja, grande parte dessa redistribuição espacial da população poderia ser explicada pelos saldos positivos apresentados por muitos municípios nas trocas migratórias intrametropolitanas.

Na Tabela 11, destacam-se os municípios que, em termos demográficos, aumentaram de forma mais intensa seus pesos relativos na Região e, portanto, foram os que receberam as maiores parcelas da população redistribuída durante a década de 70. Note-se, ainda, que tais municípios obtiveram 70,6% desta redistribuição.

Pode-se constatar que, com exceção de Osasco⁴⁸, em todos os municípios apresentados, a migração líquida (ou saldo migratório) interna representou uma importante proporção do total do volume correspondente à população redistribuída para cada uma das áreas (Tabela 11). São dignas de nota as porcentagens ainda mais expressivas registradas por Guarulhos, Taboão da Serra e Itaquaquecetuba, sobretudo, o primeiro, caso que recebeu sozinho quase 20% de todo o contingente populacional redistribuído na Região.

⁴⁷ A noção de população redistribuída é a mesma utilizada anteriormente e que consta da nota 36 da página 86. Não fazem parte desse grupo os municípios de Biritiba-Mirim, Franco da Rocha, Guararema, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Pirapora do Bom Jesus, Salesópolis, Santo André, São Caetano do Sul e São Paulo.

⁴⁸ Não se pode esquecer que, como mostrado anteriormente, Osasco é uma área de alta circulação migratória dentro da Região Metropolitana de São Paulo, principalmente, se considerado no contexto exclusivo da mobilidade intrametropolitana (Índice de Eficácia Migratória, IEM=0.01). O equilíbrio existente entre entradas e saídas de migrantes neste município faz, portanto, com que a migração interna pouco afete seu crescimento populacional.

Tabela 11
 População Redistribuída Recebida e Saldo Migratório
 Intrametropolitano, Segundo os Municípios que Registraram
 Aumento do Peso Relativo na População Regional
 Região Metropolitana de São Paulo
 1970/80

Municípios	População Redistribuída (1)	Saldo Migratório Intrametropolitano (2)	Relação 2/1 (%)
Total	868.032	525.866	60,58
Guarulhos	166.487	112.121	67,35
São Bernardo do Campo	113.723	53.081	46,68
Diadema	106.616	47.232	44,30
Carapicuíba	100.952	57.764	57,22
Embú	67.733	37.707	55,67
Mauá	48.456	27.714	57,19
Osasco	36.758	1.500	4,08
Taboão da Serra	34.332	27.256	79,39
Itaquaquecetuba	28.038	22.460	80,11
Outros Municípios	254.937	139.031	54,54

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970 e 1980.

Em suma, o efeito e a relevância da migração intrametropolitana podem ser percebidos sob várias óticas. Este fenômeno adquire uma função bastante clara e fundamental na dinâmica regional - seja esta demográfica, urbana ou sócio-econômica - a partir tanto da participação no crescimento demográfico dos municípios, quanto do impacto na redistribuição espacial da população e conseqüente desconcentração e expansão urbana, ou, em termos gerais, através do papel decisivo na configuração do espaço metropolitano.

Além disso, a intensificação dessa mobilidade certamente foi um dos condicionantes do surgimento e/ou crescimento das formas de movimentação populacional bastante típicas de regiões com grande nível de integração, como é o caso da migração pendular. Esta não só reflete o distanciamento progressivo entre o lugar de moradia e o de trabalho, fruto da não-coincidência dos padrões de distribuição da população e da atividade econômica e social dentro da Região Metropolitana, mas também elementos ligados à forte segregação espacial da população.

Trata-se, pois, de um fenômeno que necessita ser mais conhecido e estudado, de forma a melhor compreender certos mecanismos que se encontram por detrás dos enormes problemas

urbanos que enfrentados pelas metrópoles contemporâneas, sobretudo aquelas dos países subdesenvolvidos.

3.2. O Fenômeno nas Décadas de 60 e 80: algumas inferências sobre os dados disponíveis

Não obstante ao fato de as únicas informações disponíveis, pelo menos até o presente momento, sobre os movimentos migratórios intrametropolitanos serem aquelas apresentadas pelo Censo de 1980, algumas conjecturas podem ser feitas a partir dos dados censitários de 1970 e dos primeiros resultados do Censo de 1991. Ademais, é importante a realização de um esforço no sentido de situar a década, aqui estudada no contexto mais amplo do processo migratório interno na Região Metropolitana.

Com a utilização de alguns artifícios e supostos⁴⁹, foi possível chegar a estimativas aproximadas dos volumes de imigração intrametropolitana presumivelmente registrados pelos municípios nas décadas de 60 e 80.

Como já se supunha, os resultados obtidos mostram que, pelo menos em termos numéricos, os anos 60 foram tão importantes e significativos quanto a década de 70, o mesmo não se podendo afirmar sobre o período 1980-91.

Assim, estima-se que os migrantes intrametropolitanos da década de 60 residentes na Região Metropolitana de São Paulo em 1970, representavam 7,4% da população total, cifra que

⁴⁹ O procedimento utilizado consistiu em, uma vez conhecido o total de imigrantes residente em cada município em 1970 e 1991, estimar o volume dos intrametropolitanos, tendo como pressuposto que a distribuição da imigração segundo lugar de residência anterior seria a mesma observada no Censo de 1980.

Os imigrantes da década de 60 foram obtidos pela informação direta do Censo de 1970. Contudo, aproveitando a disponibilidade do dado, para efeito da estimativa foram considerados apenas aqueles com residência anterior no Estado de São Paulo, o que deveria minimizar os possíveis erros cometidos ao adotar o suposto anteriormente mencionado.

Já para o ano de 1991, para o qual apenas se conhecem os totais preliminares da população recenseada e estimativas de saldos migratórios para o período 1980-91, o procedimento teve que ser distinto. Neste caso, supondo que as taxas de emigração da década de 70 tenham se mantido no período seguinte - o que é bastante razoável dado os baixos valores experimentados pela grande maioria dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo - pode-se chegar a estimativas das taxas e, por conseguinte, dos volumes de imigração.

praticamente se repete na década seguinte (7,3%). Entretanto em 1991, esta participação cai para 4,3%, indicando uma importante redução da intensidade do fenômeno no anos 80.

Mesmo em termos absolutos esta situação também é bastante evidente: de um total de 920 mil migrantes internos na Região Metropolitana, registrados pelo Censo de 1980, passou-se a um volume estimado de 651 mil para 1991, valor muito próximo aos 600 mil obtidos para 1970, época em que a população era apenas a metade daquela apontada pelos resultados preliminares do último censo realizado.

Quando os resultados são analisados sob o ponto de vista da distribuição da imigração dentro da Região, percebe-se claramente que, embora nos anos 60 esta fosse bastante concentrada em poucas áreas, muitos outros municípios, ao longo do tempo, foram incorporados, sendo que alguns deixaram de figurar no grupo daqueles onde a maior parte dos imigrantes internos residiam. O Mapa 4 é ilustrativo desse processo: enquanto 82% da imigração estimada, na década de 60, concentravam-se em 12 municípios - todos vizinhos à capital (exceção feita a Suzano) - esta proporção, nos anos 80, correspondia a 19 áreas, algumas bem mais distantes do centro, como, por exemplo, Santana do Parnaíba, Itapevi, Francisco Morato, entre outros.

Vale a pena salientar que, embora muitos municípios, sobretudo a Capital e aqueles mais industrializados, tenham recebido, nos três períodos, parcelas significativas da migração intrametropolitana, as estimativas obtidas apontam no sentido de uma importante diminuição dos movimentos internos em suas direções.

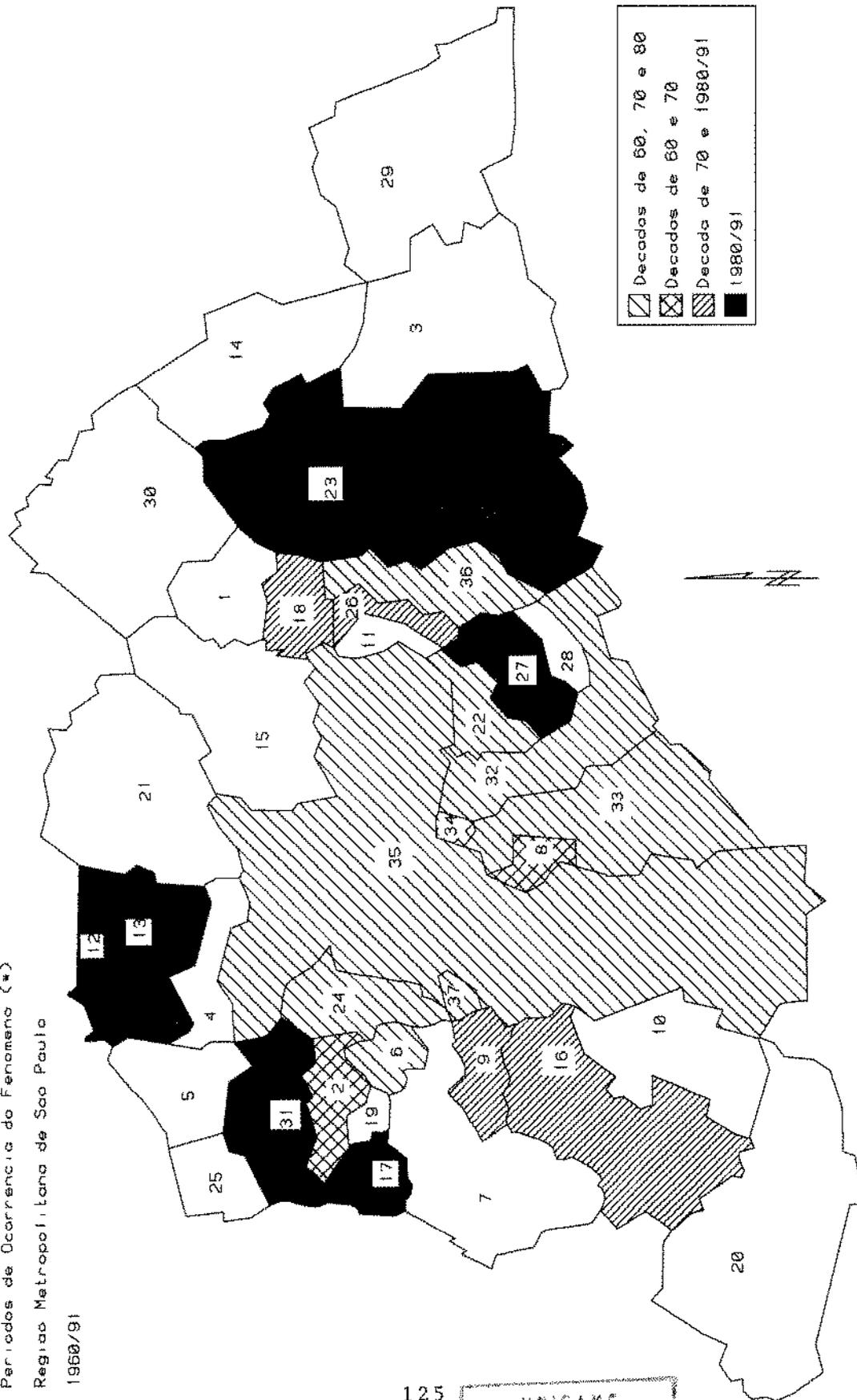
Como se nota na Tabela 12, praticamente 90% da imigração intrametropolitana da década de 60 estavam concentrados nestes municípios e naqueles denominados dormitórios I, quadro que, como se mostrou, repetiu-se nos anos 70 (ver também a Tabela 10). Contudo, tal composição alterou-se significativamente nos anos 80, quando os "outros" municípios aumentaram muito suas participações, em detrimento, sobretudo, das áreas industriais e industriais/dormitórios.

Principais Municípios Receptores da Imigração Interna Segunda Distintos

Períodos de Ocorrência do Fenômeno (**)

Região Metropolitana de São Paulo

1960/91



(**) Refere-se ao conjunto de municípios que responderam por cerca de 82% de toda a imigração intrametropolitana de uma determinada década

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1960, 1970, 1980 e 1991
FSEADE, Estatísticas do Registro Civil - Dados Brutos

Enquanto estes dois últimos grupos de municípios, na década de 60, receberam, cada um cerca de 30% dos imigrantes internos, no período 1980-91, estas porcentagens reduziram-se significativamente, principalmente, no caso das áreas industriais, que passaram a abrigar apenas 8% dessa imigração.

Tabela 12
Distribuição da Imigração Interna Recebida,
Segundo Grupos de Municípios
Região Metropolitana de São Paulo
1960 - 1991

Grupos de Municípios	Períodos			Número de Municípios
	1960/70	1970/80	1980/91	
S. Paulo/Industriais	29,2	15,1	8,0	3
Indust./Dormitórios	30,3	29,2	21,3	3
Dormitórios I	30,0	42,2	43,3	12
Outros	10,5	13,5	27,4	19

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1960, 1970, 1980 e Resultados Preliminares do Censo de 1991.

Assim sendo, pode-se dizer que os movimentos migratórios intrametropolitanos, após apresentarem perfis muito parecidos nos anos 60 e 70 - seja em termos do seu significado numérico, seja no que diz respeito às áreas envolvidas - tendem, nos anos 80, não apenas a perder intensidade, mas principalmente a envolver novas áreas da Região, muitas das quais mais distantes da Capital.

Embora a informação aqui utilizada não permita visualizar o fenômeno nos anos 60 e 80 segundo os fluxos estabelecidos, a análise do Censo de 1980, a ser apresentada mais adiante, fornece elementos para se supor com grande margem de acerto que esta movimentação tem sua origem nos principais centros urbanos da Região. Na década de 60, como nos anos 70, seguramente o município de São Paulo foi o grande ponto de origem dos imigrantes internos. Já no período 1980-91, pelas evidências a serem apresentadas nas próximas seções, supõe-se que, entre as principais áreas de origem juntem-se à Capital outros municípios como os do ABC

paulista, Osasco e talvez Guarulhos, fato que, de certa forma, ajuda a entender o avanço do fenômeno para municípios mais distantes do centro principal.

Através desta sucinta inferência sobre o comportamento da migração, nas décadas de 60 e 80, bem como da comparação com o período aqui estudado, pode-se concluir que os anos 70, ao que tudo indica, configuraram-se, ao mesmo tempo, como um momento de consolidação de uma tendência que ganha força na década anterior e como um ponto de inflexão de um padrão de mobilidade e redistribuição interna da população, que se caracterizou pela intensa migração de pessoas desde o centro maior rumo ao seu entorno.

3.3. Os Fluxos Migratórios Internos na Região Metropolitana de São Paulo⁵⁰

O estudo da migração a partir da determinação dos fluxos ou correntes migratórias abre uma nova perspectiva de análise, pois permite uma melhor visualização do fenômeno e, por conseguinte, dos possíveis fatores condicionantes do mesmo.

Sabe-se que os movimentos populacionais não ocorrem, necessariamente, devido apenas a elementos ligados às condições gerais das áreas de origem, sendo que os fatores de atração nos locais de destino também podem justificar a migração.

Sobretudo no caso dos deslocamentos internos na Região Metropolitana de São Paulo, pode-se afirmar que as direções dos mesmos não são aleatórias, já que não dependem apenas do que ocorre nas principais áreas de evasão populacional, mas também das condições oferecidas nos municípios de destino.

⁵⁰ Esta seção baseia-se, em grande medida, nos resultados de trabalho anterior, o qual abriu caminhos e despertou o interesse pela temática desenvolvida nesta tese (Cunha, 1987). Define-se aqui corrente ou fluxo migratório como o conjunto de indivíduos "sobreviventes" (vivos ou que não reemigraram) na data censitária e que têm em comum o fato de haverem migrado em um mesmo período de tempo (no caso, os anos 70) apresentando o mesmo lugar de origem e destino. O termo contracorrente eventualmente utilizado durante a análise refere-se à corrente migratória de menor volume entre as duas de sentidos opostos, que se formam entre duas áreas específicas.

Uma vez mais, deve-se reconhecer que o estudo da migração a partir de um único ponto de origem e destino talvez não seja suficiente para refletir a real condição de um processo que, via de regra, já não poderia ser reduzido a um único fluxo migratório. Não obstante, acredita-se que o recurso metodológico da análise conjunta de várias trajetórias individuais (mesmo que referidas ao último deslocamento) forneça fortes indicações sobre as principais tendências e, conseqüentemente, características do processo mais amplo do qual os fluxos particulares são apenas partes.

Feito este esclarecimento, é possível dizer que a análise dos fluxos migratórios intrametropolitanos, mesmo quando recortados de seu processo mais amplo, permite visualizar e, por que não, entender muitos aspectos da expansão e transformação da Região Metropolitana de São Paulo. Além do mais, auxilia em grande medida a decifrar parte da problemática demográfica dos municípios metropolitanos, assim como das características do processo de redistribuição e segregação espacial da população dentro da Região.

A matriz migratória, obtida a partir do cruzamento entre o município de residência atual e anterior, apesar de bastante simples, permite obter uma série de informações sobre a mobilidade interna na Região Metropolitana. A partir desta matriz analisa-se não apenas os aspectos mais gerais do fenômeno - como principais fluxos, zonas de origem e destino, etc. -, mas também seu comportamento em contextos mais localizados dentro da Região.

Se, por um lado, constata-se que a migração intrametropolitana é um fenômeno que, pelo menos numericamente, poderia ser reduzido a um pequeno grupo de fluxos migratórios, por outro, estes, às vezes, não são capazes de refletir algumas dinâmicas particulares resultantes do surgimento e consolidação de subcentros regionais e suas áreas de influência.

Nestes casos, mesmo não apresentando necessariamente grande expressão numérica em termos relativos, os fluxos estabelecidos, por suas especificidades e significados locais, são fundamentais para o entendimento do processo mais geral da mobilidade interna da Região

Metropolitana. Assim sendo, buscar-se-á apresentar o fenômeno a partir destas duas óticas, sem, no entanto, perder de vista as relações mútuas e estreitas entre as mesmas.

Desenvolvendo a presente análise nestes dois níveis, será possível produzir um diagnóstico bastante detalhado dos padrões da mobilidade espacial da população dentro da Região Metropolitana de São Paulo na década de 70, resultado fundamental e sobre o qual estará ancorada toda a análise posteriormente realizada.

3.3.1. As Correntes Migratórias Mais Volumosas

Ao classificar os 1.332 possíveis fluxos migratórios estabelecidos entre os municípios metropolitanos (ver Anexo II), nota-se que a maior parte dos mesmos corresponde a uma parcela bastante pequena do total da migração intrametropolitana (Tabela 13).

Como se observa na Tabela 13, cerca de 67% dos fluxos são formados por menos de 50 migrantes, os quais respondem por apenas 1% de toda a migração interna. Ao se considerar as correntes migratórias de até 1.000 pessoas, verifica-se que estas representam 93,7% do total de correntes possíveis, muito embora envolvam apenas 11,5% da migração total dentro da Região Metropolitana.

Por outro lado, os fluxos compreendidos na faixa de mais de 10 mil migrantes, num total de apenas 23, abrigam 66% da migração (Mapa 5), cifra que se eleva em 22% ao se considerar também aqueles com mais de 1.000 indivíduos. Portanto, é bastante evidente (e previsível) que a migração intrametropolitana não se distribuiu de maneira uniforme entre os vários fluxos migratórios internos na Região. Por isso mesmo, pode-se esperar que esta mesma característica repita-se em termos de seu direcionamento no espaço metropolitano.

Assim sendo, em termos estritamente numéricos, poder-se-ia considerar que a análise de uma pequena proporção dos fluxos migratórios internos possíveis seria suficiente para captar,

de forma geral, as principais características do fenômeno na Região Metropolitana de São Paulo. Com efeito, parte da análise ora proposta considerará apenas algumas correntes migratórias numericamente mais importantes.

Tabela 13
Quantidade de Fluxos, Migrantes Envolvidos e Participação Relativa Acumulada, Segundo o Tamanho dos Fluxos Migratórios Região Metropolitana de São Paulo 1980

Tamanho dos Fluxos Migratórios	Quantidade de Fluxos	Migrantes Envolvidos	Participação Relativa Acumulada (%)	
			Total de Fluxos	Migração Intra Total
Total	1.332	920.423	-	-
0 - 50	889	8.854	66,7	1,0
50 - 250	225	25.133	83,6	3,7
250 - 500	67	23.193	88,6	6,2
500 - 1000	68	49.047	93,7	11,5
1000 - 5000	46	107.482	97,2	23,2
5000 - 10000	14	98.281	98,3	33,9
10000 - +	23	608.433	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980. Tabulações Especiais.

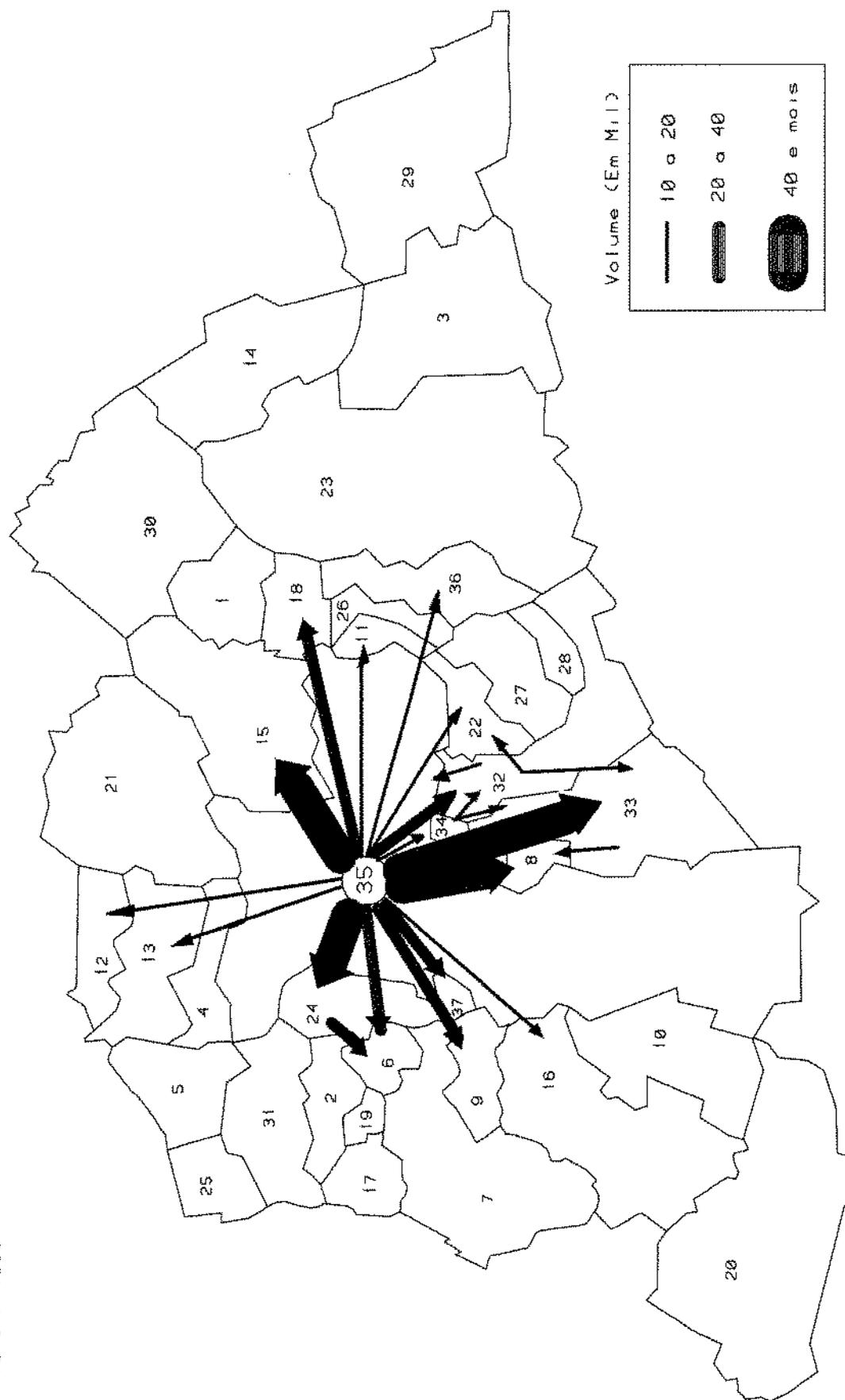
A concentração dos movimentos migratórios intrametropolitanos, em determinados fluxos, possibilita uma redução significativa dos esforços de análise descritiva do fenômeno. De fato, mesmo selecionando as correntes migratórias, simultaneamente, segundo critérios de significância numérica e espacial, chega-se a pouco mais de 10% de todas as possíveis, com cerca de 91% do total da migração interna.

O resultado deste procedimento é apresentado na Tabela 14, elaborada de forma a facilitar a visualização das principais áreas de origem e destino dos movimentos internos na Região Metropolitana, na década de 70. Aí são apresentados, para cada município, o total de imigrantes

Correntes Migratorias Numericamente mais Importantes, Segundo o Volume de Migrantes

Regiao Metropolitana de Sao Paulo

1970 / 1980



Fonte FIBGE, Censo Demografico de Sao Paulo de 1980 Rio de Janeiro, 1982

Tabulacoes Especiais

internos, bem como especificadas as principais áreas de residência anterior dentro da Região. Desta maneira, obteve-se um quadro bem mais claro e resumido da migração intrametropolitana que aquele que se poderia desprender da matriz migratória total.

A partir deste resultado, é possível concluir que:

- a) a grande maioria desses fluxos migratórios envolve municípios vizinhos ou muito próximos;
- b) além do mais, a constatação, em algumas zonas, de uma forte reciprocidade migratória entre municípios próximos, que se traduz na observação de contracorrentes importantes, sugere a existência de dinâmicas locais específicas dentro da Região;
- c) para 31 municípios, a Capital figura como a principal área de origem dos imigrantes, sendo que em 74% deles este fluxo representou mais da metade de toda a imigração registrada;
- d) a emigração originada no município de São Paulo responde, portanto, por 63% de todos os movimentos intrametropolitanos da década de 70. Esta cifra passa a ser ainda maior (85,6%) ao incluir os emigrantes de alguns municípios de maior desenvolvimento relativo, como os do ABC, Guarulhos e Osasco, que também se colocam entre as principais áreas de origem da migração interna na Região Metropolitana;
- e) por outro lado, estes últimos municípios, juntamente com Carapicuíba, Diadema, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Mauá e Taboão da Serra, figuram, também como as mais importantes áreas receptoras dos migrantes internos. Os dados da Tabela 14 mostram que 66,8% da mobilidade interna estão representados por fluxos direcionados a estas áreas (ver também Tabela 10).

Pode-se afirmar, portanto, que grande parte da migração intrametropolitana deve-se à transferência de população, por um lado, da Capital para os municípios-dormitório e para aqueles mais industrializados e, por outro, destes últimos para áreas próximas, supostamente sob sua influência econômica, social, etc.

Tais constatações tendem a afiançar as proposições norteadoras do presente estudo, que consideram que, para um tipo específico de fluxo migratório interno segundo o lugar de origem e destino, existe um conjunto de fatores predominantes na determinação de tais movimentos.

Ao se considerar que tais fatores possam enquadrar-se em, pelo menos, duas problemáticas principais (aquela ligada ao mercado da terra e a relacionada ao mercado de trabalho), é possível pensar que os principais municípios de destino⁵¹ dos movimentos intrametropolitanos sejam, preferencialmente, aqueles que impliquem uma alternativa viável para enfrentar uma ou ambas as questões.

De fato, nos dados apresentados anteriormente, pode-se visualizar claramente que os fluxos migratórios, sobretudo os numericamente mais importantes, têm destinos bem diferenciados, privilegiando, contudo, as áreas mais industrializadas e aqueles municípios vizinhos ou de fácil acesso que, por suas características, são locais ideais para abrigar grande parte da população de mais baixa renda impossibilitada de residir nos lugares valorizados da Região⁵².

⁵¹ Não se pode esquecer que a Capital é, na maioria dos fluxos mais numerosos, o principal município de origem, fato que permite simplificar a discussão, depois que praticamente fixa a questão referente ao lugar onde se iniciou o movimento interno.

⁵² Obviamente que, neste caso, sempre existe o recurso, bastante comum, da favelização ou encortiçamento que viabiliza a permanência nestes lugares de uma parcela desta população. Neste sentido, sempre vale a pena lembrar que talvez aqueles que se dirigem para a periferia não sejam os "mais pobres" e sim aquele grupo em melhores condições entre os habitantes de baixa renda. Algumas colocações neste sentido serão feitas oportunamente.

Tabela 14
Fluxos Migratórios Internos Numericamente Mais Importantes, Segundo Seu Peso Relativo
em Cada Município de Destino
Região Metropolitana de São Paulo
1970/80

Município de Destino	Município de Origem	Migrantes		Município de Destino	Município de Origem	Migrantes	
		nº Abs.	%			nº Abs.	%
Arujá	Guarulhos	849	17,3	Jujuitiba	Itapeverica da Serra	390	18,7
	Santa Isabel	630	12,9		São Paulo	1.278	61,2
	São Paulo	2.584	52,7		Total Reg. Metropolitana	2.087	
	Total Reg. Metropolitana	4.900					
Barueri	Carapicuíba	1.756	9,2	Mairiporã	Guarulhos	243	5,0
	Itapevi	879	4,6		São Paulo	4.071	83,5
	Jandira	876	4,6		Total Reg. Metropolitana	4.875	
	Osasco	5.735	30,2				
	São Paulo	8.170	43,0				
Total Reg. Metropolitana	41.256						
Biritiba-Mirim	Mogi das Cruzes	684	33,9	Mauá	Ribeirão Pires	1.407	3,4
	Salesópolis	731	36,2		Santo André	16.000	38,8
	São Paulo	276	13,7		Total Reg. Metropolitana	5.793	80,0
	Total Reg. Metropolitana	2.017					
Caiçaras	Franco da Rocha	447	7,7	Mogi das Cruzes	Biritiba-Mirim	756	4,2
	São Paulo	4.633	80,0		Guararema	655	3,7
	São Bernardo do Campo	2.205	5,3		Salesópolis	781	4,4
	São Caetano do Sul	5.501	13,3		Santo André	664	3,7
	São Paulo	13.959	33,8		São Paulo	9.633	53,9
Total Reg. Metropolitana	18.994		Suzano		2.102	11,8	
			Total Reg. Metropolitana	17.868			
Cajamar	Osasco	345	8,2	Osasco	Barueri	917	1,8
	Total Reg. Metropolitana	807			Carapicuíba	3.529	6,9
			São Paulo		42.256	76,0	
			Total Reg. Metropolitana		51.117		
Carapicuíba	Barueri	1.585	2,4	Pirapora do Bom Jesus	Cajamar	141	17,5
	Cotia	825	1,2		São Paulo	3.179	76,0
	Itapevi	991	1,5		Total Reg. Metropolitana	4.182	
	Jandira	929	1,4				
	Osasco	23.141	34,4				
	São Paulo	37.413	55,5				
	Total Reg. Metropolitana	67.368					
Cotia	Embu	249	2,5	Poá	Ferraz de Vasconcelos	1.179	8,8
	Osasco	551	5,6		Mogi das Cruzes	837	6,3
	São Paulo	7.974	80,9		São Paulo	8.672	65,1
	Total Reg. Metropolitana	9.856			Suzano	1.055	7,9
			Total Reg. Metropolitana		13.324		
Diadema	Santo André	1.711	2,9	Ribeirão Pires	Mauá	3.385	21,5
	São Bernardo do Campo	13.727	22,9		Santo André	4.630	29,4
	São Caetano do Sul	1.976	3,3		São Bernardo do Campo	1.224	7,8
	São Paulo	40.446	67,6		São Caetano do Sul	911	5,8
	Total Reg. Metropolitana	59.858			São Paulo	4.011	25,5
			Total Reg. Metropolitana		15.728		
Embu	Itapeverica da Serra	1.147	2,8	Rio Grande da Serra	Mauá	589	10,7
	Osasco	788	1,9		Santo André	1.626	29,6
	São Paulo	33.116	79,7		São Paulo	1.313	23,9
	Taboão da Serra	4.802	11,6		Total Reg. Metropolitana	5.490	
	Total Reg. Metropolitana	41.557					
Embu-Guaçu	Itapeverica da Serra	426	6,7	Salesópolis	Mogi das Cruzes	374	39,1
	São Paulo	5.353	84,1		São Paulo	259	27,1
	Total Reg. Metropolitana	6.365			Total Reg. Metropolitana	957	
Ferraz de Vasconcelos	Poá	685	3,6	Santa Isabel	Guarulhos	392	9,4
	São Paulo	16.067	85,1		São Paulo	2.377	56,7
	Total Reg. Metropolitana	18.871			Total Reg. Metropolitana	4.189	
Francisco Morato	Franco da Rocha	454	3,6	Santana do Parnaíba	Osasco	582	18,5
	São Paulo	11.006	86,9		São Paulo	1.467	46,7
	Total Reg. Metropolitana	12.665			Total Reg. Metropolitana	3.139	

(continua)

(continuação)

Município de Destino	Município de Origem	Migrantes		Município de Destino	Município de Origem	Migrantes	
		nº Abs.	%			nº Abs.	%
Franco da Rocha	Caieiras	1.037	5,8	Santo André	Diadema	763	1,4
	Francisco Morato	801	4,5		Mauá	3.849	7,0
	Osasco	434	2,4		Ribeirão Pires	1.026	1,9
	São Paulo	14.041	78,9		Rio Grande da Serra	591	1,1
	Total Reg. Metropolitana	17.799			São Bernardo do Campo	9.175	16,8
				São Caetano do Sul	12.072	22,1	
				São Paulo	24.714	45,1	
				Total Reg. Metropolitana	54.743		
Guararema	Mogi das Cruzes	660	27,4	São Bernardo do Campo	Diadema	6.012	6,6
	São Paulo	1.054	43,7		Mauá	923	1,0
	Total Reg. Metropolitana	2.411			Santo André	13.587	14,9
			São Caetano do Sul		10.010	11,0	
			São Paulo		58.201	63,7	
				Total Reg. Metropolitana	91.296		
Guarulhos	Osasco	1.070	0,8	São Caetano do Sul	Santo André	4.685	23,1
	Santo André	965	0,8		São Bernardo do Campo	977	0,8
	São Bernardo do Campo	1.952	9,6		São Paulo	12.066	59,5
	São Paulo	119.042	93,9		Total Reg. Metropolitana	20.280	
	Total Reg. Metropolitana	126.769					
Itapeverica da Serra	Embu	658	3,1	São Paulo	Carapicuíba	878	1,4
	São Paulo	18.033	85,9		Cotia	989	1,5
	Total Reg. Metropolitana	20.985			Diadema	2.110	3,3
			Guarulhos		6.982	10,9	
			Mauá		1.987	3,1	
			Mogi das Cruzes		3.886	6,1	
			Osasco		6.691	10,4	
			Santo André		14.716	23,0	
			São Bernardo do Campo		5.396	8,4	
			São Caetano do Sul		7.354	11,5	
			Suzano		1.662	2,6	
			Taboão da Serra		953	1,5	
			Total Reg. Metropolitana		64.074		
Itapevi	Carapicuíba	832	7,2	Suzano	Mogi das Cruzes	3.783	15,8
	Cotia	451	3,9		Poá	1.468	6,1
	Jandira	699	6,0		Ribeirão Pires	844	3,5
	Osasco	2.686	23,1		Santo André	1.171	4,9
	São Paulo	5.633	48,5		São Paulo	12.912	53,8
	Total Reg. Metropolitana	11.608			Total Reg. Metropolitana	23.993	
Itaquaquecetuba	Arujá	686	2,6	Taboão da Serra	Embu	1.508	4,4
	Guarulhos	855	3,3		Osasco	754	2,2
	Poá	843	3,3		São Paulo	30.746	88,8
	São Paulo	21.162	81,7		Total Reg. Metropolitana	34.618	
	Suzano	647	2,5				
	Total Reg. Metropolitana	25.892					
Jandira	Barueri	1.333	10,5				
	Carapicuíba	938	7,4				
	Itapevi	1.316	10,4				
	Osasco	3.710	29,2				
	São Paulo	4.902	38,6				
Total Reg. Metropolitana	12.692						

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1980.

Obviamente que estes resultados, apesar de suas utilidades, não são suficientemente conclusivos no sentido de comprovar as relações sugeridas. Na verdade, não basta mostrar que os movimentos dão-se nesta ou naquela direção, para este ou para aquele tipo de município. Deve-se, sobretudo, mostrar que são qualitativamente diferentes e que, portanto, devem refletir

a preponderância de certos condicionantes e situações distintas da migração. Por sua importância fundamental, esta análise será motivo de um capítulo exclusivo.

Desta apresentação, pode-se concluir, que os movimentos migratórios intrametropolitanos são altamente concentrados em alguns poucos fluxos e, por esta razão, não podem ser considerados aleatórios. Além disso, este fenômeno insere-se em um processo mais amplo de reestruturação e expansão urbana da Região Metropolitana, fato que se caracteriza principalmente pela expulsão de população desde o centro consolidado em direção à sua periferia (*lato sensu*).

É evidente que este processo - apesar de iniciar-se no centro principal da Região Metropolitana (no caso, o município de São Paulo ou, mais especificamente, os bairros centrais) - , à medida em que avança no tempo, tende a incorporar novas áreas, ultrapassando os limites da Capital. Na verdade, a formação e a expansão do espaço urbano metropolitano tendem a abranger novos municípios que, com o tempo, também deverão ter suas fronteiras superadas pela velocidade do espraiamento da mancha urbana, resultando, assim, em uma espécie de efeito cascata que vai progressivamente incorporando mais e mais áreas ao processo.

Pode-se pensar que a continuidade ou arrefecimento desse processo dependerá, entre outros fatores, da permanência, ou não, das condições históricas que implicaram a forte concentração econômica e demográfica na Região Metropolitana de São Paulo. Ao que tudo indica, os anos 80 já marcaram uma inflexão nesta tendência, ou seja, elementos como a grande desconcentração de atividades, a interiorização da indústria, a emergência do complexo agroindustrial, crise econômica, etc. parecem contribuir para a diminuição do padrão metropolitano de crescimento.

De qualquer forma, o fato é que tal processo foi bastante visível nos anos 60, 70 e, ao que parece, prosseguiu nos 80, mesmo que aparentemente em ritmo menos acentuado.

Neste contexto, percebe-se claramente a dificuldade metodológica enfrentada quando são utilizados os dados censitários sobre migração. Atrelar-se a divisões meramente administrativas

para avaliar a mobilidade interna da população, apesar do seu significado prático, não é de todo adequado para que se obtenha um visão realista da expansão urbana de uma região metropolitana caracterizada pela extrema permeabilidade e integração das áreas.

Os dados aqui analisados fornecem, portanto, um retrato simplificado do que seria a real mobilidade intrametropolitana, mas nem por isso deixam de captar fidedignamente as principais direções seguidas pela população em seu caminho rumo à periferia.

Toma-se como pressuposto básico o fato de que estas direções são as que poderão oferecer algumas pistas sobre os fatores condicionantes dessa migração. Daí a importância da identificação e caracterização dos lugares de origem e destino.

Contudo, dado o caráter progressivo da ocupação das áreas no processo de expansão urbana, a direção seguida pela população não necessariamente pode ser entendida apenas pela consideração de seu último movimento. Em muitos casos, esta pode ser, antes de tudo, fruto de um ou mais movimentos prévios, condicionados por fatores distintos daqueles que motivaram a última mudança. Nestes termos, poder-se-ia, por exemplo, investigar as semelhanças ou diferenças tanto dos processos de "periferização" decorrentes da expansão física da capital, como da expansão dos novos subcentros regionais.

Portanto, é fundamental identificar, de forma clara, em que processo específico, no contexto global da migração interna da Região Metropolitana, se insere cada movimento captado através da informação censitária. Neste sentido, considera-se oportuno examinar, nos termos do presente capítulo, algumas dinâmicas migratórias sub-regionais, esperando com isso identificar novas tendências e relações específicas que tenham, ou possam vir a ter, força e sentido no processo de expansão da Região Metropolitana.

3.3.2. Algumas Dinâmicas Sub-regionais

Como salientado na seção anterior, a análise dos fluxos migratórios intrametropolitanos permite constatar, ou pelo menos sugere, a existência de processos migratórios internos que parecem refletir uma dinâmica local com significado e efeitos específicos sobre uma determinada zona da Região Metropolitana de São Paulo.

Ao que parece são movimentos gerados em função de uma relação particular entre determinados subcentros regionais e suas áreas de influência, que se dá à margem, mas não independentes, da relação entre cada localidade e o centro principal da Região Metropolitana. Em outros termos, poder-se-ia pensar em uma dinâmica regional análoga ao que se observa entre o município de São Paulo e o seu entorno, muito embora em menor escala e, possivelmente, com algumas características próprias.

A identificação de tais dinâmicas possibilita uma melhor inferência sobre a forma e os condicionantes da distribuição da população no espaço, esta pensada principalmente como um processo cujo motor principal tem sido a contínua e progressiva transferência de pessoas desde áreas mais centrais em direção às zonas mais distantes.

Como exemplos típicos e relevantes desta situação poder-se-iam destacar as mobilidades internas registradas na área oeste da Região Metropolitana de São Paulo - com Osasco como subcentro - e na área do ABC, a sudeste.

O que se pretende apresentar a seguir é uma breve descrição das principais características da mobilidade interna nestas sub-regiões, assim como suas relações com o restante da Região Metropolitana.

A zona oeste

Observando os fluxos migratórios estabelecidos entre os vários municípios situados na porção oeste da Região Metropolitana, é possível identificar um grupo que se destaca por seus intercâmbios populacionais com o município de Osasco o mais desenvolvido da área (anexo II).

Mesmo sem a preocupação de estabelecer o que seria a real área de influência de Osasco, o grupo de municípios derivados da observação das correntes migratórias mostrou-se, em grande medida, compatível com os resultados sugeridos por outra pesquisa realizada exclusivamente com este objetivo⁵³.

Desta forma, além de Osasco, serão considerados componentes do grupo denominado "zona oeste" os municípios de Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira e Santana do Parnaíba.

Do total de imigrantes internos registrados na Região Metropolitana pelo Censo de 1980 (920 mil), esta área respondeu por 18%, sendo que os municípios de Osasco e Carapicuíba destacaram-se como as principais áreas receptoras, abrigando quase 72% desses migrantes.

Os movimentos intrametropolitanos mostraram-se de grande importância na dinâmica migratória da zona em seu conjunto, haja vista que estes representaram quase metade de toda a imigração registrada nos municípios componentes na década de 70.

Contudo, como mostra o Gráfico 18, esta participação é diferencial, quando se considera o subcentro regional (Osasco) de forma separada dos outros municípios da zona oeste (entorno).

⁵³ A noção de área de influência está ligada ao conceito de polarização que se refere à organização das cidades em torno de um determinado centro urbano, existindo entre eles um nível de interdependência maior do que aquele observado com outras áreas. Estudo da década de 70, utilizando modelos de fluxo, potencial e hierarquias funcionais, apresentam uma proposta que, no caso de Osasco e ABC, é basicamente a área de influência aqui adotada. Para maiores detalhes ver: Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, 1975.

De fato, nestes últimos, o peso relativo de migração intrametropolitana é ainda maior, alcançando a casa dos 60%, ou seja, quase duas vezes superior à porcentagem registrada no primeiro. Esta constatação, aliás, mostra-se coerente com a análise do perfil migratório dos municípios realizada anteriormente, que apontava Osasco também como importante área de chegada de imigrantes de fora da Região Metropolitana.

De qualquer forma, é evidente a relevância dos movimentos internos na dinâmica migratória desta zona, não apenas em termos relativos, mas também no que diz respeito ao volume dessa migração que, na década de 70, correspondeu a cerca de 165 mil pessoas.

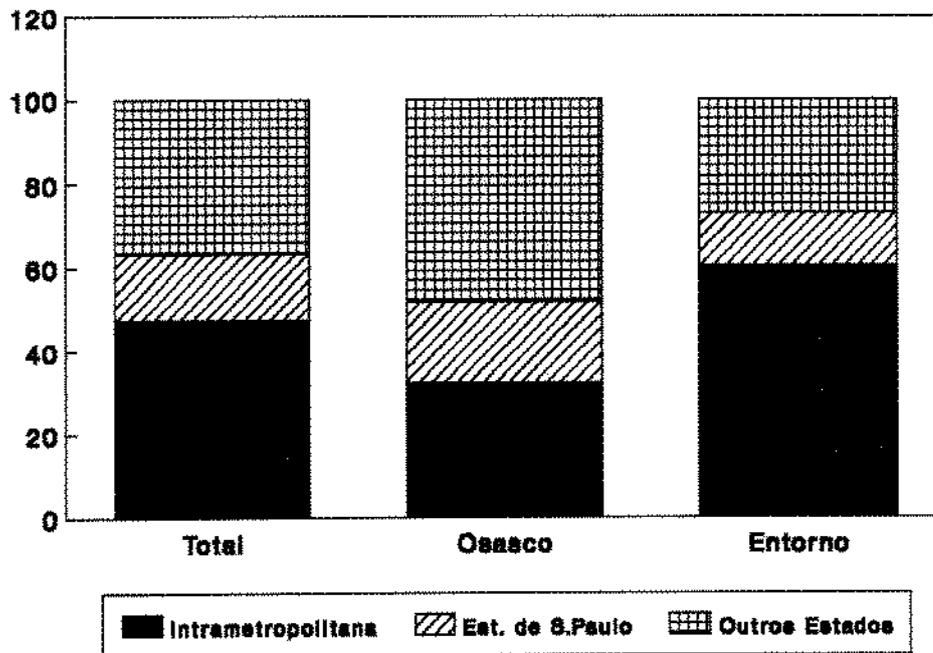
Com relação à última residência, os dados censitários mostram que a maior parte destes migrantes (60,5%) declarou-se oriunda da Capital, enquanto outros 35% fizeram o seu último deslocamento internamente na área em questão. Neste caso, também as cifras modificam-se sensivelmente ao separar Osasco de seu entorno, pois, neste último, praticamente a totalidade da migração interna (83%) era proveniente da Capital.

As diferenças existentes entre Osasco e os outros municípios (entorno), bem como a importância, da migração intrazona nestes últimos podem ser apreciadas nos gráficos apresentados a seguir.

Este tipo de movimento foi responsável por cerca de 44% do total da imigração intrametropolitana registrada no entorno de Osasco. Destes quase 50 mil migrantes, cerca de 70% residiram pela última vez em Osasco, fato que sugere a importância deste município no processo redistributivo da população no interior da zona.

Estas cifras evidenciam, portanto, a importância dos movimentos populacionais ocorridos no interior da zona oeste, sobretudo para os municípios do entorno de Osasco.

Gráfico 18
Migração Segundo Lugar da Última Residência
Zona Oeste da Região Metropolitana de São Paulo
1980



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

Assim sendo, pode-se concluir que a imigração intrametropolitana experimentada pelas localidades da zona oeste pode ser praticamente resumida por duas grandes tendências: a primeira representada pelos movimentos provenientes de São Paulo que, como já se mostrou, é uma característica generalizada para todas as áreas da Região Metropolitana; e a segunda pela mobilidade intrazona decorrente, em grande medida, das transferências populacionais a partir do subcentro Osasco para os demais municípios.

O papel de Osasco como pivô de um processo redistributivo interno da população na zona oeste fica evidente a partir da observação do Mapa 6. Através das direções e magnitudes das

trocas populacionais (ou migratórias) líquidas⁵⁴, verifica-se que, no âmbito interno, este município configura-se como a principal área de expulsão demográfica. Em termos numéricos, estas perdas líquidas representaram mais de 30 mil indivíduos, realocados nos demais municípios da zona.

Os dados analisados até aqui mostram, portanto, que Osasco se destaca, ao mesmo tempo, como importante porta de entrada de migrantes de fora da Região Metropolitana de São Paulo e da própria capital e como área nodal de uma das rotas seguidas pela expansão urbana metropolitana.

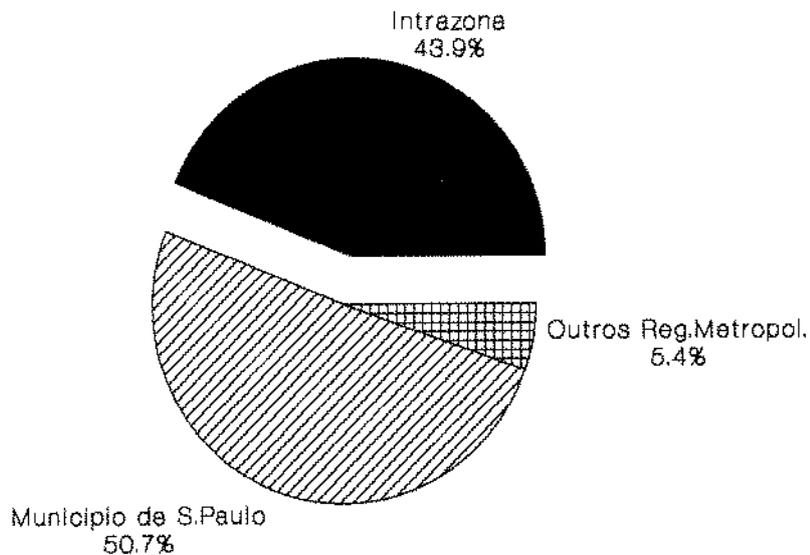
Embora não se configure como passagem obrigatória de todos os migrantes intrametropolitanos que se dirigem para a zona oeste, inegavelmente Osasco assumiu, nos anos 70, um papel dos mais relevantes no processo de ocupação e crescimento desta porção da Região Metropolitana de São Paulo.

Se do ponto de vista da imigração, a importância da dinâmica migratória interna da zona oeste já é evidente, esta situação tende a reforçar-se ainda mais ao se considerar a questão da ótica da emigração. De fato, quase 60% dos indivíduos residentes na zona oeste que mudaram de município, na década de 70, não deixaram essa área, o que mostra o seu alto grau de retenção demográfica.

⁵⁴ O termo troca populacional líquida refere-se ao resultado da diferença entre as correntes migratórias de sentidos opostos que se formam entre duas áreas determinadas. Em outros termos, supondo os dois possíveis fluxos estabelecidos entre o município A e B, a troca migratória líquida seria a diferença (positiva) entre o fluxo de A para B e de B para A.

Gráfico 19

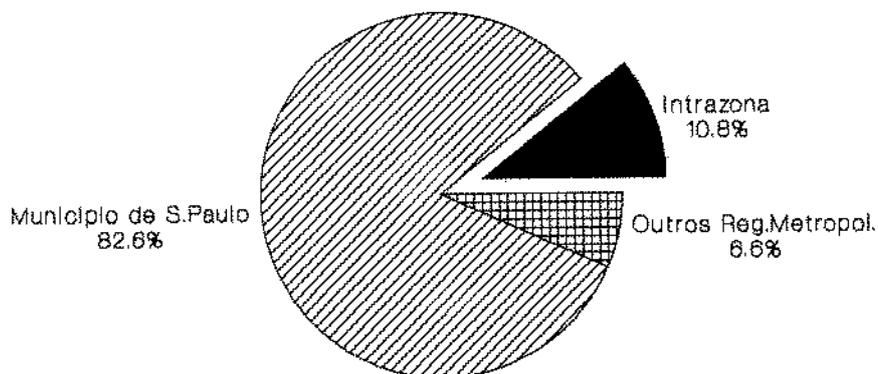
**Imigração Intrametropolitana, Segundo Lugar de Última Residência
Entorno da Zona Oeste da Região Metropolitana
1980**



Fonte: Fundação IBGE - Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

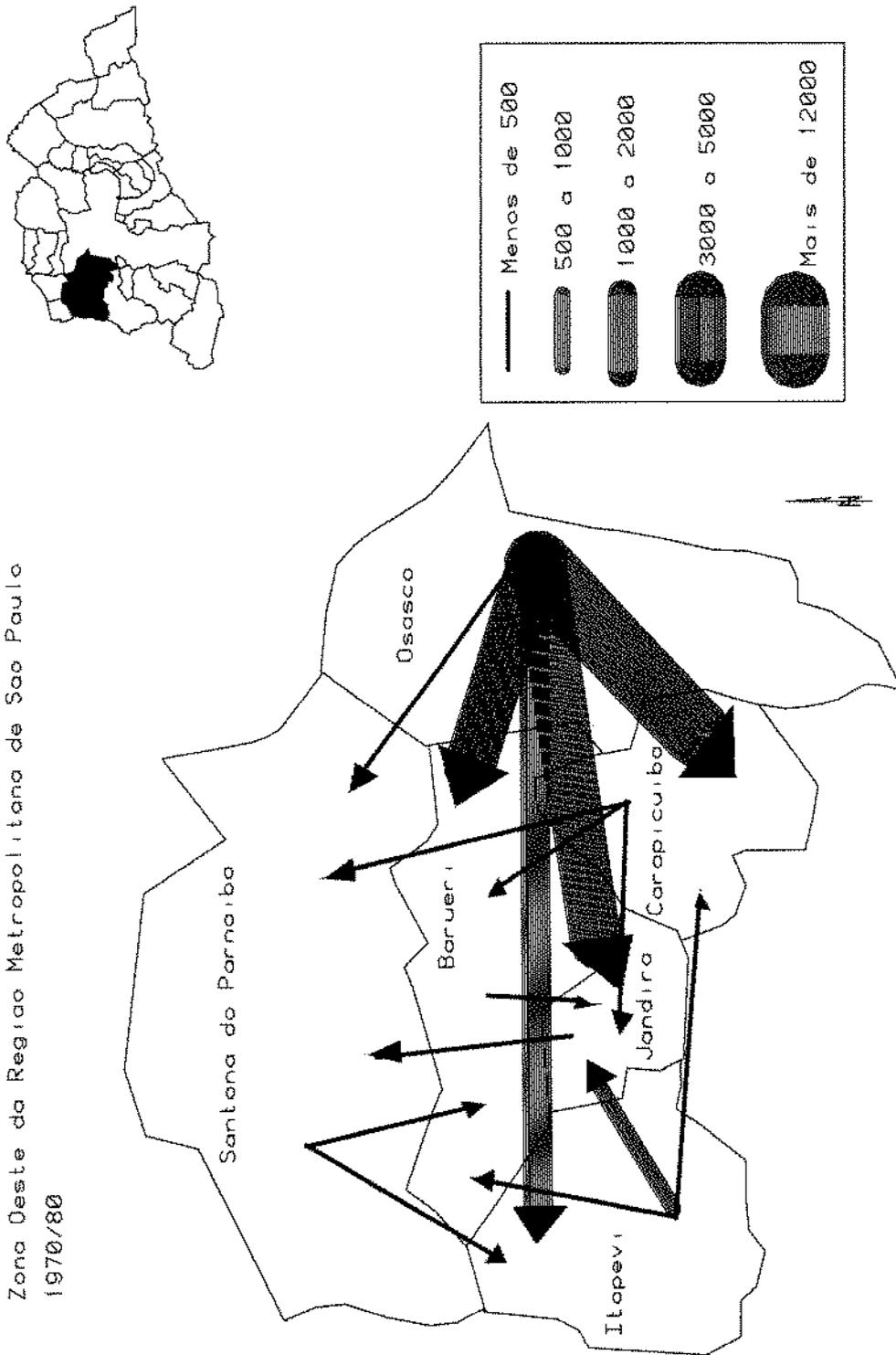
Gráfico 20

**Imigração Intrametropolitana Segundo Lugar da Última Residência
Município de Osasco
1980**



Fonte: Fundação IBGE - Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

Mapa 6
 Volume das Trocas Migratorias Liquidadas Internas
 Zona Oeste da Regiao Metropolitana de Sao Paulo
 1970/80



Fonte: FIBGE, Censo Demografico do Estado de Sao Paulo de 1980. Tabulacao Especial.

Portanto, ao se caracterizar pela recepção de importante contingente populacional de outras áreas, em particular de dentro da Região Metropolitana, e pela forte tendência de reter e redistribuir internamente sua população, a zona oeste (ou área de influência de Osasco) apresenta-se como um caso de interesse e importância para o conhecimento mais detalhado da migração que ocorre dentro da Região Metropolitana.

Localizada ao longo de um dos bem delimitados eixos de expansão da mancha urbana metropolitana, esta zona, com sua dinâmica migratória interna, espelha as especificidades do espraiamento da Região Metropolitana, que não podem ser visualizadas apenas a partir da consideração das transferências populacionais do centro principal em direção às áreas periféricas.

A zona do ABC paulista

Definida aqui como o território formado pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul (qualificados como centro), Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra (entorno), a zona em questão respondeu por 31,4% de toda a migração interna registrada na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 70.

Em termos dos municípios componentes, a absorção dessa migração (288,6 mil pessoas) ocorre de forma relativamente homogênea entre o centro (57,6%) e o entorno (42,4%), sendo que algumas localidades sobressaíram-se, como Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema e Mauá.

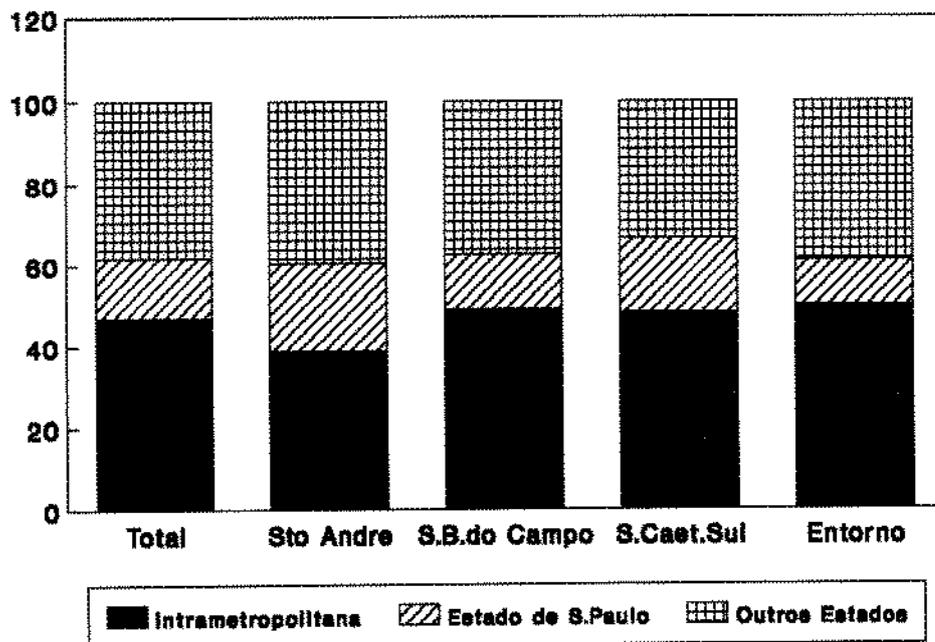
A importância da imigração com origem dentro da Região Metropolitana é bastante evidente, representando 47% da imigração total recebida pelos municípios do ABC paulista (Gráfico 21).

Tal característica foi constatada tanto no centro como no entorno, não obstante ao fato de algumas localidades deste último terem apresentado cifras bem mais elevadas, como Ribeirão

Pires (66%) e Rio Grande da Serra (54%), o que, aliás, é coerente com o caráter dormitório das mesmas. Deve-se ressaltar, ainda que o percentual apresentado por Santo André é inferior em cerca de 10% ao dos outros municípios industrializados da região, diferença esta devida à maior participação dos imigrantes vindo de outras regiões.

Desses 289 mil imigrantes intrametropolitanos, mais da metade residiu anteriormente no município de São Paulo, sendo que um número também expressivo (124 mil pessoas) realizou seu último movimento da década de 70 internamente na área. A dimensão deste último volume evidencia os contornos que ganha a mobilidade interna na zona do ABC paulista.

Gráfico 21
Imigração Segundo Lugar da Última Residência
Zona do ABC Paulista
1980



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

De fato, no cômputo geral, mais de 43% de toda a imigração da década de 70, com origem na Região Metropolitana de São Paulo, estiveram, representados por este movimento

interzona. Em termos dos municípios, pode-se dizer que naqueles centrais este percentual oscilava entre 50% em Santo André e 34% em São Bernardo do Campo, enquanto no entorno saltava para mais de 60%, alcançando, inclusive, a casa dos 73% em Rio Grande da Serra. A única grande exceção foi o município de Diadema que, provavelmente devido à sua contigüidade com áreas urbanas da capital, recebeu daí mais de dois terços dos seus imigrantes e, portanto, apresentou baixa participação dos movimentos originados dentro da área em questão (30%). Este comportamento explica o fato de o entorno, no conjunto, ter apresentado um peso relativo da imigração intrazona de apenas 48% (Gráfico 21).

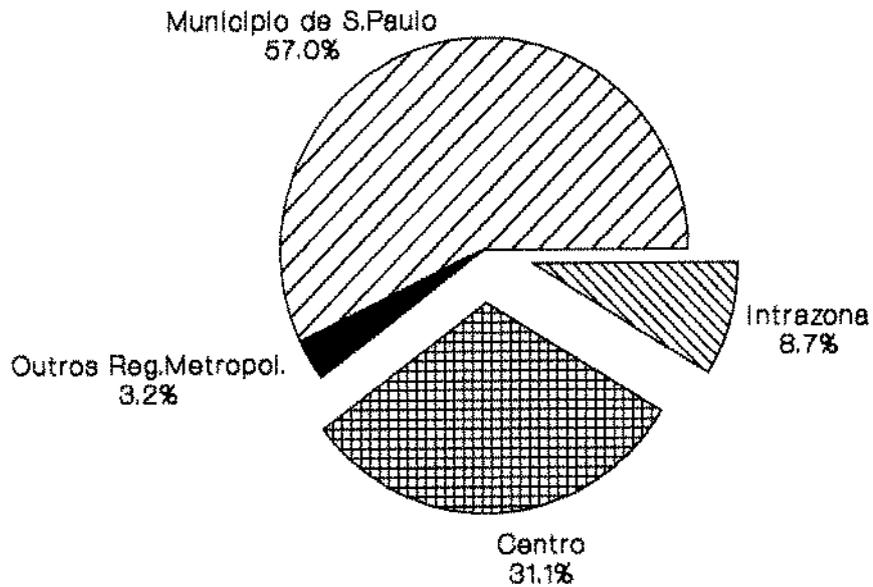
Os dados apresentados nos Gráficos 22 e 23 sugerem também que, na migração ocorrida apenas dentro do ABC paulista existe um predomínio dos fluxos com origens em um dos municípios centrais. De fato, uma análise cuidadosa da tabela II.1 do anexo II, ou mesmo da Tabela 14 permite comprovar esta questão.

Assim, percebe-se que a dinâmica migratória intrametropolitana dos municípios desta zona (com algumas exceções) resume-se praticamente aos fluxos originados na capital e nos municípios centrais da referida área. Isto novamente traduz-se, como observado para Osasco e região, num efeito redistributivo desde os núcleos até a periferia, que, por sua vez, tende a apresentar, na composição de sua imigração com origem na Região Metropolitana, uma forte concentração dos fluxos de dentro da zona, como ocorre com os municípios de Rio Grande da Serra (73%), Ribeirão Pires (69%) e Mauá (63%).

O resultado dos intercâmbios populacionais internos fica bastante evidente no Mapa 7, que mostra a "ida para a periferia" da população com última residência nos municípios centrais. De fato, esta redistribuição demográfica, verificada na década de 70 na região do ABC, reflete, em grande medida, as perdas populacionais dos municípios mais industrializados.

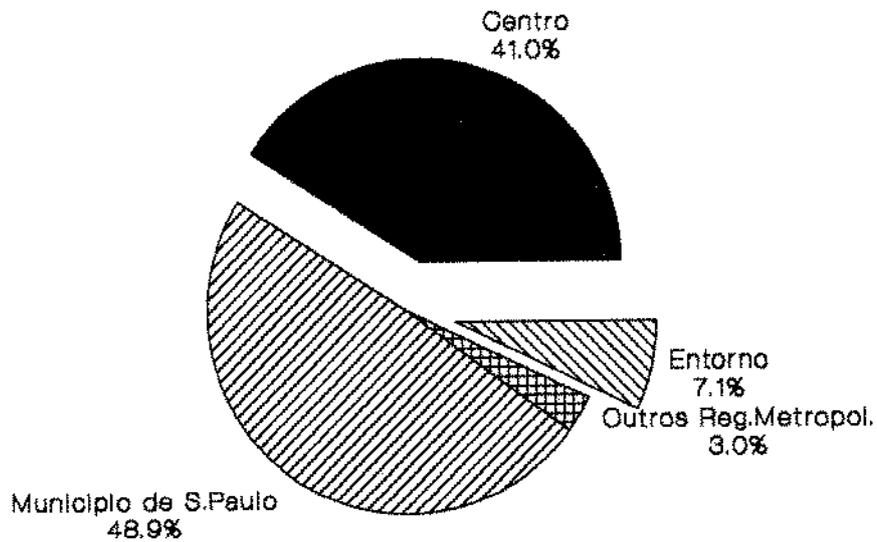
Contudo, não se pode perder de vista a importância numérica das trocas que estes últimos realizam entre si, favorecendo principalmente São Bernardo do Campo e caracterizando São Caetano do Sul como a área a partir da qual o processo redistributivo é mais intenso.

Gráfico 22
Imigração Intrametropolitana Segundo Último Lugar da Residência
Centro da Zona do ABC Paulista
1980



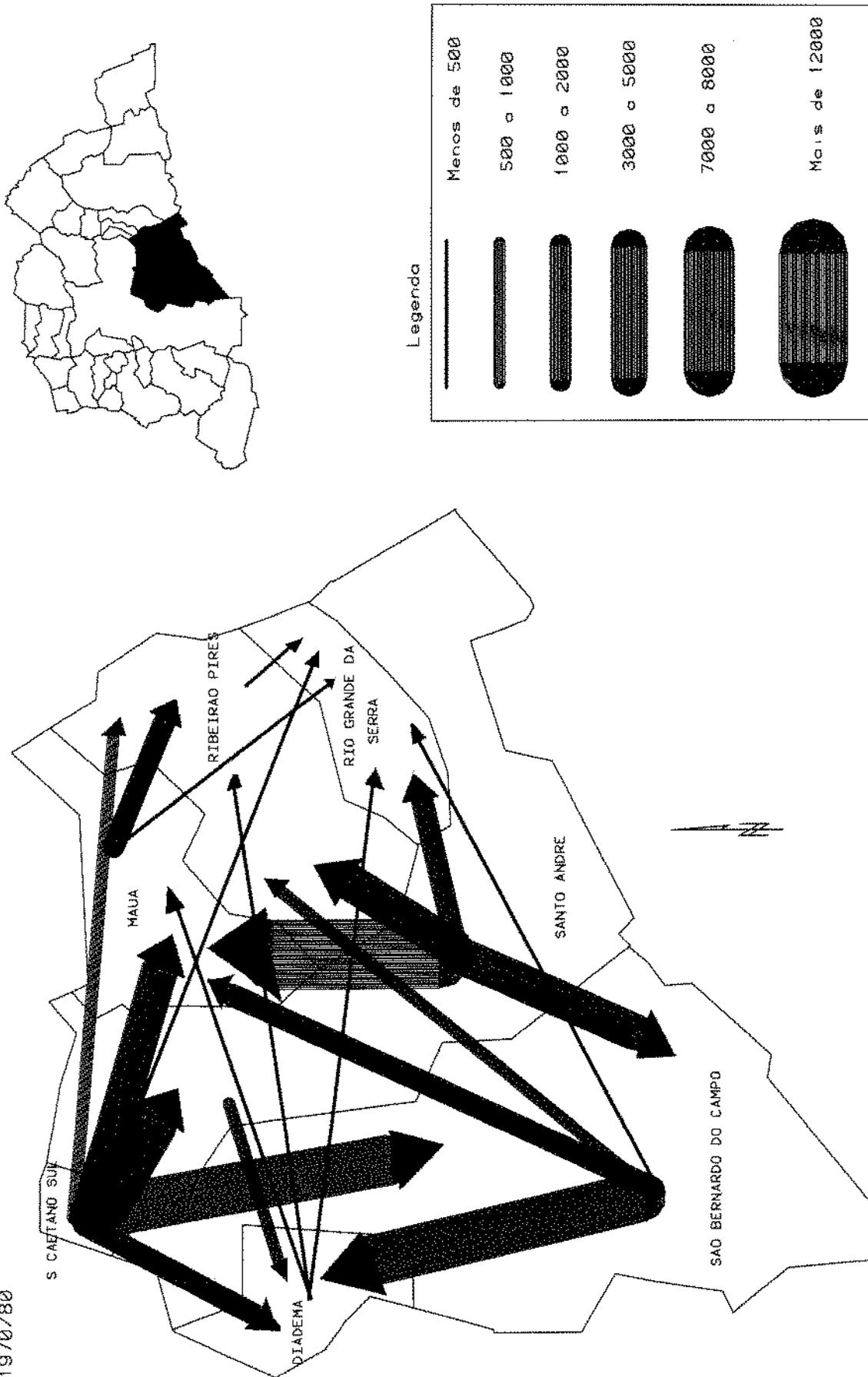
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

Gráfico 23
Imigração Intrametropolitana Segundo Último Lugar da Residência
Entorno da Zona do ABC Paulista
1980



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

Mapa 7
 Volume das Trocas Migratorias Liquidadas Internas
 Região do ABC
 1970/80



Fonte: FIBGE, Censo Demografico do Estado de Sao Paulo de 1980. Tabulacao Especial.

Assim, os dados censitários de 1980 mostram, ao mesmo tempo, grandes transferências desde a capital em direção ao ABC e Diadema e uma importante mobilidade intrazona caracterizada pela tendência de espraiamento da população, desde estes subcentros regionais, até às áreas mais periféricas.

Novamente, aqui parece existir uma tendência de continuidade do processo desencadeado dentro do centro principal da Região Metropolitana, o município de São Paulo, reproduzindo, de certo modo, o mesmo movimento centrífugo da população observado neste último.

Vale a pena ainda ressaltar que, dos três municípios considerados "centrais" na zona do ABC, São Bernardo do Campo merece destaque especial por ter registrado ganhos populacionais líquidos nas trocas com os dois outros, caracterizando-se como uma das principais alternativas para os migrantes que se mobilizam dentro da área.

Dessa forma, pode-se concluir que as dinâmicas migratórias internas identificadas nas duas zonas analisadas constituem, exemplos de outra forma como ocorre a expansão do espaço urbano metropolitano, no que tange à questão da realocação populacional dentro da área. Os dados censitários de 1980 mostram que, além da Capital, existem outros municípios a partir dos quais se desencadeiam processos semelhantes de redistribuição da população, com a conseqüente formação e/ou consolidação de novas áreas periféricas dentro da Região Metropolitana de São Paulo.

Cumprе salientar, ainda, que tais municípios são exatamente aqueles atingidos não apenas pela marcha de população ao longo de alguns dos principais eixos de expansão urbana da Região Metropolitana (determinados, sobretudo, pelas vias de transportes - ferrovias e rodovias), mas, principalmente, pela forte desconcentração industrial observada na área a partir de fins dos anos 50 e durante a década de 60.

O crescimento e a diversificação das atividades, bem como suas implicações no desenvolvimento urbano destas áreas, respondem, em grande parte, pelo papel das mesmas na

dinâmica migratória intrametropolitana. Na proporção em que estes municípios expandem e diversificam sua estrutura produtiva e de serviços, passam a desempenhar papéis de verdadeiros subcentros regionais, aumentando suas características atrativas, seja com relação à migração interna, seja à externa, transformando-se em **pontos nodais** do processo de espraiamento da Região Metropolitana rumo aos subúrbios.

CAPÍTULO III

QUEM MIGRA INTERNAMENTE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO?
UMA ANÁLISE QUALITATIVA DA MIGRAÇÃO SEGUNDO O LUGAR DE DESTINO

III. Quem Migra Internamente na Região Metropolitana de São Paulo? Uma análise qualitativa da migração segundo o lugar de destino.

No capítulo I, foi apresentada uma série de proposições teóricas e de hipóteses de trabalho que, de maneira simplificada, estavam atreladas a duas questões mais gerais, que, por sua vez, pertenceriam diretamente ao processo de (re)estruturação da Região Metropolitana de São Paulo: o mercado de terras e o de trabalho.

Naquela oportunidade, mostrou-se, através das discussões sobre a problemática habitacional da população de baixa renda da Região, que, nos estudos sobre o fenômeno da "periferização", a migração intrametropolitana estava quase sempre associada, em geral, à primeira questão. De certa forma, esta simplificação analítica refletia a estreita e irrefutável relação existente entre o padrão periférico de crescimento da Região Metropolitana de São Paulo e os movimentos internos.

Também com relação ao mercado de terra, destacou-se uma tendência mais recente de desconcentração populacional da classe média alta, que buscava, na periferia da Região, lugares com um melhor padrão de vida, que estivessem, ao mesmo tempo, longe dos problemas dos grandes centros, e suficientemente próximos destes a fim de usufruir de seus serviços, mercado de trabalho, etc.

Contudo, alertou-se para o fato de que a migração, no interior da Região Metropolitana, deveria responder a outros fatores além da questão habitacional, mesmo nos casos em que este último aspecto surgisse no discurso dos próprios migrantes. Neste sentido, a desconcentração econômica e seus efeitos sobre a redistribuição do mercado de trabalho foram apresentados como dimensões igualmente responsáveis pela expansão territorial e mobilidade populacional da área.

Considerou-se, portanto, que a migração intrametropolitana, quantitativa e qualitativamente, estaria condicionada pelo conjunto daqueles dois fatores (mercado de terra e

trabalho), que, embora presentes em toda a área metropolitana, tenderiam a expressar-se com características e intensidades diferentes nos vários subespaços.

De que maneira o (des)equilíbrio das mesmas se refletiria no caráter da migração ocorrida em cada um destes subespaços? É nesta pergunta que se centram as preocupações do presente capítulo. Seguindo tal linha de análise, questões específicas serão verificadas através dos dados empíricos aqui utilizados.

a) Diferenciação da migração segundo lugar de destino

Constitui elemento básico do presente estudo a hipótese de que deveriam existir diferenças qualitativas importantes entre os migrantes internos segundo o destino dos mesmos.

A composição da migração, no que se refere às características dos migrantes "filtrados" para determinado fluxo, deveriam refletir as várias formas e intensidades em que as forças consideradas criadoras da estrutura de incentivos e/ou constrangimentos (principalmente os mercados de terra e de trabalho) se expressam no espaço metropolitano.

b) Diferenciação segundo lugar de origem

Embora cerca de 85% da migração interna na Região Metropolitana de São Paulo, na década de 70, tenham se originado em apenas quatro dos municípios mais desenvolvidos (São Paulo, ABC e Osasco), é possível que existam especificidades, sobretudo quando comparados os movimentos originados em São Paulo com os demais.

Na verdade, por detrás desta questão está a idéia de que, em face de os subcentros da Região constituírem-se, também, em áreas importantes de destino da migração interna, os movimentos aí desencadeados poderiam, ao contrário do que ocorreria na Capital, ser em boa medida novas etapas da trajetória interna dos migrantes.

c) Migrantes intrametropolitanos versus residentes

Quais seriam as semelhanças e as diferenças existentes entre os migrantes intrametropolitanos e a população "não-migrante" e os "outros migrantes" nos lugares de origem e destino? Esta questão é de suma importância, pois possibilita o estabelecimento de um referencial comparativo e, portanto, de uma melhor base para a análise.

1. Alguns aspectos demográficos

No capítulo anterior foi traçado um perfil detalhado dos números e principais tendências espaciais dos movimentos migratórios intrametropolitanos. Contudo, tais informações não permitiam conhecer mais a fundo suas características e, mais que isso, aprofundar nas inter-relações certamente existentes entre estas últimas e as trajetórias realizadas pelos migrantes dentro da Região Metropolitana de São Paulo.

Acredita-se que, do ponto de vista da dimensão demográfica, existam alguns aspectos que ao serem considerados poderão fornecer uma série de evidências e pistas úteis, no sentido de indicar caminhos a partir dos quais poder-se-ia melhor apreender os condicionantes e as motivações dos movimentos aqui estudados.

Nesta linha, serão realçados aspectos referentes à composição etária e aos arranjos e às características familiares dos migrantes, possibilitando a conclusão não apenas sobre o caráter nitidamente familiar da migração interna na Região Metropolitana, mas também sobre a variação destes atributos, sobretudo segundo os destinos destes atores.

Outra variável a ser analisada refere-se ao tempo de residência no município, que será útil, no presente estudo, para periodizar a migração interna ocorrida na década de 70, bem como para diferenciar os municípios segundo os vários momentos do fenômeno⁵⁵.

1.1. A predominância da migração familiar

Não obstante à possibilidade de se prever a predominância da migração familiar nos movimentos intrametropolitanos apenas em função de seu caráter de movimento de curta distância, em pelo menos um estudo anterior tal resultado foi realmente detectado.

De fato, DUARTE et alii (1981) já mostravam que, dos migrantes intrametropolitanos entrevistados (chamados de egos) com mais de uma etapa migratória dentro da Região Metropolitana, 82% mudavam de residência com sua família nuclear (p.101).

A análise apresentada a seguir não apenas reafirma esta característica essencial deste tipo de movimento, como também tenta avançar metodologicamente no sentido de minimizar as dificuldades impostas pelos dados censitários que, a princípio, impossibilitam conhecer a real situação dos arranjos familiares no momento da migração.

Arranjos domésticos

Como mostra a Tabela 15, no conjunto da migração interna na Região Metropolitana de São Paulo, da década de 70, cerca de 78,24% das famílias com chefes migrantes intrametropolitanos podiam classificar-se como nucleares, sendo 11,2% compostas apenas pelo casal, 60,8% pelo casal e filhos e 6,2% pelo chefe com seus filhos.

⁵⁵Poder-se-ia também considerar o tempo de residência na análise das características dos migrantes, o que não se fez por dois motivos principais: em primeiro lugar, devido à grande concentração de migrantes intrametropolitanos nos primeiros anos de residência; e, em segundo, porque tal inclusão implicaria um crescimento significativo do volume de informações (já grande demais) sem uma contrapartida proporcional na tarefa de por à prova as principais hipóteses do presente estudo.

É interessante observar que o perfil de famílias registrado para o total da Região praticamente se repete para todas as sub-áreas consideradas.

Da comparação com os demais chefes de família residentes nos municípios de destino, observa-se uma grande semelhança dos migrantes em questão com os "não-migrantes", bem como uma pequena variação com relação aos "outros migrantes". Neste último caso, a discrepância pode ser percebida com relação às categorias "casal com filhos" e "outras", em que, para estes últimos indivíduos, a segunda categoria ganha maior peso em detrimento da primeira.

Tabela 15
Distribuição das Famílias, por Tipo, Segundo Condição Migratória do Chefe e Município de Residência Atual
Região Metropolitana de São Paulo
1980

Município de Residência Atual	Condição Migratória	Distribuição das Famílias, por Tipo (*)					Total
		Individual	Nuclear			Outras	
			Casal	Casal com Filhos	Chefe com Filhos		
São Paulo	Outros Migrantes	6,88	12,40	43,98	7,49	29,26	421.709
	Não-Migrantes	6,29	12,51	49,63	8,76	22,80	1.745.603
	Intrametropolitana	5,93	11,28	53,28	7,53	21,99	16.470
Industriais	Outros Migrantes	4,63	12,36	50,22	7,25	25,54	27.061
	Não-Migrantes	4,15	13,44	56,52	8,48	17,42	135.395
	Intrametropolitana	3,42	13,30	58,31	5,30	19,67	22.283
Industr./Dormitórios	Outros Migrantes	4,81	11,05	53,72	7,36	23,06	78.324
	Não-Migrantes	4,18	10,67	58,99	8,92	17,24	188.527
	Intrametropolitana	3,63	11,61	61,22	5,63	17,91	77.372
Dormitórios I	Outros Migrantes	5,07	10,66	56,66	7,03	20,57	67.863
	Não-Migrantes	5,07	9,98	58,51	10,11	16,32	153.443
	Intrametropolitana	4,33	10,40	62,14	6,53	16,60	107.001
Dormitórios II	Outros Migrantes	4,54	10,95	59,04	7,31	18,15	13.589
	Não-Migrantes	4,77	10,01	59,41	9,92	15,89	38.735
	Intrametropolitana	4,64	11,33	61,89	6,34	15,80	20.633
Agrícolas	Outros Migrantes	6,04	12,20	59,20	6,71	15,85	8.757
	Não-Migrantes	7,20	10,93	56,56	8,63	16,68	24.735
	Intrametropolitana	5,48	12,15	59,41	6,58	16,39	11.778
Região Metropolitana de São Paulo	Outros Migrantes	6,25	12,00	47,43	7,40	26,92	617.303
	Não-Migrantes	5,89	12,19	51,65	8,87	21,41	2.286.438
	Intrametropolitana	4,22	11,23	60,81	6,20	17,54	255.537

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980. Tabulações Especiais.

Esta pequena, mas sensível, diferença mostra-se coerente com o que se esperaria da imigração de origem externa para a Região Metropolitana de São Paulo. Por um lado, é provável que famílias "estendidas" chegassem com maior frequência à Região, podendo aos poucos serem fracionadas em função de realocações e/ou saída dos membros. Por outro, não se pode esquecer que o tipo de família identificado refere-se ao momento censitário e não ao da migração e,

portanto, pode refletir situações em que o migrante e outros parentes e amigos "somem forças" para garantir, ainda que provisoriamente, a permanência e a sobrevivência na Região⁵⁶.

Neste caso surge, portanto, a dificuldade de se trabalhar com a informação obtida no momento censitário, pois os arranjos familiares, ou mesmo a situação conjugal dos indivíduos, podem variar em um curto intervalo de tempo. Por esta razão, o dado censitário da forma apresentada anteriormente pode trazer algumas deformações da realidade quanto ao momento da migração.

Na verdade, não é possível, com base nos dados dos Censos, reconstituir os arranjos familiares vigentes no momento em que ocorreu a migração. Contudo, algumas aproximações podem ser feitas de forma a obter indicações sobre esta questão.

Utilizando o chefe da família como elemento de referência, pode-se averiguar a proporção dos demais componentes que possuem a mesma condição migratória do primeiro e que, portanto, seriam os que supostamente migraram com ele⁵⁷. O resultado deste procedimento indica que, em 80,8% das famílias, os cônjuges aparentemente migraram com o chefe, sendo que, em 65% destas pelo menos um dos filhos também apresentava esta mesma condição.

⁵⁶Esta questão da rede de conhecimentos (network), apesar de não ter sido abordada neste estudo em função da não-disponibilidade de dados para sua análise, certamente se constitui em um fator importante não apenas para entender a migração inter-regional, mas também para interpretar a migração intrametropolitana. É muito provável que boa parte das semelhanças encontradas entre os migrantes e a população de destino possa ser entendida em decorrência dessa comunicação e ajuda mútua existente entre os migrantes e seus amigos e familiares. Como salientam DUARTE et alii (1981) "...a grande maioria dos migrantes só se aventura a vir para a metrópole na esteira da experiência de parentes e amigos e que estes são os que resolvem os problemas iniciais de habitação..."(p.93).

⁵⁷Lançando mão das informações sobre o município anterior e o tempo de residência como variáveis que definem a condição migratória, é possível estabelecer tal comparação. **Foram considerados com igual "status migratório" os membros que tenham anotado nos quesitos mencionados as mesmas respostas do chefe da família.** Neste caso, foram excluídas as famílias unipessoais, os casais e os chefes com filhos, de forma a poder referir a informação apresentada para cônjuge e filhos a um único grupo de famílias. Obviamente que um determinado membro da família, mesmo tendo apresentando município anterior igual ao do chefe, com relação ao tempo de residência, a semelhança nas respostas não implica necessariamente uma migração conjunta, na medida em que este quesito é declarado em anos. Contudo, é difícil pensar que na migração intrametropolitana ocorram muitos casos em que o chefe migre só, já que no caso da inviabilidade de transferência de toda a família, resta o recurso da migração pendular bastante comum e viável numa região como a Metropolitana de São Paulo.

Embora as informações apresentadas na Tabela 16 corroborem as conclusões anteriores sobre o caráter familiar da migração intrametropolitana, elas também permitem constatar que a migração de tipo individual é certamente maior do que a identificada através dos dados para o momento do Censo.

O fato de que quase 20% dos chefes migrantes intrametropolitanos com família, na data do Censo, terem migrado sem o cônjuge, pode ser um indicativo de que uma cifra semelhante teria migrado individualmente. Portanto, estaria subestimada a proporção de migração individual captada pelos dados da Tabela 15.

Infelizmente as informações não permitem esclarecer se, nestes casos, a família identificada pelo Censo foi formada no local de destino, ou apenas reconstituída depois de um processo de fragmentação, decorrente da vinda antecipada do chefe para a Região.

Observa-se que, ao se descontar 2,5% de famílias cujo cônjuge é natural do município em que reside (o que supostamente respaldaria a hipótese da formação da família), ter-se-ia ainda quase 16,6% para as quais a questão, a princípio, não poderia ser respondida.

Contudo, uma resposta mais conclusiva a este respeito pode ser obtida pela análise dos dados referentes aos filhos. Através das informações contidas nas categorias sob a denominação genérica "Todos Distintos do Chefe", verifica-se que, em quase 6% das famílias (soma das categorias "Naturais e Outro Tipo" e "Apenas Outro Tipo"), houve, de fato, tal recomposição depois da migração intrametropolitana do chefe.

Tabela 16
Distribuição das Famílias de Chefes Migrantes Intrametropolitanos, por Condição Migratória dos Membros com Relação ao Chefe, Segundo Município de Residência Atual (1)
Região Metropolitana de São Paulo
1980

Município de Residência Atual	Distribuição das Famílias por Condição Migratória dos Membros (%)						
	Cônjuge			Filhos			
	Igual ao Chefe	Natural	Outro Tipo (2)	Pelo Menos um Igual ao Chefe	Todos Distintos do Chefe		
					Todos Naturais	Naturais e Outro Tipo	Apenas Outro Tipo
São Paulo	72,18	6,67	21,15	65,26	28,03	2,12	4,59
Industriais	73,75	5,84	20,41	63,85	30,14	2,13	3,88
Indus./Dormitórios	80,49	1,92	17,59	68,49	25,44	2,22	3,85
Dormitórios I	83,10	1,60	15,30	73,01	21,45	2,13	3,41
Vetor Sudeste	79,88	1,05	19,06	68,77	25,66	2,12	3,44
Vetor Leste	83,54	2,92	13,54	76,05	18,58	2,07	3,30
Vetor Oeste/Norte	84,64	1,35	14,00	74,02	20,38	2,16	3,44
Dormitórios II	82,67	2,96	14,36	74,93	19,17	2,28	3,62
Vetor Sudeste	83,59	2,68	13,73	76,74	18,19	1,86	3,21
Vetor Leste	80,73	3,13	16,14	73,97	19,59	1,52	4,92
Vetor Oeste/Norte	82,77	3,06	14,17	74,30	19,54	2,71	3,45
Agrícolas	83,13	3,46	13,40	76,26	17,25	1,69	4,80
Vetor Leste	81,64	5,01	13,35	75,55	15,67	2,19	6,60
Vetor Oeste/Norte	83,81	2,77	13,42	76,57	17,95	1,47	4,00
Região Metropolitana	80,84	2,55	16,61	70,70	23,42	2,15	3,73

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980. Tabulações Especiais.
Nota: (1) Foram consideradas apenas as famílias com a presença do cônjuge e de filhos, sendo excluídas, portanto, as famílias do tipo, "individuais", "casais" e "chefe com filhos".
(2) Compõe a categoria "Outro Tipo" todos os membros não-naturais do município onde residem e que não apresentem, simultaneamente, o mesmo tempo de residência e município anterior do chefe da família.

Tendo em vista que a Tabela 16 engloba apenas as famílias com a presença de cônjuge e filhos, tal afirmação justifica-se no fato de que é difícil imaginar que esta migração tenha sido feita sem o primeiro, uma vez que, além da predominância de filhos pequenos, é muito provável que em tais famílias todos eles tenham vindo de fora da Região Metropolitana de São Paulo⁵⁸.

⁵⁸Supõe-se aqui que dificilmente haverá casos em que a fragmentação da família ocorra em função de movimentos intrametropolitanos. Dado a possibilidade da migração pendular, não se distingue um motivo que levaria o chefe a deixar a família em um determinado município metropolitano para mudar-se para outro. Ao contrário, a hipótese da fragmentação seria bastante plausível para movimentos de longa distância.

Em contrapartida, poder-se-ia dizer que cerca de 13% das famílias foram formadas no lugar de destino do movimento intrametropolitano feito pelos chefes das mesmas. Tal valor corresponderia à soma das famílias em que o cônjuge era "Natural" e a diferença, dentro do item "Outra", entre a proporção anteriormente estimada (ou seja, os cerca de 6%) e os 16,6% efetivamente registrados nesta categoria.

De qualquer forma, ao que tudo indica, no total da Região Metropolitana de São Paulo, aproximadamente 6% dos chefes migrantes intrametropolitanos, recenseados com suas famílias, fizeram o movimento interno sozinhos, muito embora já tivessem uma família constituída⁵⁹. Nestes casos, o mais provável é que tenha ocorrido uma recomposição da família, fragmentada em um momento anterior à chegada do chefe à Região Metropolitana.

Assim, boa parte do que se detecta como migração individual intrametropolitana pode estar refletindo apenas uma etapa na trajetória migratória de uma família que se fragmenta por um determinado período e, depois, volta a recompor-se, quando o processo de "chegada" ou "adaptação" na grande cidade se completa ou, pelo menos, encontra maior estabilidade.

A análise segundo grupos de municípios mostra que, naqueles mais industrializados, o percentual de famílias nas quais existem semelhanças entre a condição migratória do chefe e a dos membros é sensivelmente menor que a observada para os demais municípios: nos dormitórios e agrícolas, esta cifra girava em torno de 83% para os cônjuges e de 74% para os filhos; enquanto nos industriais e na Capital os valores caíam para 73,7% e 63,8% e 72,2% e 65,3%, respectivamente. Já para os municípios industriais/dormitórios, estes se mantêm em um patamar muito mais próximo ao dos dormitórios.

⁵⁹Esta cifra foi obtida a partir da soma das proporções de família com filhos nas categoria "todos de fora da região" e "outra", neste caso descontada a porcentagem daquelas nas quais os filhos eram somente "naturais" ou com condição migratória "igual ao chefe", cifras estas calculadas da forma descrita na nota 57 da página 157.

Esta menor incidência de família com membros, sobretudo cônjuges, em situação migratória distinta da do chefe indica que a migração individual de chefe de família, na data do Censo, teve maior freqüência nos municípios mais desenvolvidos.

De certa forma, este resultado mostra-se coerente com a hipótese de que, em função da estrutura de incentivos/constrangimentos prevalecente, poderia haver, na migração para estas áreas, uma maior proporção de indivíduos sozinhos. De fato, é mais difícil pensar que o chefe migraria sem a família para as áreas dormitórios, principalmente porque, como já se mostrou, nestes casos a maior parte da imigração tem origem intra-regional, que a princípio tornaria menos provável o movimento individual.

É interessante notar ainda que, dentro dos dormitórios I, o vetor sudeste diferencia-se significativamente dos outros, assemelhando-se muito mais às áreas com maior industrialização. Como se sabe, este vetor está composto de municípios vizinhos ao ABC paulista, fato que, ao invés de enfraquecer as conclusões, apenas reforça a convicção de que a migração intrametropolitana, que ruma para esta direção, tem entre seus condicionantes e motivações um componente muito claro de cunho laboral.

Portanto, os dados apresentados, embora não deixem de reafirmar o caráter familiar da migração intrametropolitana, também indicam que a migração individual é certamente maior que a detectada diretamente pela informação censitária, sobretudo nos municípios mais industrializados, onde, segundo as hipóteses norteadoras deste estudo, este tipo de migração é mais esperada.

Na realidade, os 4,2% de famílias unipessoais ("Individual"), apresentadas na Tabela 15, não refletem a importância da migração intrametropolitana de indivíduos sozinhos. Caso as considerações anteriores estejam corretas, efetivamente houve na década de 70 uma mobilidade interna muito maior de indivíduos sós.

Como se pode constatar, é muito difícil de conhecer com precisão a situação familiar do migrante, ou mesmo reestabelecê-la para o momento da migração intrametropolitana a partir do dado censitário.

Ciclo Vital

Se é impossível reconstruir exatamente as características da família quanto à sua composição antes da chegada ao lugar de destino, melhores aproximações podem ser obtidas no que se refere à etapa do processo de desenvolvimento em que se encontravam. Para tanto, basta recorrer à noção de ciclo vital familiar⁶⁰.

Através da Tabela 17, que apresenta a distribuição das famílias de chefes migrantes intrametropolitanos segundo a idade média do casal no momento do Censo⁶¹, Verifica-se que na Região Metropolitana, na década de 70, a grande maioria destas (mais de 59%) mudou-se de município na etapa de formação da família, o que é bastante coerente, já que neste momento a busca de moradia e de trabalho mais adequados e estáveis deveria ser maior.

Ainda que proporcionalmente em menor número, não é desprezível o fato de que quase dois quintos das famílias migrantes encontrem-se em uma etapa mais avançada de seu ciclo vital, principalmente no caso daquelas em fase de fragmentação, que representam mais de 15%. Como será mostrado adiante, para os casais, ou mesmo indivíduos sozinhos, é grande a proporção de migrantes intrametropolitanos nesta fase do ciclo vital.

Um dos aspectos mais interessantes a ser ressaltado da observação da Tabela 17 refere-se à grande homogeneidade existente entre os grupos de municípios. De fato, a variabilidade da

⁶⁰O ciclo vital foi definido com base na idade média do casal. Os cortes adotados e suas denominações são as seguintes: menos de 34 anos (formação), 35 a 44 anos (consolidação) e 45 anos e mais (fragmentação). Maiores detalhes e as justificativas pertinentes podem ser encontradas no Anexo I.

⁶¹Calculou-se também a idade média do casal migrante no momento da migração. Contudo, a semelhança dos resultados com a idade média obtida para o momento censitário tornou desnecessária a inclusão desta nova informação. Tal comportamento, a princípio inesperado, certamente se deve à amplitude relativamente grande dos grupos etários utilizados, que estaria dificultando a melhor comparação destas estruturas etárias.

distribuição das famílias de chefes migrantes intrametropolitanos, segundo o ciclo vital, é bem pequena. Chama a atenção, no entanto, a maior proporção de famílias jovens encontrada nos municípios-dormitório I (62%) em comparação aos demais grupos, que oscilou entre os 53% e os 57%.

Apesar de a diferença ser pequena, este resultado corresponde às expectativas, pois seria de se esperar que o problema habitacional (supostamente o elemento que mais condicionaria a escolha destas áreas como destino) fosse sentido com maior intensidade na etapa de formação da família, muito embora mesmo neste ciclo possam existir variações, sobretudo, em decorrência da existência ou não de filhos.

Ao se comparar a distribuição, segundo o ciclo vital, das famílias de chefes migrantes intrametropolitanos com os demais residentes dos municípios de destino, percebe-se uma sensível diferença, embora esta fosse maior com relação aos não-migrantes do que aos migrantes com menos de 10 anos de residência e município anterior fora da Região Metropolitana ("outros-migrantes").

No primeiro caso, observa-se que as famílias apresentam uma distribuição muito mais homogênea entre as distintas etapas do ciclo vital, implicando, ao contrário do que ocorre para os migrantes intrametropolitanos, uma grande representação também de famílias em momentos mais avançados de seus ciclos vitais. Esta diferenciação, portanto, reflete o forte caráter seletivo da migração intrametropolitana em comparação com a população receptora.

Já no caso dos "outros migrantes", a principal diferença reside na maior concentração destas famílias no início do ciclo vital em detrimento da etapa seguinte aqui denominada de "consolidação". Provavelmente, tal diferenciação esteja associada à trajetória migratória de cada indivíduo ou família.

Tabela 17
Distribuições das Famílias, por Idade Média do Casal no Momento do Censo,
Segundo Condição Migratória do Chefe e Município de Residência Atual
Região Metropolitana de São Paulo
1980

Municípios de Residência Atual	Condição Migratória do Chefe	Distribuição das Famílias, por Idade Média do Casal (%)		
		< 34 Anos	35 a 44 Anos	45 Anos e +
São Paulo	Intrametropolitano	57,24	25,78	16,98
	Outros Migrantes	69,15	15,69	15,16
	Não-Migrante	36,77	25,09	38,14
Industriais	Intrametropolitano	56,46	27,65	15,89
	Outros Migrantes	64,38	16,44	19,18
	Não-Migrante	33,42	25,40	41,19
Ind./Dormitórios	Intrametropolitano	56,33	27,60	16,06
	Outros Migrantes	66,59	16,85	16,56
	Não-Migrante	39,93	26,65	33,42
Dormitórios I	Intrametropolitano	61,96	24,58	13,46
	Outros Migrantes	64,66	17,81	17,53
	Não-Migrante	39,88	26,77	33,35
Dormitórios II	Intrametropolitano	56,58	24,40	18,02
	Outros Migrantes	59,42	20,07	20,51
	Não-Migrante	38,58	25,33	36,08
Agrícolas	Intrametropolitano	53,51	24,88	21,61
	Outros Migrantes	55,95	21,80	22,25
	Não-Migrante	37,94	23,66	38,40
Região Metropolitana	Intrametropolitano	58,70	25,90	15,40
	Outros Migrantes	67,61	16,33	16,06
	Não-Migrante	37,09	25,35	37,56

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.
Tabulação Especial.

Assim, no caso do migrante intrametropolitano, o tempo transcorrido entre a sua chegada na Região Metropolitana de São Paulo e a sua última mudança intermunicipal poderia explicar um maior "envelhecimento" das famílias em comparação àquelas que chegam ao município onde foram recenseadas sem etapa intermediária na Região.

Se, de maneira geral, as diferenças apontadas entre os "migrantes intrametropolitanos" e os "não-migrantes" mantêm-se praticamente inalteradas para todos os grupos de municípios, o mesmo não ocorre quando se compara os primeiros com os "outros migrantes". Neste caso, a discrepância tende a acentuar-se nos grupos dos municípios industriais, industriais/dormitórios e

na Capital, onde estes últimos apresentam proporção significativamente maior de famílias na primeira etapa do ciclo vital.

É difícil imaginar uma explicação conclusiva para a constatação anterior. No entanto, acredita-se que esta questão possa estar relacionada a uma importante participação dos movimentos inter-regionais, sobretudo o interestadual, na composição da imigração registrada por estes municípios, aspecto já mostrado no capítulo anterior.

Dado o caráter seletivo da migração no que se refere à idade, poder-se-ia supor que neste tipo de migração ocorreria um predomínio de famílias mais "jovens", pois a trajetória dos migrantes externos, principalmente os originários de outros Estados, envolveria muito poucas, ou nenhuma, etapas intermediárias antes da chegada à Região Metropolitana⁶².

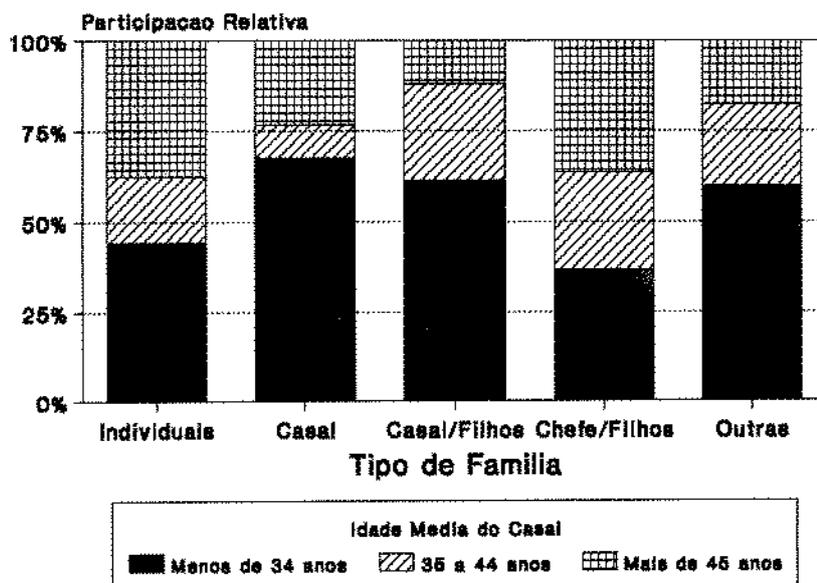
Outra questão interessante a ser considerada surge do cruzamento do ciclo vital com o tipo de família. Como mostra o Gráfico 24, a predominância das famílias de chefes migrantes intrametropolitanos, na etapa inicial do ciclo vital, não ocorre indistintamente segundo os tipos de família.

Na verdade, os números analisados na tabela anterior refletem o que se observa entre os "casais", "casais com filhos" e "outras". Chama a atenção, no entanto, que diferentemente do coerente comportamento das duas últimas categorias⁶³, na primeira observa-se uma importante incidência de famílias com idade média superior a 45 anos (fragmentação) em detrimento da fase anterior (35 a 44 anos).

⁶²De fato, DUARTE et alii (1981) mostram que dos egos entrevistados, 45,5% migraram diretamente para a Região Metropolitana de São Paulo e 26% apresentaram apenas uma etapa intermediária.

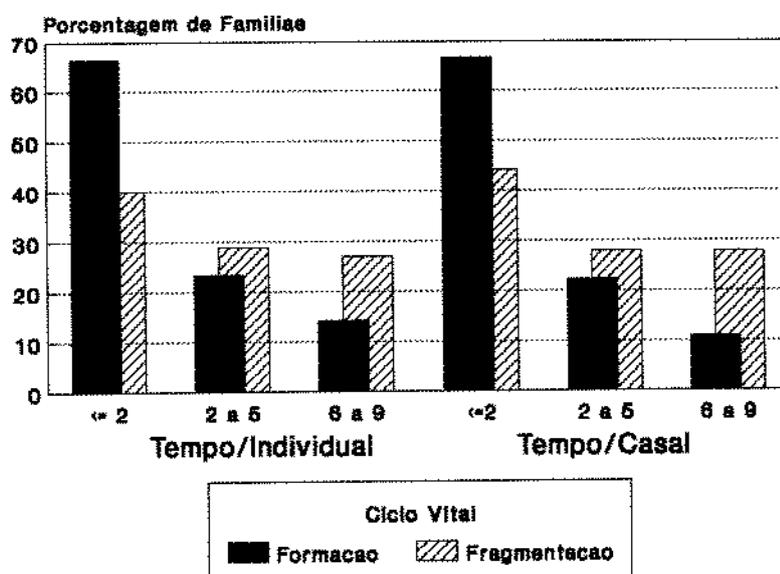
⁶³De fato, é esperado que, em geral, as famílias nas quais se registra a presença de filhos encontrem-se em uma fase menos adiantada de seu ciclo vital.

Gráfico 24
Migrantes Intrametropolitanos por Tipo de Família e Ciclo Vital
Região Metropolitana de São Paulo
1980



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

Gráfico 25
Famílias Migrantes Intrametropolitanas por Tipo, Ciclo Vital e Tempo de Residência
Região Metropolitana de São Paulo
1980



Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980. Fonte: Fundação IBGE.

O mesmo, e mais marcadamente, ocorre nas categorias "individuais" e "chefe com filhos", nas quais se constata um verdadeiro equilíbrio entre as fases de "formação" e "fragmentação". A considerável concentração nesta última fase leva a crer que o mais provável é que tais famílias captadas pelo Censo podem ser, na verdade, fruto de um processo de fragmentação que ocorre posteriormente à migração. Os dados obtidos do cruzamento do tipo de família, ciclo vital e tempo de residência do chefe no município onde este foi recenseado sugerem que tal hipótese seja verdadeira (Gráfico 25).

Através do Gráfico 25, constata-se que, ao contrário do observado para as famílias na etapa de "formação", a distribuição dos tipos "individuais" e "casais" na fase de "fragmentação" segundo o tempo de residência do chefe não apresenta uma grande concentração na categoria "menor ou igual a 2 anos", mostrando uma participação importante também das durações mais longas, em particular, na categoria "6 a 9 anos", na qual atinge quase 30%.

Tal resultado poderia ser tomado como indicativo (embora não conclusivo) de que, tendo realmente havido a fragmentação destas famílias⁶⁴, tal processo, para a maioria, deu-se no lugar de destino, uma vez que o tempo transcorrido entre a chegada e o momento do recenseamento seria suficientemente grande para permitir tal ocorrência.

Mesmo assim, o Gráfico mostra que, provavelmente, uma parcela próxima aos 40% (proporção de família unipessoais e casais com tempo de residência menor ou igual a 2 anos) tenha migrado já com o arranjo familiar identificado pelo Censo.

Nestes casos, o mais provável seja a ocorrência desta migração nas classes média e alta, que buscariam a periferia como alternativa "saudável" aos centros principais. Isto porque é difícil

⁶⁴ Note-se que, eventualmente, as famílias unipessoais e os casais captados pelo Censo, mesmo que na fase mais avançada do ciclo vital, podem não ter sofrido processo algum de fragmentação. Estes seriam os casos dos indivíduos solteiros, ou dos casais que nunca tiveram filhos e que moravam sozinhos. Contudo, dado o caráter nitidamente familiar da migração intrametropolitana, espera-se que tais exemplos representem mais a exceção ao que a regra.

imaginar motivações que levariam as famílias pobres, sobretudo unipessoais e casais, a migrarem a esta altura de seus ciclos vitais.

Embora os dados censitários não permitam uma conclusão definitiva a este respeito, acredita-se que a maior parte das famílias migrantes, em fase de "fragmentação", tenha assumido esta condição na área de destino. Neste sentido, vale a pena lembrar a possibilidade, explicitada no capítulo I, de que as famílias mais velhas, em geral, não se motivem em mudar para municípios mais distantes em função de suas possíveis preferências pela proximidade dos bens e serviços existentes nas áreas mais centrais da Região.

Se assim for, uma vez mais ficaria demonstrado que os dados colhidos no momento censitário sobre o tipo de família dos chefes migrantes intrametropolitanos podem não refletir a realidade do momento da migração. Ou seja, a migração de famílias nucleares "strictu sensu" (casal com filhos) deve ter sido maior do que a que se pôde captar.

Em contrapartida, a migração individual efetivamente registrada pelo Censo (Tabela 15), tampouco corresponde à realidade, uma vez que, provavelmente, uma parcela derive-se da fragmentação que normalmente ocorre nas famílias mais "velhas".

Assim, se, por um lado, os dados sobre a condição migratória dos membros da família (Tabela 16) apontavam para o fato de que alguns chefes, recenseados com suas famílias, migraram sós, por outro, a análise conjunta do ciclo vital, do tipo de família e do tempo de residência sugere que, pelo menos parte daqueles que se encontravam nesta condição no momento do Censo migrou acompanhada.

Nestes termos, é muito difícil avaliar com precisão o real peso da migração individual. Contudo, considera-se que os indícios de predominância da migração de tipo familiar são muito grandes para se pensar que a migração individual tenha uma importância relativa muito maior do que a contemplada na Tabela 15.

Tamanho

A maior incidência de famílias com idade média do casal inferior a 34 anos reflete-se, naturalmente, na média do número de filhos calculado para as famílias dos chefes migrantes intrametropolitanos.

O Censo de 1980 mostra que estas famílias possuíam, em média, apenas 2 filhos, número maior que o registrado pelo conjunto das famílias da Região Metropolitana de São Paulo, ou mesmo pelas famílias "não-migrantes" (1,83 filhos)⁶⁵. Esta diferença tende a incrementar-se quando se considera o ciclo vital. Assim, percebe-se que, nas fase de "consolidação e "fragmentação", estas famílias apresentam uma média de filhos ainda maior que os "não-migrantes": 3,11 contra 2,86; e 2,22 contra 1,84, respectivamente.

Evidentemente que estes valores não refletem a heterogeneidade interna da Região. O número médio de filhos registrado para as famílias dos chefes migrantes intrametropolitanos⁶⁶ varia de 1,69, para os municípios industriais, até 2,19, para os dormitórios II. Quando se observa o resultado obtido segundo o ciclo vital, este diferencial tende a se incrementar na fase denominada de "consolidação", chegando a uma diferença de quase 1 filho entre os dois tipos de municípios anteriores.

Estas diferenças, de certa forma, eram esperadas em função dos pressupostos básicos deste estudo. Ou seja, na medida em que se supõe encontrar nos municípios-dormitório uma maior proporção de famílias migrantes em piores condições sócio-econômicas, é natural que o mesmo ocorra com o tamanho da família que, em geral, está associado àquelas características.

⁶⁵É importante salientar que o número médio de filhos aqui tratado corresponde, na verdade, aos filhos que residem no domicílio e não necessariamente ao total de filhos tidos pelo casal.

⁶⁶Vale a pena lembrar que foram excluídas do cálculo as famílias "unipessoais".

Tabela 18
 Número Médio de Filhos das Famílias, por Idade Média do Casal, Segundo Condição Migratória
 do Chefe e Município de Residência Atual (1)
 Região Metropolitana de São Paulo
 1980

Município da Residência Atual	Condição Migratória	Número Médio de Filhos, por Idade Média do Casal			
		< 34 Anos	35 - 44 Anos	45 Anos e +	Total
São Paulo	Intrametropolitana	1,63	3,11	2,68	1,87
	Não-Migrantes	1,59	2,75	1,74	1,75
	Outros Migrantes	1,44	3,34	3,11	1,65
Industriais	Intrametropolitana	1,48	2,53	1,97	1,69
	Não-Migrantes	1,49	2,67	1,68	1,76
	Outros Migrantes	1,48	3,32	2,96	1,80
Indus./Dormitórios	Intrametropolitana	1,65	2,85	2,02	1,90
	Não-Migrantes	1,67	3,13	2,24	2,10
	Outros Migrantes	1,62	3,68	3,35	1,99
Dormitórios I	Intrametropolitana	1,83	3,33	2,42	2,11
	Não-Migrantes	1,84	3,53	2,45	2,30
	Outros Migrantes	1,77	3,98	3,37	2,18
Dormitórios II	Intrametropolitana	1,88	3,50	2,17	2,19
	Não-Migrantes	1,88	3,59	2,48	2,35
	Outros Migrantes	1,86	3,84	3,17	2,28
Agrícolas	Intrametropolitana	1,96	3,47	1,98	2,13
	Não-Migrantes	1,98	3,84	2,53	2,35
	Outros Migrantes	1,89	3,91	2,74	2,28
Região Metropolitana	Intrametropolitana	1,74	3,11	2,22	2,00
	Não-Migrantes	1,62	2,86	1,84	1,83
	Outros Migrantes	1,52	3,50	3,16	1,78

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

Nota: (1) Foram consideradas apenas as famílias com o cônjuge presente. O número médio de filhos corresponde apenas àqueles que, no momento censitário, residiam no mesmo domicílio do chefe da família.

Outras considerações poderiam ser feitas, através dos dados da Tabela 18, quanto às diferenças existentes entre as famílias de chefes migrantes intrametropolitanos e as dos demais residentes. Em geral, observa-se que o número médio de filhos residentes nos domicílios das primeiras é sistematicamente menor que das últimas em todos os tipos de município, com exceção de São Paulo.

Contudo, estas diferenças, além de pouco significativas, tanto com relação aos "não-migrantes" quanto aos "outros migrantes", não refletem a real heterogeneidade existente entre tais famílias, o que pode ser revelado a partir da introdução do ciclo vital como variável de controle.

De fato, a homogeneidade observada, apenas na fase de "formação" não causa surpresa alguma, uma vez que se trata de uma etapa em que dificilmente os diferenciais em termos de tamanho da família podem ser captados.

Na verdade, são os momentos de "consolidação" e "fragmentação" que marcam mais claramente as discrepâncias existentes entre as famílias migrantes intrametropolitanas e as demais.

Na fase denominada de "consolidação", constata-se uma grande distinção entre aquelas famílias e os "outros migrantes", chegando em alguns casos, como para os municípios industriais e industriais/dormitórios, a apresentar um número médio de filhos superior em cerca de 0,8. Em contrapartida, as diferenças com relação aos "não-migrantes" são muito mais discretas, embora ainda exista uma certa superioridade no número de filhos apresentado pelas famílias de migrantes internos.

Provavelmente este resultado esteja ligado às melhores condições sócio-econômicas e laborais dos migrantes intrametropolitanos com relação àqueles provenientes de outras regiões. Neste sentido, é bastante sugestivo o fato de que as grandes discrepâncias sejam registradas nos municípios com maior nível de industrialização. Como será mostrado oportunamente, é justamente nestas áreas que migrantes internos e externos mais se diferenciam.

Quanto à etapa de "fragmentação", pode-se dizer que a tendência não se altera, havendo, inclusive, um incremento significativo da diferença com relação aos "outros migrantes". Ao contrário do que se poderia esperar na "formação", nesta fase do ciclo vital é provável que o peso, na migração intrametropolitana, das famílias de classes média e alta (e, portanto menores) em busca de "refúgios residenciais" na periferia seja suficientemente importante para reduzir o número médio de filhos calculado.

Outras: sexo do chefe da família e número de famílias por domicílio

Uma das poucas características que quase não variam entre as famílias de chefes migrantes intrametropolitanos residentes nos distintos municípios refere-se ao sexo deste último. Os dados censitários demonstram que, na Região Metropolitana de São Paulo, 90% destes chefes são homens, sendo que esta cifra praticamente se repete em todos os grupos de municípios, exceção feita à Capital, onde as mulheres aumentam ligeiramente sua participação para pouco mais de 15%.

O mesmo ocorre com relação ao número de famílias que ocupam os domicílios. Repetindo resultado para o total da Região Metropolitana (onde cerca de 96% dos domicílios são ocupados por uma única família), a grande maioria dos domicílios onde vivem as famílias dos chefes migrantes intrametropolitanos (em média 97,5%) também abrigam apenas uma família. Este percentual pouco varia quando se consideram os migrantes segundo as áreas de destino, sendo o maior valor registrado para a Capital (98,5%) e o menor para os municípios-dormitório I e II (97,4%).

Mesmo sendo significativo o fato de que apenas uma ínfima parcela das famílias migrantes tenha que compartilhar suas residências, isto não reflete as suas reais condições de vida que, como se verá a seguir, relativamente tendem a estar entre as piores dos residentes na Região.

1.2. Idade e Sexo

O caráter familiar da migração intrametropolitana comprovado na análise realizada até aqui, pode ainda ser revelado a partir da distribuição dos migrantes intrametropolitanos segundo idade e sexo. Características fundamentais em qualquer análise demográfica, a idade e o sexo dos migrantes não apenas ajudam a diagnosticar o caráter seletivo do fenômeno, mas também fornecem pistas sobre os possíveis condicionantes destes movimentos.

As peculiaridades dos movimentos intrametropolitanos, em termos dos atores e dos condicionantes envolvidos, implicam uma seletividade por idade muito menos acentuada que a observada, por exemplo, entre os migrantes interestaduais⁶⁷, muito embora em determinados fluxos internos observe-se, mesmo que em menor grau, uma certa concentração dos migrantes nas idades entre 20 e 34 anos.

Em termos gerais, pode-se dizer que a estrutura etária dos migrantes intrametropolitanos, da década de 70, caracteriza-se pela alta concentração nas idades mais jovens. Em média, mais de 65% declararam idades inferiores a 30 anos e apenas 10% mais de 45 anos. Como mostra o Gráfico 26, as maiores proporções de indivíduos são encontradas, em geral, nas idades de 0 a 9 anos (cerca de 30%) e de 20 a 29 anos (cerca de 28%).

Em consonância com as constatações sobre os tipos de famílias predominantes nos distintos fluxos, esta distribuição tende a sofrer alguma modificação quando os dados são desagregados por grupos de municípios de destino (Gráfico 26).

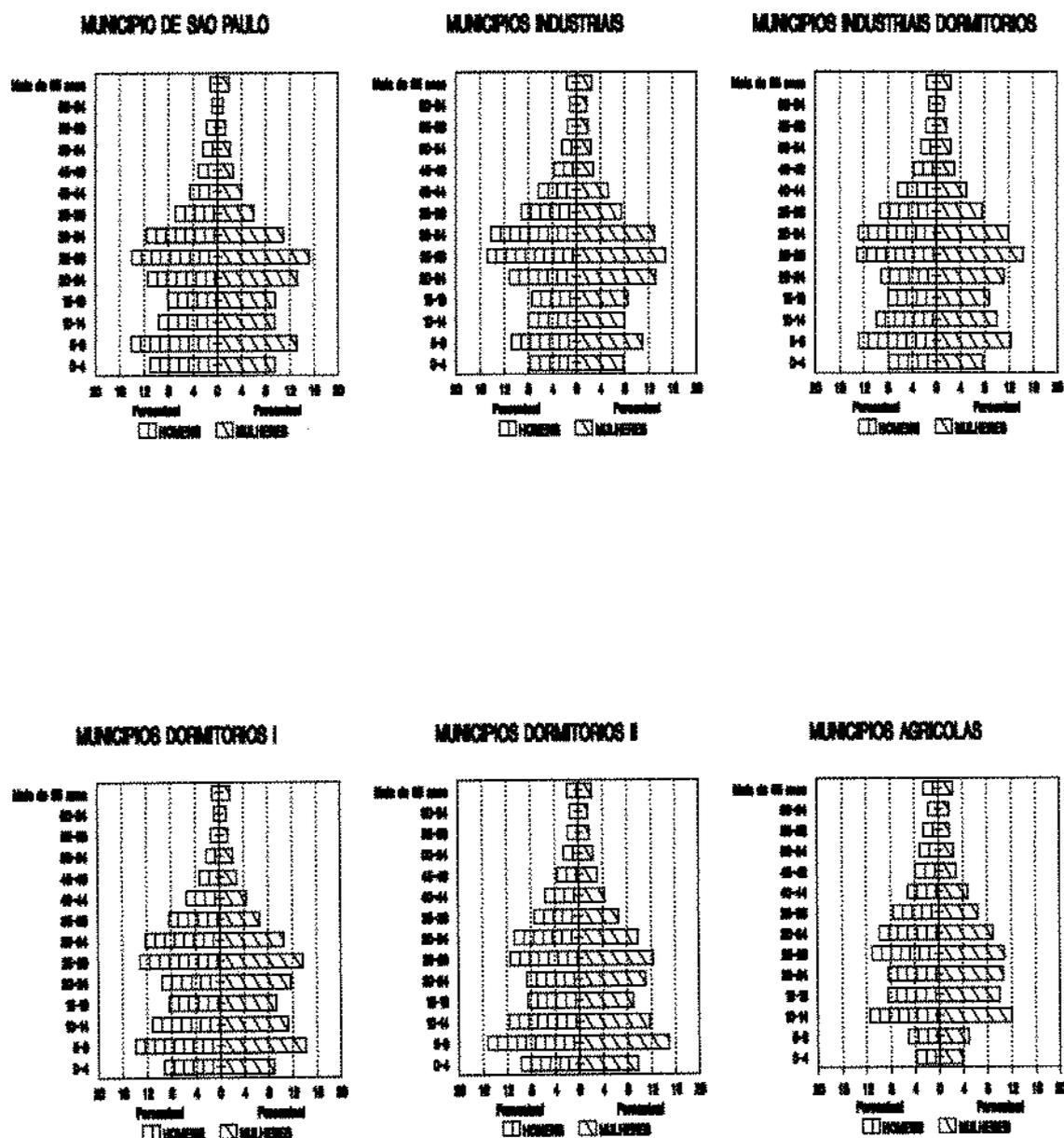
Assim, coerentemente com seus perfis, enquanto nos municípios com maior industrialização a estrutura etária é mais envelhecida, apresentando uma parcela superior de migrantes com idade entre 20 e 34 anos (as mais produtivas) em comparação aos menores de 10 anos, nos dormitórios e agrícolas este último grupo etário corresponde a uma proporção muito maior dos indivíduos.

Como a informação censitária reflete a situação de um momento determinado (no caso do Censo de 1980, o dia 1º de setembro), a idade declarada pelo indivíduo não corresponde, necessariamente, àquela que o mesmo possuía no momento em que migrou.

⁶⁷A seletividade da migração por idade (em geral nas idades adultas e altamente produtiva) aparece em várias análises da década de 70. Contudo, poucas utilizam os dados do Censo de 1980. Neste particular, merece atenção o trabalho de Machado e Abreu que, entre outros aspectos, mostra a estrutura etária (e a referida seletividade) tanto da imigração quanto da emigração de cada Unidade de Federação do país. MACHADO, C.C. e ABREU, J.F. *The Elderly Mobility Transition in Brazil; an exploratory analysis*. CEDEPLAR/UFMG, setembro de 1991 mimeo.

Gráfico 26

Distribuição dos Migrantes Intrametropolitanos, por Idade e Município de Residência
Região Metropolitana de São Paulo
1980



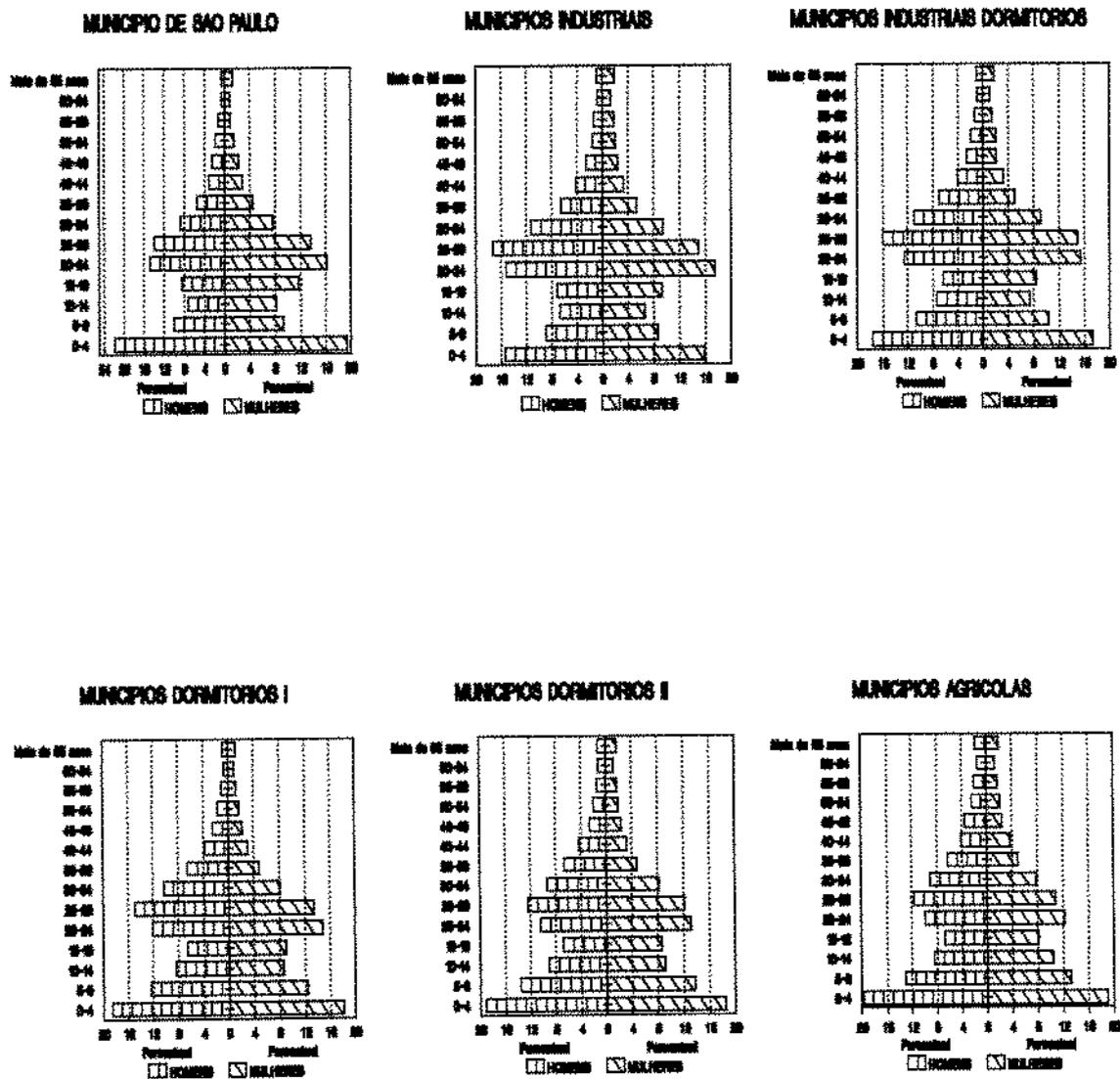
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

Gráfico 27

Distribuição dos Migrantes Intrametropolitanos, por Idade no Momento da Migração e Município de Residência

Região Metropolitana de São Paulo

1980



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

Dessa forma, considerou-se necessário estimar a idade no momento da migração, a fim de se obter um quadro mais real do comportamento dessa variável⁶⁸. Os resultados obtidos refletem ainda com maior clareza o caráter familiar da migração intrametropolitana, na medida em que as crianças e os adultos jovens ganham mais importância relativa (Gráfico 27).

A particularidade da distribuição dos migrantes intrametropolitanos, no que se refere à idade, fica bastante evidente quando estes são comparados aos demais residentes nas áreas de destino. Como mostram os índices de seletividade calculados por grupos quinquenais de idade⁶⁹

⁶⁸A idade no momento da migração foi calculada com base na diferença entre a idade e o tempo de residência no município declarados. Por exemplo, a idade computada para um indivíduo de 30 anos e vivendo há três anos no município seria 27 anos. Deve-se salientar também que a necessidade de se contar o tempo de residência em anos simples implicou que este procedimento tenha sido aplicado apenas para os migrantes com menos de seis anos de residência.

⁶⁹Este índice proposto por SINGH e KUMAR (1992) é uma derivação do "Índice de Seletividade" proposto pela NACIONES UNIDAS (1972), em seu manual sobre métodos de mensuração da migração interna, tendo, portanto, o mesmo significado teórico. A grande vantagem desta nova fórmula de cálculo reside na possibilidade de se estabelecer um limite superior e inferior para o índice, o que não ocorria com o antigo. Sua obtenção, possível para qualquer variável para a qual se possa ter uma distribuição dos migrantes, é bastante simples:

$$I_i = \frac{\left(\frac{M_i}{M} - \frac{N_i}{N} \right)}{\left(\frac{M_i}{M} + \frac{N_i}{N} \right)} * k$$

onde para efeito do presente trabalho,

M_i e N_i são respectivamente os indivíduos "migrantes intrametropolitanos" e "não-migrantes" (ou "outros migrantes") no grupo etário i ;

M e N as respectivas populações totais de "migrantes" e "não-migrantes" (ou "outros migrantes");

K , uma constante para a qual se adotou 100.

Como se constata a partir da fórmula de cálculo, valores positivos indicam predomínio de migrantes intrametropolitanos na categoria ou, no caso, grupo etário em questão, enquanto os negativos indicam uma sub-representação relativa com respeito ao grupo de comparação. Teoricamente este índice varia entre "0" e " ± 100 ". Considerando-o em sua forma genérica

$$\frac{(A-B)}{(A+B)} * 100$$

pode-se construir a seguinte relação:

Valores de **A** com
relação a **B** (ou vice-versa)

Valores de **I_i**

A = 1,5B	± 20,0%;	
A = 2B	± 33,3%;	
A = 4B	± 60,0%;	
A = 3B	± 50,0%;	Para maiores detalhes, consultar o artigo mencionado.

(Tabela 19), os migrantes em questão diferenciam-se dos "não-migrantes", sobretudo quanto à concentração nas idades adultas, que nestes últimos apresenta um resultado bem inferior ao dos primeiros.

Em contrapartida, os "não-migrantes" tendem a se distribuir em maior proporção nas idades mais avançadas (acima dos 50 anos). Percebe-se também, que para estas pessoas, as crianças entre 0 e 4 anos possuem um peso mais significativo, situação que se inverte no grupo seguinte (5 a 9 anos).

Com relação aos "outros migrantes", as diferenças são bem menores, e quase inexistentes nos grupos etários acima de 45 anos. Contudo, pode-se perceber que estes indivíduos apresentam uma estrutura etária ainda mais concentrada nas idades adultas jovens, enquanto a migração intrametropolitana mostra maior concentração de crianças, fato, aliás, bastante previsível dado a o seu caráter nitidamente familiar.

É curioso notar ainda que, em termos exclusivamente das idades adultas, os "não-migrantes" tendem a ser mais jovens que os intrametropolitanos. Isto poderia ser atribuído à possibilidade já levantada (e bastante viável) de que a migração interna seja uma etapa mais "avançada" o movimento migratório das famílias que chegam à Região Metropolitana. Ao necessitarem de um tempo mínimo para a obtenção de informações sobre a área e de algum tipo de estabilidade laboral, muitas destas famílias no momento de migrarem para um determinado município, estariam ligeiramente mais "envelhecidas" se comparadas àquelas que migraram diretamente de fora de Região para o mesmo destino.

Tabela 19
Índices de Seletividade dos Migrantes Intrametropolitanos com Relação aos Demais Residentes, por Grupos de Idade,
Segundo os Municípios de Destino (1)
Região Metropolitana de São Paulo
1980

Município de Destino	Índice Relativo A	Índices de Seletividade dos Migrantes Intrametropolitanos, por Grupos de Idade													
		0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65 +
São Paulo	Out. Migrante	44,80	27,60	5,58	-16,60	-27,57	-12,55	5,30	9,98	11,05	8,03	4,25	1,95	-6,60	7,22
	Não-Migrante	-13,99	15,56	3,23	-3,85	15,74	27,88	18,82	-0,31	-17,02	-29,01	-35,58	-39,51	-48,77	-51,56
Industriais	Out. Migrante	27,05	16,97	-5,70	-21,32	-24,08	-7,91	15,33	21,82	22,32	7,14	-1,48	-7,42	3,20	4,56
	Não-Migrante	-24,51	10,33	-5,09	-13,29	11,12	30,11	31,45	13,08	-4,16	-25,79	-36,00	-37,44	-32,76	-38,99
Indust./Dormitório	Out. Migrante	21,85	12,12	-1,30	-19,81	-30,48	-7,58	14,96	23,71	21,75	13,35	7,56	-2,06	4,60	11,46
	Não-Migrante	-41,83	5,57	-0,35	-11,31	6,81	30,76	30,47	18,61	1,80	-13,25	-19,85	-20,58	-16,32	-17,53
Dormitórios I	Out. Migrante	21,01	11,12	-1,17	-18,13	-24,12	-2,85	13,34	16,63	13,15	4,86	-2,31	-6,43	-5,36	-4,57
	Não-Migrante	-40,76	6,65	1,62	-8,88	11,63	34,53	32,93	17,73	0,99	-13,52	-21,44	-23,52	-25,47	-31,87
Dormitórios II	Out. Migrante	20,32	12,48	-3,29	-16,33	-21,99	-4,17	8,89	11,45	10,62	2,95	-5,42	-4,01	4,50	5,52
	Não-Migrante	-32,93	11,14	2,77	-11,44	5,71	26,74	27,95	14,94	0,52	-7,63	-19,88	-16,65	-15,67	-24,31
Agrícolas	Out. Migrante	-16,21	-36,60	4,66	-4,86	-7,69	7,18	11,63	16,02	12,93	10,14	8,61	2,50	12,59	16,23
	Não-Migrante	-65,91	-43,01	0,53	-7,20	5,86	26,13	25,93	19,21	2,88	-8,06	-11,24	-13,63	-17,29	-22,81
Reg. Metropolitana	Out. Migrante	32,04	20,85	6,90	-17,61	-31,68	-13,09	9,23	18,93	19,47	13,78	5,00	1,48	5,27	10,65
	Não-Migrante	-27,45	11,59	6,42	-6,42	8,36	25,72	22,93	10,37	-5,83	-21,73	-31,46	-34,75	-34,42	-42,78

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980. Tabulações Especiais.

Nota: (1) Segundo Metodologia Proposta por SINGH e KUNAR (1992)

No que tange aos índices calculados para os diversos grupos de municípios, percebe-se, grosso modo, que estes seguem o mesmo comportamento anteriormente descrito, não obstante algumas particularidades possam ser observadas.

A primeira, e talvez a mais significativa, é apresentada pelos migrantes intrametropolitanos residentes na Capital com relação ao grupo etário de 0 a 4 anos: se, por um lado, estes diferenciam-se de forma acentuada dos "outros migrantes recentes" (índices positivos mais elevados que nas demais áreas), por outro, assemelham-se muito mais aos "não-migrantes", o que também ocorre nos municípios industriais (índices negativos muito inferiores).

Este fato também poderia encontrar explicação no carácter familiar da migração intrametropolitana. Considerando que a imigração interestadual recebida pela Região Metropolitana de São Paulo deva ter uma maior concentração de indivíduos sozinhos em idades produtivas e que a Capital é a principal porta de entrada para estes movimentos (pressupostos possíveis de serem comprovados), é compreensível que, neste caso, se encontre uma diferença maior.

Quanto ao sexo, pode-se constatar, na Tabela 20, que, para o conjunto da Região Metropolitana de São Paulo, existe um certo equilíbrio entre os volumes de homens e de mulheres nas idades inferiores a 15 anos, sendo maior ainda, como seria de se esperar, para as crianças menores de 10 anos, para as quais o índice é bastante próximo a 1.

Entretanto, este equilíbrio rompe-se nas idades adultas e mais avançadas: as mulheres apresentam em maior número nos grupos etários de 15 a 19, 20 a 24 e 50 anos e mais e os homens superam-nas em volume nas idades entre 30 e 44 anos. É interessante observar que tais discrepâncias refletem o que se conhece sobre a defasagem constatada entre a idade média ao

casar dos cônjuges, sendo o homem, em geral, sempre mais velho⁷⁰. Este resultado corrobora ainda mais o caráter familiar dos movimentos migratórios intrametropolitanos.

Tabela 20
Razão de Sexo por Grupos Etários dos Migrantes Intrametropolitanos⁽¹⁾,
Segundo Grupos de Municípios
Região Metropolitana de São Paulo
1980

Municípios	Razão de Sexo por Grupos Etários dos Migrantes Intrametropolitanos										
	0-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50 e +	Total
São Paulo	1,04	0,84	0,68	0,85	0,95	1,07	1,13	1,03	1,05	0,87	0,94
Industriais	1,02	1,03	0,78	0,88	1,18	1,21	1,26	1,30	1,12	0,71	1,02
Indust./Dormitórios	1,04	1,00	0,76	0,83	1,09	1,22	1,39	1,25	1,20	0,78	1,02
Dormitórios I	1,04	1,01	0,76	0,85	1,14	1,31	1,35	1,26	1,13	0,86	1,03
Dormitórios II	1,05	1,02	0,81	0,82	1,05	1,17	1,43	1,37	1,09	0,95	1,03
Agrícolas	1,08	0,86	0,88	0,86	1,14	1,23	1,34	1,17	1,52	1,11	1,06
Região Metropolitana	1,04	0,99	0,76	0,85	1,11	1,24	1,35	1,25	1,16	0,85	1,02

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980. Tabulações Especiais.
(1) Razão entre o número de homens e o número de mulheres. Idades calculadas para o momento da migração, portanto, consideram-se apenas os não-naturais com menos de 6 anos de residência.

Em termos do comportamento da razão de sexo entre os grupos de municípios, os dados não revelam diferenças significativas quanto ao padrão descrito anteriormente para o total da Região Metropolitana.

Chama a atenção, contudo, os valores maiores que 1 observados nos municípios agrícolas, para as idades superiores a 50 anos, indicando que os homens, ao contrário do que se esperaria para estas idades, eram em maior número. Neste particular, outros dados referentes à composição familiar deveriam ser analisados para um melhor entendimento deste resultado, embora acredita-se que tal fato deve-se ao caráter mais agrícola destes municípios, que poderia implicar a existência de uma proporção de mão-de-obra masculina em idades mais avançadas.

⁷⁰De fato, como atesta BERQUÉ (1987), no Estado de São Paulo, em 1980, a idade média ao casar dos homens situava-se em torno dos 26 anos, enquanto a das mulheres permanecia próxima aos 23 anos (Tabela 6, p.21).

1.3. Tempo de Residência

Última característica demográfica a ser analisada, o tempo de residência do migrante no município insere-se, nesta análise, não apenas como forma de periodizar a migração intrametropolitana da década⁷¹, mas também, e sobretudo, como um elemento analítico, pois, aliado ao tempo de residência no domicílio, possibilita investigar elementos relativos ao nível de "estabilidade" habitacional dos indivíduos.

A Tabela 21 confirma o resultado que se observa, em geral, nas análises que consideram o tempo de residência: a maior parte dos movimentos migratórios concentra-se nos primeiros cinco anos de residência. De fato, quase 70% da migração interna na Região Metropolitana de São Paulo ocorreram no quinquênio 1975-80, sendo que pouco menos da metade dos 920 mil migrantes realizou o movimento durante os três anos anteriores ao Censo.

Tabela 21
Distribuição dos Migrantes, por Tempo de Residência, Segundo Tipo da Migração
Região Metropolitana de São Paulo
1980

Tipo de Migração	Distribuição dos Migrantes, por Tempo de Residência (%)			
	Menos de 1 Ano	1 a 2 Anos	2 a 4 Anos	Mais de 5 Anos
Migrantes Intrametropolitanos	20,93	26,35	21,33	31,39
Outros Imigrantes	15,22	21,80	19,74	43,23
Total dos Imigrantes	16,79	23,06	20,18	39,97

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980. Tabulações Especiais.

⁷¹Vale a pena frisar que, na verdade, o dado censitário sobre o tempo de residência, formalmente, não permite que se estabeleça, como seria desejável, uma periodização adequada da migração. Sendo um corte transversal no tempo, ou seja, uma "fotografia" de um determinado momento, este instrumento de coleta apenas registra os "sobreviventes", desconsiderando, portanto, aqueles que não residiam no município à época do levantamento, mas que lá estiveram durante a década. A "não-sobrevivência" de um indivíduo é resultado de dois fatores: a mortalidade e a (re)emigração. A maior incidência de um deles, sobretudo do segundo, deverá contribuir, em grande medida, para uma maior concentração dos migrantes em durações de residência menores. Ver também o Anexo I.

Mesmo assim, este tipo de migração apresenta uma certa peculiaridade. Enquanto para os "outros migrantes" a porcentagem daqueles com tempo de residência superior a cinco anos situava-se acima dos 43%, para os migrantes internos esta cifra diminuía sensivelmente (31%), devido, principalmente, à maior concentração destes últimos na categoria de menor tempo de residência, sobretudo, naquela "menos de 1 ano".

Tendo em vista que não há motivos para se supor que este resultado seja produto de uma aceleração da migração interna em relação à externa, nos últimos anos da década de 70, o mais provável é que este reflita a frequência de reemigração do migrante intrametropolitano. Segundo DUARTE et alii (1981), quase 96% dos migrantes estudados (a grande maioria provenientes de outros Estados) fizeram uma ou mais mudanças dentro da Região Metropolitana de São Paulo, sendo que 63% mudaram de residência mais de duas vezes.

Ao se considerar o tempo de residência segundo os municípios, constata-se uma certa coincidência entre a distribuição dos migrantes intrametropolitanos e os momentos de incorporação de cada grupo de municípios no processo de expansão da Região Metropolitana (Tabela 22).

Assim, enquanto nos municípios mais industrializados a proporção de migrantes com tempo de residência superior a de 5 anos é da ordem de 35% ou mais, esta cifra diminui sensivelmente nos dormitórios I (28,6%), agrícolas (27,4%) e, sobretudo, nos dormitórios II (24,3%). Note-se que o menor valor é registrado justamente nestes últimos que, em geral, são os que mais recentemente foram incorporados ao processo de expansão da malha urbana metropolitana.

A maior concentração da migração em anos mais recentes nas áreas dormitórios I, II e agrícolas fica ainda mais evidente quando se considera a distribuição, por tempo de residência, do conjunto dos migrantes aí residentes em comparação ao que ocorre nos municípios de ocupação mais antiga. Como se observa no Gráfico 28, enquanto na Capital e nos municípios

industriais 60% dos migrantes apresentavam um tempo de residência superior a dez anos, nas áreas em questão estas porcentagens atingiam apenas 33,7%, 36,8% e 25,5%, respectivamente.

Tabela 22
Distribuição da População Migrante, por Tempo de Residência,
Segundo Município de Destino e Origem
Região Metropolitana de São Paulo
1980

Município de Destino	Município de Origem	Distribuição da População Migrante, por Tempo de Residência				
		Menos 1 Ano	1 a 2 Anos	3 a 4 Anos	Mais de 5 Anos	Total
São Paulo	Dentro da Região	20,03	24,30	19,24	36,43	100,00
	Fora da Região	14,10	20,78	19,79	45,32	100,00
Industriais	Dentro da Região	20,70	24,25	20,97	34,08	100,00
	Fora da Região	15,95	22,49	18,18	43,38	100,00
Industriais/ Dormitórios	Dentro da Região	18,18	23,93	21,27	36,62	100,00
	Fora da Região	16,30	23,25	20,16	40,28	100,00
Dormitórios I	Dentro da Região	22,02	28,29	21,64	28,05	100,00
	Fora da Região	19,08	25,87	19,52	35,53	100,00
Dormitórios II	Dentro da Região	23,24	29,25	21,82	25,69	100,00
	Fora da Região	19,35	24,05	19,64	36,95	100,00
Agrícolas	Dentro da Região	25,96	25,39	21,30	27,36	100,00
	Fora da Região	19,43	22,88	19,96	37,73	100,00
Região Metropol.	Dentro da Região	20,93	26,35	21,33	31,39	100,00
	Fora da Região	15,22	21,81	19,74	43,22	100,00

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

Além do mais, ao contrário do que se constata para os municípios mais desenvolvidos da Região, a imigração intrametropolitana da década de 70 registrada nestas áreas representa importante parcela (mais de um terço) do total dos imigrantes acumulados ("lifetime migrants") captados pelo Censo de 80, o que dá, mais uma vez, a dimensão de sua importância no processo migratório histórico destes municípios em particular.

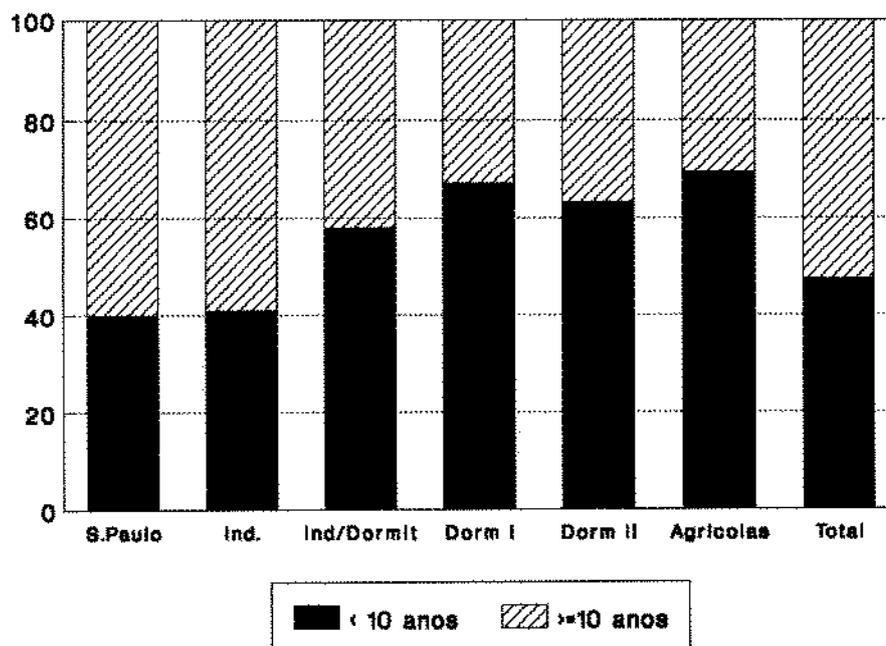
Da mesma forma que para a Região como um todo, também no âmbito dos municípios é possível identificar que, em geral, os migrantes internos apresentam menor tempo de residência que os

demais, embora as maiores discrepâncias sejam identificadas nos municípios-dormitório e, curiosamente, na Capital.

No primeiro caso, a condição de áreas de expansão metropolitana mais recentes e, portanto, de grande e permanente afluxo da migração interna poderia justificar a maior aglutinação de migrantes com menor tempo de residência.

Já no caso da Capital, esta diferença pode estar refletindo seu caráter de principal porta de entrada da Região Metropolitana para a migração externa, o que implicaria a existência de um maior contingente de migrantes com um tempo de residência mais dilatado. Contudo, seria

Gráfico 28
Distribuição dos Migrantes, por Tempo de Residência no Município
Região Metropolitana de São Paulo
1980



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

possível ainda supor que este resultado fosse ocasionado pelo movimento daqueles migrantes que, em um momento passado, haviam deixado o município em direção à periferia e agora retornavam, ocasionando, assim, um fluxo mais recente para a área.

Observa-se outro aspecto interessante no cruzamento entre o tempo de residência no município e no domicílio, que se refere ao grau de mobilidade interna dos migrantes no município de destino. Esta informação será útil no sentido de mostrar que é muito provável que o movimento intrametropolitano (intermunicipal, como aqui definido) represente, para muitos migrantes, um momento mais avançado e definitivo de suas trajetórias dentro da Região Metropolitana.

A partir dos dados apresentados na Tabela 23, pode-se verificar que, na Região Metropolitana de São Paulo, 75,7% dos migrantes intrametropolitanos com tempo de residência no município entre um e cinco anos viviam há igual tempo no domicílio onde foram recenseados⁷². Este dado sugere a existência, pelo menos nos primeiros anos desde a chegada, de uma baixa mobilidade intramunicipal dos migrantes intrametropolitanos.

É óbvio que, ao referir-se apenas às pessoas que mudaram de município dentro da Região Metropolitana de São Paulo, este dado não reflete a alta mobilidade que deve existir, por exemplo, dentro do município de São Paulo antes de ocorrer a migração intermunicipal. Estas mudanças sucessivas são, aliás, salientadas em trabalhos como o de DUARTE et alii (1981), PATARRA E MACHADO (1981), MONTALI et alii (1981), etc.

Por outro lado, pode ser que os resultados aqui obtidos, por considerar apenas os migrantes mais recentes (até cinco anos de residência), não espelhem verdadeiramente o que

⁷²Decidiu-se utilizar os migrantes com menos de seis anos de residência, porque no Censo Demográfico estas durações são declaradas em anos simples, o que aumenta em muito a probabilidade de que a coincidência dos tempos de residência no município e no domicílio exista de fato. Ainda assim, corre-se o risco de que, mesmo havendo a igualdade, estas durações sejam distintas, na medida em que a unidade de tempo usada no Censo (ano) representa também um período suficientemente grande para permitir mudanças de município e de domicílio em momentos distintos.

ocorre com os migrantes no município de destino, cuja fixação em caráter mais definitivo pode dar-se apenas após um determinado tempo desde sua chegada.

Tabela 23
Distribuição dos Migrantes Intrametropolitanos com o Mesmo Tempo de Residência no Lugar de Destino e no Domicílio, Segundo Grupos de Municípios
Região Metropolitana de São Paulo
1980

Município de Destino	Distribuição dos Migrantes com o mesmo Tempo de Residência no Município e no Domicílio (%)						
	<1 Ano	1 Ano	2 Anos	3 Anos	4 Anos	5 Anos	Total
São Paulo	100,00	71,39	60,62	52,60	42,73	41,37	61,03
Industriais	100,00	81,48	64,19	63,31	60,29	56,26	70,68
Industr./Dormitórios	100,00	83,84	10,47	67,38	66,67	61,06	74,93
Dormitórios I	100,00	86,18	79,29	66,25	60,35	59,56	78,56
Vetor Sudeste	100,00	84,96	72,94	68,26	61,04	56,94	74,15
Vetor Leste	100,00	83,10	76,88	73,83	63,53	59,61	77,23
Vetor Noroeste	100,00	88,37	82,78	78,10	67,16	66,86	81,22
Dormitórios II	100,00	87,36	75,23	72,49	67,77	58,76	78,14
Vetor Sudeste	100,00	85,80	80,38	69,27	66,88	58,41	77,58
Vetor Leste	100,00	84,71	65,61	71,23	66,48	64,34	74,08
Vetor Noroeste	100,00	88,75	75,41	75,18	68,56	57,35	79,56
Agrícolas	100,00	81,48	76,37	69,17	58,00	57,34	76,26
Vetor Leste	100,00	73,12	72,52	55,01	52,65	48,68	70,59
Vetor Noroeste	100,00	85,70	78,29	75,13	60,71	61,29	79,03
Região Metropolitana	100,00	84,25	75,71	70,09	63,46	59,61	75,71

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.
 Tabulação Especial.

De qualquer forma, a magnitude destas cifras é bastante elevada para todos os tempos de residência e grupos de municípios apresentados (exceto para São Paulo), variando de uma média de 84% para os migrantes com menos de um ano de residência, até cerca de 60% para aqueles residentes há cinco anos.

Estes resultados, associados àqueles do capítulo anterior, que mostram a predominância da Capital como área de origem dos movimentos internos, permitem supor que realmente a migração intermunicipal seja um estágio mais avançado da história migratória do indivíduo dentro da Região Metropolitana e, portanto, um momento de maior estabilidade e fixação na área.

É interessante destacar também as diferenças existentes, sobretudo, entre a Capital e os demais municípios com relação à proporção de coincidência dos tempos de residência na área e no domicílio. De fato, como seria de se esperar, o grau de permanência em São Paulo é bem menor. Na categoria de duração de 5 anos, por exemplo, enquanto na Capital pouco mais de 41% dos migrantes intrametropolitanos apresentavam este período de moradia no domicílio e na área, nos municípios industriais/dormitórios e dormitórios I e II esta cifra girava em torno de 60%.

Os valores observados para estes últimos municípios são bastante coerentes com o que se conhece sobre o processo de ocupação destas áreas, que esteve baseado, em grande medida, no binômio "loteamento popular/autoconstrução", modalidade que certamente contribuiu para a maior fixação das famílias ou indivíduos. Dados relativos à condição de ocupação dos imóveis nestas áreas, a serem analisados mais adiante, atestam esta afirmação ao mostrar o predomínio dos domicílios próprios em detrimento dos alugados ou cedidos.

O objetivo central desta seção foi demonstrar que a migração intrametropolitana, da década de 70, foi um movimento que envolveu eminentemente famílias. Contudo, a análise avançou ainda mais, apresentando algumas das principais características demográficas destas famílias, suas diferenças segundo o destino dos movimentos e com relação aos demais residentes nestas áreas. Além disso, outras variáveis demográficas como idade, sexo e tempo de residência foram abordadas no sentido de qualificar ainda mais o movimento migratório aqui estudado.

Em termos gerais, os principais resultados encontrados podem ser resumidos nas seguintes constatações:

a) existe uma predominância da migração familiar no estágio de "formação" do ciclo vital. Muito embora os outros estágios também fossem representativos, sobretudo o de "fragmentação", a maior incidência de grupos jovens pareceu ser um simples reflexo da intensidade com que os condicionantes mais próximos da migração intrametropolitana afetam tais famílias. Esta seletividade implicava uma importante diferenciação com os "não-migrantes" da zona de destino, o que não ocorria no caso dos "outros migrantes";

b) esta característica podia ser generalizada independentemente do lugar de destino da migração, muito embora tenha-se constatado uma maior movimentação de indivíduos sós para as áreas industriais, reforçando o argumento sobre o maior peso, nestes casos, da motivação laboral;

c) a predominância de famílias "jovens" implicava diretamente no tamanho médio da família dos migrantes intrametropolitanos. Embora pequeno, este tamanho variava segundo o lugar de destino dos movimentos, sendo menor nos municípios mais desenvolvidos, o que corroborou uma vez mais a hipótese da existência de diferenças sócio-econômicas da migração segundo a direção seguida;

d) ainda com respeito ao tamanho da família, constatou-se uma diferenciação significativa entre os migrantes intrametropolitanos e os "outros migrantes", que se incrementava justamente nas áreas industriais. O menor tamanho das famílias dos migrantes intrametropolitanos foi atribuída, supostamente, a uma melhor condição sócio-econômica dos mesmos nestes municípios;

e) a distribuição dos migrantes intrametropolitanos, segundo sexo e idade, refletia perfeitamente a predominância de famílias jovens neste tipo de migração - ao se caracterizar pela grande participação de crianças menores de 10 anos e adultos jovens -, além da defasagem etária entre homens e mulheres neste último grupo etário;

f) tais características peculiares implicavam também a identificação de importantes distinções entre os migrantes intrametropolitanos e a população "não-migrante", esta última mais envelhecida. Por outro lado, a estrutura etária ligeiramente mais jovem dos "outros migrantes" foi interpretada como uma confirmação de que, para muitas famílias, a migração intrametropolitana intermunicipal corresponderia a um momento mais avançado na trajetória migratória das mesmas;

g) as diferenças das estruturas etárias dos migrantes segundo o município de destino, principalmente aquelas constatadas quanto às idades mais produtivas entre os mais industrializados

e os dormitórios, contribuíram no sentido de reforçar a proposição de que a motivação laboral tenha um peso significativo nos movimentos para as primeiras áreas;

h) os dados sobre o tempo de residência mostraram não apenas que grande parte da migração intrametropolitana ocorreu no quinquênio 1975-80⁷³, mas também que sua distribuição, em comparação aos demais migrantes, tende a ser mais concentrada nas menores durações, o que foi interpretado como indicativo do maior grau nessa categoria de reemigração;

i) em termos dos municípios de destino, percebeu-se uma visível diferenciação entre os migrantes, que tendiam a apresentar uma maior concentração nos tempos de residência menores quanto mais recentes fossem as áreas em termos de sua incorporação ao processo de expansão urbana da Região;

j) finalmente, a incorporação da variável tempo de residência no domicílio permitiu a constatação da pequena mobilidade habitacional do migrante mais recente, além de fornecer grandes evidências sobre o maior grau de estabilidade daqueles que rumaram para as áreas dormitórios, fato compatível com o que se conhecia sobre o processo de ocupação destas áreas.

2. Características Sócio-Econômicas e as Diferenças segundo o Destino da Migração

Uma das formas mais inequívocas de se comprovar as diferenças que, por hipótese, se espera encontrar entre os migrantes intrametropolitanos segundo as áreas de destino é a partir da análise de indicadores sócio-econômicos, muito embora este tipo de migração não seja uma exceção no que se refere à predominância de pessoas de baixa renda.

⁷³Considerar as ressalvas explicitadas na nota 71 da página 181.

As variáveis escolhidas, independentemente das limitações intrínsecas impostas pela fonte de dados adotada⁷⁴, tentam abranger algumas dimensões básicas de forma a conhecer as características das famílias (ou indivíduos) quanto à inserção no mercado de trabalho e consumo, e habitação (infra-estrutura e condição de ocupação do imóvel).

Nesta seção, além de especial atenção para a diferenciação das famílias (ou indivíduos) migrantes intrametropolitanas segundo o município de destino, serão também consideradas suas especificidades com respeito à população residente nestas áreas.

2.1. Renda *per capita* familiar

Como já mencionado, nos movimentos migratórios intrametropolitanos, como na maior parte dos inter-regionais, predominam as pessoas ou famílias de baixa renda. Este fato pode ser comprovado a partir da constatação de que quase 73% das famílias dos chefes que realizaram esta migração na década de 70 apresentavam uma renda per capita inferior a dois salários mínimos (SM) e apenas 5,8% possuíam uma renda média superior a cinco salários mínimos.

Ao se considerar estas famílias segundo o lugar de residência atual dos chefes, a situação não se modifica no que tange à maior representação de famílias mais pobres, contudo, pode-se perceber uma nítida diferença quanto à proporção dos mais pobres.

De fato, enquanto para os migrantes que se dirigiram para os municípios-dormitório e agrícolas a proporção de famílias com rendimento médio menor que dois SM superava a casa dos 80%, esta cifra era bem inferior no caso dos industriais (55%) ou mesmo da Capital e industriais/dormitórios (63%). Isto repercute, evidentemente, na renda média percebida pelos

⁷⁴De fato, o Censo pode limitar a apreensão de certas categorias analíticas. Este é o caso, por exemplo, das categorias sócio-ocupacionais a serem utilizadas, que podem não expressar adequadamente a verdadeira diversidade de situações existentes, na medida em que os dados disponíveis no Censo não são suficientes (embora necessários) para uma perfeita delimitação de tais especificidades.

migrantes que, no primeiro caso, atingia a casa de 1,3 SM e, no segundo, 2,31, 2,03 e 1,99 SM, respectivamente⁷⁵.

É importante notar que parte considerável desta diferença explica-se pela menor representação de famílias no nível de renda abaixo da linha de pobreza⁷⁶ nestes últimos municípios - especialmente nos Industriais.

Vale ressaltar, no entanto, a visível diferença entre os municípios-dormitório classificados por vetores quanto à proporção de famílias migrantes internas abaixo da linha de pobreza. Verifica-se que o vetor Leste, para qualquer grupo de municípios, abriga proporções muito maiores de famílias migrantes pobres, sobretudo se comparado ao vetor Sudeste.

Tal resultado não surpreende, por um lado, devido ao, caráter industrial da região onde se localizam os municípios do vetor Sudeste e, por outro, em função da zona Leste ser sabidamente um dos mais antigos depositários da população mais carente dentro da Região Metropolitana de São Paulo.

A desvantagem relativa da situação sócio-econômica dos migrantes fica ainda mais evidente quando os rendimentos destes são comparados aos demais residentes na Região Metropolitana de São Paulo. Assim, enquanto a renda familiar per capita dos primeiros alcançava, em média, a casa do 5,8 salários mínimos, no caso dos não-migrantes chegou a 10,03 salários mínimos, ou seja, quase o dobro.

Obviamente que, como mostra a tabela 24, este resultado reflete a maior concentração destes últimos na faixa de renda superior a dez salários mínimos (3,18% contra 1,25% dos

⁷⁵Estes valores correspondem às médias registradas pelas famílias que percebiam menos de 10 salários mínimos per capita. Este corte foi utilizado de forma a eliminar distorções proporcionadas pela inclusão das famílias de alta renda, que poderiam "puxar" a média de algumas áreas para cima.

⁷⁶A linha de pobreza utilizada para a Região Metropolitana de São Paulo e válida para 1981 foi de **0,68 salário mínimo**, tendo sido extraída do trabalho de ROCHA (1991), e corresponde ao valor abaixo do qual não poderiam ser atendidas minimamente as necessidades alimentares e não alimentares, da população de baixa renda, necessidades estas definidas com base no valor da "cesta básica" válida em cada momento para a Região. Para maiores detalhes ver o Anexo I.

primeiros). Tendo em vista esta discrepância, considerou-se mais adequado e realista realizar as comparações entre migrantes e não-migrantes apenas para as famílias com renda per capita inferior a dez salários mínimos.

De fato, esta diferença diminui sensivelmente quando o cálculo da renda média é feito apenas para as famílias com rendimento inferior a dez salários mínimos per capita, com os migrantes intrametropolitanos atingindo uma média de 1,64 SM e os não-migrantes 2,09 SM. Já com relação às famílias de "outros migrantes", não são observadas grandes diferenças, uma vez que estas percebiam em 1980, em média, 1,54 SM.

Através da análise da Tabela 24, pode-se constatar que tais diferenças não se generalizam para todos os grupos de municípios de destino: nos industriais e industriais/dormitórios, ao contrário do que ocorre nos demais, os migrantes intrametropolitanos apresentam uma renda média superior à dos "não-migrantes", sendo que a diferença em relação aos "outros migrantes" incrementa-se ainda mais.

Este resultado é muito interessante, haja vista que contribui para corroborar as expectativas de que, dado os incentivos produzidos pela zonas industriais, os migrantes internos que rumariam para estas áreas, em média, deveriam apresentar melhores condições sócio-econômicas que aqueles direcionados para os municípios menos desenvolvidos.

De todo modo, em quaisquer que sejam os grupos de municípios, as diferenças com relação aos "não-migrantes" com renda per capita familiar até dez salários mínimos são pouco significativas, demonstrando que, pelo menos até este nível de renda, os migrantes intrametropolitanos tendem a apresentar um perfil muito similar ao da população da área de destino.

Este detalhe faz refletir acerca da peculiaridade da migração intrametropolitana frente à migração inter-regional ("outros migrantes"). Como interpretar sua maior semelhança com relação à população "não-migrante" do lugar de destino?

O mais provável seja que tal situação estivesse ligada ao estágio mais avançado de adaptação das famílias dentro da Região Metropolitana. Tal fato implicaria não apenas alcançar uma melhor condição econômica, mas também um maior nível de informações sobre a área, o que facilitaria sua decisão de (re)localização espacial.

Para muitas famílias (ou indivíduos), este maior nível de conhecimento da área poderia, inclusive, estar ligado ao fato de o movimento interno corresponder a um segundo momento na trajetória migratória com destino à Região Metropolitana e, portanto, de caráter mais definitivo. Aliás, esta questão faz sentido, na medida em que, como já foi demonstrado, grande parte dos migrantes intrametropolitanos não são naturais da Região Metropolitana de São Paulo.

Assim, ao que tudo indica, a migração interna estaria contribuindo para reproduzir, e até mesmo acentuar, os níveis de segregação espacial, ao caracterizar-se por movimentos de famílias em direção a áreas onde o perfil sócio-econômico dos habitantes seja mais ou menos semelhante. Tal proposição poderá ser também avaliada com outros dados a serem analisados mais adiante.

Obviamente que a segregação espacial existente na Região Metropolitana de São Paulo, visualizada de forma clara no âmbito dos municípios, é também, via de regra, reproduzida no interior dos mesmos, inclusive naqueles de ínfimo desenvolvimento urbano.

Várias constatações feitas até o momento apontam para a existência de um movimento em direção a estas "periferias" de famílias também dos estratos sócio-econômicos mais elevados, apesar de a predominância de uma migração de baixa renda ser incontestável.

É bem verdade que, na década de 70, a migração de famílias em melhor situação sócio-econômica não se revestia de grande significado numérico. Do total das famílias de chefes migrantes intrametropolitanos (mais de 255 mil), menos de 6% contavam com uma renda per capita superior a cinco salários mínimos, e apenas 1,3% ultrapassava os dez SM.

Tabela 24
Distribuição das Famílias, por Classes de Renda per Capita, Segundo Município de Residência Atual e
Condição Migratória do Chefe
Região Metropolitana de São Paulo
1980

Município		Distribuição das Famílias, por Classes de Renda per Capita (em Salários Mínimos) (%)								
		Atual	Migratória	<0.68	0.68-2	2-5	5-10	>10	S/Rend.	S/Decl.
São Paulo	Intrametropolitana		18,21	45,52	22,65	8,65	3,59	0,77	0,60	2,03
	Outros Migrantes		23,49	48,66	18,50	5,30	2,56	0,90	0,59	1,67
	Não-Migrantes		13,91	43,20	28,24	9,17	3,88	0,78	0,82	2,22
Industriais	Intrametropolitana		10,54	44,72	32,58	9,21	1,89	0,60	0,46	2,31
	Outros Migrantes		19,23	53,10	22,01	3,30	0,71	1,03	0,61	1,62
	Não-Migrantes		9,83	46,86	33,91	6,65	1,47	0,59	0,69	2,18
Industriais/Dormitórios	Intrametropolitana		17,75	44,95	27,88	6,81	1,49	0,63	0,50	2,00
	Outros Migrantes		30,04	51,10	14,89	1,96	0,43	1,01	0,57	1,31
	Não-Migrantes		18,77	50,64	23,83	4,18	0,93	0,87	0,78	1,73
Dormitórios I	Intrametropolitana		29,02	53,26	13,90	1,84	0,61	0,83	0,53	1,30
	Outros Migrantes		35,19	51,45	10,42	1,08	0,34	1,06	0,45	1,12
	Não-Migrantes		27,94	50,98	16,28	2,34	0,65	1,12	0,69	1,38
Vetor Sudeste	Intrametropolitana		21,99	57,80	17,06	1,54	0,40	0,62	0,60	1,41
	Outros Migrantes		30,95	55,18	11,75	0,65	0,15	0,89	0,45	1,16
	Não-Migrantes		22,75	56,25	17,79	1,48	0,26	0,76	0,72	1,41
Vetor Leste	Intrametropolitana		36,22	46,07	12,29	2,52	0,75	1,48	0,68	1,24
	Outros Migrantes		38,46	44,18	12,42	2,39	0,83	1,27	0,43	1,21
	Não-Migrante		30,09	46,27	17,12	3,42	1,14	1,22	0,73	1,45
Vetor Oeste/Norte	Intrametropolitana		29,89	53,75	12,85	1,72	0,67	0,68	0,43	1,26
	Outros Migrantes		38,02	51,76	7,64	0,75	0,24	1,14	0,46	1,02
	Não-Migrantes		29,98	51,94	13,92	1,80	0,42	1,33	0,62	1,28
Dormitórios II	Intrametropolitana		34,07	47,63	12,69	2,93	1,08	0,94	0,66	1,31
	Outros Migrantes		40,42	47,14	8,50	1,14	0,35	1,73	0,71	1,03
	Não-Migrantes		30,30	48,81	15,16	2,44	0,70	1,20	1,39	1,35
Vetor Sudeste	Intrametropolitana		28,96	50,62	15,33	3,12	0,81	0,71	0,50	1,42
	Outros Migrantes		36,24	48,80	11,15	1,92	0,32	1,19	0,38	1,18
	Não-Migrantes		25,46	46,88	20,51	4,06	0,71	0,87	1,51	1,60
Vetor Leste	Intrametropolitana		36,80	47,14	11,05	1,63	0,41	2,19	0,77	1,16
	Outros Migrantes		44,00	43,19	7,98	0,74	0,00	2,85	1,24	0,93
	Não-Migrantes		29,30	50,54	14,20	2,02	0,37	1,29	2,28	1,31
Vetor Oeste/Norte	Intrametropolitana		35,87	46,27	11,85	3,22	1,40	0,69	0,71	1,29
	Outros Migrantes		41,25	47,28	7,66	0,94	0,43	1,72	0,72	1,00
	Não-Migrantes		32,43	49,01	13,43	1,96	0,80	1,30	1,07	1,27
Agricultoras	Intrametropolitana		40,46	40,64	12,49	3,37	1,37	0,89	0,78	1,28
	Outros Migrantes		46,77	42,02	7,40	1,42	0,41	1,46	0,51	0,98
	Não-Migrantes		44,27	40,53	10,28	1,92	0,58	1,62	0,81	1,09
Vetor Leste	Intrametropolitana		40,45	37,46	14,61	4,41	1,95	0,83	0,29	1,40
	Outros Migrantes		49,86	39,26	7,05	1,93	0,44	1,41	0,05	0,98
	Não-Migrantes		46,69	37,77	10,13	1,88	0,78	2,05	0,68	1,06
Vetor Oeste/Norte	Intrametropolitana		40,46	42,13	11,50	2,89	1,10	0,92	1,01	1,23
	Outros Migrantes		44,38	44,17	7,67	1,02	0,39	1,50	0,87	0,98
	Não-Migrantes		41,98	43,13	10,41	1,96	0,39	1,21	0,93	1,12
Região Metropolitana	Intrametropolitana		24,23	48,46	20,17	4,59	1,25	0,76	0,54	1,64
	Outros Migrantes		26,13	49,34	16,93	4,18	1,88	0,96	0,57	1,54
	Não-Migrantes		15,63	44,62	26,99	7,96	3,18	0,81	0,81	2,09

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980. Tabulação Especial.
Nota: (1) Corresponde às famílias com renda per capita inferior a 10 Salários mínimos.

Contudo, deve-se reconhecer que este fenômeno representa uma tendência crescente na Região Metropolitana de São Paulo, sendo que seu peso e sua relevância, no que se refere às formas de delimitação e ocupação do espaço metropolitano, não devem ser menosprezados. Por esta razão, considera-se oportuno fazer alguns comentários a este respeito.

Os dados censitários mostram que, nas principais áreas de destinos, do total das famílias com renda per capita superior a cinco salários mínimos, uma porcentagem importante era composta por famílias de chefes migrantes intrametropolitanos, que superava, inclusive, aquela registrada nas faixas de rendimentos menores.

Em alguns casos, como nos municípios-dormitório I, vetores Sudeste e Oeste/Norte, as famílias migrantes intrametropolitanas neste patamar de renda média correspondiam, respectivamente, a 36,7% e 49,3% do total de famílias em iguais condições. Nos municípios industriais/dormitórios esta cifra também era elevada, chegando a 35,7%, enquanto nos industriais caía para cerca de 17%, o que é coerente com o maior poder aquisitivo da população destas últimas áreas.

Outros dados, que não são apresentados neste estudo, mostram que tais valores acentuam-se ainda mais quando são consideradas as famílias na etapa de formação (idade média do casal inferior a 35 anos), indicando de forma definitiva, a importância da migração interna de famílias de mais alta renda na ocupação dos espaços a elas reservados na Região Metropolitana.

Em termos da localização espacial das famílias com rendimentos per capita superior a cinco salários mínimos, observa-se que mais de 43% das mesmas dirigiram-se para os municípios industriais/dormitórios, 17,6% para os dormitórios I, 16,6% para os industriais, 13,5% para a Capital, 5,5% para os dormitórios II e 3,7 para os agrícolas. Além disso, é sintomático o fato de que o município de São Paulo tenha sido a residência anterior de cerca de 70% das famílias que buscaram as áreas tipicamente dormitórios.

É interessante perceber ainda que, dos municípios-dormitório, apenas alguns destacavam-se como receptores das cerca de 3,5 mil famílias de classe média/alta que se dirigiram para estas áreas. São os casos de Diadema (441), Taboão da Serra (416), Cotia (389), Mogi das Cruzes (357), Carapicuíba (271), Suzano (228), Ribeirão Pires (218), Barueri (211) e Embu (203), que juntos receberam mais de 79% destas famílias.

Em algumas destas áreas há informações que justificam tal comportamento. Em Cotia, por exemplo, um bairro de alto padrão, a Granja Viana (Carlos, 1986), foi certamente o maior responsável pela migração registrada. O mesmo ocorreu com Barueri, onde foi criado, em 1975, um condomínio fechado de alto padrão (Alphaville/Tamboré), que no presente momento conta, inclusive, com um movimento de emancipação político-administrativa⁷⁷.

2.2. Categorias sócio-ocupacionais

A grande concentração das famílias de chefes migrantes intrametropolitanos nas categorias de renda mais baixa reflete, obviamente, a pouca qualificação profissional destes indivíduos. Como se observa na Tabela 25, na Região Metropolitana de São Paulo, cerca de 79% destes chefes ou trabalhavam em ocupações manuais na indústria, comércio e serviços, construção civil, etc., ou não exerciam atividade alguma (neste caso, mais de um décimo do total)⁷⁸.

Em termos das categorias sócio-ocupacionais predominantes, pode-se constatar a maior incidência dos "empregados manuais" na indústria dinâmica e no setor terciário, seguidos pela indústria tradicional e da construção civil. Dos trabalhadores não-manuais, destaca-se apenas a

⁷⁷No caso de Cotia, o trabalho de CARLOS (1986) discute com maiores detalhes o papel do bairro Granja Viana na produção e estruturação do espaço. Quanto a Barueri, em recente artigo, a Folha de S. Paulo apresenta a questão do crescimento do condomínio Alphaville, que conta atualmente com cerca de 20 mil habitantes.

⁷⁸As categorias sócio-ocupacionais utilizadas derivaram-se da classificação feita por JORGE, A. et alii (1984). Neste estudo, as categorias foram criadas tomando-se em conta não apenas a "ocupação", mas também a "posição" e o "setor de atividade" onde esta era exercida. Desta forma, pode-se chegar a uma melhor diferenciação interna da força-de-trabalho, muito embora algumas lacunas não pudessem ser preenchidas em função das especificidades da informação censitária. Entre elas, segundo os autores, poder-se-iam destacar: tipo de controle exercido sobre a atividade produtiva e o processo de trabalho, propriedade dos meios de produção e informações sobre as condições de trabalho. A proposta original incluiu 46 categorias que, para efeito deste trabalho, foram reagrupadas em 15, tendo sido respeitados os critérios classificatórios dos autores.

categoria "empregados em funções burocráticas", assim mesmo devido à sua importância nos maiores centros regionais, como na Capital e nos municípios mais industrializados.

Mais interessante que considerar a distribuição dos migrantes intrametropolitanos por categorias sócio-ocupacionais no seu conjunto é, sem dúvida, observar como esta se diferencia segundo o destino dos indivíduos. Através da análise da Tabela 25, é possível detectar distinções - às vezes sutis - entre o perfil da migração dirigida para as áreas mais industrializadas e aquela direcionada para as zonas tipicamente dormitórios.

A primeira e, talvez a mais evidente das diferenças, pode ser percebida nas categorias que englobam os "empregadores", "administradores e gerentes", "empregados com nível superior" e "outros trabalhadores não-manuais", que nos centros mais industrializados chegam a somar entre 19% e 22% dos migrantes, contra menos de 9% nos dormitórios. Da mesma forma, nos primeiros municípios percebe-se que as funções burocráticas tendem a incorporar proporcionalmente mais migrantes, o que se mostra coerente com o que se conhece e espera destes municípios em termos de desenvolvimento e diversificação do seu aparato produtivo, sobretudo, no que se refere à ação direta do poder público.

É sensível também a diferença existente na categoria "trabalhadores na construção civil", na qual os migrantes residentes nos municípios-dormitório apresentam uma participação percentual cerca de duas vezes maior que a daqueles cujo destino foi as zonas mais industrializadas. Pequenas diferenças podem ser percebidas quanto à participação dos migrantes nas "atividades manuais" da indústria tradicional, sendo sensivelmente maior nos municípios menos desenvolvidos.

Outro caso digno de nota diz respeito à distribuição dos migrantes segundo os vetores aos quais pertencem os respectivos municípios de destino.

Constata-se que, no caso das áreas dormitórios, o vetor Sudeste apresenta um comportamento distinto do grupo com relação à categoria "empregados na indústria dinâmica",

na qual a concentração de migrantes residentes neste vetor é bem maior. Por outro lado, o vetor Leste registra a maior porcentagem de migrantes intrametropolitanos "desempregados", e o Oeste/Norte é aquele onde estes são, proporcionalmente, mais absorvidos pelo setor terciário e construção civil.

Finalmente, é interessante chamar a atenção para a elevada porcentagem de migrantes nas atividades rurais nos municípios agrícolas do vetor Leste (12,8%), o mesmo não ocorrendo para o Oeste/Norte, fato perfeitamente justificável, uma vez que naquela área situa-se grande parte da produção agrícola da Região Metropolitana São Paulo.

Estes resultados, uma vez mais, corroboram as expectativas baseadas na hipótese sobre a existência de uma clara distinção qualitativa da migração interna na Região Metropolitana São Paulo, segundo o lugar de destino.

Embora não se possa garantir que a categoria sócio-econômica do migrante considerada (isto é, no momento do Censo) seja a mesma de quando migrou, os dados da Tabela 25 sugerem que aqueles que se dirigiram para as áreas mais industrializadas tendem a apresentar um melhor nível sócio-ocupacional.

Este fato é coerente não apenas do ponto de vista da demanda das áreas receptoras, no sentido de que reflete a maior complexidade da estrutura produtiva destes municípios, mas também do lado da oferta de trabalho (ainda que potencial), que representaria um dos mais significativos fatores de atração e motivação para o migrante.

As categorias sócio-ocupacionais anteriormente analisadas referem-se, naturalmente, à situação do chefe da família no que se refere à sua ocupação principal. Neste sentido, é oportuno destacar que, na Região Metropolitana de São Paulo, em média, 89% da renda destes indivíduos devem-se a tal atividade, sendo que esta cifra não se modifica sobremaneira ao se considerar os migrantes segundo a área de destino. De fato, o intervalo de variação desta porcentagem não é muito grande, partindo de algo em torno de 83% nos municípios agrícolas até 90% nos dormitórios e industriais/dormitórios.

Tabela 25
 Distribuição dos Chefes de Famílias Migrantes Intrametropolitanas, por Categorias Sócio-Ocupacionais,
 Segundo Municípios de Residência Atual
 Região Metropolitana de São Paulo
 1980

Municípios de Residência Atual	Distribuição dos Chefes, por Categorias Sócio-Ocupacionais (%)																
	#0	#1	#2	#3	#4	#5	#6	#7	#8	#9	#10	#11	#12	#13	#14	#15	TOTAL
São Paulo	10,34	3,65	4,54	2,87	8,83	8,16	2,75	2,41	13,51	6,90	13,35	13,23	6,81	2,19	0,33	0,12	100,00
Industriais	10,71	4,32	4,20	3,92	9,49	9,83	2,37	2,31	19,45	6,78	10,75	10,19	4,20	1,17	0,09	0,22	100,00
Industr./Dormitórios	10,76	3,43	3,57	3,65	10,31	8,24	2,85	2,63	12,95	6,54	13,35	13,47	6,59	1,20	0,26	0,18	100,00
Dormitórios I	11,13	1,68	0,92	1,25	6,30	4,51	1,93	1,57	16,16	8,84	16,63	13,03	12,29	2,50	0,96	0,31	100,00
Vetor Sudeste	10,59	1,56	0,70	1,05	5,92	5,10	1,76	1,72	23,61	9,99	14,30	13,43	8,37	1,50	0,18	0,22	100,00
Vetor Leste	15,04	2,44	1,49	1,74	5,42	3,75	2,45	1,46	11,80	8,61	13,30	14,45	11,88	2,42	3,07	0,68	100,00
Vetor Oeste/Norte	9,82	1,44	0,80	1,16	6,87	4,51	1,81	1,53	13,89	8,31	19,26	12,22	14,58	3,07	0,53	0,21	100,00
Dormitórios II	14,91	2,11	1,35	1,57	4,90	4,38	1,66	1,57	14,47	8,93	15,28	13,63	10,94	2,92	1,08	0,31	100,00
Vetor Sudeste	16,82	2,03	1,02	1,25	4,35	3,14	1,54	2,10	18,62	9,19	13,00	12,76	10,40	3,14	0,50	0,14	100,00
Vetor Leste	19,44	1,57	1,13	1,07	4,68	3,91	1,51	0,80	12,00	9,04	15,05	16,93	10,79	1,01	0,93	0,36	100,00
Vetor Oeste/Norte	12,63	2,32	1,58	1,88	5,23	5,14	1,76	1,52	13,11	8,76	16,48	13,12	11,26	3,38	1,44	0,37	100,00
Agrícolas	13,22	2,29	1,12	2,17	4,98	3,76	3,18	1,37	10,53	7,50	12,68	11,26	10,98	8,43	5,87	0,68	100,00
Vetor Leste	13,75	3,50	1,23	3,50	4,14	4,25	4,38	1,50	6,46	8,12	8,97	10,84	7,96	7,77	12,84	0,80	100,00
Vetor Oeste/Norte	12,97	1,73	1,07	1,54	5,38	3,54	2,61	1,31	12,42	7,21	14,40	11,45	12,39	8,74	2,61	0,62	100,00
Região Metropolitana	11,33	2,63	2,28	2,38	7,78	6,29	2,34	2,00	14,91	7,78	14,62	12,89	9,34	2,28	0,87	0,27	100,00

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980. Tabulações Especiais.
 Nota: Correspondência das Categorias Sócio-Ocupacionais

- #0 - Desempregados
- #1 - Empregados
- #2 - Empregados Nível Superior
- #3 - Administradores e Gerentes
- #4 - Empregados em Funções Burocráticas
- #5 - Outros Trabalhadores Não-Manuais
- #6 - Comerciantes e Outros Proprietários
- #7 - Mestres e Contra-Mestres
- #8 - Empregados Indústria Dinâmica
- #9 - Empregados na Indústria Tradicional
- #10 - Empregados no Setor Terciário
- #11 - Outros Trabalhadores Manuais Urbanos
- #12 - Trabalhadores na Construção Civil
- #13 - Empregados Domésticos
- #14 - Empregados Rurais
- #15 - Sem declaração

Estes valores mostram que, a rigor, não se comete uma simplificação ao se associar a renda do migrante intrametropolitano chefe de família com sua posição na estrutura sócio-ocupacional adotada, muito embora seja significativo o fato de se constatar que, em alguns casos, a contribuição de outras fontes de renda possa chegar a 15%, como na Capital, e até mesmo a 20%, como nos municípios agrícolas do vetor Leste.

Será, contudo, correto associar a renda familiar unicamente à situação ocupacional do chefe? Na verdade, não se poderia dar uma única resposta a esta pergunta, em função da diversidade de situações existentes na Região.

De maneira geral, a resposta poderia ser afirmativa, pois, para o total da Região Metropolitana de São Paulo, observa-se que, em média, cerca de 77% do rendimento familiar correspondem ao obtido pelo chefe. Tal conclusão não se modificaria sobremaneira mesmo analisando tal participação segundo o ciclo vital familiar, que poderia interferir dado a progressiva contribuição de outros membros ao longo do tempo.

No caso das famílias na etapa de "formação" o chefe, em média, responderia por quase 87% da renda familiar; no das famílias "consolidadas" por 77,5% e, para aquelas em fase de "fragmentação", por 63%. Vale dizer que tal comportamento apresenta pouca variação entre os migrantes segundo o lugar de destino.

Com relação aos demais residentes no município de destino, os dados sobre as estruturas sócio-ocupacionais mostram que os migrantes intrametropolitanos apresentam algumas discrepâncias interessantes. Além disso, permitem constatar que estas variam quando comparados aos "não-migrantes" ou "outros migrantes", assim como no que se refere às distintas áreas de origem.

Para o conjunto da Região Metropolitana de São Paulo, pode-se dizer que os migrantes intrametropolitanos, por um lado, pouco se diferenciam dos "outros migrantes", muito embora estes últimos se concentrem mormente nas categorias "manuais", e, por outro, apresentam

sensíveis contrastes com os "não-migrantes". De fato, para este segmento populacional, observa-se uma maior participação relativa de "trabalhadores não-manuais"⁷⁹ (30% contra 19% dos migrantes internos) e de "desempregados" (22% contra 10%) em detrimento dos "trabalhadores manuais" que, como consta da Tabela 25, são maioria entre os migrantes em questão.

Porém, quando os dados são considerados segundo o município de residência atual, esta tendência geral, em alguns casos, modifica-se sensivelmente, como mostra o Gráfico 29. Assim, o comportamento anteriormente descrito praticamente se repete nos municípios-dormitório I (D1) e em São Paulo (SP), alterando-se, contudo, nos industriais (I) e nos industriais/dormitórios (D/I).

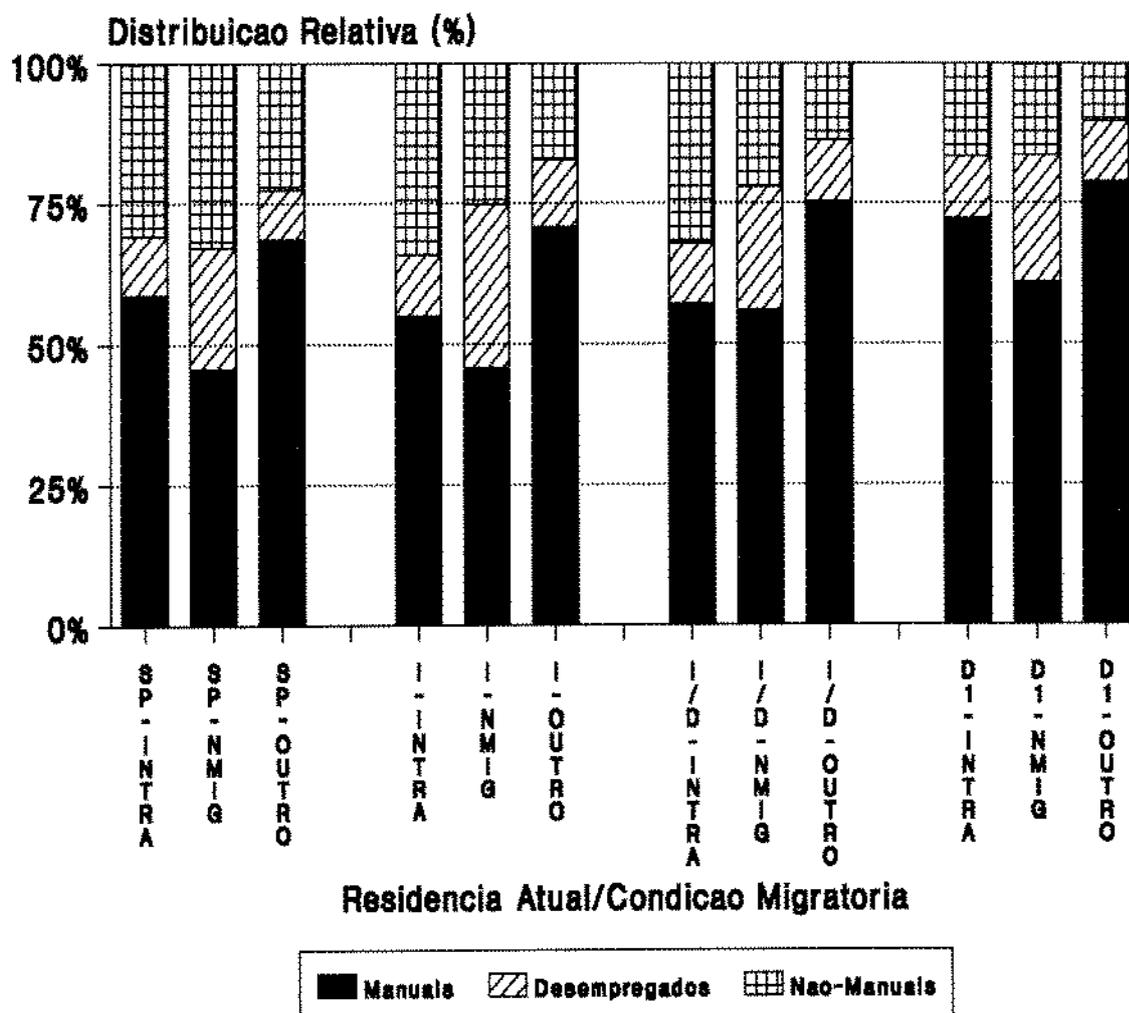
Nestes dois últimos casos, constata-se uma significativa melhora do perfil do migrante intrametropolitano com relação aos "outros migrantes", configurada pelo aumento da diferença entre as participações na categoria "não-manuais" em detrimento dos "manuais". Particularmente nos industriais/dormitórios, os migrantes internos mostram-se, inclusive, com um melhor perfil que os próprios "não-migrantes", que, além de apresentarem a mesma porcentagem de "manuais", registram grande proporção de "desempregados".

Na verdade, este último aspecto é um dos pontos que mais chamam a atenção no Gráfico 29. A grande diferença na proporção de "desempregados" apresentada pelos "não-migrantes" com relação aos demais residentes, principalmente nos municípios industriais, é um fato que mereceria maior reflexão.

⁷⁹Aqui especificamente foram incorporados também os "empregadores", muito embora representassem uma parcela pequena em comparação aos demais componentes desta categoria.

Gráfico 29

PEA, Categoria Sócio-Ocupacional, condição Migratória e Município Atual
 Região Metropolitana de São Paulo
 1980



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

Isto demonstra que, apesar de mais precária, a inserção dos migrantes (inclusive o intrametropolitano) no mercado de trabalho é muito maior que a população economicamente ativa (PEA) "não-migrante". Obviamente que este fato pode estar associado não apenas às necessidades e aos níveis de qualificação de um e outro segmento populacional, mas também à seletividade, em termos etários, dos migrantes.

Em suma, o que se percebe é uma ligeira vantagem dos migrantes intrametropolitanos com relação aos "outros migrantes", sugerindo e reforçando a importância do tempo de residência na Região Metropolitana, no que se refere ao processo de adaptação dos migrantes⁸⁰.

Valendo-se de outra informação censitária sobre contribuição previdenciária, é possível ainda identificar de forma aproximada o caráter da inserção dos migrantes intrametropolitanos no mercado de trabalho.

Os dados obtidos para a População Economicamente Ativa (PEA) mostram que, na Região Metropolitana de São Paulo mais de 84,4% dos migrantes intrametropolitanos contribuíam para a previdência, cifra muito próxima daquelas apresentadas pelos "não-migrantes" (85,7%) e "outros migrantes" (83,6%).

Estes níveis de contribuição e as semelhanças entre os residentes se mantêm inalterados mesmo quando os trabalhadores são divididos em ocupações "manuais" e "não-manuais". No primeiro caso, as porcentagens chegam a 94,5%, 94,2% e 93,8% e no segundo a 81,0%, 80,5% e 81,2% para migrantes, "não-migrantes" e "outros migrantes", respectivamente. É evidente, e até esperado, a menor adesão à previdência social dos trabalhadores em ocupações "não-manuais"⁸¹.

É interessante notar ainda que não foram constatadas variações significativas segundo os destinos dos migrantes. Portanto, muito embora em várias destas áreas os migrantes intrametropolitanos possam apresentar diferenças sócio-ocupacionais com relação aos demais residentes, isso não se verifica em termos do caráter de informalidade do trabalho.

⁸⁰Com relação a esta questão, considerar as ressalvas feitas no Anexo I, e na nota 71 da página 181, sobre as dificuldades de se saber até que ponto se configura um real processo de adaptação, uma vez que a informação censitária refere-se apenas aos indivíduos sobreviventes na data do levantamento.

⁸¹ Como indica TELES (1992), a informação sobre a contribuição previdenciária pode ser associada de forma aproximada ao caráter informal da inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Por esse motivo, é significativo o fato de que cerca de 20% dos residentes na região Metropolitana de São Paulo, inclusive os migrantes intrametropolitanos, encontrem-se nesta situação. O mesmo autor exclui, obviamente, do setor "informal" os profissionais com alta qualificação ou administradores que não contribuem para a previdência.

2.3. Condições Habitacionais

Um complemento indispensável para uma adequada caracterização dos padrões de vida dos migrantes intrametropolitanos, em suas áreas de destino, é, sem dúvida, a determinação de suas condições de moradia, principalmente em termos da infra-estrutura disponível.

Obviamente que ao analisar estes indicadores para um grupo de indivíduos como um agregado, sem esmiuçar elementos específicos de cada situação que os mesmos se encontram, obtém-se um retrato que tem a ver não apenas com as suas características particulares, mas que também está intimamente ligado às características dos lugares de residência.

Em outros termos, não é fácil saber, por exemplo, até que ponto as condições de infra-estrutura urbana disponíveis pelos migrantes nas áreas de destino ou refletem suas possibilidades econômicas de alcançá-las, ou derivam-se da maior ou menor "universalização" atingida pelos municípios em termos destes serviços⁸².

Os dados censitários permitem identificar uma série de características referentes ao domicílio, tendo sido selecionadas algumas das mais significativas e comumente utilizadas. Tais aspectos possibilitam conhecer as condições gerais no que se refere aos serviços básicos disponíveis (saneamento, iluminação) e ao estatuto de propriedade do domicílio, este último de particular interesse também como elemento de diferenciação das formas de ocupação do espaço metropolitano⁸³.

⁸²Na verdade, deve-se considerar que no caso específico do saneamento básico, a utilização da porcentagem de domicílios com fossa séptica pode ser uma forma aproximada de estabelecer tal distinção. De fato, esta alternativa permite que se possa dispor de um sistema satisfatório de escoadouro sem a dependência dos serviços públicos. Além disso, por se tratar de uma solução que envolve certo custo, não está necessariamente acessível à população de mais baixa renda. Portanto, esta cifra pode também ser empregada como um indicador da presença de estratos sociais mais elevados nas áreas menos desenvolvidas e, por conseguinte, com menos infra-estrutura da Região.

⁸³Outras informações como, por exemplo, o material utilizado na construção, poderiam ser utilizadas para melhor caracterizar as condições de moradia. O próprio IBGE, baseado neste dado, classifica os domicílios em "duráveis" e "rústicos". Contudo, percebe-se que o nível de discriminação que se pode alcançar utilizando tais critérios não é muito satisfatório. Basta considerar que na Região Metropolitana de São Paulo dos 2,9 milhões de domicílios permanentes identificados em 1980, mais de 98% foram classificados como "duráveis", cifra esta que se mantém elevada e com pouca variabilidade mesmo entre municípios tão diferentes como São Paulo (98,5%) e Santana do Parnaíba (93,2), ou São Caetano do Sul (99,6%) e Carapicuíba (98,6%), Embu (98,3%),

Os dados da Tabela 26 mostram que, pelo menos no que diz respeito às condições de saneamento básico, as famílias de chefes migrantes intrametropolitanos padecem de uma profunda carência.

Quanto à disponibilidade de água encanada, constata-se que este serviço tende a atingir a maioria dos domicílios de famílias de chefes migrantes intrametropolitanos, embora possam ser registradas sensíveis diferenças quanto ao lugar de destino das mesmas.

Para os migrantes residentes nos municípios mais desenvolvidos, a proporção de domicílios com ligação de água encanada chega a mais de 80%, diminuindo para cerca de 68% nos dormitórios I, 62% nos dormitórios II e 41% nos agrícolas. Percebe-se ainda a existência de uma evidente vantagem relativa dos não-migrantes sobre os migrantes internos que, por sua vez, tendem a estar em situação semelhante à dos "outro migrante".

Se a disponibilidade de água não se configura um grande problema, o mesmo não ocorre quanto ao esgotamento sanitário: apenas 32,8% dos domicílios dos migrantes em estudo estavam ligados à rede de esgoto; 21,8% eram servidos por fossa séptica e 45,4% encontravam-se em uma situação precária no que se refere ao saneamento. Este último valor espelha as péssimas condições em que vivem quase metade dos migrantes intrametropolitanos.

Uma comparação destes migrantes com as demais famílias residentes permite concluir que as principais diferenças são observadas com relação aos "não-migrantes", pois, quando comparados aos "outros migrantes", os diferenciais são pouco expressivos.

Mesmo considerando que os "não-migrantes" também enfrentam dificuldades, percebe-se uma clara desvantagem dos migrantes intrametropolitanos. Apesar de os dados do Censo de 1980 mostrarem que apenas 59% dos domicílios daqueles primeiros estavam ligados à rede de esgoto, este valor é bem superior àquele registrado por estes últimos.

Ferraz de Vasconcelos (99,3%) ou mesmo Salesópolis (99,7%).

Pode-se pensar, aliás, que a maior proporção de domicílios com "outras" soluções entre os migrantes intrametropolitanos reflete, em boa parte, as condições existentes nas periferias mais distantes, que são os únicos lugares acessíveis para muitos destes indivíduos que, como se mostrou, são, em grande medida, de baixa renda.

No que se refere à disponibilidade de luz elétrica, percebe-se que este serviço tende a atingir a maioria das famílias dos migrantes em questão. De fato, mais de 95% de seus domicílios desfrutavam desta comodidade, muito embora seja sintomático o fato de que 32% dos domicílios destas famílias não dispunham de medidor próprio, contra 22% para os "não-migrantes". Isto deve estar denunciando ou as condições precárias e "clandestinas" destas ligações, ou a existência de mais de um domicílio em um mesmo terreno.

Ao se considerar a questão desde este ângulo, pode-se constatar que, em geral, enquanto os migrantes intrametropolitanos mostram-se em vantagem com relação aos "outros migrantes", a situação se inverte quando comparados aos "não-migrantes".

Em termos dos municípios de destino, observa-se uma grande diferenciação das condições em que vivem os migrantes intrametropolitanos. Embora quanto à energia elétrica as diferenças detectadas não sejam muito grandes, no que tange ao saneamento básico é clara a superioridade da qualidade de vida das famílias dos chefes que migraram para as áreas mais industrializadas, principalmente para os municípios catalogados como industriais.

Assim, enquanto nestes últimos mais de 90% dos domicílios dos migrantes internos estavam ligados à rede de esgoto e 95,8% à rede de água, nos municípios-dormitório I estas cifras correspondiam a 13,1% e 68,1%, nos dormitórios II a 11,0% e 62,6% e nos agrícolas a 13,3% e 41,0%, respectivamente.

No caso particular da Capital e das áreas industriais/dormitórios, como tem ocorrido para a maioria das outras variáveis já analisadas, verifica-se uma situação intermediária, embora esteja

muito mais próxima àquela dos municípios industriais, sobretudo em termos da disponibilidade de rede geral de água.

É importante ressaltar que existe uma clara diferenciação interna nos municípios-dormitório. Com efeito, quando observados segundo os vetores de destino, percebe-se que os migrantes residentes no vetor Sudeste encontram-se em condições muito mais favoráveis que os demais, principalmente quando comparados àqueles que se dirigiram para o vetor Oeste/Norte.

Neste último caso, chegam a ser assustadoras algumas cifras apresentadas: apenas 3% e 7% dos domicílios dos migrantes residentes nos municípios Dormitórios I e II, respectivamente, tinham esgoto, sendo que neste último grupo apenas 33,6% dos domicílios estavam ligados à rede de água.

Situação parecida também pode ser constatada para os municípios-dormitório do vetor Leste, o que mostra mais uma vez as diferenças qualitativas dos migrantes residentes em áreas dormitórios "subsidiárias" do grande centro industrial representado pelo ABC paulista.

Ainda considerando os migrantes intrametropolitanos segundo os seus destinos, observa-se uma visível variabilidade dos diferenciais com relação aos demais residentes.

No que se refere à disponibilidade de água, percebe-se que as diferenças registradas entre as famílias de chefes migrantes intrametropolitanos e as de "não-migrantes" (em favor destas últimas) são muito mais pronunciadas nas áreas dormitórios, fato explicado certamente, pela maior dificuldade destas zonas receptoras em fornecer este serviço ao conjunto de seus residentes.

Situação semelhante é encontrada com relação ao esgoto. Contudo, neste caso, as diferenças, além de serem mais acentuadas, também são significativas no município de São Paulo. Assim sendo, nas áreas industriais e industriais/dormitórios, a condição relativa dos migrantes intrametropolitanos assemelha-se bastante à dos "não-migrantes" e mostra-se um pouco melhor que a dos "outros migrantes". O elevado grau de universalização dos serviços, nestes últimos

Tabela 26
Distribuição das Famílias de Chefes Migrantes Intrametropolitanos, por Características dos Domicílios, Segundo Município de
Residência Atual e Condição Migratória
Região Metropolitana de São Paulo
1980

Municípios de Residência Atual	Condição Migratória	Luz Elétrica			Esgoto			Água			Total de Domicílios
		Com Medidor	Sem Medidor	Não Tem	Rede Geral	Fossa Séptica	Outros	Rede Geral	Outros		
São Paulo	Intrametropolitana	63,47	33,71	2,82	46,58	23,40	30,02	86,86	13,14	16.210	
	Não-Migrantes	76,68	21,71	1,61	61,30	21,24	17,46	94,00	6,00	1.734.898	
	Outros Migrantes	51,31	44,92	3,77	47,07	22,55	30,38	84,70	15,30	408.341	
Industriais	Intrametropolitana	75,91	21,23	2,85	90,08	3,86	6,06	95,79	4,21	22.041	
	Não-Migrantes	83,37	15,44	1,19	93,60	2,94	3,47	97,46	2,54	135.417	
	Outros Migrantes	59,62	36,45	3,93	81,90	6,11	11,99	93,75	6,25	26.535	
Industr./Dormitórios	Intrametropolitana	67,10	29,69	3,21	49,63	14,15	36,22	79,28	20,72	76.955	
	Não-Migrantes	64,29	32,82	2,89	47,05	21,22	31,73	87,18	12,82	188.628	
	Outros Migrantes	37,49	56,46	6,06	33,74	19,61	46,65	74,02	25,98	77.565	
Dormitórios I	Intrametropolitana	59,72	35,79	4,48	13,14	29,83	57,03	68,07	31,93	106.552	
	Não-Migrantes	66,19	29,94	3,87	30,82	21,00	48,18	76,34	23,66	153.769	
	Outros Migrantes	42,88	51,31	5,81	17,48	25,26	57,26	69,03	30,97	67.441	
Vetor Sudeste	Intrametropolitana	61,98	35,05	2,97	27,75	37,26	34,99	80,71	19,29	29.730	
	Não-Migrantes	70,91	27,03	2,06	31,47	34,20	34,33	87,40	12,60	44.390	
	Outros Migrantes	41,32	52,49	6,19	22,00	33,38	44,63	75,13	24,87	27.943	
Vetor Leste	Intrametropolitana	59,88	30,76	9,36	18,49	3,63	77,88	51,41	48,59	22.340	
	Não-Migrantes	68,09	26,83	5,08	49,65	3,06	47,29	70,68	29,32	59.736	
	Outros Migrantes	49,98	42,51	7,51	31,95	3,43	64,61	58,58	41,42	15.255	
Vetor Oeste/Norte	Intrametropolitana	58,43	38,25	3,31	3,02	36,48	60,50	67,99	32,01	54.482	
	Não-Migrantes	59,68	36,30	4,03	7,58	30,80	61,62	73,28	26,72	49.643	
	Outros Migrantes	40,22	55,48	4,31	3,16	29,65	67,19	68,58	31,42	24.243	

(continua)

(continuação)

Municípios de Residência Atual	Condição Migratória	Luz Elétrica				Esgoto				Água		Total de Domicílios
		Com Medidor	Sem Medidor	Não Tem	Rede Geral	Fossa Séptica	Outros	Rede Geral	Outros			
Dormitórios II	Intrametropolitana	60,15	31,88	7,97	10,99	27,96	61,05	62,64	37,36	20.483		
	Não-Migrantes	70,03	25,42	4,54	19,60	27,26	53,14	61,83	38,17	38.797		
	Outros Migrantes	49,96	43,86	6,18	11,61	29,19	59,20	50,01	49,99	13.387		
Vetor Sudeste	Intrametropolitana	65,47	30,32	4,21	25,12	31,07	43,81	43,17	56,83	5.749		
	Não-Migrantes	74,39	22,50	3,11	46,06	25,94	28,00	56,76	43,24	8.735		
	Outros Migrantes	55,16	40,12	4,71	26,89	27,82	45,29	52,87	47,13	3.098		
Vetor Leste	Intrametropolitana	68,13	28,37	3,51	0,00	4,08	95,92	69,81	30,19	3.335		
	Não-Migrantes	76,23	21,62	2,14	0,00	6,26	93,74	89,99	10,01	7.043		
	Outros Migrantes	57,68	40,18	2,15	0,00	4,17	95,83	66,96	33,04	1.583		
Vetor Oeste/Norte	Intrametropolitana	55,14	33,70	11,17	7,09	33,38	59,53	33,60	66,40	11.399		
	Não-Migrantes	66,48	27,69	5,82	15,56	34,18	50,26	46,21	53,79	23.019		
	Outros Migrantes	46,70	45,86	7,43	8,28	34,23	57,49	45,91	54,09	8.706		
Agrícolas	Intrametropolitana	53,32	34,69	11,99	13,26	19,36	67,38	41,03	58,97	11.714		
	Não-Migrantes	55,03	27,03	17,94	23,57	15,90	60,53	44,45	55,55	24.911		
	Outros Migrantes	44,77	41,95	13,28	16,96	15,90	67,14	42,83	57,17	8.646		
Vetor Leste	Intrametropolitana	49,57	35,40	15,03	27,81	7,82	64,37	44,02	55,98	3.732		
	Não-Migrantes	55,48	25,09	19,44	34,20	5,42	60,38	50,93	49,07	12.086		
	Outros Migrantes	44,31	42,23	13,46	27,75	6,57	65,67	43,13	56,87	3.758		
Vetor Oeste/Norte	Intrametropolitana	55,07	34,36	10,56	6,45	24,76	68,79	39,63	60,37	7.982		
	Não-Migrantes	54,61	28,87	16,52	13,55	25,77	60,68	38,35	61,65	12.825		
	Outros Migrantes	45,13	41,73	13,13	8,65	23,08	68,27	42,59	57,41	4.888		
Região Metropolitana	Intrametropolitana	63,34	32,19	4,48	32,82	21,79	45,39	71,72	28,28	253.955		
	Não-Migrantes	74,99	22,93	2,08	58,86	20,18	20,96	91,36	8,64	2.276.420		
	Outros Migrantes	48,83	46,68	4,49	42,35	21,80	35,85	80,60	19,40	601.915		

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980. Tabulações Especiais.

municípios, bem como a maior incidência de migrantes em melhor situação sócio-econômica nos fluxos que para aí se dirigem poderiam justificar tal comportamento.

Quanto ao fornecimento de energia elétrica, constata-se, através da Tabela 26, que os diferenciais anteriormente identificados não aparecem. O que se percebe é uma certa homogeneidade das discrepâncias registradas entre os migrantes em questão e os demais residentes, seja qual for o destino.

Neste quadro de tamanha adversidade em termos sócio-econômicos e habitacionais, a análise dos dados referentes à condição de ocupação dos domicílios das famílias de chefes migrantes intrametropolitanos fornece elementos que contribuem para entender tal situação.

Como mostra a Tabela 27, justamente nas áreas onde os migrantes vivem em piores condições (por exemplo, nos municípios-dormitório, em particular os do vetor Oeste/Norte), é que se constata a existência das maiores proporções de famílias migrantes proprietárias de seus imóveis, principalmente no caso específico daquelas que já os pagaram integralmente.

Assim, enquanto a porcentagem de famílias com o domicílio "próprio e pago" nos municípios-dormitório gira em torno de 40% (inclusive, ultrapassando significativamente este valor no vetor Oeste/Norte), nos Industriais esta cifra não chega a 21% e na Capital é de 26,8%. Nestes últimos municípios, ao contrário, percebe-se uma proporção maior de domicílio "próprios e não pagos" e, sobretudo, de domicílios "alugados".

É importante destacar, uma vez mais, o comportamento intermediário apresentado pelas famílias residentes nos municípios industriais/dormitórios. Neste caso específico, embora a proporção de famílias com domicílios "próprios" seja similar à dos residentes, observa-se que, nas áreas dormitórios, a parcela de "não pagos" é bem mais elevada.

Também vale ressaltar o comportamento das famílias migrantes residente nos municípios agrícolas. É grande a diferenciação interna entre os vetores Leste e Oeste/Norte. No primeiro

caso, a distribuição das famílias tem um perfil bastante peculiar devido à grande proporção de domicílios "cedidos" (32%). Dado o caráter agrícola destes municípios e o tipo de produção predominante (hortifrutigranjeiro), é muito provável que esta cifra esteja refletindo a forma de relacionamento laboral existente, que possibilita ao trabalhador residir nas terras do produtor.

Quanto aos municípios agrícolas do vetor Oeste/Norte, embora a proporção de domicílios "cedidos" também tenha sido relevante (15,6%), constata-se uma maior parcela dos "próprios já pagos", o que coloca estas áreas em situação mais próxima à dos municípios-dormitório. Apesar de possuírem atividades primárias, muitos destes municípios, devido às suas distâncias (e acessibilidades da Capital e de Osasco, já demonstravam nos anos 70 uma tendência em abrigar parte da desconcentração urbana da Região, como de fato ocorreu, nos anos 80, por exemplo, com Santana do Parnaíba, que duplicou sua população.

A relação observada entre as condições habitacionais e a propriedade do domicílio para as famílias de chefes migrantes intrametropolitanas justifica-se de dois pontos de vistas:

a) em primeiro lugar, porque reflete o fato de que, para muitos destes migrantes, as possibilidades de aquisição do domicílio certamente serão maiores nas zonas mais periféricas e baratas e, portanto, com pouca ou nenhuma infra-estrutura. Estudos como os de BONDUKI e ROLNIK (1979), CAMARGO et alii (1975), SÃO PAULO (município) (1990) entre tantos outros, ao sustentarem que, na verdade, grande parte da constituição das periferias da Região Metropolitana de São Paulo ocorre sob a forma do binômio loteamento popular/autoconstrução, contribuem para afiançar esta hipótese;

b) os migrantes (e suas famílias) teriam maior dificuldade em adquirir suas propriedades nos territórios mais valorizados dos municípios com maior desenvolvimento urbano-industrial, que possuem serviços de infra-estrutura muito mais abrangentes. Pode-se considerar que o recurso do aluguel, apesar de refletir esta impossibilidade de aquisição, estaria sendo viabilizado também em função da melhor remuneração média, como se já se constatou, recebida pelos indivíduos residentes nestas áreas.

Portanto, as diferenças encontradas entre as famílias de chefes migrantes intrametropolitanos, em termos da condição de ocupação dos domicílios, sugerem, mesmo indiretamente, que a motivação "moradia", importante na migração para os município-dormitório, aparentemente não teria o mesmo peso sobre os movimentos dirigidos para as áreas mais industrializadas. Isto sempre que se puder supor (o que não é absurdo algum) que a migração motivada por motivos habitacionais, em geral, busque equacionar da forma mais definitiva possível esta questão⁸⁴.

Tabela 27
Distribuição das Famílias de Chefes Migrantes Intrametropolitanas, por Condição de Ocupação dos Domicílios, Segundo Município de Residência Atual
Região Metropolitana de São Paulo
1980

Municípios de Residência Atual	Distribuição das Famílias, por Condição de Ocupação (%)					Total
	Próprio		Alugado	Cedido	Outros e Ignorado	
	Já Pagou	Não Pagou				
São Paulo	26,80	15,42	48,28	8,14	1,35	16.202
Industriais	20,47	21,15	48,98	7,36	2,05	22.041
Industriais/Dormitórios	31,73	26,60	33,36	6,82	1,48	76.955
Dormitórios I	41,50	16,94	30,77	9,55	1,24	106.898
Vetor Sudeste	40,68	12,63	38,38	7,20	1,11	29.772
Vetor Leste	40,75	13,14	30,48	13,87	1,76	22.340
Vetor Oeste/Norte	42,25	20,83	26,75	9,08	1,09	54.786
Dormitórios II	39,75	13,68	26,65	13,28	1,17	21.669
Vetor Sudeste	40,77	18,80	25,93	13,78	0,71	5.749
Vetor Leste	29,96	18,68	39,58	8,61	3,18	3.335
Vetor Oeste/Norte	46,23	11,05	26,00	15,77	0,94	11.399
Agrícolas	37,16	6,16	26,17	29,51	0,99	11.714
Vetor Leste	25,16	4,96	31,27	36,90	1,71	3.732
Vetor Oeste/Norte	42,77	6,73	23,79	26,06	0,65	7.982
Região Metropolitana	35,63	19,44	33,83	9,73	1,38	254.293

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.
Tabulações Especiais.

⁸⁴De fato, DUARTE et alii (1981) mostram que no caso da última mudança realizada dentro da Região Metropolitana de São Paulo, 54% dos egos entrevistados atribuíram o fato à compra de um lote e 15% à compra de uma casa. Ou seja, quase 70% destas migrações estavam ligadas à posse definitiva do domicílio.

Os dados analisados nesta seção mostram aspectos relevantes, partir dos quais foi possível comprovar as principais hipóteses do presente estudo, em particular aquelas referentes às diferenças entre os fluxos segundo o destino dos migrantes intrametropolitanos. A seguir, são apresentadas, de forma resumida, tais características:

a) existe uma importante diferenciação entre os migrantes intrametropolitanos quando analisados segundo as várias áreas de destino. Observou-se uma clara distinção em termos sócio-econômicos, principalmente entre os indivíduos que migraram para as áreas industriais e os que foram para os municípios-dormitório, sendo que estes últimos encontram-se em piores condições. Tais constatações permitiram também inferir a respeito das motivações destes movimentos, em que, além da habitação, a questão do mercado de trabalho exerce certa força sobre a migração para os municípios mais industrializados;

b) os migrantes intrametropolitanos encontram-se em condição relativa menos favorável quando comparados à população residente "não-migrante", mas em situação superior frente aos "outros migrantes". Contudo, estas diferenças variavam segundo o destino, sendo bem menores ou pouco significativas nos municípios mais industrializados, mostrando, uma vez mais, as diferenças qualitativas entre determinados fluxos migratórios. Além disso, as diferenças entre os migrantes aqui analisados e os "outros migrantes" sugeriram que a maior permanência dos primeiros na Região lhes confere uma melhor condição em função, provavelmente, do maior grau de informação e assimilação na área;

c) por último, a análise da situação de posse dos domicílios confirmou o processo de ocupação das periferias baseado na solução dos loteamentos populares. Boa parte das famílias que migraram para as zonas dormitórios, embora predominantemente de baixa renda, eram proprietárias, ao contrário do que se observou nos municípios mais industrializados, onde o aluguel era muito mais comum.

3. Quem são as Famílias Migrantes Intrametropolitanas? Análise os Tipos e dos Efeitos de suas Características na Propensão a Migrar

3.1. Uma proposta de tipologia

Até este ponto, buscou-se apresentar várias características da migração intrametropolitana, bem como suas especificidades com relação aos demais residentes na Região Metropolitana de São Paulo, contudo, na maioria das vezes, sob a forma de uma análise de variáveis individualizadas. Na verdade, embora enfocados de forma estanque, não se pode negar que a maioria dos aspectos aqui arrolados apresentam uma relação mútua.

Condições sócio-econômicas, tipo e tamanho da família, apenas para mencionar alguns aspectos, tendem a refletir uma única realidade que obriga, incentiva ou impulsiona as famílias (ou pessoas) a se deslocarem internamente na Região Metropolitana.

Mesmo que consideradas individualmente, as variáveis analisadas formam um quadro que sugere a predominância, na migração intrametropolitana, de certos "tipos" de famílias que, como já se mencionou, justificam-se em razão das características e dos condicionantes deste tipo de movimento.

A seguir, apresenta-se uma discussão sobre os caminhos seguidos para a construção da tipologia das famílias migrantes intrametropolitanas. Além das justificativas para a proposta, serão também oferecidas as devidas constatações empíricas que deverão privilegiar, sobretudo, a demonstração das diferenças existentes (na verdade, esperadas) na migração segundo o lugar de destino.

Parte-se do princípio de que as características das famílias migrantes intrametropolitanas estão relacionadas aos determinantes deste tipo de migração, que vão desde os mais gerais, como aqueles ligados ao caráter concentrador da Região Metropolitana no âmbito nacional, até aqueles

mais próximos, que, grosso modo, poderiam ater-se às questões relativas aos mercados de terras e de trabalho.

A análise realizada ao longo deste capítulo permitiu uma série de constatações que facilitam refletir de forma mais global sobre o perfil das famílias que migram internamente na Região Metropolitana de São Paulo. Vale a pena, pois, repassar alguns destes resultados antes de apresentar e justificar propriamente a tipologia proposta.

Primeiramente, tratou-se de demonstrar o caráter nitidamente familiar da migração intrametropolitana. Muito embora os dados censitários não permitissem uma aferição exata sobre este aspecto, a análise dos tipos de arranjos domiciliares predominantes entre os migrantes e a da condição migratória de seus membros, não deixaram dúvidas a este respeito.

Neste particular, pode-se constatar que mais de 78% das famílias de chefes migrantes intrametropolitanos, no momento do Censo, eram do tipo "nuclear". Destes, somente os "casais com filhos" representavam 60,8%.

As informações sobre a idade média do casal, utilizadas como uma aproximação do ciclo vital familiar, também sinalizaram no sentido da seletividade existente entre as famílias no que tange a esta característica.

Grupos familiares (principalmente casais e casais com filhos) jovens (no início do ciclo vital) predominavam neste tipo de migração. De fato, 58,7% das famílias migrantes encontravam-se nesta fase.

Esta característica implicava também uma maior incidência de famílias migrantes pouco numerosas, sendo que neste caso encontravam-se 64,9% das mesmas. Esta seletividade, aliás, ficava ainda mais evidente quando eram cotejadas as características das famílias migrantes intrametropolitanas com as demais residentes.

Em termos sócio-econômicos, os dados analisados levaram à conclusão de que, da mesma forma como ocorre com a migração inter-regional, os movimentos aqui considerados caracterizam-se sobretudo pela grande representação de famílias de baixa renda. Mais de 72% destas contavam com uma renda per capita inferior a dois salários mínimos e mais de 24% encontravam-se na faixa de extrema pobreza.

Tal situação também se refletia na análise da migração segundo categoria sócio-ocupacional do chefe da família. Neste caso, verifica-se que 67% destes últimos estavam alocados em ocupações "manuais".

No entanto, uma vez mais, pode-se perceber claramente a existência de significativo diferencial entre os migrantes (ou famílias) segundo o lugar de destino. Sobretudo nos movimentos cujos destinos eram os municípios mais desenvolvidos da Região, constatou-se a relevância de famílias das classes sociais médias e altas.

A tipologia que se pretende apresentar deriva-se da conjugação destes vários elementos, considerados a partir de um único ponto de vista, ou seja, da perspectiva de como os elementos impulsionadores desta migração atingiriam diferencialmente este ou aquele indivíduo ou esta ou aquela família.

A caracterização das famílias foi feita a partir de duas dimensões básicas: a demográfica e a sócio-econômica, com as seguintes variáveis e categorizações:

a) Dimensão demográfica:

i. Arranjo familiar:

- .Nuclear (N)
- .Estendida (E)

ii. Ciclo Vital (idade média do casal):

- .Formação (F)
- .Consolidação (C)
- .Fragmentação (FR);

- iii. Tamanho da família (número de membros):
 - .Pequena, ≤ 4 membros (P)
 - .Grande, ≥ 5 membros (G);

b) Dimensão sócio-econômica:

- i. Rendimentos (renda média per-capita):
 - .Pobres⁸⁵, renda < 2 SM (PO)
 - .Não-Pobres, renda ≥ 2 SM (NPO);
- ii. Categoria sócio-ocupacional do chefe da família :
 - .Empregadores/Não-Manuais (NM)
 - .Trabalhadores Manuais (M)

Os tipos de famílias foram obtidos a partir da combinação destas características, chegando-se a um total de 11, sendo que um deles é de caráter residual. Dessa forma, os 10 tipos propostos não envolvem todas as possibilidades, mas, considera-se que deveriam abrigar a maioria das famílias de chefes migrantes intrametropolitanos.

Para se obter os tipos de famílias, foram utilizados, em grande parte, os elementos empíricos levantados anteriormente neste capítulo, sobretudo aqueles relativos ao cruzamento do "tipo de família" e "ciclo vital". Os dados mostravam que, nas famílias "nucleares", as três etapas de desenvolvimento tinham importante representação, o mesmo não ocorrendo com as "estendidas". Enquanto no primeiro caso os momentos de "formação" e "fragmentação" eram mais significativos, no segundo este último não mostrava representatividade expressiva.

⁸⁵ Aqui vale um esclarecimento. Na verdade, o rótulo "pobre" não se utiliza da mesma forma que se vinha fazendo até o momento, na medida em que compreende famílias com renda inferior a dois SM e não a 0,68 SM, que é a linha de pobreza calculada (ROCHA, 1991). Talvez "baixa renda" seria o melhor qualificativo, contudo, esta opção tornaria um tanto complicada a denominação da categoria complementar, aqui designada "não-pobres".

Quanto ao tamanho, poder-se-ia supor que as famílias nas etapas de "formação" e "fragmentação" seriam, em geral, pequenas, muito embora se pudesse esperar um número maior de filhos nos casos em que estas fossem mais pobres⁸⁶.

Por outro lado, as análises da renda média per capita e das categorias sócio-ocupacionais realizadas anteriormente forneceram suficientes indicações para se afirmar, com bastante segurança, que a migração de baixa renda deveria ter um peso importante praticamente em todos os tipos de arranjos familiares e momentos do ciclo vital. Assim sendo, nestes casos, a grande maioria dos chefes de famílias estaria alocada em categorias sócio-ocupacionais de tipo "manuais".

Contudo, mesmo quando os chefes são classificados nestas categorias, não se pode desprezar a possibilidade de encontrar famílias "não-pobres". Logicamente, neste estrato econômico, estariam também a maioria daquelas famílias cujos chefes exercem ocupações "não-manuais".

Tomadas em conjunto, as observações anteriores levaram às seguintes hipóteses:

a) quando "nucleares" e na fase de "formação", as famílias de chefes migrantes seriam, predominantemente, pequenas e diversificadas em termos da situação sócio-econômica, muito embora com maior presença "pobres". A única exceção que se vislumbra refere-se às famílias "pobres" que, por esta condição, podem perfeitamente, nesta etapa, já terem alcançado um número maior de filhos.

Estes grupos de famílias deveriam ser os mais representativos da migração intrametropolitana, pois envolvem famílias jovens que, segundo as colocações teóricas deste

⁸⁶Obviamente que aqui se parte do princípio de que as famílias "não-pobres" tenderiam a apresentar um número médio de filhos menor que as "pobres". Embora não se refira explicitamente à condição sócio-econômica, o trabalho de BERCOVICH (1987) mostra, por exemplo, que para o Estado de São Paulo, em 1980, enquanto as mulheres sem instrução apresentavam uma taxa de fecundidade total de 5,12 filhos, para aquelas com mais de quatro anos de estudo esta taxa caía para menos 2,81 filhos por mulher.

estudo, responderiam ou seriam mais afetadas pelos fatores estruturais que condicionam os movimentos internos na Região Metropolitana. A condição "menos estável" destas famílias, provavelmente, as deixaria mais susceptíveis a tais motivações e/ou constrangimentos. Neste caso, estariam sujeitas à migração tanto as famílias "pobres" como as "não-pobres", não obstante ao fato de as primeiras certamente serem as mais afetadas;

b) quando "nucleares" e na fase de "consolidação", é possível supor que estas famílias sejam predominantemente "pobres", com os chefes exercendo atividades "manuais", pois poder-se-ia esperar que aquelas de estratos mais elevados, em função de suas melhores condições, já tivessem equacionado seu problema (por exemplo, de trabalho ou habitacional), no momento de formação da mesma;

c) quando para as famílias "nucleares" e na fase de "fragmentação", além de um número reduzido de membros, por razões óbvias, supõe-se, da mesma forma como no caso anterior, que exista um predomínio de famílias "pobres" devido à sua maior instabilidade quando comparadas àquelas de mais alta renda;

d) no caso das famílias estendidas, as observações empíricas mostraram a existência de uma fragmentação entre muitas das categorias possíveis quando cruzadas as diversas variáveis. Não obstante a isto, era clara a preponderância de famílias na fase inicial do ciclo vital. Entretanto, tal resultado não causa grande surpresa, seja porque este tipo de família possa ser uma forma de acomodação "preliminar" dos migrantes na Região, seja porque estas refletiriam o momento pós-fragmentação de um grupo familiar anterior, o que resultaria na presença dos pais no domicílio do casal jovem.

Por outro lado, na medida em que a família estendida possa ser considerada, sobretudo, uma estratégia de "acomodação" do grupo familiar no que se refere às dificuldades habitacionais e orçamentárias, é difícil imaginar que esta forma fosse necessária nas classes de maior renda.

Em face do exposto, acredita-se que seriam mais representativas as famílias "estendidas" de baixa renda, nos momentos de "formação" e "consolidação" do ciclo vital e de tamanho grande, muito embora as pequenas também deveriam ser relacionadas na etapa de "formação", uma vez que poderiam estar representando os casais morando com os pais.

Com base nestas considerações, chegou-se aos tipos de famílias que, presumivelmente, figurariam com maior frequência nos movimentos migratórios intrametropolitanos. O Quadro 1 apresenta de forma esquemática a tipologia resultante.

A distribuição das famílias de chefes migrantes intrametropolitanos segundo os tipos propostos, para a Região Metropolitana de São Paulo e grupos de municípios, encontra-se na Tabela 28.

Em termos gerais, observa-se que os tipos propostos representam pouco mais de 65% do total das famílias de chefes migrantes intrametropolitanos, o que, em face das inúmeras possibilidades de combinações, pode ser considerada uma boa representatividade.

Os tipos que aparecem com maior peso relativo são N1 (21,5%), N4 (9,0%) e N6 (7,4%), que, não por coincidência, incluem famílias nucleares nas etapas mais jovens do ciclo vital, conseqüentemente, pequenas e de baixa renda.

Outros tipos, contudo, merecem destaque: N2 e N3, por exemplo, têm em comum, além da fase do ciclo vital (formação), a condição financeira mais favorável (não-pobres); N5 envolve famílias de baixa renda, grandes e já consolidadas; no tipo N7 também encontram-se famílias do estrato anterior, porém em fase de fragmentação e, portanto, pequenas.

Uma análise segundo os grupos de municípios permite constatar algumas diferenças importantes, muito embora o comportamento médio anteriormente descrito praticamente se repita em todos os casos no que se refere ao ordenamento do peso relativo de cada um dos tipos.

De maneira geral, a principal diferença observada diz respeito aos pesos relativos dos tipos N1, N4 e N5, que, sobretudo nos dois primeiros, tendem a ser significativamente mais elevados nos municípios-dormitório. Em contrapartida, percebe-se uma predominância muito maior do tipo N3 nos municípios mais desenvolvidos, ou seja, são nos industriais, industriais/dormitórios e na Capital.

Quadro 1
 Tipologia de Famílias de Chefes Migrantes Intrametropolitanos
 Região Metropolitana de São Paulo
 1980

Arranjo Familiar (A)	Ciclo Vital Familiar (C)	Tamanho da Família (T)	Estrato Sócio-econômico		Sigla utilizada	
			Categoria sócio-ocupacional (O)	Renda per Capita (R)		
N	F	P	M M NM	PO NPO NPO	N1 N2 N3	
		G	M	PO	N4	
	C	P	M	PO	N5	
		G	M	PO	N6	
	FR	P	M	PO	N7	
		P	M	NPO	N8	
	E	F	P	M	PO	E1
			G	M	PO	E2

Tais discrepâncias ganham sentido quando se consideram as características de cada um dos tipos de municípios em que estas ocorrem. De fato, da mesma forma como se vinha constatando ao longo desta análise, nas áreas tipicamente dormitórios, é nítida a predominância de famílias dos estratos sociais mais baixos (representadas pelos tipos N1, N4 e N5), o que não ocorre, com a mesma intensidade, nas áreas mais industrializadas, onde a migração de famílias de chefes com melhor condição sócio-econômica é muito mais freqüente.

Tabela 28
 Distribuição das Famílias de Chefes Migrantes Intrametropolitanos, por Grupos de Municípios,
 Segundo a Tipologia Proposta
 Região Metropolitana de São Paulo
 1980

Tipos de Famílias	Distribuição das Famílias, por Grupos de Municípios						Total
	São Paulo	Industriais	Ind./Dormit.	Dormitórios I	Dormitórios II	Agrícolas	
Nucleares							
N1	18,71	16,52	17,32	25,45	24,40	22,51	21,56
N2	5,65	7,99	6,36	4,13	3,80	2,67	5,15
N3	7,37	10,95	9,08	2,98	2,31	2,44	5,73
N4	7,14	4,84	6,57	11,36	11,33	10,41	9,02
N5	4,25	2,49	4,21	6,41	7,31	6,83	5,35
N6	6,26	6,21	7,01	8,18	7,36	7,50	7,43
N7	3,66	3,91	4,75	5,19	6,34	7,46	5,50
N8	1,66	2,94	2,77	1,25	1,78	2,85	2,00
Estendidas							
E1	1,14	1,03	1,01	1,38	1,03	0,95	1,18
E2	3,09	2,80	2,86	3,87	3,32	3,78	3,37
Residual	41,07	40,32	38,06	29,80	31,02	32,60	33,71

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

Cumpra salientar que estas especificidades mais marcantes dão-se justamente nos tipos que mais peso relativo possuem no conjunto das famílias migrantes na Região Metropolitana de São Paulo.

Por último, devem ser feitos alguns comentários sobre as porcentagens do tipo "Residual", que, em média, alcançou 33,7%, embora tenha sido um pouco maior nos municípios mais desenvolvidos e menor nos dormitórios.

Na verdade, a grande gama de combinações possíveis resultante do cruzamento das cinco variáveis consideradas, para a construção da tipologia, de certa forma, implica na importante pulverização das possibilidades, o que torna praticamente impossível chegar a uma proporção maior que a alcançada sem incorrer na criação de tipos numericamente pouco significativos.

Ao se cotejar a Tabela 28 com a Tabela 15, conclui-se que este percentual residual é devido, principalmente, à não-incorporação do tipo de família "individual" e à dificuldade de melhor qualificar a categoria "outras"⁸⁷. De fato, enquanto a tipologia apresentada consegue captar mais de 78% das famílias nucleares, neste último caso a cifra chega a pouco mais de 30%.

Contudo, deve-se recordar que as análises das seções anteriores, embora não conclusivas, sugeriram que muitos dos tipos de famílias captados pelo Censo (como as unipessoais, ou até mesmo as estendidas) não refletem, necessariamente, a situação do momento da migração. Assim sendo, existem grandes chances de que o tipo identificado no Censo não corresponda à realidade.

⁸⁷Deve-se frisar, que na Tabela 20, a categoria "outras" contempla não apenas as famílias "estendidas", como também outros arranjos residuais.

3.2. O quê pesa mais na migração intrametropolitana?

Para responder a tal pergunta recorreu-se a uma metodologia que possibilitou dimensionar os efeitos das variáveis sócio-econômicas e demográficas utilizadas na seção anterior enquanto características que definiriam a frequência das famílias⁸⁸ migrantes intrametropolitanas.

Depois de construir uma tabela de múltiplas entradas, com as variáveis relativas ao "ciclo vital", "tamanho da família", "renda per capita familiar" e "ocupação do chefe" apropriadamente categorizadas, estimou-se um modelo que a reproduzisse de maneira adequada e cujos parâmetros fossem os efeitos daquelas variáveis ou de suas interações⁸⁹.

Foram estimados modelos para o total da Região Metropolitana, para os municípios industriais, industriais/dormitórios e dormitórios I. Um resumo dos resultados é apresentado na Tabela 29. Observe que o número de efeitos para cada variável é igual ao número de categorias em que as mesmas foram divididas.

Uma análise dos efeitos principais⁹⁰ para a tabela construída para a Região Metropolitana de São Paulo mostra que as quatro variáveis consideradas possuem um efeito significativo sobre as frequências de famílias migrantes. Isto quer dizer que existe uma desigualdade na distribuição de famílias migrantes dentro destas variáveis em favor das categorias "formação" (para o ciclo vital), "pequeno" (tamanho da família), "pobres" (renda) e "manuais" (ocupação do chefe), resultado, aliás, que repete as constatações de seções anteriores.

⁸⁸Deve-se esclarecer que foram estudadas apenas as famílias nucleares, haja vista que representavam cerca de 80% da migração.

⁸⁹Este procedimento encontra-se detalhado no Anexo I.

⁹⁰Considera-se como efeito principal aquele obtido a partir da distribuição marginal da variável. Isto significa que este efeito estará presente se houver uma distribuição desigual das frequências dentro das categoria desta variável, ao longo das demais incluídas na tabela.

Tabela 29
Efeitos Principais e Interações dos Modelos Log-Lineares Estimados,
por Alguns Grupos de Municípios
Região Metropolitana de São Paulo
1980

Efeitos Principais e Interações	Grupos de Municípios				
	Região Metropolitana	São Paulo	Industriais	Industriais/ Dormitórios	Dormitórios I
Efeitos Principais					
Ciclo Vital					
Formação	0,68	0,66	0,66	0,60	0,77
Consolidação	-0,08	-0,12	0,10	-0,02	-0,11
Fragmentação	-0,60	-0,54	-0,76	-0,58	-0,66
Tamanho da Família					
Pequeno	0,48	0,42	0,56	0,49	0,52
Grande	-0,48	-0,42	-0,56	-0,49	-0,52
Renda					
Pobre	0,49	0,38	0,09	0,27	0,83
Não-Pobre	-0,49	-0,38	-0,09	-0,27	-0,83
Ocupação do Chefe					
Manual	0,51	0,43	0,48	0,38	0,64
Não-Manual	-0,51	-0,43	-0,48	-0,38	-0,64
Interações⁽¹⁾					
Ciclo Vital/Tamanho					
Formação/Pequeno	0,30	0,41	0,37	0,30	0,30
Consolidação/Pequeno	-0,37	-0,31	-0,34	-0,39	-0,38
Fragmentação/Pequeno	0,07	-0,10	-0,03	0,09	0,08
Renda/Tamanho					
Pobre/Pequeno	-0,32	-0,32	-0,23	-0,28	-0,40
Não-Pobre/Pequeno	0,32	0,32	0,23	0,28	0,40
Ocupação/Renda					
Manual/Pobre	0,49	0,50	0,46	0,47	0,44
Não-Manual/Pobre	-0,49	-0,50	-0,46	-0,47	-0,44
Ciclo Vital/Ocupação					
Formação/Manual	-	-	0,15	-	-
Consolidação/Manual	-	-	0,19	-	-
Fragmentação/Manual	-	-	-0,34	-	-

Nota: (1) Para cada um dos efeitos corresponde um outro de mesma magnitude, contudo, de sinal trocado, decorrente da mudança de categoria da segunda variável especificada. Por exemplo (Formação/Pequeno) = -(Formação/Grande)

Entre estes efeitos, o maior valor foi registrado para a categoria "formação"(idade média do casal menor que 35 anos) da variável "ciclo vital", o que demonstra a força dessa característica na definição das famílias migrantes. As demais praticamente se igualam entre si, sendo que seus efeitos estimados, embora um pouco menores, atestam que famílias com uma destas características estão mais propensas a migrarem internamente na Região Metropolitana.

Uma análise comparativa dos efeitos estimados, a partir das tabelas construídas para grupos de municípios, mostra algumas diferenças registradas na variável "ocupação do chefe" e, sobretudo, "renda", que são bastante sugestivas em termos das hipóteses deste estudo.

No que tange à renda, enquanto o efeito da categoria "pobre" praticamente inexistente nos municípios industriais e é pequeno nos industriais/dormitórios, nos dormitórios I este é positivo e bastante elevado, demonstrando a grande concentração de famílias migrantes pobres neste último grupo. Isto, por sua vez, não se verifica nos primeiros, principalmente, nos Industriais, cujo efeito estimado demonstra existir uma distribuição mais homogênea dentro da variável renda.

Quanto à ocupação do chefe, embora as diferenças dos efeitos não sejam tão acentuadas como na renda, uma situação similar pode ser constatada, mostrando que nas áreas mais industrializadas existe uma menor concentração de chefes migrantes pouco qualificados em comparação ao observado nos municípios-dormitório.

Os dois resultados anteriores apenas corroboram o que se mostrou até agora sobre as diferenças qualitativas dos fluxos migratórios segundo o destino dos mesmos.

Em termos das interações entre variáveis, mostraram-se importantes os efeitos de "ocupação e renda", "ciclo vital e tamanho da família", "renda e tamanho da família", sendo que para os municípios industriais surgiu também com certo peso a interação "ciclo vital e ocupação"⁹¹. Deve-se esclarecer que o sinal e a magnitude do efeito indicam a direção e a intensidade da relação existente entre as variáveis.

As estimativas mostram que tais efeitos são tão significativos quanto aqueles principais comentados anteriormente. Além disso, deve-se lembrar que ambos influenciam as frequências

⁹¹Grosso modo, poder-se-ia dizer que o efeito de interação reflete a relação existente entre duas (ou mais) variáveis e poderia ser interpretado como a chance de que uma categoria da primeira variável ocorra dado que uma categoria da segunda está presente. No modelo escolhido, apenas as interações de primeira ordem (entre duas variáveis) foram consideradas significativas, muito embora no modelo completo (saturado) devessem constar as de ordens mais elevadas, considerando três e quatro variáveis concomitantemente. Para maiores detalhes ver Anexo I.

observadas na tabela, significando que as interpretações das interações não podem ser entendidas isoladamente, mas sim no contexto do modelo mais completo.

Ocupação e Renda

Os valores dos efeitos para esta interação mostram que é grande a chance de as famílias migrantes "pobres" terem chefe com ocupação "manual". O mesmo pode ser dito com relação às famílias "não-pobres" e chefes com ocupação "não-manual", contudo, isto não se reflete no valor de suas frequências, uma vez que os efeitos principais das duas categorias em questão são negativos.

Na verdade, os valores da interação entre ocupação e renda apenas reforçam a esperada relação existente entre ambas.

b) Ciclo Vital e Tamanho da Família: coerentemente com o que se poderia esperar, esta interação aparece com valores positivos nas categorias "pequeno e formação" e negativos em "pequeno e consolidação", mostrando que a primeira combinação ocorre com maior frequência, ao contrário da segunda.

Neste caso, pode-se detectar uma variação entre os efeitos estimados para cada grupo de municípios: nos industriais/dormitórios e dormitórios I, o efeito da combinação "formação e pequeno" é menor que nos industriais e em São Paulo, enquanto o inverso é observado para o efeito da categoria "consolidação e pequeno". Isto significa que, comparativamente, existe nas áreas mais industrializadas uma maior chance de se encontrar famílias "pequenas e em fase de formação" e "pequenas e em consolidação" que nas áreas com características dormitórios.

Este resultado, de certa forma, mostra-se coerente com o que se apresentou acerca da melhor condição sócio-econômica da migração que se dirige para os municípios mais desenvolvidos. A relação entre esta condição e o número de filho, poderia explicar a possibilidade de as famílias, mesmo em fase de consolidação, serem em média, menores nestas áreas.

Renda e Tamanho da Família

Esta associação tem a princípio uma direção lógica, ou seja, as famílias pobres seriam, em geral, grandes e as não-pobres pequenas. De fato, tal relação fica evidenciada a partir dos valores dos efeitos estimados.

Merecem destaque os valores das estimativas dos efeitos desta interação encontradas para os municípios-dormitório I, o maior de todos, e os industriais, o menor. Isto significa que, em comparação aos demais municípios, no primeiro grupo existiriam menos famílias "pobres e pequenas" e, no segundo, mais famílias nesta condição.

Em outros termos, constata-se que, nos municípios-dormitório, a relação entre ser pobre e ter família grande é muito maior que nos industriais. Provavelmente, este comportamento esteja refletindo as diferenças entre os leques de motivações intervenientes na migração para cada uma destas áreas, que, por hipótese, tende a ser mais diversificado nos municípios mais industrializados.

Pode-se supor que, ao existirem, no lugar de destino, mais fatores que impulsionem as famílias a migrar, maior será a diversidade das mesmas, razão que talvez explique a menor associação encontrada nos municípios industriais entre pobreza e tamanho da família.

Ciclo Vital e Ocupação

Na medida em que a variável ocupação foi categorizada apenas em "manuais" e "não-manuais" e não em termos dos níveis de especialização e posição funcional, que variariam mais com a idade, não se esperaria que houvesse uma relação entre estas duas variáveis. Contudo, esta interação mostrou-se significativa nos municípios industriais, muito embora o valor de seu efeito tenha sido pequeno com relação às demais interações.

Este resultado chama atenção, uma vez que reforça a hipótese sobre a motivação laboral de parte dos movimentos intrametropolitanos para os municípios industrializados. De fato, a existência nestas áreas de uma associação positiva entre o ciclo vital de formação e consolidação e ocupação não-manual do chefe da família revela a maior incidência de migração de pessoal mais qualificado e em idade altamente produtiva.

Em resumo, pode-se concluir, através da análise estatística realizada, que isoladamente todas as variáveis incluídas no modelo têm um efeito significativo, o que reforça as constatações da análise univariada feita nas seções anteriores. Em termos do ciclo vital, constata-se uma maior frequência de famílias migrantes jovens. Quanto ao tamanho, estas tendem a ser pequenas e com relação à renda são predominantemente pobres. Finalmente, no que se refere à ocupação dos chefes, observa-se maior frequência das "manuais". Deve-se frisar, no entanto, que isto não significa que todas estas características ocorram concomitantemente.

Dentre estes efeitos, destaca-se aquele da categoria "formação" do ciclo vital, cujo valor foi o mais elevado, mostrando ser um dos atributos que mais distingue as famílias migrantes.

Com relação às interações, constatou-se em todos os casos analisados uma associação significativa entre ocupação do chefe e renda, entre ciclo vital e tamanho da família, entre renda e tamanho da família e, excepcionalmente nos municípios industriais, entre ciclo vital e ocupação. Salienta-se o fato de que algumas das diferenças encontradas entre os efeitos calculados para distintos grupos de municípios foram úteis no sentido de reforçar hipóteses deste estudo.

CAPÍTULO IV

A MIGRAÇÃO INTRAMETROPOLITANA SEGUNDO A ORIGEM: UMA ANÁLISE DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

IV. A Migração Intrametropolitana segundo a Origem: uma análise dos fluxos migratórios

Até o presente momento, toda a análise realizada levou em conta apenas a migração intrametropolitana do ponto de vista das áreas de destino dos movimentos e, portanto, nada foi dito acerca da origem dos mesmos. Pode-se dizer que não se chegaria a um conhecimento adequado do fenômeno em questão sem que o mesmo fosse também considerado sob este último aspecto.

Questões relativas às diferenças entre os migrantes intrametropolitanos e a população residente na origem, bem como as possíveis especificidades nas características dos primeiros segundo os distintos perfis destas áreas, não poderiam ser abordadas sem se recorrer à análise dos fluxos migratórios.

O enfrentamento de tais questão propiciará, com certeza, a obtenção de importantes pistas no sentido de determinar mais precisamente o grau de diferenciação sócio-demográfico e espacial dos movimentos internos na Região Metropolitana e, por conseguinte, fornecer mais elementos para melhor refletir sobre os seus possíveis condicionantes.

Como demonstrado no capítulo anterior, a migração intrametropolitana da década de 70 foi muito concentrada no que se refere à origem dos movimentos. De fato, somente a Capital foi declarada como residência anterior por mais de 63% dos migrantes, sendo que outros 22,3% eram provenientes dos municípios industriais e industriais/dormitórios. Dessa forma, verifica-se que mais de 85% do fenômeno em questão originaram-se em apenas seis municípios⁹².

Por esta razão, a análise ora desenvolvida considerará apenas 27 dos 1.332 fluxos migratórios possíveis. Além da significância numérica, já que englobam 69,3% dos indivíduos e

⁹²É importante esclarecer que, dado a informação com a qual se trabalha (município anterior), formalmente não se pode garantir que o movimento intrametropolitano detectado através do Censo represente o primeiro realizado pelo indivíduo dentro da Região, razão pela qual o termo "origina-se" pode não ser o mais adequado. Contudo, principalmente no caso da Capital, é muito provável que isto ocorra.

66,8% das famílias com chefes migrantes internos, estes fluxos foram selecionados de forma a representarem as principais tendências espaciais da migração intrametropolitana, as quais já foram devidamente explicitadas.

Dentro desta perspectiva de análise, algumas questões serão abordadas, visando uma melhor compreensão do objeto aqui estudado:

a) Quais as diferenças constatadas entre os emigrantes intrametropolitanos⁹³ e a população residente no local de origem?

b) Para uma mesma área de origem, como variam estas diferenças segundo as características dos distintos lugares de destino?

c) No caso de um mesmo destino, existem diferenças significativas entre os fluxos segundo o município de origem?

d) Serão realmente os mais pobres que migram?

e) Qual a relação existente entre os movimentos intrametropolitanos e a migração pendular e como ela possibilita um melhor entendimento do primeiro fenômeno?

1. Algumas Diferenças Sócio-Econômicas entre os Emigrantes e a População Residente no Local de Origem.

A análise comparativa a ser realizada nesta seção considerará apenas a dimensão sócio-econômica, tendo em vista a pouca variação das características demográficas apresentada pelos migrantes intrametropolitanos (sobretudo em termos de idade, sexo e arranjos familiares) segundo

⁹³A expressão "emigrante intrametropolitano" será utilizada quando, como neste caso, a análise estiver referenciada especificamente ao lugar de origem dos movimentos.

os vários destinos. De fato, uma vez que isto ocorre, certamente comparações com as populações residentes na origem (e, portanto, menos seletivas) tenderiam a repetir os resultados já obtidos.

A generalidade das conclusões acerca da relativa semelhança existente, em termos sócio-econômicos, entre os imigrantes intrametropolitano e a população receptora dos mesmos ("não-migrantes") não se repete quando a análise é feita segundo a origem dos mesmos.

Efetivamente, o resultado da comparação dos emigrantes intrametropolitanos com os residentes nos municípios de origem varia consideravelmente segundo os rumos seguidos pelos primeiros. Isto fica bastante claro no caso da variável renda per capita familiar.

Como se constata na Tabela 30, embora na maioria dos fluxos considerados os emigrantes intrametropolitanos estejam mais concentrados nas faixas de menores rendimentos do que os "não-migrantes", existem algumas situações em que isto não se verifica.

São casos exemplares desta exceção à regra o fluxo que parte de São Paulo em direção aos municípios industriais, e aqueles originados nestes últimos e com destino a São Bernardo do Campo. Enquanto no primeiro caso a proporção de famílias com renda inferior a dois SM girava em torno de 52% contra 57% dos "não-migrantes", no segundo esta cifra alcançava 40,4% contra quase 57%.

É interessante notar que ambos os fluxos têm em comum o fato de serem direcionados para áreas com grande dinamismo urbano-industrial. Isto contribui para corroborar a expectativa deste estudo, ou seja, a de que efetivamente os migrantes com destino aos municípios mais desenvolvidos deveriam apresentar, em média, melhores condições sócio-econômicas que os demais. Na verdade, o dinamismo econômico, o perfil e o volume das oportunidades de trabalho existentes nestas áreas tenderiam a atrair pessoas mais qualificadas, ou, simplesmente, melhorar o nível de remuneração dos migrantes, alterando favoravelmente suas condições de vida.

Em contrapartida, em todos os demais fluxos a desvantagem relativa dos emigrantes em questão é clara, tendendo inclusive a acentuar-se dependendo do destino. Este é o caso, por exemplo dos fluxos que partem de São Paulo em direção aos municípios-dormitório, cujas proporções de famílias abaixo da linha de pobreza (menos de 0,68 SM) variam de 22,1%, para aquelas que se dirigiram para o vetor Sudeste, até 38,8% para as que rumaram para os municípios do vetor Leste.

Tabela 30
Distribuição das Famílias Residentes, por Faixa de Renda per Capita Familiar, Segundo Município de Origem, Condição Migratória do Chefe e Fluxos Migratórios Mais Significativos Região Metropolitana de São Paulo 1980

Município Origem	Condição Migratória do Chefe	Distribuição das Famílias Residente, por Faixa de Renda per Capita Familiar (%)				
		>0,68 SM	0,68-2 SM	2-5 SM	5 + SM	Total
São Paulo	Residentes na Origem					
	Não-Migrantes	13,91	43,20	28,24	13,05	1.734.898
	Outros Migrantes	23,49	48,66	18,50	7,86	408.341
	Emigrantes/Município de Destino					
	Industriais	10,01	42,05	33,92	12,88	10.948
	Ind./Dormitórios	18,35	45,70	27,20	7,63	62.644
	Dorm.I-Sudeste	22,10	56,54	17,89	2,33	16.081
	Dorm.I-Leste	38,85	48,10	9,22	1,54	15.331
	Dorm.I-Oeste/Norte	28,79	53,59	13,62	2,93	39.246
	Industriais	Residentes				
Não-Migrantes		9,83	46,86	33,91	8,12	135.417
Outros Migrantes		19,23	53,10	22,01	4,01	26.535
Emigrantes/Município de Destino						
S. Bernardo		6,11	34,46	41,12	17,25	7.105
Dorm.I-Sudeste	21,19	60,04	16,71	1,24	7.248	
S.Bernardo do Campo	Residentes					
	Não-Migrantes	14,03	46,22	30,10	8,55	53.138
	Outros Migrantes	25,36	48,29	20,31	4,38	23.522
	Emigrantes/Município de Destino					
Dorm.I-Sudeste	21,78	58,19	16,54	1,86	4.811	
Osasco	Residentes					
	Não-Migrantes	18,56	53,46	22,73	3,59	71.332
	Outros Migrantes	29,60	53,97	13,81	1,42	27.400
	Emigrantes/Município de Destino					
	Barueri	34,79	55,83	8,91	0,27	1.488
Carapicuíba	27,91	57,04	13,39	0,65	6.109	

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980. Tabulações Especiais.

Note-se que mesmo controlando o lugar de origem, uma vez mais fica caracterizada a diferença existente entre as famílias segundo o destino das mesmas. Novamente percebe-se a existência de sensíveis diferenças, mesmo entre os fluxos dirigidos para os municípios nitidamente de caráter dormitório.

O resultado das comparações entre os emigrantes intrametropolitanos e os "outros migrantes" residentes na origem também variam segundo os fluxos considerados, ou melhor, de acordo com a direção seguida pelas famílias. Ao contrário do que se observava com relação às populações de destino, em que invariavelmente o migrante interno encontrava-se em melhor situação relativa, o resultado desta comparação apresenta variações significativas.

Em geral, constata-se que, enquanto as famílias emigrantes componentes das correntes direcionadas para municípios-dormitório estão mais concentradas na faixa de pobreza e, portanto, com uma participação de famílias com rendimentos superiores a cinco SM muito menor que os "outros migrantes", uma situação totalmente inversa se observa com relação àqueles com destino às áreas mais industrializadas da Região Metropolitana de São Paulo.

As considerações anteriores mostram que a comparação entre os migrantes internos e os residentes na área de origem não pode ser feita de maneira agregada, sob pena de distorcer as conclusões. Na verdade, na medida em que se supunha a existência de diferenças qualitativas da migração segundo o tipo de município de destino, este resultado já era esperado.

Através da tabela 30 pode-se observar, ainda a semelhança existente entre os fluxos com distintas origens, mas com um mesmo destino. Neste caso, a comparação entre os fluxos com origem na Capital e aqueles provenientes das áreas industriais e industriais/dormitórios pode ser útil.

De fato, os fluxos destinados aos municípios-dormitório, pelo menos em termos da distribuição das famílias segundo a renda per capita, são muito parecidos, sugerindo que as características da migração intrametropolitana possam estar muito mais associadas ao perfil das

áreas de destino dos movimentos. É óbvio que este resultado não poderia ser generalizado para outras regiões, uma vez que as principais áreas expulsoras na Região Metropolitana de São Paulo, além de poucas, são as mais industrializadas e, portanto, com várias características semelhantes.

Conclusões semelhantes às anteriores podem também derivar-se da análise comparativa entre os emigrantes intrametropolitanos e os residente na origem em termos da categoria sócio-ocupacional do chefe da família. Na verdade, este fato corrobora uma asserção feita anteriormente sobre a íntima relação existente entre esta variável e a renda per capita familiar.

Como consta da Tabela 31, independentemente da origem, os emigrantes intrametropolitanos com destino às áreas mais industrializadas tendem a apresentar maiores participações relativas nas atividades "não-manuais" que os residentes em seus municípios de domicílio anterior. O contrário se observa com relação àqueles que rumaram para os municípios tipicamente dormitórios, que tinham um perfil sócio-ocupacional mais concentrado na categorias "manuais".

Deve-se ressaltar que tais fatos são observados, sobretudo, pela comparação com os "não-migrantes", pois em muitas situações, os "outros migrantes", em termos de suas participações nas atividades "manuais", apresentam maior semelhança aos emigrantes internos, principalmente no caso daqueles cujos destinos foram os municípios-dormitório.

Contudo, é interessante observar que mesmo em condições de percentuais próximos com relação à participação de trabalhadores "não-manuais" e "manuais", os emigrantes intrametropolitanos ainda diferenciam-se, sensivelmente dos "não-migrantes" e dos "outros migrantes" em função de seu perfil específico dentro do grupo de "manuais" e da proporção de "desempregados".

Tabela 31
Distribuição dos Chefes de Famílias Residentes, Economicamente Ativos, por Categoria Sócio-Ocupacional,
Segundo Município de Origem, Condição Migratória do Chefe e Fluxos Migratórios Mais Significativos
Região Metropolitana de São Paulo
1980

Município Origem	Condição Migratória do Chefe	Distribuição dos Chefes de Famílias Residentes, por Categoria Sócio-Ocupacional (€)							
		Trabalhadores Manuais Urbanos							
		Indústria Dinâmica / Mestre	Indústria Tradicional e Const.Civil	Terciário	Outros	Autônomos	Total Manuais	Desem - pregados	Trab.Não- Manuais
São Paulo	Residentes na Origem	9,77	10,24	12,60	5,13	11,29	49,02	21,46	29,52
	Não-Migrantes	13,46	18,90	18,67	4,57	14,62	70,22	8,90	20,88
	Outros Migrantes								
	Emigrantes/Município de Destino	19,22	10,41	13,35	10,19	0,34	53,52	10,49	36,00
	Industriais	14,96	14,33	17,28	13,14	0,60	60,31	10,99	28,71
Industriais	Ind./Dormitórios	22,70	19,16	18,64	12,51	0,30	73,31	9,99	16,70
	Dorm.I-Sudeste	13,41	22,15	16,06	18,40	0,47	70,48	15,14	14,38
	Dorm.I-Oeste/Norte	14,40	24,57	21,93	13,02	0,31	74,23	9,81	15,96
	Residentes	18,11	8,66	9,12	3,41	9,06	48,37	28,90	22,73
S.Bernardo do Campo	Não-Migrantes	21,48	20,22	14,48	2,58	13,10	71,86	11,88	16,26
	Outros Migrantes								
	Emigrantes/Município de Destino	20,19	7,42	10,53	9,39	0,11	47,64	9,91	42,45
	S. Bernardo	28,13	18,75	14,35	14,65	0,11	75,99	11,67	12,33
	Dorm.I-Sudeste								
Osasco	Residentes	15,13	12,32	11,50	3,93	11,48	54,36	22,30	23,33
	Não-Migrantes	17,56	22,58	14,97	3,39	15,86	74,35	10,64	15,02
	Outros Migrantes								
Osasco	Emigrantes/Município de Destino	30,89	19,08	14,87	12,88	0,08	77,79	10,89	11,32
	Dorm.I-Sudeste								
	Residentes	15,02	12,60	13,89	4,68	13,04	59,23	22,66	18,11
Osasco	Não-Migrantes	16,35	20,61	17,71	3,45	18,93	77,05	10,85	12,10
	Outros Migrantes								
	Emigrantes/Município de Destino	22,25	19,97	22,52	12,94	0,27	77,95	10,92	11,13
Osasco	Barueri	21,79	19,37	20,33	14,66	0,13	76,29	10,01	13,70
	Carapicuíba								

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980. Tabulações Especiais.

De fato, em termos das categorias discriminadas na Tabela 31, percebe-se que, em geral, as discrepâncias encontradas nos perfis devem-se, fundamentalmente, a diferentes proporções de indivíduos nas categorias "Indústria Dinâmica/Mestre, Contra-Mestres", "Outros Autônomos" e "Desempregados".

Enquanto os emigrantes intrametropolitanos apresentam, em geral, maiores percentuais na primeira categoria, os chefes de famílias residentes no município de origem, principalmente os "não-migrantes", tendem a distribuir-se com maior intensidade nas duas últimas.

Uma interpretação deste resultado poderia estar ligada ao fato de as principais zonas de origem (São Paulo, o ABC e Osasco) constituírem-se nos mais importantes centros urbanos da Região. Nestas áreas, a maior proporção de chefes de famílias "desempregados" e "autônomos" poderia ser justificada pelas possibilidades aí existentes para a sobrevivência dos mesmos. As maiores oportunidades de inserção produtiva e a existência de um mais elevado poder aquisitivo médio mais elevado, que viabilizaria o trabalho autônomo desqualificado (ambulantes, guardadores de carros e outros serviços pessoais), propiciariam que mais famílias ou indivíduos em situações laborais desfavoráveis permanecessem nestas áreas.

Também é possível que, na medida em que a mudança de município possa requerer um mínimo de recursos e alguma estabilidade laboral - questão que será discutida mais adiante -, estas famílias, por suas condições sócio-econômicas mais precárias, tenderiam a acumular-se nas cidades principais.

Em termos da categoria sócio-ocupacional, tampouco foram constatadas diferenças significativas entre os fluxos com mesmo destino, mas com origens distintas. Como destacado anteriormente, em geral, as diferenças detectadas entre emigrantes internos e os residentes na origem parecem depender muito mais das características das áreas de destino.

Finalmente, vale ressaltar que, da mesma forma como ocorre com a renda per capita familiar, os fluxos originados em São Paulo e destinados aos municípios industriais/dormitórios

colocam-se em uma situação intermediária quanto ao gradiente de situações observadas nas comparações em questão. Isto já era esperado, devido ao perfil menos definido destas áreas em termos de suas características de desenvolvimento sócio-econômico e função na Região Metropolitana de São Paulo.

Chama a atenção também o fluxo que parte dos municípios industriais em direção a São Bernardo do Campo, que visivelmente apresenta um caráter especial, uma vez que é qualitativamente distinto de qualquer outro fluxo analisado. Através das Tabelas 30 e 31, pode-se observar que as famílias emigrantes que compõem este fluxo possuem, em média, uma melhor condição sócio-econômica.

Como última dimensão a ser considerada na presente análise comparativa, foram elencadas, na Tabela 32, algumas características físicas dos domicílios que, de certa forma, completam o quadro das condições de vida das famílias.

Através das informações apresentadas, percebe-se que, em termos de saneamento básico (água e esgoto), os emigrantes intrametropolitanos, em geral, encontram-se em condições mais precárias que os demais residente na origem, embora em alguns fluxos específicos, como por exemplo aqueles direcionados aos municípios industrializados, os primeiros apresentem maiores semelhança com os últimos.

Na verdade, como já salientado, as características dos domicílios relacionadas ao saneamento básico, ao dependerem em grande medida do desenvolvimento sócio-econômico dos municípios, podem distorcer as comparações pretendidas. Qualquer diferença entre os emigrantes internos e a população de origem poderia refletir muito mais as condições das áreas de residência que propriamente as das famílias envolvidas.

Tabela 32
 Distribuição das Famílias Residentes, por Infra-estrutura Básica do Domicílio, Segundo Município de Origem, Condição Migratória do Chefe e Fluxos Migratórios Mais Significativos
 Região Metropolitana de São Paulo
 1980

Município de Origem	Condição Migratória do Chefe	Distribuição das Famílias Residentes, por Infra-Estrutura Básica dos Domicílios (%)						
		Rede Geral Esgoto + Fossa Sep.	Rede Geral Água	Energia Elétrica		Domicílio Próprios	Total	
				C/ Med.	S/ Med.			
São Paulo	Residentes na Origem	82,54	94,00	76,68	21,71	58,09	1.734.898	
	Não-Migrantes	69,62	84,70	51,31	44,92	28,00	408.341	
	Outros Migrantes							
	Emigrantes/Município de Destino							
	Industriais	95,27	96,69	76,83	20,58	41,92	10.948	
Industriais	Ind./Dormitórios	60,18	77,68	66,61	30,22	59,69	62.644	
	Dorm.I-Sudeste	70,88	80,48	64,69	32,82	52,80	16.081	
	Dorm.I-Leste	11,41	50,76	61,68	29,66	61,59	12.736	
	Dorm.I-Oeste/Norte	39,33	67,49	60,63	36,54	64,56	38.962	
	Residentes	96,53	97,46	83,37	15,44	62,85	135.417	
S. Bernardo do Campo	Não-Migrantes	88,01	93,75	59,62	36,45	22,52	26.535	
	Outros Migrantes							
	Emigrantes/Município de Destino							
	S. Bernardo	95,48	94,40	85,29	13,12	65,52	7.105	
	Dorm.I-Sudeste	52,73	86,24	65,78	30,86	60,26	7.248	
Osasco	Residentes	88,77	87,92	71,79	24,99	67,62	53.138	
	Não-Migrantes	71,03	73,68	40,38	50,51	41,12	23.522	
	Outros Migrantes							
	Emigrantes/Município de Destino							
	Dorm.I-Sudeste	66,85	75,66	51,44	45,65	50,65	4.811	
Carapicuíba	Residentes	73,49	96,98	59,92	37,91	63,89	71.332	
	Não-Migrantes	60,82	92,99	36,94	59,00	28,77	27.400	
	Outros Migrantes							
	Emigrantes/Município de Destino							
	Barueri	24,06	43,21	41,06	50,34	51,55	1.488	
Carapicuíba	Carapicuíba	56,64	82,08	62,63	35,78	73,66	6.109	

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de Estado de São Paulo de 1980. Tabulações Especiais.

Este aspecto fica mais claro quando se analisam as informações sobre disponibilidade de energia elétrica e posse dos domicílios. Neste caso, observa-se uma situação mais favorável dos "não-migrantes", em detrimento dos emigrantes internos. Entretanto, quando a análise é feita a partir das variáveis de saneamento, comparando estes últimos ao "outros migrantes", a situação inverte-se completamente.

A despeito de os dados indicarem uma certa universalização da disponibilidade de energia elétrica, é possível inferir que os emigrantes intrametropolitanos, ao apresentarem maior porcentagem de domicílios "com medidor", desfrutam, em média, de uma melhor situação relativa que os "outros migrantes", assemelhando-se muito mais aos "não-migrantes".

Chega-se a igual conclusão quando observam-se as porcentagens de domicílios próprios. Em geral, os migrantes em questão alcançam índices de posse dos imóveis até mesmo superiores àqueles dos "não-migrantes", sendo que com relação aos "outros migrantes" esta discrepância atinge patamares muito altos.

Obviamente que o simples fato de ser proprietária do imóvel não confere à família uma situação mais ou menos favorável, pois esta informação não revela as condições do imóvel no que se refere à sua construção, localização, etc. Além disso, deve-se levar em conta que a valorização imobiliária dos municípios industriais torna muito mais difícil a aquisição de uma residência.

Contudo, com exceção do fluxo de São Paulo para os municípios Dormitório I/Leste, cujas famílias parecem padecer de grandes carências em termos de infra-estrutura básica, tudo leva a crer que os emigrantes intrametropolitanos, de fato, apresentam melhores condições habitacionais que os "outros migrantes".

Por último, é importante salientar que uma vez mais as conclusões não se modificam sobremaneira ao se considerar fluxos com mesmo destino, porém com origens distintas, muito embora seja digno de nota o caso dos domicílios das famílias componentes do fluxo dos municípios industriais para os dormitório I/Sudeste que, em termos de disponibilidade de

condições adequadas de escoadouro, mostram-se significativamente piores que todos os demais fluxos com o mesmo destino.

São dois os principais resultados que se desprendem desta seção: o primeiro mostra que as diferenças entre os migrantes intrametropolitanos dos distintos fluxos dependem principalmente do lugar de destino dos mesmos; e o segundo diz respeito ao fato de as distorções entre estes migrantes e os demais residentes no local de origem dos movimentos internos, variarem segundo o destino do fluxo analisado.

De fato, pôde-se constatar que, em todas as variáveis analisadas, as discrepâncias entre fluxos com distintas origens e mesmo destino eram pouco significativas, mostrando que os diferenciais existentes entre eles dependiam quase que exclusivamente do rumo seguido pelos migrantes.

Mostrou-se também que as desvantagens relativas, verificadas, em geral, para os emigrantes intrametropolitanos em comparação aos "não-migrantes", praticamente desapareciam quando eram considerados os fluxos dirigidos para as áreas industriais, sendo que em alguns casos foi constatada até mesmo uma melhor situação dos primeiros. Tal resultado revelou, uma vez mais, as importantes diferenças qualitativas existente entre os fluxos direcionados para áreas com distintos níveis de desenvolvimento urbano-industrial.

Verificou-se uma situação semelhante com relação aos "outros migrantes". Efetivamente, os resultados da comparação destes com os emigrantes intrametropolitanos eram, em geral, distintos quando os fluxos considerados correspondiam àqueles com destino aos municípios-dormitório, ou aos direcionados para as áreas mais industrializadas. Principalmente com relação à renda e à condição sócio-ocupacional, enquanto nos primeiros fluxos as famílias de migrantes internos encontravam-se em uma situação ligeiramente mais desfavorável, nos últimos tal comportamento invertia-se completamente, passando estas a desfrutar de condições sensivelmente melhores que os "outros migrantes" residentes no lugar de origem.

2. Movimentos da Pobreza: serão realmente os mais pobres que migram?

Todos os dados analisados de forma agregada mostram, claramente, que a migração intrametropolitana é predominantemente constituída de famílias ou indivíduos de baixa renda e, portanto, que as demais modalidades de mobilidade espacial interna (inter-regional, interestadual, etc.), configuravam-se, da mesma maneira, como uma migração da pobreza.

No entanto, há razões para se supor que os movimentos intrametropolitanos não se configurem uma migração das mais pobres, uma vez que esta mudança de domicílio implicaria uma disponibilidade financeira mínima, sobretudo, no caso das famílias que deixam as áreas centrais (principalmente a Capital) em busca das ofertas habitacionais existentes na periferia.

De fato, a compra de um lote ou de uma casa, por piores e mal localizados que sejam, envolve um custo com o qual nem todas as famílias de baixa renda podem arcar. Mesmo no caso da migração motivada por razões de trabalho, é grande a possibilidade de que estes migrantes apresentem melhor qualificação, a fim de poderem responder de maneira mais adequada às demandas geradas nos outros centros industriais da Região.

Tendo em vista que mais de 63% da migração intrametropolitana têm sua origem no município de São Paulo e que boa parte destes migrantes provêm de fora da Região, há fortes indícios de que este movimento represente um estágio mais avançado na vida migratória dos indivíduos que, em momentos passados, chegaram à Região. Por isso, é provável que a mudança interna de município pressuponha, além de um maior grau de informação sobre a área, certas condições mínimas para que a mesma possa concretizar-se.

Portanto, o que se pretende nesta seção é detectar, para o estrato mais pobre, a existência (ou não) de uma diferenciação entre os emigrantes e os demais residentes nas áreas de origem, o que torna-se difícil de avaliar a partir da análise agregada feita até o momento.

Em outras palavras, busca-se obter algumas respostas para questões tão instigantes como: dentre as famílias (ou indivíduos) de baixa renda, serão aquelas em melhores condições as que migram? A migração interna significa para elas alcançar uma melhora relativa em comparação aos pobres que não migraram?

Obviamente que as informações do Censo não permitem responder adequadamente a estas perguntas. Deve-se lembrar que, além das limitações intrínsecas dos quesitos censitários, os dados referem-se ao momento do levantamento e não ao da migração (ver Anexo I). Não entanto, algumas aproximações podem ser obtidas.

Assim sendo, o que se apresenta a seguir é apenas uma breve discussão sobre alguns diferenciais entre os emigrantes intrametropolitanos e os residentes na área de origem, ambos segmentos considerados dentro do extrato sócio-econômico aqui chamado de "baixa renda"⁹⁴.

Os dados da Tabela 33 permitem comparar, para a faixa de renda per capita familiar inferior a dois salários mínimos, as famílias emigrantes e as residentes na área de origem dos fluxos migratórios mais significativos. As informações desta tabela corroboram os resultados obtidos anteriormente para a totalidade das famílias (Tabela 30). Mesmo neste extrato específico, seja com relação à proporção de famílias abaixo da "faixa de pobreza", seja em termos da renda média percebida, constata-se a existência de uma certa tendência no sentido de os "não-migrantes" apresentarem uma condição mais favorável que os emigrantes intrametropolitanos.

Note-se, porém, que o grau desta discrepância acentua-se nos fluxos direcionados aos municípios-dormitório, vetores Leste e Oeste/Norte, que representam áreas mais carentes e menos desenvolvidas da Região Metropolitana de São Paulo. Neste caso, evidencia-se, mais uma vez, a relação entre o perfil dos municípios de destino e as diferenças entre as famílias "não-

⁹⁴Devido ao caráter apenas exploratório dessa seção, não se teve grandes preocupações em determinar um critério preciso para classificar as famílias de baixa renda. Para efeitos da presente discussão, tais famílias foram definidas como aquelas com renda média per capita, inferior a dois salários mínimos. Na verdade, alguns estudos, como o de Mendonça (1991), consideram este corte.

migrantes" e emigrantes internas de baixa renda, ou seja, estas últimas tendem a incrementar-se nos fluxos direcionados às áreas mais desenvolvidas da Região.

Como já se fez notar, este resultado condiz com um dos pressupostos básicos deste estudo, ou seja, aquele que tratava das discrepâncias qualitativas entre os fluxos. Tendo em vista que era esperada uma diferenciação qualitativa importante entre os fluxos segundo o perfil das áreas de destino, é natural que isto se reflita no resultado das comparações dos migrantes componentes de cada um deles com a população residente no local de origem.

Tal relação torna-se ainda mais evidente quando se constata que as únicas exceções à regra, ou seja, aquelas em que os emigrantes internos apresentam situação mais desfavorável que a população residente na área de origem, ocorrem nos fluxos que saem de São Paulo em direção aos municípios industriais e destes últimos para São Bernardo do Campo, nos quais as áreas de destino sabidamente encontravam-se entre as de maior desenvolvimento urbano-industrial da Região.

Já com relação às famílias residentes na origem classificadas como "outros migrantes", a situação modifica-se sensivelmente. De fato, as discrepâncias com relação a esta subpopulação são, em geral, bem menores, sendo que, em grande parte dos fluxos, os emigrantes intrametropolitanos apresentam-se em melhores condições.

Tabela 33
Distribuição das Famílias Residentes com Renda per capita Inferior a Dois Salários Mínimos, por Características do Domicílio, Segundo Município de Origem, Condição Migratória do Chefe, Fluxos Migratórios Mais Significativos Região Metropolitana de São Paulo 1980

Município de Origem	Condição Migratória	Renda per capita familiar		Distribuição das Famílias, por Características do Domicílio (%)									
		Famílias Pobres (1) (%)	Renda Média (SM)	Rede de Água (canalização)		Esgoto		Esgoto Sética		Rede Elétrica (medidor)		Condição de Ocupação	
				Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem	Próprio	Alugado
São Paulo	Residentes	25,37	1,06	84,73	6,08	47,78	27,03	66,92	30,75	53,78	34,38		
	Não-Migrantes	33,39	0,96	66,69	13,91	36,23	25,95	41,70	53,60	28,72	60,71		
	Outros Migrantes												
	Emigrantes/Destino Industriais	20,13	1,12	86,82	8,02	86,56	5,32	65,64	30,10	29,19	58,15		
Industriais	Ind./Dormitórios	29,33	1,01	62,21	6,57	30,55	16,64	55,49	39,97	53,96	35,46		
	Dorm. I - Sudeste	28,57	0,99	67,78	10,15	27,39	40,24	61,57	35,47	50,91	39,44		
	Dorm. I - Leste	45,63	0,81	39,59	9,23	6,01	3,06	59,56	30,99	61,63	25,34		
	Dorm. I-Oeste/Norte	35,44	0,92	54,89	10,91	3,04	33,00	58,10	38,76	63,82	25,49		
São Bernardo do Campo	Residentes	18,19	1,12	92,63	3,47	90,56	4,04	77,83	20,41	57,78	29,15		
	Não-Migrantes	27,63	1,02	80,12	12,06	77,51	7,49	54,63	40,42	21,11	64,57		
	Outros Migrantes												
São Bernardo do Campo	Emigrantes/Destino São Bernardo	15,93	1,20	83,39	4,52	84,04	6,10	74,08	22,30	52,81	34,95		
	Dorm. I - Sudeste	26,53	1,02	75,84	8,58	15,56	33,31	63,81	32,51	60,76	31,26		
	Residentes	24,03	1,08	75,38	6,68	77,16	5,82	61,61	33,72	62,60	23,57		
Osasco	Não-Migrantes	35,34	0,94	50,48	16,92	55,28	8,61	32,22	56,20	42,50	45,11		
	Outros Migrantes												
	Emigrantes/Destino Dorm. I-Sudeste	27,77	1,01	58,85	14,65	22,50	40,58	50,93	45,64	53,77	39,68		
Osasco	Residentes	26,62	1,02	84,01	12,20	24,93	44,13	54,69	42,72	61,47	25,17		
	Não-Migrantes	35,96	0,92	70,45	21,69	18,05	39,66	33,94	61,55	28,20	59,53		
	Outros Migrantes												
Osasco	Emigrantes/Destino Barueri	38,39	0,86	34,72	6,60	0,00	23,29	39,47	52,23	50,74	32,05		
	Carapicuíba	33,33	0,94	66,18	14,35	0,00	55,96	61,45	36,77	73,38	20,34		

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980, Tabulações Especiais.
Nota: (1) Porcentagem de famílias com renda per capita inferior a 0,68 SM (linha de pobreza). Incluem famílias sem rendimentos.

Mesmo que em menor grau, neste caso as comparações também variam segundo o fluxo analisado. Independentemente das origens dos mesmos, observa-se uma visível vantagem dos emigrantes intrametropolitanos nas correntes migratórias rumo aos municípios industriais, industriais/dormitórios e dormitórios I/Sudeste, enquanto nos fluxos em direção às áreas dormitórios I-Oeste/Norte este favorecimento tende a anular-se, sendo que apenas nos movimentos para os dormitórios I/Leste a pior condição econômica dos emigrantes internos fica configurada.

Destas observações, chama a atenção a diferenciação encontrada, segundo vetores, nos fluxos dirigidos aos municípios-dormitório I. Como já constatado e interpretado em outros momentos desta análise, fundamentalmente entre os vetores Sudeste e Leste, é importante a diferença entre os migrantes intrametropolitanos, o que repercute, obviamente, na comparação com a população residente.

Assim, uma vez mais constata-se que os movimentos direcionados ao vetor Leste, área de influência da grande zona industrial do ABC paulista, são qualitativamente distintos daqueles que rumaram para outras direções, sobretudo, a leste que, como se sabe, é de ocupação mais antiga e uma das áreas mais pobres da Região.

Por último, vale salientar que as considerações anteriores praticamente independem da origem dos fluxos analisados. Uma vez mais conclui-se que as características gerais das comparações com dos emigrantes internos "não-migrantes" e "outros migrantes" estão muito mais ligadas à área de destino.

Outro aspecto que pode ser observado através da Tabela 33 refere-se às características dos domicílios das famílias de chefes emigrantes intrametropolitanos em comparação aos residentes no local de origem dos fluxos.

As informações, analisadas em termos da dotação pura e simples dos serviços de água, esgoto e luz, mostram a clara - e esperada - vantagem dos residentes na área de origem, sobretudo, os "não-migrantes", com relação aos emigrantes intrametropolitanos. Tendo em vista

que tal disponibilidade está ligada ao grau de universalização dos serviços alcançados pelos municípios e que as áreas de origens constituem-se nas mais desenvolvidas, é natural que este comportamento seja registrado.

Prova disto está no fato de que a única exceção evidente a este comportamento pode ser constatada no fluxo de São Paulo em direção aos municípios industriais, em que os emigrantes em questão encontravam-se praticamente em igualdade de condições com os "não-migrantes" e bem melhores que os "outros migrantes".

Contudo, esta comparação tende a sofrer certa alteração quando a informação é desagregada em função de alguma condição de acesso aos serviços. Este é o caso, por exemplo, da energia elétrica.

Muito embora, em termos de dotação, este serviço estivesse praticamente universalizado para as famílias consideradas, é visível a diferença entre os emigrantes intrametropolitanos e os "outros migrantes" no que diz respeito à forma de usufruírem esta facilidade. Como se constata para todos os fluxos, os migrantes internos apresentavam proporções de ligações elétricas "sem medidor" bem inferiores aos "outros migrantes", o que indica uma condição habitacional mais precária para estes últimos.

O mesmo se nota com relação ao estatuto de propriedade dos domicílios, sendo que os emigrantes intrametropolitanos apresentam maiores proporções de domicílios próprios que os "outros migrantes" e até mesmo que os "não-migrantes", no caso de alguns fluxos, principalmente aqueles dirigidos aos municípios-dormitório.

Mesmo levando em conta que a condição de propriedade reflete também as características das áreas de destino com relação ao preço da terra, não deixa de ser interessante a constatação sobre a melhor posição dos emigrantes intrametropolitanos com relação aos "outros migrantes" residentes na origem.

Em suma, esta breve análise das famílias de baixa renda mostra que aquelas com chefes emigrantes intrametropolitanos podem ser consideradas mais pobres apenas com relação às famílias "não-migrantes" e assim mesmo com certas exceções, como são os fluxos migratórios dirigidos a centros mais industrializados.

No que tange à comparação com os "outros migrantes", a conclusão depende em maior medida do fluxo considerado, muito embora apenas naquele com destino aos municípios-dormitório I/Leste fica evidente a situação mais desfavorável dos emigrantes internos.

Neste caso, é oportuno novamente destacar as condições precárias das famílias de chefe migrantes intrametropolitanos que se dirigiram para os municípios-dormitório do vetor Leste: destas famílias de baixa renda, por exemplo, apenas 9% contavam com algum tipo aceitável de escoadouro e menos da metade dispunha de água corrente.

Enfim esta seção mostrou que, no mínimo, é arriscado sustentar que a migração intrametropolitana configura-se como uma migração dos mais pobres. Na verdade, a única situação em que esta assertiva parece ser verdadeira - embora, ainda assim, com exceções - é justamente quando se compara os migrantes internos com a população de baixa renda residente há mais tempo no município (não-migrantes), que, por sua própria condição de antiguidade, poderia possuir um maior grau de estabilidade financeira e residencial nos principais centros de origem dos movimentos internos.

De fato, como mostram os dados da Tabela 33, estas famílias tendem a apresentar os níveis mais elevados de posse do domicílio onde residem, sendo 54% em São Paulo, 58% nos municípios industriais, 63% em São Bernardo do Campo e, finalmente, 61% em Osasco.

3. A Migração Pendular: uma contrapartida da migração intrametropolitana⁹⁵

Em uma reportagem de dezembro de 1990, o jornal Folha de S. Paulo comentava alguns resultados obtidos a partir de um estudo elaborado com os dados da pesquisa O/D do Metrô Paulista, que apontavam as altas densidades populacionais apresentadas durante o dia por algumas regiões da cidade de São Paulo.

Utilizando os dados analisados pelo arquiteto Celso Cosenza e pela engenheira Mara Ferreira Calor, o artigo em questão apresentava gráficos de densidade demográfica das várias áreas da Região Metropolitana de São Paulo ao meio-dia e às 20:00 hs. A comparação entre os dois períodos evidenciava a ocupação diferencial dos locais: se, por um lado, no primeiro deles as zonas mais centrais aumentavam muito suas densidades demográficas, por outro, no segundo já se percebia uma maior dispersão populacional, sobretudo em direção à periferia e aos bairros residenciais mais afastados do centro.

Este fenômeno revela a intensa mobilidade diária da população para exercer algum tipo de atividade. Segundo os dados das pesquisas O/D (Origem/Destino) do Metrô (1989), os motivos dos deslocamentos em 1987 eram nesta ordem: trabalho (49,6%), educação (17,8%), lazer (12,0%), negócios (11,0%) e outros (compras, saúde, etc., 9,54%). Este perfil pouco se modificou com relação à pesquisa anterior de 1977, embora o motivo trabalho tenha sido um pouco mais significativo naquele momento (51,5%).

Estes números mostram, portanto, que a maior parte dos deslocamentos diários ocorre por motivos de trabalho ou estudo. É a partir dessa constatação que se propõe esta análise sucinta, que visa considerar dois fenômenos migratórios distintos, mas intimamente relacionados: a migração intrametropolitana, e a migração pendular, que se refere à movimentação intermunicipal diária das pessoas em função de trabalho ou estudo.

⁹⁵Esta seção corresponde a uma versão revisada e bastante ampliada de um artigo publicado pelo autor. Ver CUNHA (1993).

É em um contexto de expansão territorial da Região Metropolitana - baseada, em boa medida, na migração interna -, em que o espraiamento da população no espaço se dá em ritmo e abrangência bem maiores que os da atividade produtiva, que a migração pendular ganha contornos de um fenômeno de mais alta relevância e interesse.

Os dados da própria pesquisa O/D, ainda que disponíveis apenas para 1987, pois se sabe que a mobilidade diminuiu com relação a 1977⁹⁶, mostram que cerca de 35% das viagens diárias eram feitas para macrozonas distintas daquelas de residência. Uma vez que essas regiões são definidas como um conjunto de municípios e/ou distritos, pode-se esperar uma proporção muito maior de pessoas que se deslocam, por exemplo, de uma cidade para outra.

Através das informações censitárias⁹⁷, verifica-se que, na Região Metropolitana de São Paulo, este fenômeno alcança níveis significativos, sendo que mais de 760 mil indivíduos residentes na Região realizavam este tipo de movimento diário em 1980.

Contudo este tipo de movimentação é bastante heterogêneo no que se refere aos lugares de residência dos indivíduos que o realizam. Pode-se constatar que há uma grande concentração dessas pessoas nos municípios-dormitório I, em especial nos vetores Oeste/Norte e Sudeste, e nos industriais/dormitórios que, como já se mostrou, têm sido as principais áreas para onde se expande a Região Metropolitana. De fato, quase 67% dos migrantes pendulares residem nestes municípios (Gráfico 30)

Por isso mesmo, a proporção da PEA metropolitana representada por estes indivíduos (14%) não espelha a importância do fenômeno no contexto de grande parte dos municípios da Região, uma vez que está fortemente influenciado pela Capital onde o fenômeno é pouco freqüente.

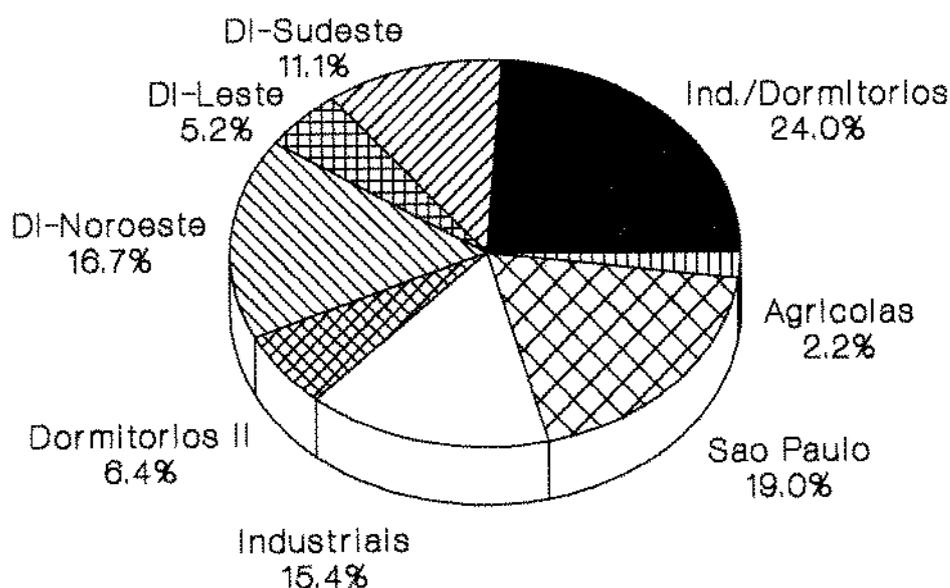
⁹⁶Os índices de mobilidade (número de viagens/habitante) registrados foram 1,53 para 1977 e 1,15 para 1987.

⁹⁷No Censo pode-se captar os movimentos pendulares a partir da informação sobre o "município de trabalho e estudo" dos indivíduos com mais de 10 anos de idade. Maiores detalhes encontram-se no Anexo I.

Como mostra a Tabela 34, nos grupos de municípios-dormitório I e II tais deslocamentos envolviam, respectivamente, 46% e 41% da PEA residente nestas áreas, muito embora especificidades internas pudessem ser constatadas. Assim, por exemplo, enquanto esta cifra era ainda mais elevada nos municípios-dormitório I do vetor Oeste/Norte (59%), diminuía sensivelmente no vetor Leste (24,6%), onde na época, já se desenvolviam um parque industrial e um setor terciário relativamente importantes.

Outro aspecto extremamente interessante observado na tabela em questão refere-se às diferenças entre a incidência da "pendularidade" segundo a condição migratória do indivíduo: para o total da Região Metropolitana de São Paulo, enquanto 52,9% dos migrantes intrametropolitanos faziam este tipo de movimento em 1980, apenas 10,8% dos "não-migrantes" e 12% dos "outros migrantes" encontravam-se na mesma situação.

Gráfico 30
Distribuição Relativa da Migração Pendular, por Grupos de Municípios
Região Metropolitana de São Paulo
1980



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.

Mais significativo ainda é o fato de que esta discrepância persiste mesmo quando os indivíduos são analisados segundo o município de residência. Embora estas diferenças diminuam sobremaneira quando a comparação é feita, por exemplo, nos municípios-dormitório, a tendência de maior mobilidade pendular ainda persiste para os migrantes intrametropolitanos.

Apenas à guisa de exemplificação, pode-se mencionar que, nos municípios-dormitório I-Oeste/Norte, que abrigavam em 1980 mais de 33% dos migrantes pendulares (vide Gráfico 29), 71% dos migrantes internos realizavam este tipo de movimentação, enquanto a porcentagem dos demais residentes chegava a cerca de 50%. Mais marcante ainda era a diferença existente nos dormitórios I/Leste, onde se registrou uma proporção de 74% para os primeiros contra menos de 24% para os últimos.

Para efeitos do presente estudo, além do maior grau de mobilidade pendular dos migrantes intrametropolitanos, é importante também destacar que 27% do total da migração pendular registrados pelo Censo de 1980 eram compostos por estes migrantes, o que de imediato retrata o impacto deste fenômeno sobre aquele.

Portanto, não se pode negar que o entendimento dos movimentos pendulares (ou "alternantes", plagiando Castells (1974)) passa, entre outros aspectos, pela compreensão da migração intrametropolitana, não apenas como manifestação de um processo específico de segregação espacial, mas também enquanto elemento decorrente de um fenômeno mais abrangente, qual seja, a distribuição da atividade econômica no território da Região Metropolitana São Paulo.

Apesar do anterior, a análise da migração pendular não representa, neste estudo, um fim⁹⁸, mas, sobretudo, uma meio para se chegar a uma melhor caracterização do objeto

⁹⁸Salvo engano, até o momento o trabalho de HOGAN (1991) parece ter sido o único a realizar uma análise mais qualitativa da migração pendular na Região Metropolitana de São Paulo. Muito embora também neste estudo tais tipo de migração não tenha sido o objeto principal de preocupação, avança-se no sentido de caracterizá-lo no que se refere à situação ocupacional dos

analisado, ou seja, a migração intrametropolitana. Neste sentido, o Censo Demográfico de 1980 oferece uma oportunidade ímpar, ao permitir captar simultaneamente os fluxos migratórios internos e a migração pendular deles decorrente⁹⁹.

A possibilidade de cotejar os lugares de origem dos movimentos com aqueles onde os migrantes exercem suas atividades abre um novo e interessante caminho para se conjecturar acerca dos condicionantes dos movimentos em questão. A coincidência ou não dos lugares de destino e de trabalho/estudo pode, assim, ser utilizada como mais um indicativo das possíveis motivações que levaram o indivíduo (ou família) a migrar.

Tabela 34
Distribuição da PEA que Trabalha ou Estuda Fora do Município de Residência Atual,
por Condição Migratória
Região Metropolitana de São Paulo
1980

Município de Residência Atual	Distribuição da Migração Pendular, Condição Migratória (%)			
	Intrametropolit.	Não-Migrante	Outro Migrante	Total PEA
São Paulo	19,13	3,74	3,61	3.786.397
Industriais	52,26	37,87	33,23	303.570
Industriais/Dormitórios	47,32	28,77	24,93	580.728
Dormitórios I	63,39	36,68	42,71	548.216
Vetor Sudeste	60,57	47,57	42,44	172.710
Vetor Leste	46,91	17,28	24,39	159.954
Vetor Oeste/Norte	71,41	49,97	53,52	215.552
Dormitórios II	58,20	35,19	36,68	118.191
Vetor Sudeste	58,52	35,75	46,46	27.632
Vetor Leste	62,25	50,39	50,72	19.218
Vetor Oeste/Norte	56,86	30,53	30,85	71.341
Agrícolas	39,93	17,13	22,81	72.804
Vetor Leste	20,77	12,29	11,24	31.561
Vetor Oeste/Norte	48,69	21,65	31,87	41.243
Região Metropolitana	52,89	10,80	11,91	5.409.906

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.
Tabulações Especiais.

migrantes segundo a localização dos locais de trabalho.

⁹⁹Efetivamente o Censo de 1980 é o único realizado até o momento que recolhe simultaneamente as informações do município anterior e município de trabalho ou estudo. Se, por um lado, no Censo de 1970 esta última estava presente, mas não se dispunha da primeira, em 1991 a situação foi exatamente a inversa, ou seja, deixou-se de coletar o dado referente à migração pendular.

Tabela 35

Distribuição da PEA Migrante Intrametropolitana que Trabalha ou Estuda Fora, do Município de Residência Atual, Volume de Migrantes e Porcentagem da PEA no Fluxo, Segundo os Fluxos Migratórios Mais Significativos
Região Metropolitana de São Paulo
1980

Fluxos Migratórios (Origem/Destino)	Percentual da PEA que Trabalha ou Estuda Fora(%)			Volume de Migrantes	Porcentagem de PEA no Fluxo (%)
	Total	Município de Origem	Outro Município		
S. Paulo/Industriais	50,61	29,94	20,67	36.780	47,44
S. Paulo/Ind. Dormitórios	49,71	45,20	4,52	219.499	43,09
S. Paulo/Dorm. I-Sudeste	60,27	42,47	17,80	54.405	45,42
S. Paulo/Dorm. I-Leste	52,64	43,70	8,94	59.774	37,74
S. Paulo/Dor. I-Oeste/Norte	72,24	65,17	7,07	141.519	42,61
Industriais/S. Bernardo	38,90	14,27	24,63	23.597	45,18
Industriais/Dorm. I-Suddest	65,01	24,96	40,05	25.188	40,16
S. Bernardo/Dorm. I-Sudeste	58,25	42,45	15,79	15.932	44,95
Osasco/Carapicuíba	80,15	30,53	49,61	23.141	39,66
Osasco/Barueri	66,50	26,08	40,42	5.735	38,57

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.
Tabulações Especiais.

Se, por um lado, é possível supor que a não-coincidência do município de residência com o de trabalho ou estudo seja um forte indício de que a migração tenha estreitos vínculos com a questão habitacional, por outro, pode-se pensar que a questão laboral¹⁰⁰, mesmo no caso de não ser o único fator responsável, tenha influenciado significativamente o movimento.

Através da Tabela 35 é possível verificar a clara distinção entre as correntes migratórias. Os dados sugerem que um número razoável dos movimentos populacionais da década de 70, em direção aos municípios mais industrializados, estava inserido em um processo de redistribuição

¹⁰⁰Evidentemente que pelo caráter da informação disponível (município de trabalho ou estudo), não se pode afirmar que toda a migração pendular se dê por razões de trabalho. Para amenizar esta limitação intrínseca dos dados, optou-se por elaborar a análise apenas para a população economicamente ativa o que, de algum modo, contornaria o problema. Na verdade, ao considerar apenas estas pessoas estar-se-ia eliminando a parcela de indivíduos que apenas estudam, muito embora ainda restassem aqueles que trabalham e estudam ao mesmo tempo.

da mão-de-obra na Região Metropolitana de São Paulo. Entretanto, também deixam transparecer que vários fluxos engrossavam as fileiras daqueles que buscavam as "periferias" da Capital para resolverem seus problemas habitacionais.

Efetivamente, é bastante sintomático que os fluxos com destino às áreas mais industrializadas da Região, além de apresentarem de forma sistemática uma proporção inferior de migrantes pendulares, sejam também os que registrem menores proporções de PEA que continuam exercendo suas atividades no lugar de origem. Os fluxos dirigidos para os municípios industriais (principalmente) e industriais/dormitórios, são casos exemplares desta situação.

Em contrapartida, observa-se, em geral, que nas correntes migratórias direcionadas aos municípios caracteristicamente dormitórios, os migrantes pendulares tendem a exercer suas atividades predominantemente nas áreas de origem dos movimentos.

Contudo, particularmente nos fluxos com origem em São Paulo, ainda é possível constatar diferenças entre os que se destinaram aos municípios do vetor Leste e Sudeste e aqueles dirigidos ao vetor Oeste/Norte. De fato, nos primeiros não apenas é menor a proporção de migrantes pendulares, mas também o percentual destes que exercem suas atividades no lugar de origem.

Na verdade, o comportamento diferencial dos vetores Leste e Sudeste certamente está ligado à localização destes grupos de municípios em zonas onde a atividade econômica, principalmente a industrial, é mais intensa se comparada a outras áreas dormitórios. O peso da atividade industrial observado em 1980 em municípios como Suzano e Mogi das Cruzes (ao Leste) e, sobretudo, Diadema e Mauá (ao Sudeste) diferencia claramente estas áreas das demais.

Além disso, no caso dos dois últimos municípios, a vizinhança e a inevitável integração com a Região do ABC paulista (responsável por mais de 22% do VTI da Região) devem favorecer ainda mais esta não dependência com a Capital em termos laborais.

Finalmente, cabe destacar os fluxos com origem em Osasco, nos quais, embora fosse registrada grande proporção de migrantes pendulares, era pequena a parcela daqueles que exerciam suas atividades no local de origem. Mesmo não estando explícita na Tabela 35, sabe-se que a maioria dos migrantes constantes da categoria "outros municípios" refere-se, na verdade, àqueles que exercem suas atividades na Capital.

Esta constatação retrata e reafirma o papel da Capital em termos da absorção de mão-de-obra dos migrantes intrametropolitanos, o contínuo distanciamento de muitos deles dos locais de trabalho e, mais ainda, sugere que provavelmente o movimento captado pelo dado censitário reflete apenas um outro momento na trajetória do migrante em busca de uma fixação mais definitiva na Região Metropolitana de São Paulo.

Comentários semelhantes poderiam ser feitos com relação ao fluxo "industriais/dormitórios I - Sudeste", no qual mais de 40% dos migrantes realizavam migração pendular para áreas distintas dos municípios de residência anterior. Contudo, além da Capital, sabe-se que São Bernardo do Campo também se coloca como um dos locais preferenciais de trabalho para estes indivíduos, o que não surpreende, tendo em vista a força industrial desta área e a integração existente na região do ABC, da qual aquele município faz parte juntamente com os industriais (São Caetano do Sul e Santo André).

Em suma, os dados do Censo Demográfico de 1980 permitem estabelecer, para a década de 70, uma clara relação entre os movimentos migratórios intrametropolitanos, que envolvem mudança de residência, e aqueles que aqui foram denominados pendulares, na medida em que boa parte dos indivíduos que compunham os primeiros também fazia parte dos últimos.

Além do interesse analítico que desperta este fenômeno, em particular do ponto de vista demográfico, seu impacto concreto no espaço metropolitano é absolutamente visível, como mostrava o artigo citado da Folha de S. Paulo, o que, por si só, justifica a preocupação pelo seu melhor entendimento.

Mesmo não sendo necessariamente decorrência direta da migração intrametropolitana, não há como negar que esta possui uma implicação bastante clara sobre a migração pendular, sobretudo, na Região Metropolitana de São Paulo, onde grande parte dos movimentos internos é condicionada, em última instância, pela busca de locais de moradia nos "arredores" do centro.

Assim, pode-se concluir que, numa cadeia causal, muitos dos determinantes da migração pendular poderão ser identificados a partir do conhecimento profundo dos condicionantes da intensa migração interna na Região Metropolitana.

CONCLUSÕES

Este trabalho forjou-se a partir da convicção de que tanto o objeto estudado quanto a fonte de dados utilizada eram dois elementos, até então, pouco explorados nos estudos demográficos no Brasil. A grande carência de estudos envolvendo pelo menos um destes aspectos e, sobretudo, a inexistência de análises semelhantes à elaborada neste trabalho, ao mesmo tempo que motivaram, também significaram dois grandes desafios ao autor.

O primeiro, do ponto de vista teórico, refere-se à necessidade - devido à não-disponibilidade de arcabouços especificamente desenvolvidos para enfrentar a questão dos movimentos migratórios intrametropolitanos - de resgatar vários fragmentos de formulações relativas a processos ligados a este fenômeno, como é o caso da periferização. Assim, sem grandes pretensões teóricas, construiu-se, no capítulo I, um marco de referência que direcionava o estudo empírico do objeto, sobretudo quanto à relação entre alguns condicionantes estruturais dos movimentos intrametropolitanos e as características das famílias migrantes.

O segundo desafio é de ordem empírica. Não foi tarefa das mais simples conciliar formulações de natureza teórica com os dados censitários que, embora ricos em informação, são poucos flexíveis e válidos apenas para o momento em que foram coletados. Além do mais, o grande volume de dados disponíveis e as inúmeras possibilidades de cruzamentos tornavam elevado o risco de se elaborar uma análise muito longa e cansativa.

É difícil saber até que ponto estes dois desafios foram superados, contudo, acredita-se que o presente estudo foi capaz de cumprir um de seus principais objetivos, traçando, pela primeira vez, um perfil bastante completo dos movimentos migratórios intrametropolitanos na Região Metropolitana de São Paulo.

Pode-se afirmar que pelo menos nos anos 70 - e certamente na década anterior - a migração intrametropolitana configurou-se como um dos mais importantes mecanismos de

redistribuição espacial da população e, portanto, de expansão da Região Metropolitana de São Paulo.

Mesmo sendo uma das áreas que mais migrantes inter-regionais recebeu na década, a grande maioria dos municípios da Região teve seu crescimento demográfico atrelado à migração ocorrida no interior desta, o que se explica em função do caráter de grande pólo de atração do município de São Paulo para a migração externa. Talvez esta tenha sido uma das características mais interessantes e peculiares dos movimentos intrametropolitanos na Região Metropolitana de São Paulo.

Praticamente toda a análise empírica realizada procurou demonstrar que as características quantitativas e qualitativas assumidas por esta migração refletiam, por um lado, processos históricos de formação e ocupação da área que, ao longo do tempo, definiram os perfis e as formas de ocupação dos municípios e, por outro, as maneiras como o conjunto de incentivos e constrangimentos estruturais existente na área influenciavam as distintas famílias na decisão de migrar.

Obviamente que, ao propor esta temática, era necessário justificar a importância do fenômeno no tempo e no espaço em que ocorreram. Isto foi feito no capítulo II, mostrando que esta migração tinha grande significado demográfico não apenas do ponto de vista numérico, já que envolvia mais de 920 mil pessoas, mas também em termos de seu impacto nas dinâmicas específicas de grande parte dos municípios metropolitanos, sobretudo, quanto ao crescimento populacional.

Naquele mesmo capítulo, foram identificados os principais fluxos migratórios envolvidos, seus volumes e direções. Concluiu-se que o município de São Paulo foi principal centro de onde partiam os migrantes intrametropolitanos da década de 70 - o que se contrapunha ao seu grande poder de atração de migrantes inter-regionais -, dando a dimensão do papel redistributivo que a área exercia dentro da Região Metropolitana.

Algumas dinâmicas sub-regionais foram detectadas nas áreas de influência de Osasco, ao oeste, e do ABC paulista Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, ao sudeste. Nestes subespaços, também delineava-se o processo de espraiamento da região ancorado na transferência de população desde os centros mais importantes em direção às áreas periféricas, reproduzindo, em menor dimensão, o que se verificou para o município de São Paulo com relação à Região como um todo.

Ao contrário da pouca variabilidade dos fluxos migratórios mais significativos em termos do lugar de origem (limitados à Capital e a alguns outros subcentros), constatou-se uma grande diversidade de municípios de destino, com distintos perfis sócio-econômicos e demográficos, que foram apresentados sinteticamente na forma de uma tipologia. Não obstante à gama de possibilidades, pôde-se mostrar a não-aleatoriedade das direções seguidas pela migração interna, uma vez que os principais municípios de destino possuíam atributos em termos de acessibilidade, ofertas imobiliárias ou mesmo oportunidades econômicas, que os tornavam mais "atrativos" que outros.

Esta pouca variação em termos de origem e a diversidade de situações quanto aos lugares de destino levaram a reconhecer de que os condicionantes mais próximos da migração intrametropolitana considerados, a saber, mercados de terra e de trabalho, deveriam apresentar-se com distintas formas e intensidades nos vários subespaços da Região, dependendo das características sócio-econômica específicas de cada município. Isto, por sua vez, implicaria diferenças qualitativas no que se refere à migração direcionada para cada uma destas áreas.

Demonstrar a relação existente entre o perfil da área de destino e as características dos migrantes, a fim de comprovar a existência de uma importante diferenciação qualitativa entre os fluxos migratórios intrametropolitanos, foi uma das preocupações que permearam o capítulo III. A partir de variáveis como renda, categoria sócio-ocupacional e condições habitacionais, ficou demonstrado que os fluxos direcionados às áreas industrializadas eram, em média, formados por migrantes em melhores condições sócio-econômicas que aqueles que rumavam para municípios menos desenvolvidos, como por exemplo, os dormitórios.

Contudo, a análise não se resumiu a este fato. Mostrou-se também o caráter nitidamente familiar dos movimentos em questão com a predominância de arranjos nucleares e na etapa inicial do ciclo vital. Além disso, da comparação com a população residente no município de destino, pode-se concluir que os migrantes intrametropolitanos encontravam-se, em geral, em piores condições de renda, ocupação e habitação que os "não-migrantes", mas possuíam certa vantagem sobre os migrantes provenientes de outras regiões ("outros migrantes"). Este último resultado permitiu, inclusive, reforçar a tese de que os movimentos internos, ao requererem algum nível de conhecimento da área e certas condições financeiras, representariam para muitas famílias um momento mais adiantado em suas trajetórias migratórias.

Observou-se também que os resultados destas comparações sofriam uma variação significativa segundo o fluxo analisado. Nos movimentos direcionados aos municípios industriais, por exemplo, enquanto as diferenças com relação aos não-migrantes diminuía sensivelmente, quanto aos "outros migrantes" estas tendiam a acentuar-se.

Pode-se dizer que as comparações entre os residentes no destino e na origem dos fluxos migratórios foram fundamentais para ancorar a análise dos migrantes intrametropolitanos. Ao situar as características da migração no contexto mais amplo da população regional, foi possível explicitar seu caráter seletivo em termos de ciclo vital, renda, categoria sócio-ocupacional, etc., sobretudo com relação à população não-migrante.

A partir de uma análise multivariada, concluiu-se que, de maneira geral, o ciclo vital em sua etapa inicial (formação) era a característica que maior efeito possuía sobre o volume de famílias migrantes intrametropolitanas, apesar de a renda (pobres), a situação ocupacional (trabalhadores manuais) e o tamanho das mesmas (pequeno) também serem atributos com peso significativo na propensão a migrar. As combinações de famílias em formação e pequenas, pobres e grandes, e pobres com chefes em ocupações manuais também apresentaram grande importância na definição das freqüências de famílias migrantes.

De forma a completar a análise das relações entre os condicionantes da migração e as características observadas das famílias migrantes, realizou-se no capítulo IV um estudo dos fluxos segundo a origem dos mesmos. Naquela oportunidade pôde-se não apenas reafirmar a importância do lugar de destino (em detrimento da origem) na determinação das características médias dos migrantes, mas também avançar no sentido de demonstrar que não eram necessariamente os mais pobres os que realizam o movimento interno, uma vez que alguns residentes (os "outros migrantes") mostravam-se em média em condições menos favoráveis, reforçando, uma vez mais, a idéia da migração interna como uma etapa mais avançada do migrante na Região.

A migração pendular também foi analisada neste capítulo, muito menos como um objeto de interesse particular, mas, sobretudo, como uma outra maneira de evidenciar que as motivações das famílias migrantes internas variavam segundo o fluxo. Ao se verificar que nos fluxos para os municípios industriais, ao contrário do que se observava na migração com destino às zonas dormitórias, uma pequena proporção de migrantes internos continuava a exercer suas atividades na origem, pode-se inferir sobre a forte motivação laboral existente nestes movimentos.

Como em outras análises de migração, também ficou caracterizada a mobilidade predominantemente de pessoas pobres. Contudo, muitos dos resultados levaram a concluir que mesmo o deslocamento dos estratos mais pobres poderia ter significados e motivações distintos. Neste sentido, concluiu-se que, ao associar tais movimentos apenas à questão habitacional, estar-se-ia simplificando uma questão bem mais ampla.

Ainda no que diz respeito às modalidades de ocupação do espaço pela população, a migração interna mostrou-se ser muito mais que o simples resultado da realocação da população de mais baixa renda no espaço regional. Várias constatações realizadas durante a análise indicaram que os estratos de classe média/alta também engrossavam os fluxos migratórios intrametropolitanos, seja em busca de "refúgios" na periferia, seja simplesmente para ocupar áreas a elas reservadas em novos e mais atraentes subcentros produtores de bens e serviços.

Apesar da exaustão com que se tentou analisar os dados censitários, muitas foram as dificuldades e lacunas deste estudo, algumas decorrentes da informação utilizada, outras, porque não, derivadas das próprias limitações do autor.

Não há dúvidas de que esta análise teria sido muito mais rica se tivesse sido realizada de forma diacrônica. Uma análise comparativa de mais de um período seria de grande valia sobretudo para estudar as mudanças no comportamento do fenômeno frente às várias fases do processo de ocupação da área metropolitana. Neste sentido, as inferências sobre o fenômeno, que mostraram sua grande importância no anos 60 e a perda de intensidade nos anos 80, aumentaram ainda mais o interesse pelo estudo de sua evolução. No momento em que estejam disponíveis, os dados da amostra do Censo de 1991 permitirão maiores avanços nesta direção.

Muitas questões também ou não puderam ser abordadas, ou foram apenas tangenciadas em decorrência das características da fonte de dados escolhida. O censo, por se tratar de um corte transversal, não possibilita análises retrospectivas, como as permitidas por histórias migratórias, fundamentais para um cabal entendimento da migração. Na verdade, ao refletir o momento da entrevista, a informação censitária não fornece um quadro da real situação do migrantes e das famílias no momento da migração, o que seria desejável.

Assim, questões importantes como a composição e as características familiares no momento da migração, bem como verbalizações acerca dos motivos e condições dos deslocamentos não podem ser captadas com as informações recolhidas no Censo, o que indubitavelmente restringe o poder interpretativo da análise.

No entanto, com o Censo, enquanto perdem-se certos elementos importantes, ganham-se outros, como é o caso da fidedignidade, da comparabilidade e da representatividade. De fato, é principalmente neste último ponto que uma pesquisa amostral específica tem sua grande debilidade. Por isso mesmo, é difícil afirmar qual destes tipos de levantamentos é o mais importante para estudar o fenômeno migratório; o que se poderia dizer é que a situação ideal seria contar com ambos os instrumentos.

Portanto, apesar das limitações, acredita-se firmemente que a opção pelo Censo Demográfico não deve ser contestada como forma de apreender o fenômeno demográfico em questão. Em termos acadêmicos, além do interesse pelos resultados propriamente ditos, a presente análise se reveste de um significado especial, pois apresenta uma forma de explorar e sistematizar a riqueza das informações censitárias até agora tão pouco utilizada.

Por último, caberia discutir em que medida os resultados aqui obtidos podem ser generalizados para outras áreas metropolitanas e para outros momentos. Em ambos os casos, uma primeira resposta seria negativa, na medida em que se acredita que os movimentos migratórios têm suas especificidades justamente definidas pelo tempo e espaço onde ocorrem. Os tipos e etapas do fenômeno estão fortemente influenciados pelas condições históricas e estruturais que dificilmente são reproduzidas da mesma forma nos vários territórios do país, até porque, enquanto partes de um todo, o que ocorre em uma área tem sempre uma relação muito estreita com o que se registra em outra.

Obviamente que do ponto de vista quantitativo, enquanto fenômeno perceptível e mensurável, poder-se-ia considerar a migração intrametropolitana como praticamente inerente à dinâmica metropolitana, dado que esta se caracteriza principalmente pela concentração populacional e concomitante espraiamento da malha urbana. Contudo, muito provavelmente o mesmo não pode ser dito com relação à intensidade, às especificidades espaciais e, principalmente, às características dos atores envolvidos.

Sua intensidade e expressão espacial dependerão tanto do grau de concentração demográfica atingido pela Região Metropolitana, como da forma pela qual ocorrem a ocupação e a estruturação do território, que, por sua vez, estão influenciadas por fatores como a acessibilidade e sistema de transporte, a atividade e valorização imobiliária, a redistribuição da atividade econômica e do mercado de trabalho, entre outros. Já quanto aos migrantes, suas características dependeriam da estrutura de motivações e constrangimentos decorrente da combinação dos elementos anteriores.

Pode-se dizer que mesmo na própria Região Metropolitana de São Paulo o fenômeno da migração interna deve ter apresentado modificações importantes nos anos 80 e deverá continuar se modificando nos próximos anos, conclusão esta que se deve a vários fatores. Em termos econômicos, poder-se-ia mencionar a forte crise dos anos 80 e a desconcentração das atividades produtivas, que retiram, cada vez mais, o caráter hegemônico da Região e, portanto, o de grande pólo de atração populacional. Além disso, pode-se considerar que as transformações que já se fazem sentir no sistema de produção (flexibilização e terciarização) devem, com o tempo, ter reflexos importantes, não apenas no poder de absorção da mão-de-obra na Região, mas também em sua própria posição em termos da divisão regional do trabalho, bem como, possivelmente, na estruturação interna da mesma.

Em termos demográficos, a diminuição, já comprovada, do volume e da intensidade da imigração, sobretudo em função do arrefecimento dos movimentos inter-regionais que sempre alimentaram e impulsionaram o crescimento metropolitano, e a visível desconcentração demográfica desta área em favor do interior paulista certamente têm e terão cada vez mais um importante impacto no sentido da diminuição do ritmo e da intensidade dos movimentos internos.

Finalmente, em termos espaciais, a migração intrametropolitana deverá, cada vez mais, ser afetada pelo paulatino esgotamento, ou mesmo pela diminuição, das facilidades de ocupação das áreas periféricas mais próximas e acessíveis, que implicaria o alongamento insuportável das distâncias entre a residência e o trabalho para os estratos de mais baixa renda (sabidamente os grandes protagonistas dos movimentos intrametropolitanos dos anos 70). Neste sentido, talvez ganhem maior intensidade e significado numérico os deslocamentos das classes com maior poder aquisitivo em busca de locais mais tranquilos e seguros para se morar dentro da Região.

Todas estas considerações mereceriam um tratamento mais aprofundado, para o que serão de grande utilidade os dados do Censo de 1991 no momento em que estiverem disponíveis. Certamente esta tarefa deverá ser motivo para um prosseguimento futuro deste estudo.

Referências Bibliográficas

- ABLAS, L.A.Q. **A teoria do lugar central: bases teóricas, evidências empíricas.** São Paulo: IPE, USP, 1982. (Série Estudos Econômicos, 2).
- ALTMAN, A.M.G. Estrutura familiar e transição demográfica: o caso do Brasil. **Informe Demográfico**, São Paulo, n. 17, 1986.
- ALTMAN, A.M.G. **Componentes demográficos do crescimento urbano: Região Metropolitana de São Paulo.** São Paulo, 1980. (mimeo).
- ALTMAN, A.M.G. **Grande São Paulo.** São Paulo: Fundação SEADE, 1984. (Série Análise Demográfica Regional).
- ANDRADE, M.M.D. **Uma área de expansão da indústria na metrópole paulistana.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 1979.
- ANTUNES, F.M.R.F., COELHO, S.C.T. Estado e movimento de loteamentos clandestino em São Paulo. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 75-78, jul/set. 1988.
- ARAÚJO, M.F.I. Os cem últimos anos na história da cidade e a formação da Grande São Paulo. In: **São Paulo no Limiar do Século XXI: Cenários da urbanização paulista - A Região Administrativa da Grande São Paulo**, São Paulo: Fundação SEADE, v. 6, p. 17-54, 1992.
- ARAÚJO, M.F.I., PACHECO, C.A. A trajetória econômica e demográfica da metrópole nas décadas de 70-80. In: **São Paulo no Limiar do Século XXI: Cenários da urbanização paulista - A Região Administrativa da Grande São Paulo**, São Paulo: Fundação SEADE, v. 6, p. 55-94, 1992.
- ARSDOL, M. et al. Retrospective and subsequent metropolitan residential mobility. **Demography**, v. 5, n. 1, 1968.

- AZEVEDO, S. A auto construção como base de uma política habitacional: alternativa ou mito?. **Cadernos D.C.P.**, n. 7, 1985.
- BACH, R.L., SMITH, J. Community satisfaction, expectations of moving and migration. **Demography**, v. 14, n. 2, may. 1977.
- BALAN, J. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 5, 1973.
- BASTIÉ, J. et al. **Reflexiones sobre la ordenación territorial de las grandes metrópolis**. México, 1988.
- BERCOVICH, A. **Fecundidade da mulher negra: constatações e questões**. Campinas: UNICAMP/NEPO, 1987, p. 47-101. (Textos NEPO, 11).
- BERQUÓ, E.S., OLIVEIRA, M.C.A.F. de, CAMARGO, C.P.F. de., **A fecundidade em São Paulo - características demográficas biológicas e sócio-econômicas**. São Paulo: CEBRAP, 1977.
- BERQUÓ, E. **Nupcialidade da população negra no Brasil**. Campinas: UNICAMP/NEPO, 1987. (Textos NEPO, 11).
- BERLINCK, M.T. **Marginalidade social e relações de classes em São Paulo**. Petrópolis: Vozes, 1977. (Coleção Sociologia Brasileira, 1).
- BEZERRA, V.M., CRUZ, J.M., BAHIANA, L.C. Periferização urbana no Brasil: um projeto de estudo nas áreas metropolitanas. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 45, n. 1, Rio de Janeiro, jan. 1983.
- BILAC, E.D. **Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência**. São Paulo: Símbolo, 1978. (Coleção Ensaios e Memória, 9).
- BLAY, E.A. Planejamento para quem? Ou a reprodução das favelas em cidades paulistas. In: **A luta pelo espaço**, Petrópolis: Vozes, 1978. (Texto de Sociologia Urbana).

BÓGUS, L.M.M., TASCHNER, S.P. Mobilidade espacial da população Brasileira: aspectos e tendências. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 3, n. 2, 1986.

BÓGUS, L.M.M. **Vila do encontro: a cidade chega à periferia**. PRODEUR, USP, São Paulo, 1981. (Cadernos de Estudos e Pesquisas, 4).

BÓGUS, L.M.M., MONTALI, L., BAENINGER, R. Processos Migratórios no Estado de São Paulo: Resultado de Pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS 7, v.1, 1990, Caxambú. **Anais...** São Paulo: ABEP, 1990.

BONDUKI, N.J., ROLNIK, R. **Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho**. PRODEUR, USP, São Paulo, 1979. (Cadernos de Estudos e Pesquisas, 2).

BROWN et al. On place utility and the normative allocation of intra-urban migrants. **Demography**, v. 7, n. 2, may, 1970.

BUSSAB, W. Pesquisa de Emprego e Desemprego SEADE/DIEESE: Regiões Homogêneas na Grande São Paulo. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1985.

CALDEIRA, T.P.R. **City of Walls: crime, segregation and citizenship in São Paulo**. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais), Berkeley, 1992.

CAMARGO, A.B.M. Migrações internas no estado de São Paulo (avaliação dos Saldos Regionais, 1960/1970). **Informe Demográfico**. São Paulo, n. 6, 1981.

CAMARGO, A.B.M., MONTALI, L. Região Metropolitana de São Paulo: expansão regional e evolução da população. In: FUNDAÇÃO SEADE. **O jovem na Grande São Paulo**, São Paulo, p. 21-34, 1988. (Coleção Realidade Paulista, 2).

CAMARGO, C.P.C. et al. **São Paulo 1975 - crescimento e pobreza**. São Paulo: Ed. Loyola, 1975.

- CAMPOS, C.M.F. A função social da propriedade imobiliária urbana as terras devolutas do município de São Paulo. **Cadernos Fundap**, São Paulo, n. 17, p. 77-86, dez. 1989.
- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil - 1930 a 1970**. Campinas: Global, 1985.
- CANO, W., PACHECO, C.A. **Pesquisa: São Paulo no limiar do século XXI - perspectivas dos setores produtivos 1980 a 2000**. UNICAMP, FECAMP, ago. 1990.
- CANO, W. et al. O processo de urbanização paulista no período 1970/89. **Cenários da Urbanização Paulista**, São Paulo, v. 5, 1992.
- CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: T.A. Queiróz Editores, 1983.
- CARDOSO, F.H. et al. **Considerações sobre o desenvolvimento de São Paulo: cultura e participação**. São Paulo: CEBRAP, 1973.
- CARLOS A.F.A. **A (re)produção do espaço urbano: o caso de Cotia**. Dissertação (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 1986.
- CARVALHO, J.A.M. Migrações internas: mensurações direta e indireta. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS 2, 1981, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABEP, v. 1, 1981.
- CASTELLS, M. **La cuestión urbana**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Ed., 1974.
- CASTELLS, M. **High technology, espace and society**. California: Sage Publications, 1987.
- CASTRO, S.P. **A adaptação de migrantes rurais na Região da Grande São Paulo: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Viçosa, 1982.
- CASTRO, A.B., SOUZA, E.P. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção Estudos Brasileiros, 91).

- CAVALCANTE, T.C. **Barueri e sua participação no conjunto da faixa periférica da metrópole paulistana**. Dissertação (Doutorado em Geografia) - FFLCH, Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 1978.
- CHEVAN, A. Family growth, household density, and moving. **Demography**, v. 8, n. 4, 1971.
- CLACSO (Consejo Latino-americano de Ciências Sociales). **Informes do Grupo de Trabajos sobre Migraciones Internas - Comisión de Población y Desarrollo**. Buenos Aires, 1972.
- CLACSO (Consejo Latino-americano de Ciências Sociales). **Informes do Grupo de Trabajos sobre Migraciones Internas**. Comisión de Población y Desarrollo. Buenos Aires, 1977.
- CLACSO (Consejo Latino-americano de Ciências Sociales). **Informes do Grupo de Trabajos sobre Migraciones Internas**. Comisión de Población y Desarrollo. Buenos Aires, 1980.
- CLACSO (Consejo Latino-americano de Ciências Sociales). **Informes do Grupo de Trabajos sobre Migraciones Internas**. Comisión de Población y Desarrollo. Buenos Aires, 1983.
- CLARK, W.A.V. The roepke lecture in economic geography urban restructuring from a demographic perspective. **Economic Geography**, v. 63, n. 72, april. 1987.
- COMPANHIA do Metropolitano de São Paulo. **Pesquisa OD/87: Síntese das Informações**. São Paulo, 1989.
- CORDEIRO, H.K. **O centro da metrópole paulistana - expansão recente**. Dissertação (Doutorado em Geografia) - FFLCH, Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 1978.
- COSTA, L.C. **Aspectos do processo de produção das periferias da Grande São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 1984.
- COSTA, M.A. **Urbanização e migração urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975. (Série Monografia, 21).

- CUNHA, J.M.P. A migração nas regiões administrativas do estado de São Paulo segundo o Censo de 1980. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 4, n. 2, 1987.
- CUNHA, J.M.P. Aspectos quantitativos do processo de redistribuição espacial da população no estado de São Paulo - 1960/1980. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS 5, 1986, Águas de S.Pedro. **Anais...** São Paulo: ABEP, 1986.
- CUNHA, J.M.P. **Elementos de la redistribución espacial de la población en el estado de São Paulo - Brasil, 1960/1980**. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Centro Latino-americano de Demografia, Santiago, Chile, 1984.
- CUNHA, J.M.P. Impactos da migração intercensitária sobre algumas características demográficas do estado de São Paulo (1970/80). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS 6, 1988, Olinda. **Anais...** Olinda: ABEP, 1988.
- CUNHA, J.M.P. Os deslocamentos populacionais na década de 70 na Grande São Paulo: um enfoque das Correntes Migratórias. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS 5, 1986, Águas de S.Pedro. **Anais...** São Paulo: ABEP, 1986.
- CUNHA, J.M.P. Processos migratórios: uma perspectiva regional. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 3, n. 3, 1989.
- CUNHA, J.M.P. Migração intrametropolitana em São Paulo: características de um fenômeno multiface. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS 7, 1990, Caxambú. **Anais...** São Paulo: ABEP, 1990.
- CUNHA, J.M.P. Migração pendular, uma contrapartida dos movimentos populacionais intrametropolitanos: o caso do município de São Paulo. **Conjuntura Demográfica**, São Paulo, n. 22, 1993.
- DANELLI, G. **Aspectos da mobilidade espacial da população na Região Metropolitana da Grande São Paulo (um estudo de circulação numa paisagem urbana)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - FFLCH, Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 1972.
- DAVINOVIČH, F.R. Focalizando conceituações no urbano. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 137-148, jan. 1983.

- DEAN, W. **A Industrialização de São Paulo (1880 a 1945)**. 3 ed. Rio de Janeiro: DIFEL.
- DE JONG, G.F. Residential preferences and migration. **Demography**, v. 14, n. 2, may, 1977.
- DUARTE, J.C.(coord.). **Migrações intrametropolitanas, reprodução da força de trabalho e formação da periferia de São Paulo**. São Paulo: PRODEUR/FAU, USP, 1981. (mimeo).
- DUNCAN, O.D. Ecologia humana y estudios demográficos. In: HAUSEN, E., DUNCAN, O.D. **El Estudio de la Población**. Santiago: CELADE, v. 3, 1975.
- DURHAN, E.R. **A Caminho da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973. (Coleção Debates).
- EMPLASA-SNM-URPLAN. **Diretrizes da política habitacional na Grande São Paulo**. São Paulo, v. 1, 1976.
- EMPLASA-SNM-URPLAN. **Diretrizes de política habitacional na Grande São Paulo**. São Paulo, v. 2, 1976.
- EMPLASA-SNM-URPLAN. **Diretrizes de política habitacional na Grande São Paulo**. São Paulo, v. 3, 1976.
- EMPLASA-SNM-URPLAN. **Diretrizes de política habitacional na Grande São Paulo**. São Paulo, v. 4, 1976.
- EMPLASA-SNM-URPLAN. **Diretrizes de política habitacional na Grande São Paulo**. São Paulo, v. 5, 1976.
- EMPLASA-SNM-URPLAN. **Diretrizes de política habitacional na Grande São Paulo**. São Paulo, v. 6, 1976.
- EMPLASA-SEP-SNM. **Política de aquisição e aproveitamento de terras para fins de desenvolvimento urbano e habitacional (estudo preliminar)**. São Paulo, 1976.

FARIA, V. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos 30 Anos. In: **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. p. 118-163.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 29, mar. 1991.

FARIA, V. **Organização da produção e dinâmica populacional**. [s.l.: s.n.]. (mimeo).

FARIA, V. **História das políticas de ocupação territorial - aspecto habitação**. [s.l.: s.n.]. (mimeo).

FOLHA DE SÃO PAULO, **Estudo Indica Ocupação Desordenada em São Paulo e Propõe Mais Casas no Centro**. São Paulo, dez. 1990. Cidades.

FOLHA DE SÃO PAULO, **Aluguel Alto e Insegurança Empurram Habitantes de Capital Para a Grande São Paulo**. São Paulo, jan. 1992. Cotidiano.

FREY, W.H. Migration and metropolitan decline in developed countries: a comparative study. **Population and Development Review**, v. 14, n. 4, dec. 1988.

FUGUITT, G., BRAUN, D. Residential preferences and population redistribution. **Demography**, v. 27, n. 4, nov. 1990.

FUGUITT, G.V. The nonmetropolitan population turnaround. **Ann. Rev. Social**, v. 11, p. 259-280, 1985.

FUNDAÇÃO SEADE, **Características gerais do processo de industrialização paulista**. São Paulo, 1988. (Coleção Realidade Paulista).

FUNDAÇÃO SEADE, **O jovem na Grande São Paulo**. São Paulo, 1988. (Coleção Realidade Paulista, 2).

FUNDAÇÃO SEADE-DIEESE. **Pesquisa de emprego e desemprego na Grande São Paulo: principais resultados**. n. 30, São Paulo, 1987.

FURTADO, A. **Desconcentração industrial**. São Paulo: Fundação SEADE, 1986. (Série São Paulo 80, 3).

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

GARZA, G., SCHTEINGART, M. Ciudad de México: dinámica industrial y estructuración del espacio en una metrópoli semiperiférica. **Demografia e Economia**, México, v. 18, n. 4, 1984.

GEIGER, P.P. Migrações inter-regionais e intra-regionais no Brasil. **Migrações Internas e Desenvolvimento Regional**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, v.2, p. 29-74, 1973.

GOTTDIENER, M. **The social production of urban space**. Austin: University of Texas Press, 1985.

GRAHAM, D.H., HOLANDA, S.B. As migrações interregionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, H.(coord). **Migrações Internas**. Fortaleza: Minter/Banco do Nordeste do Brasil, v.?, 1980.

GROSTEIN, M.D. **A cidade clandestina: os ritos e os mitos - o papel da "irregularidade" na estruturação do espaço urbano no município de São Paulo 1900-1987**. Dissertação (Doutorado), FAU, USP, São Paulo, 1987.

GUEDES, E. As regras do parcelamento do solo em São Paulo: verdades e mentiras. **Construção, São Paulo**, n. 2179, nov. 1989.

GUEST, A.M. Patterns of family location. **Demography**, v. 9, n. 1, 1972.

HARVEY, B. **The urbanization of the capital**. J. Hopkins University Press, 1985.

- HEATON, T. et al. Residential preference community satisfaction and the intention to move. **Demography**, v. 16, n. 14, nov. 1979.
- HOGAN, D.J. Migração, ambiente e saúde nas cidades brasileiras. In: HOGAN, J., VIEIRA, P.F. **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: UNICAMP, 1992.
- INFORME DEMOGRÁFICO, São Paulo: Fundação SEADE, n. 7, 1982.
- JARDIM, A.P. et al. **Fluxos migratórios intrametropolitanos: Brasil, 1970/1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.
- JORGE, A. et al. Categorias sócio-ocupacionais: uma perspectiva para análise da força de trabalho e da distribuição de rendimentos no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS 4, 1984. **Anais...** São Paulo: ABEP, 1984.
- KASARDA, J.D. Urban industrial transition and the underclass. **The Annals (AAPSS)**, v.501, p. 26-47, jan. 1989.
- KIRSCHENBAUM, A. City-suburban destination choices among migrants to metropolitan areas. **Demography**, v. 9, n. 2, p. 321, may. 1972.
- KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LANGENBUCH, J.R. **A estruturação da Grande São Paulo - estudo da geografia urbana**. Dissertação (Doutorado em Geografia). - Faculdade de filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro/UNICAMP, 1971.
- LOPES, J.R.B. **Desenvolvimento e mudança social**. 2 ed., 1971.
- LOPES, J.B., GOTTSCALK, A. Recessão, pobreza e família: a década pior do que perdida. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 4, n. 1, jan 1990.

- MACHADO, C.C., ABREU, J.F. **The elderly mobility transition in Brazil: an exploratory analysis.** CEDEPLAR/UFMG, MG, set. 1991 (mimeo).
- MARICATO, E.T.M. **A proletarização do espaço sob a grande indústria: o caso de São Bernardo do Campo na Região da Grande São Paulo.** Dissertação (Mestrado) - FAU, USP, São Paulo, dez. 1977.
- MARICATO, E.T.M. **Indústria da construção e política habitacional.** Dissertação (Doutorado) - FAU, USP, São Paulo, 1983.
- MARTINE, G. Adaptation of migrants or survival of the fittest?. **The Journal of Developing Areas**, v. 14, n. 01, p. 23-42, oct. 1979.
- MARTINE, G. **Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilizações.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS 4, 1984, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABEP, v. 1, 1984.
- MARTINE, G. Migração, estrutura ocupacional e renda nas áreas metropolitanas. **Estudos de Demografia Urbana**, Rio de Janeiro, p. 96-161, 1975.
- MARTINE, G., NEUPERT, R. A produção da ABEP na área de migrações internas. In: BERQUÓ, E. **ABEP, Primeira Década: Avanços, Lacunas, Perspectivas.** Belo Horizonte: ABEP, 1988.
- MATA, M. **Urbanização e migração internas.** In: MOURA (Coord) **Migração Interna.** Fortaleza: Minter/Banco do Nordeste do Brasil, v.?, 1980.
- MENDONÇA, H.M.N. **Pobreza e subemprego urbano no nordeste do Brasil.** Recife: SUDENE, 1991 (Série População e Desemprego, 26).
- MERRICK, T., GRAHAN, D.H. **População e desenvolvimento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

- MOLD, Z.M. O uso do solo: uma questão de política pública urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS 5, 1982, PORTO ALEGRE, 1982. **Anais...** Porto Alegre, 1982.
- MONTALI, L. et al. **Percursos migratórios: constituição das formas de reprodução do trabalho urbano.** São Paulo: PRODEUR/FAU, USP, São Paulo, 1981. (Relatório de Pesquisa).
- MONTALI, L. **Periferia: o crescimento da pobreza.** [s.l.: s.n.]. (mimeo).
- MONTALI, L. et al. **Percursos migratórios: constituição das formas de reprodução do trabalhador urbano.** FAU, USP, São Paulo, 1981. (mimeo).
- MOREIRA, R. O espaço da crise e a crise do espaço. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS 5, 1982, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 1982.
- MOTTA, A.C.C.R. Análise de fatores determinantes das migrações em São Paulo. **Informe Demográfico**, São Paulo, n. 6, 1981.
- NACIONES UNIDAS. **Métodos de medición da la migración interna.** Nueva York, 1972. (Manual VI).
- OLIVEIRA, O., STERN, C. Notas acerca de la teoria de las migraciones internas. Aspectos Sociológicos. In: CLACSO, **Migración y Desarrollo**, p. 32-34, 1972.
- PALUMBO et al. Population decentralization within metropolitan areas: 1970-1980. **Journal of Urban Economics**, n. 27, p 151-167, 1990.
- PATARRA, N., BOGUS, L.M. Percursos migratórios e ocupação do espaço urbano: um estudo de caso. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO 2, 1980, Águas de S.Pedro. **Anais...** São Paulo: ABEP, v. 2, 1980.
- PERILLO, S.R. Evolução dos saldos migratórios regionais: uma breve comparação entre as décadas de 1960/70 e 1970/80. **Informe Demográfico**, São Paulo, n. 16, 1985.

- PREFEITURA Municipal de São Paulo. São Paulo - **Crise e Mudança**. São Paulo: Brasiliense, [1991?].
- RATTNER, H. **Industrialização e concentração econômica em São Paulo**. Rio de Janeiro: FGV, 1972.
- RIBEIRO, L.C.Q. **Espaço urbano, mercado de terras e produção da habitação**. PUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985.
- ROCHA, S. Pobreza metropolitana e os ciclos de curto prazo: um balanço dos anos 80. **Boletim Conjuntural**, n. 12, jan. 1991.
- RODRIGUES, A.M. Sociedade, espaço e renda da terra. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS 5, 1982, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, v. 2, 1982.
- ROLNIK, R., KOWARICK, L., SOMEKH, N.(org). **São Paulo: crise e mudança**. São Paulo: Brasiliense.
- ROSE, L.D.P. **Zona norte da Capital**. . São Paulo : DPEA, SENAI, mai. 1989. (Série Mercado de Trabalho).
- SABAGH, et al. Some determinants of intrametropolitan residential mobility: conceptual considerations. **Social Forces**, v. 48, p. 88-98, 1969.
- SANTOS, M. **Espaço e método: dimensão temporal e sistemas espaciais no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec, 1978. (Coleção Estudos Urbanos).
- SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1990.

- SANTOS, M. **O período técnico-científico e os estudos geográficos**. In: Seminário Intramericano para Ensino dos Estudos Sociais. O.E.A., Washington, ago. 1986.
- SANTOS, M. **A metrópole: modernização, involução e segmentação**. In: Comunicação no Simpósio: "Trends and Challenges of Urban Restructuring", ISA, ITUPERJ, Rio de Janeiro, 1983. (mimeo).
- SECRETARIA de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. **Aspectos estruturais do desenvolvimento da economia paulista: bens de capital**. São Paulo, abr. 1978.
- SECRETARIA de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. **Padrões funcionais e espaciais da rede urbana do estado de São Paulo**. São Paulo, 1975.
- SECRETARIA do Interior de São Paulo (Coordenadoria de Ação Regional). **Organização regional do estado de São Paulo: polarização e hierarquia dos centros urbanos**. São Paulo, 1982.
- SELL, R.R. Analysing migration decisions: the first step - whose decisions? **Demography**, v. 20, n. 3, 1983.
- SEABRA, O.C.L. Os agentes da produção do espaço urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS 5, 1982, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 1982.
- SHRYOCK, H.S., SIEGEL, J. **The methods and materials of demography**. Academic Press, New York, 1976.
- SIMMONS, J.W. Changing residence in the city: a review of intraurban mobility. **The Geographical Review**, n. 58, 1968.
- SINERG (Sistema de Informações das Regiões do Governo). **Hierarquia das regiões e dos municípios do estado de São Paulo**. mar. 1987.
- SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Cia Nacional, 1968.

- SINGER, P. Urbanização e desenvolvimento: o caso de São Paulo. In: **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre a seu estudo. In: **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- SINGER, P. **Urbanización y recursos humanos: el caso de San Pablo**. Buenos Aires, Argentina: SIAP, 1973.
- SINGER, P. Uso do solo na economia capitalista. **Revista Chão**, n. 3, Rio de Janeiro, 1978.
- SINGH, J.P., KUMAR, D. A technical note on index of migration differentials. In: **GENUS**, v. 48, n. 1-2, p. 217-221, 1992.
- SLY, D., TAYMAN, J. Metropolitan morphology and population mobility: the theory of ecological expansion reexamined. **American Journal of Sociology**.
- SMOLKA, O.M. **Mobilidade dos imóveis e segregação residencial na cidade do Rio de Janeiro**.
- SÓCRATES, J.R. **Uso do solo em São Paulo: um modelo gráfico de estrutura urbana**. Dissertação (Mestrado) - FAU, USP, São Paulo, 1985.
- SOIBELMANN, C. **A casa imprópria: um estudo do BNH e do sistema financeiro de habitação**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - FFLCH, USP, São Paulo, 1978.
- TASCHNER, S.P., MAUTNER, Y. **Habitação da pobreza: alternativas de moradia popular em São Paulo**. PRODEUR, FAU, USP, São Paulo, 1982. (Cadernos de Estudos e Pesquisas, 5).
- TELLES, E.E. **Residential segregation by socio economic status in Brazil: effects of industrialization and population**. University of California , 1992.

- TELLES, E.E. **Who gets formal sector jobs? Determinants of formal-informal participation in brazilian metropolitan areas.** *Workand Occupations*, v. 19, n. 2, p. 108-127, may. 1992.
- TESSAROLLO, J.M. Notas sobre o planejamento da Grande São Paulo. **Ciências Políticas e Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 41-47, 1973.
- VILLAÇA, F. **A estrutura territorial da metrópole sul-brasileira.** Dissertação (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, 1978.
- WEINBERG, The determinants of intra-urban household mobility. **Regional Science and Urban Economics**, n. 9, p. 219-246, North Holand, 1979.
- WETTSTEIN, G. Ciudades y metropolis - su crecimiento mágico. In: **Subdesarrollo y Geografia**, Montevideo, Uruguai : Editorial Índice, 1989.
- WHITE, R.B. Family size composition differentials. between central city-suburb anal metropolitan-nonmetropolitan migration streams. **Demography**, v. 19, n. 1, p. 29-36, feb. 1982.
- WILIANS, J.D, e SOFRANKO, A.J. Motivations for the immigration component of population turnaround in nonmetropolitan areas. **Demography**, v. 16, n. 2, may. 1979.
- WOOD, C.H. **Structural change and household strategies: an integrated approach to rural migration in Latin America.** Colorado, 1980. (mimeo).

ANEXOS

ANEXO I

I. ALGUNS COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS SOBRE A INFORMAÇÃO UTILIZADA

1. Características Gerais do Censo Demográfico:

O Censo Demográfico de 1980 é, sem dúvida, uma das mais importantes fontes de dados para o estudo da migração, não apenas devido ao grande número de itens especificamente voltados a apreender diferentes facetas do fenômeno¹, mas também pelas inúmeras possibilidades de análise derivadas do cruzamento destes quesitos entre si e com as demais características pessoais ou domiciliares constantes no questionário da amostra.

Contudo, para uma correta interpretação e utilização de seus dados, deve-se ter presente algumas de suas características, sendo que talvez a mais importante, para efeitos deste estudo, seja o seu caráter não-retrospectivo.

De fato, embora em alguns quesitos, como os de fecundidade, exista alguma informação sobre a vida pregressa do informante, na grande maioria, os dados referem-se ao momento do recenseamento, ou seja, correspondem a uma "fotografia" da data referencial censitária (no Brasil, 1^º de setembro).

Assim sendo, praticamente nada se conhece acerca das características dos indivíduos ou famílias em outros momentos, o que, em termos dos estudos migratórios, representa uma grande limitação, pois impossibilita qualificar os migrantes no momento de suas mudanças. Este será, na verdade, um problema bastante corriqueiro a ser encarado e, muitas vezes, não solucionado na presente análise.

¹As informações são as seguintes: 1.Nacionalidade; 2.Condição de Naturalidade (natural ou não-natural do município de residência); 3. Migração intramunicipal (situação do domicílio anterior - rural ou urbano - dentro do município de residência atual); 4. Situação do domicílio (rural ou urbano) no município de residência anterior; 5. Tempo de residência na Unidade de Federação; 6. Tempo de residência no município; 7. Município de residência anterior.

Esta mesma característica também acarreta a captação, no Censo, de informações apenas das pessoas "sobreviventes" (à mortalidade ou re-migração), o que equivale dizer que, para um determinado local, os dados com o quais se trabalha refletem apenas a situação daqueles que aí residiam² no momento censitário, independentemente se lá estavam uma semana, ou mesmo um dia antes da data de referência.

Em decorrência desta limitação intrínseca do dado censitário, análises envolvendo o tempo de residência do indivíduo, como, por exemplo, comparações entre os residentes segundo esta variável, podem sofrer distorções.

Aliás, neste ponto reside uma das importâncias de se controlar a migração segundo o tempo de residência, ou seja, coortes migratórias. Na verdade, a distribuição dos migrantes de um determinado período com relação a variáveis que se modificam, ou que podem vir a se modificar, em intervalos curtos de tempo (como idade, status marital, situação laboral, etc.), não brinda a real dimensão de suas características do momento em que a migração ocorreu realmente³.

Por esse motivo, as análises sobre seletividade, que comparem, por exemplo, migrante versus não-migrante com relação a tais variáveis, devem ser tomadas com cautela e critério, sobretudo, porque para os migrantes mais antigos as características levantadas na data do Censo podem diferir daquelas vigentes na época do movimento⁴.

² O Censo considera três tipos de pessoas recenseadas: o "morador presente", o "morador ausente" e o "não-morador presente", sendo que os dois primeiros correspondem à "população residente". Assim, existem casos em que, mesmo não estando no domicílio, um indivíduo é captado. Na verdade, a condição de residência não necessariamente está relacionada à condição de presença no local do recenseamento.

³ Uma das saídas possíveis para este problema seria considerar para a análise apenas os migrantes mais recentes (por exemplo, com menos de 1 ou 2 anos de residência). Contudo, dado o caráter dinâmico do processo de desenvolvimento econômico e social, que tende a alterar o quadro (estrutural e/ou conjuntural) dentro do qual se configuram os condicionantes dos movimentos migratórios, pode ser temeroso este tipo de procedimento, na medida em que pode deixar de captar tendências ocorridas no começo e ao longo da década.

⁴ O mesmo deve ser dito com relação às comparações entre migrantes com distintos tempos de residência. As diferenças em geral encontradas entre os recém-chegados e os mais antigos que, a princípio, podem ser atribuídas ao que se consagrou chamar de processo de adaptação, na verdade parecem refletir outro processo que diz respeito à "sobrevivência" dos migrantes não apenas com relação à morte, mas sobretudo à reemigração que costuma ser importante. Maiores detalhes sobre este tema pode ser encontrado em Martine (1979).

Enquanto neste estudo, tal problema pôde ser controlado em pelo menos uma destas variáveis (a idade), na maioria das outras a dificuldade permanece, muito embora seja amenizada pelo fato, já constatado, de a maior parte dos migrantes aqui analisadas ter pouco tempo de residência⁵.

Não obstante às restrições anteriores, é inegável a potencialidade da informação censitária para o estudo dos fenômenos migratórios, em particular da migração intrametropolitana. Entretanto, para utilizá-la satisfatoriamente, é preciso contar com certa infra-estrutura que vai desde a disponibilidade do Censo em um meio magnético, até equipamentos de informática adequados. Na verdade, esta questão acaba sendo, muito a miúdo, uma limitação aos pesquisadores.

Obviamente não é o caso aqui. Contando com amplo respaldo técnico e recursos computacionais da Universidade Estadual de Campinas, foi possível obter todas as tabulações necessárias para a elaboração da presente análise⁶.

A estratégia seguida constitui-se na elaboração de dois subarquivos do Censo Demográfico de 1980 do Estado de São Paulo. O primeiro engloba informações acerca de todos os indivíduos residentes na Região Metropolitana de São Paulo e o segundo contém os dados referentes às famílias, com informações sobre o chefe, os filhos, o cônjuge e o domicílio.

2. A Definição do Objeto a Partir do Censo

Dentre os sete quesitos censitários sobre migração, um deles foi de fundamental importância para definir o objeto de estudos do presente trabalho: o "município de residência

⁵Apenas para recordar, em média, na Região Metropolitana de São Paulo quase 50% dos migrantes intrametropolitanos da década de 70 apresentavam tempo de residência menor ou igual a dois anos.

⁶A disponibilidade de um equipamento do mais alto nível (um mainframe IBM 3090) e de um software estatístico (SAS) bastante potente para tabulações permitiu muita agilidade e eficiência nos trabalhos, muito embora o treinamento para a utilização destes recursos tenha exigido muito tempo e investimento humano. Neste tempo também há que se contabilizar o período de conhecimento e adaptação à estrutura e ao conteúdo das fitas do Censo Demográfico (amostra de 25%).

anterior". A partir desta informação, obtida para todos os indivíduos com menos de 10 anos de residência no município onde residia no momento do Censo, pôde-se, pela primeira vez no Brasil, conhecer a última origem do indivíduo no âmbito municipal e, portanto, estabelecer fluxos migratórios intrametropolitanos⁷.

A definição aqui utilizada de **migrante intrametropolitano** foi obtida a partir da combinação deste dado com o "tempo de residência no município" e "condição de naturalidade". Portanto, o migrante em questão seria o "indivíduo residente na Região Metropolitana de São Paulo, não-natural do município onde morava há menos de 10 anos e cujo município de residência anterior pertencia a esta mesma Região".

Além dos problemas elencados anteriormente, a informação censitária sobre o município de residência anterior pode impor outras restrições, que devem ser consideradas no momento da análise dos movimentos migratórios.

Além do fato de poder referir-se a um movimento espúrio na trajetória migratória de um indivíduo⁸, esta informação, ao estar atrelada à divisão político-administrativa municipal, não permite captar os movimentos intramunicipais que, no caso particular do estudo da migração intrametropolitana, seriam movimentos tão relevantes quanto os intermunicipais.

Como afirma CASTELLS (1974), "en las regiones metropolitanas, se constata una casi completa inadecuación entre estas fronteras política y la especificidad de su contenido social...". De fato, em face da grande permeabilidade das fronteiras no interior da Região Metropolitana, deixa-se de considerar, devido à impossibilidade de identificar a mobilidade interna em níveis mais desagregados, parte de um mesmo processo que não pode ser pensado como uma ocorrência descontínua no espaço.

⁷Para efeitos do presente estudo, será considerado como **fluxo ou corrente migratória** o volume de pessoas que migraram durante a década de 70 e declararam no Censo de 1980 um mesmo município de residência atual e anterior.

⁸Pode-se dizer que esta limitação tende a desaparecer quando a análise é feita de forma agregada, ou seja, considerando uma grande massa de indivíduos, como é o caso do presente estudo.

Pode-se esperar, porém, que o estudo dos fluxos migratórios intermunicipais internos, mesmo refletindo parte do fenômeno, deva fornecer um panorama bastante próximo do que seriam as principais tendências espaciais dos movimentos migratórios dentro da Região Metropolitana.

Assim, a partir do cruzamento das informações do município de residência atual com as do anterior dos migrantes, foi possível desvendar as direções seguidas, as magnitudes e as características assumidas por este tipo de mobilidade intermunicipal, denominada neste estudo de **migração intrametropolitana**.

É importante esclarecer que a grande ênfase dada aos problemas existentes nas informações do Censo Demográfico não deve ser entendida como uma forma de descredenciá-lo enquanto fonte para o estudo proposto, mas sim ao contrário. Contudo, acredita-se piamente que sua utilização será mais adequada e proveitosa quando, juntamente com suas qualidades, forem também reconhecidas suas limitações.

Outro tipo de migração que será abordado neste estudo é a **pendular**, definida como o movimento diário (ou com certa frequência) e regular de um indivíduo entre o seu município de residência habitual e um outro município, para exercer um determinado tipo de atividade, em geral, produtiva.

No Censo 1980, esta mobilidade pode ser detectada através do cruzamento dos dados referentes ao município de residência atual e ao quesito "município de trabalho ou estudo", respondido por todas as pessoas com mais de 10 anos de idade. Como se pode notar, pela própria forma de coleta da informação, no caso do movimento pendular, não é possível distinguir o motivo do mesmo: se por trabalho ou estudo.

Obviamente que a maioria destes deslocamentos ocorreram em função do trabalho, sobretudo na Região Metropolitana de São Paulo, cuja expansão urbana tem se caracterizado,

entre outras coisas, pelo progressivo afastamento dos trabalhadores de seus locais de trabalho (Duarte et alii, 1981, São Paulo (município), 1989, Metrô, 1989).

Com intuito de dirimir as dúvidas quanto aos motivos do deslocamento pendular, decidiu-se considerar apenas a População Economicamente Ativa (PEA), de forma a restringir ainda mais as possibilidades de que o movimento tenha ocorrido por questões ligadas ao estudo.

Deste forma, foi considerado **migrante pendular** aquele indivíduo economicamente ativo, que exerce sua atividade de trabalho ou estudo em um município distinto daquele de residência habitual.

Parte significativa da análise foi elaborada tendo como contraponto aos migrantes intrametropolitanos os residentes na origem e destino dos movimentos. Neste sentido, uma das decisões necessárias dizia respeito à forma de se considerar estes residentes, tendo como pressuposto que suas características deveriam variar segundo a condição migratória e o tempo de residência no município.

Assim sendo, optou-se por dividi-los em duas categorias: "**não-migrantes**", que correspondem às pessoas naturais do município somadas aos migrantes com mais de 10 anos de residência; e "**outros migrantes**", que compreende as pessoas que migraram durante a década de 70 para a área em questão e cujo município de residência anterior estivesse fora da Região Metropolitana de São Paulo.

No caso dos "não-migrantes", foram agregados naturais e os não-naturais mais antigos porque estes dois tipos de indivíduos são os que, de fato, constituem e dão feição às características da população residente que recebe a migração recente. Por detrás da denominação de "não-migrantes" encontra-se a idéia de que os migrantes com maior tempo de permanência no município tendem a apresentar poucas diferenças com relação aos nativos.

Finalmente, cabe fazer algumas considerações acerca do período a que se refere o fenômeno estudado.

Como já se mencionou, a informação a respeito do município de residência anterior foi registrada apenas para as pessoas com menos de 10 anos de residência no município onde foram recenseadas. Desta forma, poder-se-ia dizer, grosso modo, que a migração identificada a partir desta informação deveria estar referida à década de 70, no caso do Censo de 1980.

Contudo, não é bem assim. Na verdade, por se tratar da informação acerca da última residência, no conjunto dos migrantes identificados ter-se-ia uma gama enorme de "coortes" migratórias que iriam desde os mais antigos, que chegaram no começo do período, até os recém-chegados à época do Censo. Além disso, sabe-se que as coortes de menores durações de residência sempre estão mais representadas que as antigas, em função da "sobrevivência" (já explicitada) dos migrantes.

Assim sendo, mesmo que de forma aproximada este estudo refira-se à migração intrametropolitana da década de 70, deve-se levar em conta que, provavelmente, os dados espelhem principalmente um período mais curto.

3. A Manipulação de Outras Variáveis Demográficas e Sócio-Econômicas

Além dos dados censitários específicos sobre migração, vários outros foram utilizados de forma a caracterizar, segundo diversas dimensões, os movimentos migratórios intrametropolitanos.

A identificação da família a partir do chefe pôde ser feita através do quesito referente ao grau de parentesco com o chefe. É importante frisar que, ao utilizar a informação censitária, capta-se, na verdade, apenas os membros da família que residem no mesmo domicílio do chefe no momento do Censo, o que tem implicações na análise, por exemplo, no momento de se identificar quais arranjos predominam nos movimentos migratórios.

Outra consequência da maneira empregada para definir a família diz respeito ao fato de a condição migratória imputada a esta referir-se à aquela declarada pelo chefe. Portanto, ao tratar, por exemplo, das famílias migrantes intrametropolitanas, a análise estará considerando as famílias cujos chefes apresentam esta condição, muito embora seja possível saber as características de cada membro individualmente.

Foram estabelecidos diferentes tipos de arranjos domiciliares, tendo em vista a existência do cônjuge, filhos, pais, sogros, genro, nora e agregados. Os tipos adotados foram:

- a) Individual ou Família Unipessoal;
- b) Casal;
- c) Casal com Filhos;
- d) Chefe com Filhos;
- e) Outros.

Note-se que os tipos (b),(c) e (d), seriam aqueles normalmente denominados famílias nucleares e o tipo (e) incluiria as famílias estendidas.

Também foram definidos critérios para o estabelecimento do ciclo vital, este último entendido como as etapas sucessivas pela quais passa uma família desde a sua formação até a sua extinção.

O indicador aproximado utilizado foi a idade média do casal como sugerido em trabalhos de LOPES e GOTTSCHALK (1990) e BILAC (1978), entre outros. Já os cortes para definir os momentos de "formação", "consolidação" e "fragmentação" das famílias basearam-se em observações empíricas sobre a idade média ao casar de homens e mulheres, idade média das mulheres ao ter o primeiro filho e, finalmente, número médio de filhos por casal⁹.

⁹Nesta tarefa contou-se com as valiosas sugestões e indicações da Prof.Dra. Ana Maria Goldani do IFCH/UNICAMP, especialista nesta matéria.

Considerando que a idade média ao casar, na época do Censo de 1980, situava-se em São Paulo, em torno de 23 anos para mulheres e de 26 anos para homens (Berquó, 1987) e que, em média, o tamanho final da família seria alcançado cerca de 10 anos após o casamento, poder-se-ia estimar que uma idade média do casal de 34 anos marcaria, aproximadamente, o final do período de formação da mesma.

Já o período de "consolidação" corresponderia àquele em que os filhos cresceriam até atingirem idades adultas, a partir das quais a probabilidade de abandonarem o núcleo familiar seria maior. Supondo que até os 20 anos esta probabilidade ainda seria pequena, definiu-se o corte de uma idade média do casal de 45 anos para delimitar no limite superior esta etapa do ciclo vital. A partir daí, portanto, começaria o processo de "fragmentação" da família, com a saída progressiva de seus membros, principalmente os filhos.

Logicamente que, como adverte BILAC (1978, p.85), as fases do ciclo vital podem se superpor no tempo, contudo, acredita-se que esta divisão, mesmo pouco precisa, será capaz de diferenciar, grosso modo, as famílias que segundo as hipóteses de trabalho tenderiam a apresentar comportamento diferencial segundo esta variável.

Para a caracterização sócio-econômica dos indivíduos, foram considerados aspectos referentes à situação ocupacional e à renda. No primeiro caso, utilizaram-se categorias sócio-ocupacionais sugeridas por JORGE et alii (1984), a partir da combinação dos quesitos sobre "ocupação", "ramo de atividade" e "posição na ocupação".

Tal combinação permitiria, segundo os autores, "agregar classes de indivíduos segundo sua especificidade definida a partir da inserção na produção, gerando categorias através das quais se pretende melhor apreender a divisão social do trabalho e a sua conseqüente distribuição de rendimento" (p.80), o que para os propósitos deste trabalho será de grande utilidade.

De uma classificação desagregada em 46 categorias, achou-se por bem reduzi-la a apenas 15, como explicitadas nas tabelas em que a informação é utilizada, sendo ainda

considerada em alguns momentos deste estudo a divisão entre trabalhadores com ocupações "manuais" e "não-manuais". Neste caso, os primeiros foram obtidos a partir da análise conjunta de todos os tipos de "empregadores", "trabalhadores com nível superior" e "trabalhadores com nível médio", e os últimos através das diferenças, incluindo os "desempregados" que eventualmente podem aparecer sozinhos.

Outra variável utilizada com o intuito de qualificar a situação sócio-econômica dos indivíduos e famílias foi a renda declarada. Como se sabe, no Censo de 1980 existem sete quesitos específicos sobre renda, o que, segundo MEDICI (1984), representou uma melhora significativa da informação com relação aos Censos anteriores.

Neste estudo, será utilizada a "renda per capita familiar", obtida a partir da média das rendas individuais de cada elemento da família. Para tanto, serão contabilizadas todos os tipos de rendimento, sejam do trabalho sejam de outras fontes destes membros, sendo que sua apresentação foi feita em termos do salário mínimo vigente, a fim de padronizar a informação e até mesmo facilitar eventuais comparações. A importância e justificativa desta escolha foi muito bem explicitada por MEDICI. Em suas próprias palavras:

"A família no Brasil...é o 'locus' onde perpassam as relações de reprodução social e sobrevivência. A análise da renda pessoal, embora importante na explicação dos fenômenos da concentração e distribuição de renda... não remete ao problema de 'como se vive', dado que é na família que estas relações ficam explícitas através de um sistema de compensações mútuas das contribuições de pessoas conviventes..." (p.104)

Por último, é importante explicitar o critério para estabelecer os intervalos de renda utilizados, maiormente no que se refere à determinação da chamada "linha de pobreza", considerada um elemento essencial de diferenciação das famílias.

Neste particular, recorreu-se ao estudo de ROCHA (1991) para as Regiões Metropolitanas brasileiras, em que são determinadas para vários anos as "linhas de pobreza" definidas como um "parâmetro de valor que serve para distinguir pobres de não-pobres ao corresponder a um nível de consumo compatível com o atendimento de necessidades básicas" (p.35). Deve-se salientar que tais estimativas referem-se à renda per capita familiar.

Para a Região Metropolitana de São Paulo, a estimativa utilizada correspondeu àquela obtida para o ano de 1981, definida em 0,68 salário mínimo. Este corte resultou em um dos intervalos de renda adotados no presente estudo. Os demais cortes de renda obedeceram ao que, tradicionalmente, se emprega nas tabulações censitárias e, por conseguinte, em vários trabalhos que lançam mão desta variável.

II. SOBRE AS TÉCNICAS ESTATÍSTICAS UTILIZADAS

1. Análise Fatorial e de Cluster¹⁰

A decisão de procurar identificar grupos homogêneos de municípios implicou a necessidade de definir um ou mais procedimentos estatísticos que facilitassem esta tarefa.

Em face do grande número de unidades de análise e de variáveis utilizadas, qualquer alternativa distinta deste caminho seria impraticável. Esta análise envolveu 36 municípios da Região Metropolitana de São Paulo e 25 variáveis (indicadores sociais, econômicos e demográficos), sendo que o município de São Paulo foi excluído da mesma, pois seu caráter peculiar de grande e inigualável centro regional, ao aumentar enormemente a variabilidade dos dados tendia a distorcer os resultados.

¹⁰Esta seção, assim como todo o processo computacional e analítico deste exercício estatístico contaram com a valiosa colaboração do estudante e bolsista do CNPq, RUI LYU KOMI, a quem agradeço enormemente.

Deve-se salientar ainda que, em um primeiro momento, um conjunto muito maior de variáveis foi utilizado, sendo que muitas foram descartadas em função de suas altas correlações com as variáveis escolhidas. Foram ainda elaboradas, de forma preliminar, uma análise descritiva e as eventuais transformações nos dados, a fim de adequá-los aos supostos exigidos pelos diferentes métodos estatísticos empregados.

Para este estudo, selecionaram-se duas técnicas que, em conjunto, possibilitariam atingir os objetivos propostos.

a) Análise fatorial

Com o intuito de apreender empiricamente algumas das mais significativas dimensões condicionantes do fenômeno estudado, ou seja, as estruturas econômica e social e a dinâmica demográfica, foram propostas 25 variáveis e construídos seus respectivos indicadores, limitados, obviamente, pela disponibilidade dos dados¹¹.

Frente a um número tão elevado de variáveis, a análise fatorial surge como um recurso eficaz no sentido de reduzir a dimensão da matriz de dados, simplificando, portanto, a análise.

Grosso modo, este procedimento apresenta, como resultado, um número menor de novas "variáveis" (chamadas de fatores), obtidas a partir da estrutura de correlação das variáveis de entrada e, em geral, respondendo por grande parcela da variabilidade do conjunto original de dados. Tais fatores apresentam-se na forma de vetores, em que cada linha é um coeficiente relativo a uma das variáveis de entrada (cargas fatoriais), representando a correlação existente entre estas últimas e os primeiros.

¹¹Neste particular, vale a pena frisar que, em função desta disponibilidade, alguns dos indicadores utilizados não são os mais adequados. Além disso, certas variáveis que se considerava importantes não puderam ser incluídas devido à dificuldade de operacionalização numérica da mesma ou, simplesmente, pela inexistência do dado. No primeiro caso, poder-se-ia citar a "acessibilidade" e, no segundo, o preço médio da terra ou o número e o tamanho dos loteamentos populares.

Assim sendo, são os valores destes coeficientes que determinarão o significado destas novas variáveis (fatores). Quanto mais próximo a "um", maior a correlação existente entre o fator e a variável correspondente, o que implicaria que esta última teria muito a ver com a interpretação do primeiro¹².

Neste caso específico, todos os cálculos foram realizados pelo pacote estatístico SAS. Os resultados, bem como as variáveis de entrada utilizadas, são apresentados a seguir¹³.

1. MIGR PEN: porcentagem de ocupados que trabalhavam fora do município de residência atual em 1980;
2. CRE 60 : taxa de crescimento populacional na década de 60;
3. CRE 70 : taxa de crescimento populacional na década de 70;
4. PEA 1SM: porcentagem de PEA que recebia até um salário mínimo, excluindo os "sem rendimento" e os "sem declaração" no Censo Demográfico de 1980;
- 5 e 6. PEA SEC e PEA SE70: porcentagem de PEA que trabalhava no setor secundário nos Censos Demográficos de 1980 e 1970, respectivamente;
- 7 e 8. AGUA e AGUA70: porcentagem de domicílios com acesso à rede geral de água (com ou sem canalização interna) nos Censos Demográficos de 1980 e 1970, respectivamente;
- 9 e 10. LUZ e LUZ70: porcentagem de domicílios ligados à rede de energia elétrica (somente domicílios com medidor) nos Censos Demográficos de 1980 e 1970, respectivamente;

¹²Muitas vezes os fatores encontrados não permitem visualizar com nitidez a sua relação com as variáveis de entrada. Neste caso, o procedimento possui uma opção de "rotacionar" os fatores de forma a que estes possam ser melhor interpretados. Neste estudo, a rotação adotada foi a que se conhece por "VARIMAX" que, além de manter a independência dos fatores, maximiza a variabilidade entre os mesmos.

¹³Note-se que muitos destes indicadores sofreram transformações matemáticas de forma a garantir uma distribuição normal dos mesmos.

11 e 12. ESGOTO e ESGOTO70: porcentagem de domicílios que estavam ligados à rede geral de esgoto ou que possuíam fossa séptica nos Censos Demográficos de 1980 e 1970, respectivamente;

13 e 14. ALUGADO e ALUGA70: porcentagem de domicílios alugados nos Censos Demográficos de 1980 e 1970, respectivamente;

15. PEA TE70: porcentagem de PEA que trabalhava no setor terciário no Censo Demográfico de 1970;

16. EMPREG: porcentagem de PEA (com trabalho e/ou desempregados) no município no Censo Demográfico de 1980;

17 e 18. VTI e VTI70: participação percentual no Valor da Transformação Industrial (VTI) da Região Metropolitana de São Paulo nos Censos Industriais de 1980 e 1970, respectivamente;

19 e 20. PEPOP80 e PEPOP70: participação percentual na população da Região Metropolitana de São Paulo nos Censos Demográficos de 1980 e 1970, respectivamente;

21 e 22. PORTE e PORTE70: indicador de porte das indústrias (razão entre VTI e número de estabelecimentos industriais) nos Censos Industriais de 1980 e 1970, respectivamente;

23. CRE DOMI: crescimento do número de domicílios na década de 70;

24. MIGR TT: índice de eficácia migratória (razão entre migração líquida e migração bruta) para a década de 70;

25. DE DOMI80: densidade domiciliar no Censo Demográfico de 1980;

Aplicando a técnica da análise fatorial nos indicadores apresentados anteriormente, foi possível chegar a três variáveis "artificiais" (Fatores 1, 2 e 3), que em conjunto explicam aproximadamente 80% da variabilidade total dos dados.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

Tabela 1.1
Cargas Fatoriais Resultante da Análise Fatorial
Região Metropolitana de São Paulo
1980

	FATOR1	FATOR2	FATOR3
VTI	0,93	-0,04	0,04
VTI70	0,91	-0,19	0,10
PEPOPS0	0,89	0,07	0,13
EMPREG	0,85	0,16	0,04
PEPOP70	0,84	-0,15	0,18
PORTE	0,80	-0,03	0,37
PORTE70	0,77	-0,06	0,30
ESGOTO70	0,61	-0,41	0,53
ESGOTO	0,55	-0,43	0,20
CRES_70	0,02	0,94	0,02
CRE_DOMI	0,04	0,93	0,19
MIGR_TT	-0,12	0,92	0,10
AGUA70	0,19	-0,58	0,11
CRES_60	0,15	0,80	0,24
ALUGA70	0,42	-0,09	0,82
LUZ70	0,59	0,07	0,71
LUZ	0,30	-0,28	0,68
ALUGADO	0,54	0,17	0,65
AGUA	0,55	0,07	0,63
MIGR_PEN	-0,07	0,60	0,61
PEA_SE70	0,52	0,21	0,56
PEA_TE70	-0,09	0,40	0,53
PES_1SM	0,38	0,34	0,52
DE_DOMS0	-0,31	0,14	0,51
PEA_SEC	-0,34	-0,45	-0,58

Através dos dados anteriores é possível notar como as cargas fatoriais dos 3 fatores apontam claramente os seus significados. Assim, dado que no Fator 1 as variáveis econômicas são as que possuem os maiores coeficientes (portanto, maior correlação com o fator), este poderia ser denominado como relativo à "estrutura e força econômica". No fator2, as maiores cargas são registradas nas variáveis demográficas, o que leva a denominá-lo "dinâmica demográfica". Para o fator3, as cargas são maiores nas variáveis sociais, podendo considerá-lo como relativo à dimensão "social".

O próximo passo é calcular os valores registrados para os municípios em cada uma destas novas variáveis ou fatores. São os chamados "scores fatoriais", que seriam utilizados como dados para se chegar ao agrupamento pretendido.

b) Análise de Conglomerados (Cluster Analysis)

A idéia desta técnica é muito simples: as unidades de análise (no caso, os municípios) são consideradas pontos em um espaço multidimensional e, portanto, são agrupadas segundo as suas distâncias, seguindo alguns critérios predeterminados.

A dimensão deste espaço corresponde ao número de variáveis empregadas que, neste caso específico, seriam os três fatores identificados anteriormente.

A método de agrupamento escolhido k-means (método não-hierárquico) parte de um número de grupos pré-fixados e os reorganiza em função das distâncias intragrupos e entregupos, de forma a minimizar a primeira e maximizar a segunda. O software SYSTAT foi usado para os cálculos necessários.

Os grupos encontrados e as distâncias de cada componente com relação ao centro do respectivo cluster são os seguintes:

GRUPO 1	Distância do Centro	GRUPO 2	Distância do Centro
Barueri	0,07	Arujá	0,33
Caieiras	0,97	Biritiba-Mirim	0,19
Cajamar	0,54	Embu-Guaçu	0,69
Carapicuíba	0,51	Guararema	0,48
Cotia	0,89	Jandira	0,83
Diadema	0,40	Juquitiba	0,29
Embu	0,52	Mairiporã	0,31
Ferraz de Vasconcelos	0,18	Pirapora do Bom Jesus	0,58
Francisco Morato	0,62	Salesópolis	0,52
Franco da Rocha	0,49	Santana do Parnaíba	0,27
Itapecerica da Serra	0,19	Santa Isabel	0,37
Itapevi	0,76		
Itaquaquecetuba	0,22	GRUPO 3:	
Mauá	0,31	Santo André	0,76
Mogi das Cruzes	0,23	São Caetano do Sul	0,76
Poá	0,90		
Ribeirão Pires	0,99	GRUPO 4:	
Rio Grande da Serra	0,67	Guarulhos	0,69
Suzano	0,18	Osasco	0,17
Taboão da Serra	0,31	São Bernardo do Campo	0,86

Chamou a atenção o grande número de municípios no Grupo 1. De fato, embora todos fossem muito parecidos em termos sócio-econômicos, o mesmo não ocorria quanto ao fenômeno estudado. Talvez se tivesse sido possível incluir dados sobre acessibilidade e disponibilidade de ofertas imobiliárias para a população de baixa renda (casas ou loteamentos populares), este grupo sofreria uma divisão.

Dessa forma, decidiu-se desagregá-lo em dois subgrupos segundo a participação dos municípios no total da imigração intrametropolitana. Uma vez conhecida esta cifra para cada caso, calculou-se a mediana destes percentuais. As áreas acima deste valor formaram o primeiro subgrupo e aqueles que ficaram abaixo, o segundo. São eles:

GRUPO 1a:

Barueri
Carapicuíba
Diadema
Embu
Ferraz de Vasconcelos
Franco da Rocha
Itapeçerica da Serra
Itaquaquecetuba
Mauá
Mogi das Cruzes
Suzano
Taboão da Serra

GRUPO 1b:

Caieiras
Cajamar
Cotia
Francisco Morato
Itapevi
Poá
Ribeirão Pires
Rio Grande da Serra

Além disso, os municípios componentes dos grupos 1a, 1b, e 2 foram também divididos segundo suas respectivas localizações geográficas na Região Metropolitana e organizados em vetores. Os grupos e subdivisões finais já foram apresentados no capítulo I.

Por último, apresentam-se os "scores" fatoriais para os municípios que permitem uma melhor visualização das características gerais de cada um deles e dos grupos a que pertencem¹⁴.

Tabela 1.2
"Scores" Fatoriais, Segundo Grupos de Municípios
Região Metropolitana de São Paulo
1980

Grupos de Municípios	Fator1	Fator2	Fator3
Industriais			
Santo André	2.5409	-1.30116	0.94615
São Caetano do Sul	1.43844	-2.14494	1.95945
Indust./Dormitórios			
Guarulhos	1.73627	0.72885	0.03867
Osasco	1.51749	-0.12395	0.67561
São Bernardo do Campo	3.22647	-0.23183	0.44371
Dormitórios I			
Barueri	-0.3893	0.62872	0.40528
Carapicuíba	-0.10661	1.4813	0.52234
Diadema	0.82707	1.6437	0.42015
Embu	-0.18644	2.09163	-0.03312
Ferraz de Vasconcelos	-0.44416	0.59651	0.62242
Francisco Morato	-0.79523	1.26593	-0.30489
Itapecarica da Serra	-0.57529	0.61001	-0.93273
Itaquaquecetuba	-0.50734	0.8897	0.27004
Mauá	1.11739	0.31924	1.2537
Mogi das Cruzes	0.41796	-1.14831	0.54577
Suzano	0.10936	-0.04246	0.04031
Taboão da Serra	-0.2111	1.0407	0.63007
Dormitórios II			
Caieiras	0.04447	-0.81251	1.23056
Cajamar	-0.06035	0.12709	-0.77441
Cotia	-0.16947	-0.03855	0.08135
Franco da Rocha	-1.2048	-0.25417	1.53467
Itapavi	-0.34245	0.2565	0.32329
Poá	-0.52887	-0.25876	0.55559
Ribeirão Pires	-0.048	-0.34303	0.68335
Rio Grande da Serra	-0.5711	0.70403	0.39404
Agrícolas			
Arujá	-0.55866	-0.20008	-1.03286
Biritiba-Mirim	-0.73643	-1.007	-1.11697
Embu-Guaçu	-0.74435	0.47818	-1.27273
Guararema	-0.60589	-1.51942	-1.04518
Jandira	-0.35712	1.50756	0.66346
Juquitiba	-0.9423	-0.6894	-2.66337
Mairiporã	-0.50106	-0.85654	-0.80077
Pirapora do Bom Jesus	-0.73632	-0.7891	-1.79184
Salesópolis	-0.85773	-1.68441	-1.48352
Santa Isabel	-0.31781	-0.46519	-0.46924
Santana do Parnaíba	-0.47767	-0.45883	-0.91834

¹⁴Observe-se que tais "scores" são os valores registrados em cada um dos três fatores determinados e, portanto, devem ser interpretados em termos dos significados destes últimos e sempre em termos comparativos, haja vista que não se tem um referencial de escala para estes valores.

2. O Uso dos Modelos Log-Lineares para Avaliar os Efeitos das Características Sócio-Demográficas na Migração

O uso dos modelos log-lineares mostrou-se um caminho simples e eficaz para avaliar o efeito de cada uma das características familiares sobre a frequência das famílias migrantes, sobretudo, tendo em vista o caráter qualitativo da maioria dos dados analisados.

Grosso modo, o objetivo desta metodologia, apropriada para a análise de dados categorizados, é encontrar um modelo linear que permita reproduzir as frequências de uma tabela de múltiplas entradas. Neste modelo, os parâmetros a serem estimados são os efeitos individuais (chamados principais) das variáveis utilizadas para a construção da referida tabela e de suas interações¹⁵.

Deve-se ressaltar o fato de que, para cada variável, serão estimados tantos efeitos quantas sejam suas categorias. Assim, por exemplo, para o ciclo vital, aqui considerado com três categorias (formação, consolidação e fragmentação), ter-se-iam três estimativas de efeitos. Na verdade, formalmente, o que se faz em termos de cálculo é a obtenção de apenas dois destes valores, pois o terceiro é obtido por diferença.

Como se nota, no modelo linear generalizado não existe uma variável dependente a ser estimada em função de outras independentes. Como destacam KNOKE e BURKE (1983), o modelo "does not distinguish between independent and dependent variables. All variables are treated alike as 'response variables' whose mutual associations are explored... the criteria to be analysed are the expected cell frequencies...as function of all the variables in a model"(p.11).

Os valores obtidos para cada um dos efeitos considerados no modelo podem ser utilizados tanto para quantificar seu impacto sobre as frequências das caselas, como para compará-

¹⁵Simplificadamente, a interação entre as categorias de duas (ou mais) variáveis quantificaria a chance de uma delas ocorrer, dado que a outra também está presente, ou vice-versa. Em outros termos, a interação está relacionada ao nível de associação existente entre as variáveis, de tal forma que para variáveis independentes seu valor seria nulo.

lo aos demais, uma vez que todos referem-se a uma mesma unidade. Neste caso, pode-se detectar a importância relativa de cada um deles no modelo e, portanto, seu peso como elemento de definição do evento tabulado (no caso a migração intrametropolitana).

O modelo estimado, que considera todos os possíveis efeitos (chamado saturado), tem a propriedade de reproduzir fielmente todas as frequências. Contudo, um dos atrativos desta técnica está justamente em tentar encontrar um modelo mais simplificado, que permita descrever com certa fidelidade a tabela analisada.

Existe uma estatística (L^2) similar ao coeficiente de determinação da regressão linear (R^2) que possibilita avaliar a "bondade" do modelo. Entretanto, seu valor é proporcional ao número de observações (N) trabalhadas, tornando-o muito sensível quando se trabalha com grandes amostras, como ocorre no presente estudo.

Neste caso, deve-se buscar uma outra maneira para julgar se o modelo mais simples (não-saturado) é o mais adequado ou não. A solução recomendada (Knoke e Burke, 1983) é a construção de uma nova estatística (P), relacionando os L^2 de um modelo "base", em geral o mais simplificado possível, e de um modelo mais complexo, tal que:

$$P = \left(\frac{L^2 \text{ modelo de "base"} - L^2 \text{ modelo alternativo}}{L^2 \text{ modelo de "base"}} \right) \times 100$$

O valor de P indicará "quanto" se está melhorando a descrição da tabela ao incorporar, ao modelo "base", os novos efeitos que fazem parte do modelo alternativo. Em geral, um P próximo a 90% indica que o modelo alternativo já estaria proporcionando um bom ajuste para os dados, mesmo quando o teste estatístico baseado em L^2 o rejeite.

No presente estudo, foram estimados modelos para a Região Metropolitana e para os principais grupos de municípios receptores de migração intrametropolitano na década de 70, ou seja, os industriais, industriais/dormitórios e dormitórios I.

As tabelas analisadas contemplaram, para cada um destes grupos, a distribuição das freqüência de famílias de chefe migrantes intrametropolitanos segundo o cruzamento das seguintes características:

a) Idade Média do Casal (ciclo vital)

- 1) menor ou igual a 34 anos (formação);
- 2) entre 35 e 44 anos (consolidação);
- 3) maior que 45 anos (fragmentação).

b) Tamanho da Família:

- 1) menor ou igual a 4 pessoas (pequena);
- 2) maior ou igual a 5 pessoas (grande).

c) Ocupação do Chefe:

- 1) manual;
- 2) não-manual.

d) Renda per Capita Familiar:

- 1) menor ou igual a dois salários mínimos (pobres)¹⁶;
- 2) maior que dois salários mínimos (não-pobres).

Assim consideradas, as variáveis teriam o seguinte número de efeitos estimados: ciclo vital, 2; tamanho da família, 1; ocupação, 1; renda, 1. Deve-se lembrar que, além dos efeitos estimados no modelo, um terceiro é sempre obtido por diferença, implicando que, para cada variável, ter-se-á, na verdade, o número anterior de efeitos mais um.

¹⁶Recorde-se que, como explicitado no capítulo IV, quando da apresentação da tipologia, a melhor nomenclatura seria "baixa renda", tendo sido utilizado o termo "pobres" apenas por razões práticas de redação.

É necessário esclarecer que, para esta análise, foram consideradas apenas famílias nucleares, devido à sua predominância detectada na migração intrametropolitana (aproximadamente 80%).

A escolha do modelo teve como ponto de partida (modelo "base") o modelo de independência, ou seja, aquele que considera apenas os efeitos principais, supondo a não-existência de relação entre as variáveis, o que implica efeitos de interação nulos.

Para decidir sobre a seqüência de entrada das interações no modelo base, tomou-se como referência as estatísticas Chi-quadrado estimadas para a avaliação da significância de cada um dos efeitos no modelo saturado. A de maior valor, ou seja, cujo efeito fosse mais representativo, seria a primeira a ser incluída, e assim por diante.

O quadro seguinte apresenta um resumo dos resultados com as estatísticas obtidas e o modelo de análise escolhido para cada grupo de municípios. Os efeitos estimados, assim como suas possíveis interpretações, encontram-se no capítulo III, na seção 3.2.

Quadro 1.1:
Modelos Adotados na Análise Logilinear, Segundo Grupos de Municípios
Região Metropolitana de São Paulo

Grupos de Municípios	Efeitos Principais e Interações	L ² Alternativo	L ² de Base ⁽¹⁾	P(%)
Região Metropolitana	idade/ocup/classe/tamfam/ocup*classe/ idade*tamfam/classe*tamfam	4.850,19 (14 gl)	57.803,29 (18 gl)	91,60
São Paulo	idade/ocup/classe/tamfam/ocup*classe/ idade*tamfam/classe*tamfam	278,09 (14 gl)	4.049,00 (18 gl)	93,13
Industriais	idade/ocup/classe/tamfam/ocup*classe/ idade*tamfam/classe*tamfam/idade*ocup	390,72 (12 gl)	5.408,43 (18 gl)	92,78
Industriais/Dormitórios	idade/ocup/classe/tamfam/ocup*classe/ idade*tamfam/classe*tamfam	1.847,63 (14 gl)	19.404,97 (18 gl)	90,48
Dormitórios I	idade/ocup/classe/tamfam/ocup*classe/ idade*tamfam/classe*tamfam	1.374,56 (14 gl)	17.955,29 (18 gl)	92,34

(1) Este modelo contempla apenas os efeitos principais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KNOKE, D. and BURKE, P.J. **Log-linear models**. Sage Publications. California, 1983.

JOHNSON, R.A., WICHERN, D.W. **Applied multivariate statistical analysis**. New Jersey: Prentice Hall International, 1988.

AGRESTI, A. **Categorical data analysis**. Florida, 1990.

EVERITT, B.S. **The analysis of contingency tables**. Chapman & Hall, London, 1992.

ANEXO II

TABELA II.1
Matriz de Fluxos Migratórios Intra-metropolitanos
Região Metropolitana de São Paulo
1970/80

MUNIC. RESID. ATUAL (*)	MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA ANTERIOR (*)																			
	#1	#2	#3	#4	#5	#6	#7	#8	#9	#10	#11	#12	#13	#14	#15	#16	#17	#18	#19	
TOT/LIN	920.623	2.428	6.120	1.145	2.270	1.500	9.607	3.684	12.631	3.858	1.051	3.775	1.426	2.140	1.353	14.670	3.744	4.841	3.436	3.550
#1	4.900	0	0	18	0	0	0	14	39	4	0	38	8	0	11	849	0	0	192	0
#2	18.994	21	0	4	16	71	1.756	95	105	12	0	0	20	21	27	136	24	879	0	876
#3	2.017	27	6	0	0	4	0	0	0	0	3	0	0	0	65	3	4	0	0	0
#4	5.793	28	0	0	0	37	34	6	49	0	0	24	71	447	13	95	6	0	0	30
#5	4.182	0	19	0	86	0	19	34	24	3	0	0	0	33	100	0	0	0	0	0
#6	67.368	37	1.585	0	33	0	825	130	130	173	51	17	53	182	0	282	41	991	12	929
#7	9.856	0	0	0	0	7	144	0	16	249	65	0	0	0	0	109	50	149	0	33
#8	59.858	12	51	0	12	35	78	66	364	89	11	19	9	38	8	373	49	20	48	8
#9	41.557	20	8	0	0	0	60	244	110	12	0	20	0	0	4	190	1.147	16	25	5
#10	6.365	0	0	0	0	0	8	23	110	12	0	0	16	0	0	0	426	0	18	0
#11	18.871	16	22	0	0	0	4	8	46	8	18	0	0	0	0	65	86	38	55	16
#12	12.665	5	21	0	175	7	63	0	15	0	0	11	0	454	0	177	11	49	0	61
#13	17.759	0	24	0	1.037	130	137	9	58	8	0	0	801	0	0	36	0	0	99	0
#14	2.411	0	3	42	0	0	0	0	0	0	0	61	0	0	0	0	0	0	0	0
#15	126.769	472	112	4	31	61	282	20	485	54	24	55	63	16	9	155	0	78	62	314
#16	20.985	70	0	0	0	88	71	162	269	658	308	4	5	20	4	88	19	0	8	22
#17	11.608	30	632	0	0	13	832	451	145	0	0	106	0	0	43	855	18	0	0	699
#18	25.892	686	16	8	0	0	50	0	145	0	7	0	0	28	0	40	28	1.315	0	0
#19	12.692	0	1.333	0	4	4	938	55	75	0	0	0	0	0	0	20	390	0	0	0
#20	2.087	8	0	0	6	5	0	0	0	98	28	0	0	0	3	243	0	0	0	0
#21	4.875	0	55	12	80	26	0	24	0	0	0	0	25	149	0	0	0	0	0	0
#22	41.256	8	85	0	20	33	23	16	388	81	0	87	12	0	3	143	37	31	75	3
#23	17.868	120	34	756	38	0	39	64	92	10	19	325	0	0	655	494	31	14	235	22
#24	51.117	11	917	0	3	223	3.529	278	261	83	4	44	34	40	8	503	45	573	16	350
#25	13.324	0	136	0	0	141	32	0	0	0	0	0	0	0	13	0	0	20	0	37
#26	15.728	9	17	18	0	33	95	5	163	0	0	1.179	0	0	12	152	8	8	560	0
#27	5.490	0	19	0	4	19	4	15	211	0	0	0	0	16	0	33	0	0	0	0
#28	957	0	0	0	0	6	0	4	71	0	0	0	0	0	0	16	0	0	0	0
#29	4.189	382	0	0	0	0	0	0	11	0	4	11	0	0	39	392	34	0	234	0
#30	3.139	0	362	0	70	177	124	10	4	3	0	0	0	8	0	0	0	22	0	83
#31	54.743	42	24	12	15	5	94	28	763	33	3	88	40	28	0	641	81	37	8	4
#32	91.296	9	70	0	26	8	41	16	6.012	28	7	12	8	4	0	647	115	9	53	0
#33	20.280	0	4	0	0	0	36	40	221	4	0	0	15	4	4	155	0	4	0	0
#34	64.074	411	504	123	607	341	878	989	2.110	667	417	1.055	162	591	119	6.982	712	538	869	300
#35	23.993	54	29	70	8	0	40	51	167	49	0	571	0	0	51	420	0	0	537	4
#36	139.130	0	28	0	0	19	176	132	146	1.508	8	16	48	20	0	225	267	4	0	24
#37	8.139	9.571	37.808	9.033	15.563	10.355	54.873	30.924	78.314	18.148	10.280	25.134	11.231	36.303	12.638	236.811	25.314	27.569	29.114	12.499
TOTAL	12.588.439	17.482.753	21.941.185	763.633	228.594	95.764	228.594	95.764	228.594	95.764	228.594	95.764	228.594	95.764	228.594	95.764	228.594	95.764	228.594	95.764

(continua)

(*) Vide a seguir correspondência de Municípios.

		MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA ANTERIOR (*)																			
MUNIC. RESID. ANUAL (*)	#20	#21	#22	#23	#24	#25	#26	#27	#28	#29	#30	#31	#32	#33	#34	#35	#36	#37			
POP./LIM	817	1.545	13.546	13.957	49.652	416	5.301	5.766	1.877	1.741	2.066	1.351	62.829	38.255	40.255	582.171	8279	7370			
#1	0	40	20	218	71	0	0	19	0	0	630	0	51	37	21	2.584	26	36			
#2	46	9	10	27	5.735	48	37	4	17	731	3	0	138	82	31	8.170	114	0			
#3	0	0	30	684	0	4	18	5	0	0	0	0	15	8	0	4.633	22	0			
#4	0	40	34	26	154	0	0	0	0	0	0	0	14	32	0	3.179	5	21			
#5	0	0	31	31	345	50	0	15	0	0	15	135	4	14	0	37.413	46	263			
#6	0	12	53	128	23.141	13	61	20	0	0	22	149	353	232	128	7.974	4	127			
#7	61	0	29	42	581	0	0	0	0	0	0	4	50	113	61	40.446	75	63			
#8	23	4	280	165	301	0	31	74	52	0	0	4	1.711	13.727	1.976	33.116	26	4802			
#9	78	17	73	13	788	0	8	0	13	0	0	0	148	191	95	5.353	49	39			
#10	27	0	16	26	71	0	0	0	0	0	21	0	36	108	72	16.067	506	12			
#11	0	4	81	444	114	0	685	15	0	0	0	0	358	94	40	11.006	0	26			
#12	0	41	61	25	217	4	4	33	0	0	0	0	237	108	58	14.041	19	0			
#13	7	301	109	83	434	9	16	28	0	4	153	17	965	977	546	119.042	328	65			
#14	0	0	3	660	2	0	4	55	5	0	185	16	77	147	39	18.033	21	292			
#15	4	253	265	507	1.070	32	240	26	0	0	0	16	164	38	34	5.633	8	0			
#16	185	27	0	59	2.686	0	0	28	0	0	0	53	172	246	80	21.162	647	44			
#17	4	0	66	8	63	8	843	4	15	0	16	15	42	47	4	4.902	0	33			
#18	0	19	146	352	3	0	21	12	27	0	0	0	58	47	3	1.278	0	43			
#19	0	0	36	14	54	3	0	32	0	0	0	0	16	12	31	4.071	15	10			
#20	0	0	0	34	64	0	5	0	0	0	0	0	16	16.000	5.501	13.959	246	0			
#21	0	0	0	98	160	0	50	1.407	497	3	60	16	664	354	190	9.633	2102	4			
#22	15	40	138	128	79	14	542	81	4	781	267	12	535	284	226	42.256	51	284			
#23	6	53	151	128	0	9	50	25	4	3	3	127	6	6	8	152	0	0			
#24	0	17	0	34	121	0	0	0	0	0	0	87	6	89	59	8.672	1058	6			
#25	0	0	58	837	75	0	0	0	0	16	15	0	188	1224	911	4.011	411	0			
#26	0	0	3.385	201	76	0	39	0	495	0	12	0	4.630	1.224	338	1.313	25	8			
#27	0	0	0	71	19	0	0	944	0	0	0	0	1.626	436	0	259	53	0			
#28	0	0	589	374	23	0	9	0	0	0	33	0	4	4	3	7.377	97	4			
#29	0	0	4	130	26	0	61	16	0	3	0	0	35	8	0	1.467	0	3			
#30	4	8	27	51	582	111	11	0	0	0	0	0	40	8	0	24.714	289	40			
#31	4	0	0	0	459	0	97	1.026	591	4	39	15	0	9.175	12.072	58.201	262	53			
#32	16	49	3.849	361	429	0	0	300	20	18	21	35	13.587	1.952	10.010	12.066	32	12			
#33	25	24	923	323	160	0	39	128	16	0	0	0	4.685	5.396	7.354	0	1662	953			
#34	4	0	618	66	66	102	929	592	65	60	353	112	14.716	5.396	0	12.912	0	88			
#35	284	537	1.987	3.886	6.691	0	1.458	844	56	63	54	0	1.171	702	240	30.746	16	0			
#36	0	0	391	3.783	170	4	0	0	0	0	0	0	63	127	98	55.460	40.945	0			
#37	24	41	60	65	754	3.709	32.373	29.048	8.397	9.557	17.161	5.390	418.826	201.662	150.130	5.924.615	101.067	97.642			
TOTAL	7.267	19.584	101.700	138.751	283.073	4.815	52.795	56.467	20.102	10.649	28.997	10.070	552.797	425.780	163.030	8.493.598	101.067	97.642			
TOTAL	2.500	27.498	205.817	198.081	473.856	4.815	52.795	56.467	20.102	10.649	28.997	10.070	552.797	425.780	163.030	8.493.598	101.067	97.642			

(*) Vide a seguir correspondência de Municípios.

Tabela II.2
Matriz das Trocas Migratórias Líquidas Intrametropolitanas
Região Metropolitana de São Paulo
1970/80

		Município Anterior de Residência																			
Município Residência Atual		#1	#2	#3	#4	#5	#6	#7	#8	#9	#10	#11	#12	#13	#14	#15	#16	#17	#18	#19	
TOX/LIN		-515,127	-2.472	-12,953	-861	-3.507	-2.689	-57,915	-6.995	-47,336	-37,533	-5,361	-15,092	-11,159	-14,613	-1,080	-112,866	-17,436	-6,853	-21,357	-8041
#1	0																				
#2	21	0																			
#3	11	9	2	0																	
#4	16	28	-12	0	49	0															
#5	-7	0	-52	-4	0																
#6	-154	37	-171	0	-19	0															
#7	-823	-14	-95	0	-6	0															
#8	-109	-27	-54	0	-37	11	-52	50	0												
#9	166	16	-4	0	0	0	-113	-5	275	0											
#10	-47	0	0	-3	0	0	-43	-42	99	-58	0										
#11	4	-22	22	0	-24	0	-13	8	27	8	-2	0									
#12	80	-3	1	0	104	7	10	6	-40	0	5	347	0								
#13	1048	0	3	0	590	109	-45	9	20	8	-4	61	0								
#14	-22	-11	-24	-23	0	-13	0	0	0	0	0	0	0								
#15	-767	-377	-24	1	-64	-39	-24	0	112	-136	24	-10	-114	-24	-27	0					
#16	-195	20	-24	-4	0	88	30	112	220	-489	-118	-82	-18	4	0	77	0				
#17	-86	30	-247	0	-6	-20	-159	302	65	-12	0	-38	-44	6	0	26	11				
#18	1099	494	16	8	0	0	38	0	97	-25	-18	51	-39	-56	-5	541	-4				
#19	1101	0	457	0	-30	4	9	22	67	-5	7	-16	-61	13	0	-11	28	617	0	0	0
#20	120	8	-46	0	6	0	5	-61	-23	20	1	0	0	-7	0	16	205	-4	0	0	0
#21	-150	-40	46	12	40	26	-12	24	-4	-17	0	-4	-16	-152	3	-10	-27	0	-19	0	0
#22	-309	-12	75	-30	-14	2	30	-13	108	8	-16	6	-49	-109	0	-142	37	-35	-71	-33	0
#23	-506	-98	7	72	12	-31	-89	22	-73	-3	-119	-7	-25	-83	-5	-13	-28	6	-117	19	0
#24	-32807	-60	-4818	0	-151	-122	-19612	-273	-40	-705	-67	-70	-183	-394	6	-567	-212	-2113	-47	-3360	0
#25	355	0	88	-4	0	91	19	0	0	0	0	494	-4	-4	0	-88	-21	20	-8	37	0
#26	576	0	-20	0	33	34	0	0	132	-8	0	0	-4	8	0	-22	-26	-28	-4	-12	0
#27	2151	-10	15	-5	4	-15	5	5	137	0	-3	0	0	-17	-28	6	20	0	-15	-27	0
#28	615	0	0	-17	0	0	4	15	19	-13	0	0	0	0	0	21	0	0	0	0	0
#29	-985	0	0	-653	0	6	0	0	0	0	0	0	0	-4	-11	16	0	0	-15	-27	0
#30	66	-248	0	-3	0	12	-5	-18	11	0	-10	4	0	39	104	207	34	0	70	-16	0
#31	432	0	-189	0	63	42	-25	10	-4	3	0	-10	0	0	0	-17	-16	-31	0	0	68
#32	-20154	-19	-114	-3	1	1	-259	-22	-948	-115	-32	-270	-145	-209	-77	-324	6	-127	-164	-38	0
#33	-7308	-28	-12	-8	-6	-6	-191	-97	-715	-163	-101	-82	-104	-28	-28	-330	-32	-29	-193	-47	0
#34	-28393	-21	-27	0	0	0	-82	-21	-1755	-91	-19	-57	-25	-54	-3	-391	-39	-30	-80	-4	0
#35	-477054	-2173	-7666	-153	-4026	-2838	-36535	-6985	-38336	-32429	-4936	-15012	-10844	-13450	-935	-112060	-17321	-5095	-20291	-4602	0
#36	15642	28	22	-44	-14	-5	-6	47	92	23	-49	65	0	-19	-9	92	-21	-8	-110	-4	0
#37	2748	0	-8	0	3	-2	-87	5	83	-3294	-31	4	18	-39	-39	160	-25	4	-44	-9	0

(*) Vide a seguir correspondência dos Municípios. (continua)

Município Residência Atual	Município Anterior de Residência																	
	#20	#21	#22	#23	#24	#25	#26	#27	#28	#29	#30	#31	#32	#33	#34	#35	#36	#37
TOT/LIM	-1150	-3480	-28019	-4817	-34272	-36	-7447	-7811	-2398	-201	-2057	-1356	-12068	-60349	-4418	41043	-72	0
#1																		
#2	0	0	0															
#3	0	9	40															
#4	1	6	40															
#5	-48	-11	-9	49														
#6	-3	17	3	20	112	0												
#7	0	5	8	295	25	0	0											
#8	-32	0	1978	120	51	0	39	0										
#9	0	0	92	67	15	0	0	449	0									
#10	0	0	0	-407	20	0	-7	33	0	0	0	0						
#11	4	8	-33	-137	23	0	46	4	0	-30	0	0						
#12	4	0	-16	39	455	24	11	0	0	0	0	0						
#13	-42	33	-12151	-303	-76	-6	-91	-3604	-1035	0	4	-25	0					
#14	-22	12	-1282	-31	145	0	-89	-924	-416	18	13	27	4412	0				
#15	1	-31	-4883	-124	-66	-8	-20	-783	-322	0	-3	0	-7387	-8058	0			
#16	-994	-3534	-11972	-5747	-35565	-50	-7743	-3419	-1248	-199	-2024	-1355	-9398	-52805	-4712	0		
#17	0	-15	145	1681	119	0	413	433	31	10	-43	0	882	440	208	11250	0	
#18	-19	31	50	61	470	4	-6	0	-8	0	-4	-3	23	74	86	29793	-72	0

FORTE: FUNDAÇÃO SEADE - DADOS BÁSICOS: F. IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (TABULAÇÕES ESPECIAIS)

- | | |
|----------------------------|----------------------------|
| 1 - ARUJÁ | 20 - JUQUEIZIBA |
| 2 - BARUERI | 21 - MAIRIPORÁ |
| 3 - BIRITIBA-MIRIM | 22 - MAUA |
| 4 - CAIEIRAS | 23 - MOGI DAS CRUZES |
| 5 - CAJAMAÍ | 24 - OSASSO |
| 6 - CARAPICUÍBA | 25 - PINAPORA DO BOM JESUS |
| 7 - COTIA | 26 - POÁ |
| 8 - DIADEMA | 27 - RIBEIRÃO PIRES |
| 9 - EMBU | 28 - RIO GRANDE DA SERRA |
| 10 - EMBU-GUAÇU | 29 - SALESOPOLIS |
| 11 - FERRAZ DE VASCONCELOS | 30 - SANTA ISABEL |
| 12 - FRANCISCO MORATO | 31 - SANTANA DO PARANAÍBA |
| 13 - FRANCO DA ROCHA | 32 - SANTO ANDRÉ |
| 14 - GUARARAMA | 33 - SÃO BERNARDO DO CAMPO |
| 15 - GUARULHOS | 34 - SÃO CARLOS DO SUL |
| 16 - ITAPECERICA DA SERRA | 35 - SÃO PAULO |
| 17 - ITAPEVI | 36 - SUZANO |
| 18 - ITAQUAQUECETUBA | 37 - TABOÃO DA SERRA |
| 19 - JANDIRA | |